

**Flávia Preto de Godoy Oliveira**

***Entre o fabuloso e o verossímil: crônicas  
e epistemologia no processo de cognição  
da América***

Dissertação de Mestrado

Campinas, 2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP  
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

**OL4e** Oliveira, Flávia Preto de Godoy  
**Entre o fabuloso e o verossímil: crônicas e epistemologia no  
processo de cognição da América / Flávia Preto de Godoy  
Oliveira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.**

**Orientador: Leandro Karnal.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Humboldt, Alexander von, 1769-1859. 2. Crônicas.  
3. Natureza. 4. Epistemologia. 5. América - História. I. Karnal,  
Leandro. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Between the fabulous and the credible: chronicles and  
epistemology in the cognition of America**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :   Chronicles  
  Nature  
  Epistemology  
  America - History**

**Área de Concentração: História Cultural**

**Titulação: Mestre em História**

**Banca examinadora:   Leandro Karnal, José Alves de Freitas Neto, Silvia F. de  
  Mendonça Figueirôa,**

**Data da defesa: 23-03-2010**

**Programa de Pós-Graduação: História**

# FLÁVIA PRETO DE GODOY OLIVEIRA

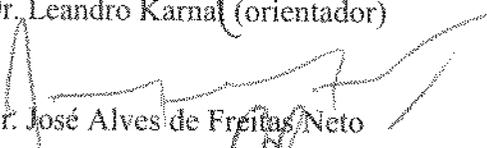
*Entre o fabuloso e o verossímil: crônicas e epistemologia no processo de cognição da América.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Leandro Karnal.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 23 / 03 / 2010.

BANCA

  
Prof. Dr. Leandro Karnal (orientador)

  
Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto

  
Prof. Dra. Silva Esmaralda de Mendonça Figueirôa

Prof. Dra. (suplente) Eliane Moura da Silva

Prof. Dra. (suplente) Eliane Cristina Deckmann Fleck

MARÇO/2010

*“Pessoalmente, do mais remoto que me lembre, ela [a história] sempre me pareceu divertida. Como todos os historiadores, eu penso. Sem o quê, por quais razões teriam escolhido esse ofício? Aos olhos de qualquer um que não seja um tolo completo, com quatro letras, todas as ciências são interessantes. Mas todo cientista só encontra uma única cuja prática o diverte. Descobri-la para a ela se dedicar é propriamente o que se chama vocação.”*

Marc Bloch  
*Apologia da História ou o Ofício de Historiador*

## AGRADECIMENTOS

Escolhi como epígrafe deste trabalho uma frase que li em uma das primeiras semanas de graduação e que, ao longo desses quase oito anos dedicados à história, me marcou muito. Assim, meus agradecimentos são dedicados àqueles que tornaram o meu trabalho, senão mais divertido, que pelo menos colaboraram para que ele se concretizasse em uma vocação.

Primeiramente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo essencial apoio dado a esta pesquisa. Agradeço também aos docentes do departamento de história que contribuíram de diferentes formas para minha formação. Em especial, agradeço aos professores Dr. Paulo Miceli e Dra. Silvia Hunold Lara, cujas disciplinas durante o mestrado foram essências nas reflexões teóricas e metodológicas desta pesquisa.

Com grande admiração, agradeço também à prof. Dra. Leila Mezan Algranti, que além de ter participado da minha qualificação, cuja contribuição foi essencial, sempre foi um exemplo para mim de historiadora apaixonada pelo que faz. Ao prof. Dr. José Alves de Freitas Neto, agradeço não só pela participação nas bancas de qualificação e defesa, mas por toda ajuda e amizade ao longo desses anos.

Agradeço também às professoras Dra. Silvia F. de Mendonça Figueirôa, Dra. Eliane Moura da Silva e Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck que aceitaram gentilmente participar da minha banca de mestrado.

Ao meu orientador, Dr. Leandro Karnal, agradeço pela confiança depositada nos últimos anos, pelas conversas, pelos e-mails, pelas palavras que tranquilizavam minha ansiedade, pelos livros emprestados, pelo incentivo e pela liberdade intelectual que sempre ofereceu. Sua contribuição para esta dissertação e mais ainda para minha formação é enorme e eu só posso dizer: muito obrigada por tudo.

Não poderia deixar de agradecer aos funcionários das bibliotecas da Unicamp, ao pessoal do “Xerox” e das secretarias que sempre ajudaram das mais variadas formas.

Meu sincero obrigada a Vanessa Alberto, amiga desde 2006, cuja ajuda foi essencial. Sem as vírgulas e as crases sugeridas por ela, o texto não seria o mesmo! Agradeço também ao “gringo”, amigo e professor Everett Fell.

Existem pessoas especiais que surgem inesperadamente em nossas vidas e fazem muita diferença. Tathiana Guizzellini, Maria José Mattos, João Moreno, Benedito Donizete Silva,

Nathália Raggi, Liliana Busca, José Jorge Ribeiro e Cristiani Cibim obrigada pelo companheirismo, por semanalmente dividir alegrias e preocupações.

Aos amigos de Americana, Bruno, João, Felipe, Mariana Daldin e Mariana Seleghini, agradeço a companhia nos finais de semana e viagens e, principalmente, a compreensão nos momentos de estresse. À Vera, obrigada por me agüentar todo final de semana em sua casa! Ao Augusto, vizinho viajante, obrigada pela hospedagem e pelos livros levados para Unicamp. Obrigada também, Jonas e Yara, pelas conversas e pela companhia.

Agradeço à Priscila, amiga de sempre e de todo momento, cuja torcida, mesmo distante, sempre foi fundamental. À Daniele Maria pelo apoio “amazônico”. Bibiane, Franck, Juliana e Mariana, obrigada pelos “provolones à milanesa” compartilhados!

Não poderia deixar de reconhecer o papel fundamental dos meus queridos historiadores para essa dissertação. Tenho orgulho de vocês pelo que são e pelo que fazem! Aos amigos do grupo de História da América, agradeço a todos pelas discussões sempre motivadoras: Rafael Pavani, Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, Luís Guilherme Kalil, Priscila Pereira e Gabriel Sordi, muito obrigada. Em especial, agradeço à Flavia Galli, por compartilhar angústias, ideias e projetos, por ter se tornado uma amiga nesses últimos 3 anos.

Obrigada ao Geraldo pelas conversas, almoços e abraços; à Loyane pelas palavras certas e reconfortantes no momento exato que precisava; à Renata pela serenidade transmitida sempre; à Patrícia por me mostrar que tudo pode mudar; ao Rafael me ensinando sempre que a dupla inteligência e simplicidade é a combinação mais que perfeita; a Simone pela companhia em terras portenhas. Ao amigo brasileiro, Eduardo, agradeço pelas conversas virtuais e piadas historiográficas compartilhadas. E por último, não menos importante, obrigada, Lettícia, pela amizade, pela leitura dos textos e pelas conversas que cruzam agora um oceano.

Muito obrigada a todas as “Bernent’s”: Chrislaine, Lizandra, Thaís e Marina, não consigo mais imaginar minha vida sem a amizade de vocês. Mesmo que o contato agora seja esporádico, saibam que vocês são muito especiais para mim!! Com certeza, boa parte da diversão do ofício do historiador que mencionei acima está relacionada à presença de vocês em minha vida.

Agradeço a toda minha família pelo apoio incondicional e peço desculpas pelas ausências. Ana Elisa, Lidu, Tati, Adenilce, Tio Carlos, Tia Isabel, Tia Terezinha, Diana, Tia Tereza, Tia Olga, Roberto e todo o “clã” Preto de Godoy, muito obrigada por tudo. Vocês são, de fato, o máximo!

Ao Daniel, namorado e acima de tudo amigo, agradeço por me mostrar que existe uma natureza fora dos livros e por estar ao meu lado quando precisei. Você é muito importante para mim!

Por fim, agradeço e dedico este trabalho à pessoa que mais amo nesse mundo, minha mãe, cuja inspiração e o apoio sempre foram e serão essenciais.

## **RESUMO:**

O objetivo central desse trabalho é analisar como a percepção da natureza americana foi construída nas crônicas escritas nas décadas que sucederam a chegada dos primeiros europeus à América e como foi reelaborada em períodos posteriores a partir da leitura desses mesmos documentos. Para alcançar tal intento foram analisadas algumas crônicas selecionadas, como as obras de José de Acosta e Pedro Mártir de Anglería, e suas formas de apreender a natureza do Novo Mundo. A partir da conexão desses textos a uma epistemologia específica que configurava o saber europeu do período, foi possível compreender as possibilidades e os limites que essas obras possuíam em suas representações da América. Em seguida, o trabalho avança temporalmente, investigando as visões sobre a natureza americana produzidas no século XVIII por estudiosos de expressão no universo intelectual europeu, como Buffon, relacionando-as a rejeição das crônicas como fonte de saberes sobre a América, bem como à emergência de novos pressupostos epistemológicos. Por fim, no terceiro capítulo, foram analisadas algumas das ideias e das obras escritas pelo naturalista alemão Alexander von Humboldt, conhecido como uma das principais figuras dentro da história natural da primeira metade do século XIX, mas também apontado pela historiografia como responsável pela criação de uma nova imagem do continente americano, em especial, de sua natureza. Procurou-se estabelecer a ligação entre essa forma de representar a natureza, suas leituras e apropriações das crônicas coloniais e epistemologia do período, entendendo-os como processos indissociáveis na compreensão não somente da obra humboldtiana, mas da imagem que se consolidou em relação ao continente americano.

## **ABSTRACT:**

The main objective of this work is to analyze how the perception of American nature was developed in the chronicles written during the first decades after Europeans' arrival to America and how it was re-elaborated in posterior periods through the reading of the same sources. To obtain that purpose, some selected chronicles were analyzed, such as those written by José de Acosta and Pedro Mártir Anglería, and their ways to apprehend the New World's nature were studied too. Based on a connection between those works with a specific epistemology, which configured the European knowledge in the period, it was possible to comprehend the possibilities and the limits of America's representations can be found in the chronicles. Furthermore, the work investigates the views of American nature produced in 18<sup>th</sup> century by erudite men in the European intellectual sphere, such as from Buffon and de Pauw. The views were connected with the rejection of chronicles like knowledge concerning America and with the sprouting of news epistemic criteria. Finally, in the third chapter, the humboldtian ideas was analyzed. I tried to connect Humboldt's views of nature with his reading and his appropriation of colonial chronicle and period epistemology.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	15
<b>Capítulo I - As crônicas e a cognição do mundo natural americano no início do período moderno</b> .....	29
I. Definindo conceitos: epistemologia e natureza .....	36
II. Historiografia .....	44
III. Enigmas do olhar: as crônicas do século XVI e a natureza americana .....	58
<b>Capítulo II - O Novo Mundo em tintas setecentistas: novas formas de representação da natureza americana e contestação da fiabilidade das crônicas</b> .....	89
I. Do unau ao indígena: a polêmica do Novo Mundo .....	95
II. Novos pressupostos epistemológicos, novas representações da América .....	104
III. História, crônicas e credibilidade .....	115
<b>Capítulo III - Alexander von Humboldt, a natureza americana e as crônicas</b> .....	127
I. Alexander von Humboldt .....	129
II. Teorias Humboldtianas: geografia das plantas, unidade do globo e concepção de progresso.....	134
1- A geografia das plantas .....	137
2- A concepção de totalidade do globo .....	147
3- A concepção de história e o progresso humano e natural .....	150
III. <i>Epistémê</i> e Alexander von Humboldt .....	157
IV. Alexander von Humboldt e as crônicas .....	161
<b>Considerações Finais</b> .....	181
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	187

## INTRODUÇÃO

Em 1793, o Cosmógrafo Maior das Índias e criador do Archivo General de Indias em Sevilha, Juan Bautista Muñoz tornava público o primeiro (e único) volume de seu estudo sobre a história da América. *Historia Del Nuevo Mundo* foi um trabalho de fôlego, iniciado em 1779 por ordem do rei Carlos III, com o objetivo expurgar a imagem negativa que circulava na Europa sobre a conquista e a colonização da América pelos espanhóis, retrato que estava intimamente relacionado à *Legenda Negra*<sup>1</sup>, que desde o século XVI era difundida pelo Velho Mundo. Portanto, era esperado que o valenciano Muñoz fizesse uma reflexão sobre os escritos anteriores que narravam a história das Índias Ocidentais. Ele não se furtou a tal tarefa, já no prólogo de sua obra encontram-se cerca de 30 páginas sobre o assunto. Curiosamente, não foram os escritores protestantes e/ou ingleses ou ainda as representações iconográficas, como aquelas produzidas por Theodor de Bry, os alvos de suas considerações, mas sim os cronistas espanhóis (ou ligados à Coroa Espanhola) dos primeiros séculos de colonização do continente americano que tiveram suas obras esmiuçadas e criticadas<sup>2</sup>.

Respaldando-se em suas investigações em arquivos espanhóis e portugueses, bem como no contato com documentos, relatos e crônicas não publicados, Muñoz contestou a validade de obras clássicas sobre a história do Novo Mundo, como por exemplo, os trabalhos de Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdez, Francisco López de Gómara e Antonio Herrera y Tordesillas. Estas novas fontes não publicadas revelaram, segundo o historiador valenciano, não somente novos dados, mas também a dita incúria dos historiadores anteriores. A ênfase nos documentos inéditos legitimava simultaneamente seu trabalho e sua análise depreciativa das obras que o antecederam. Sem nenhum pudor teceu críticas a escritores que assim como ele estavam ligados à Coroa espanhola. Pedro Mártir de Anglería foi um deles: considerava-o descuidado, negligente,

---

<sup>1</sup> A *Legenda Negra*, analisada na década de 1940 por Romulo de Carbia, pode ser entendida como um sentimento de aversão às ações empreendidas pelos espanhóis na América, difundidas por textos e imagens principalmente durante o final do século XVI e o século seguinte.

<sup>2</sup> É importante relacionar esse escrito de Muñoz ao cenário político que caracterizava a relação entre a Espanha e seus domínios ultramarinos. Após a rebelião de Túpac Amaru II na década anterior (1780), a Coroa Espanhola não apenas reprimiu as principais lideranças, como suprimiu a edição e circulação de determinados textos, coibiu as línguas indígenas e elaborou uma resposta às críticas dirigidas pelo movimento. Esta resposta foi consolidada por meio de uma forte propaganda da colonização espanhola naqueles territórios, *Historia del Nuevo Mundo* pode ser encarada dentro deste contexto.

capaz de errar datas e confundir acontecimentos. Embora tivesse todos os pré-requisitos necessários para compor uma história rigorosa – acesso aos documentos e a importantes pessoas relacionadas aos descobrimentos, às conquistas e ao governo da América – Anglería não o fez, sendo suas décadas “*um indigesto agregado, sem ordem, sem exatidão*”<sup>3</sup>. Percebe-se, portanto, uma alteração nos paradigmas que definiam os textos históricos como críveis e de qualidade.

A erudição elogiada em Anglería se tornou o fio condutor das críticas de Muñoz em relação a Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdez. Retomando as condenações feitas por contemporâneos ao autor de *Sumário de la Natural Historia de las Índias*, Juan Bautista Muñoz caracterizava Oviedo como um escritor com pouca instrução em relação às humanidades e incapaz de interpretar os clássicos. Ainda que suas descrições sobre os aspectos naturais mereçam elogios, era uma “*lástima que tanta curiosidade e habilidade não tivessem recaído em um sujeito de mais letras*”<sup>4</sup>. As obras de Oviedo careciam de documentação e crítica e estavam cheias de fábulas que havia ouvido de homens de má fé. Ao rechaçar os escritos de Anglería e Oviedo, Muñoz também desqualificava outras histórias escritas posteriormente que retiravam suas informações destes autores.

A avaliação feita sobre Francisco López de Gómara também não difere do que foi exposto sobre os autores anteriores. O historiador valenciano condenou Gómara por ter ordenado “*sem discernimento o que encontrou escrito por seus antecessores e dar créditos a mentiras senão falsas como inverossímeis*”<sup>5</sup>. Juan Ginés de Sepúlveda e Girolamo Benzoni também foram detraídos.

Contudo é na apreciação de Antonio Herrera y Tordesillas que Muñoz despendeu maior energia, possivelmente por este historiador possuir o epíteto de “príncipe dos historiadores das Índias”. Incontestada até então, Juan Bautista Muñoz considerava *Historia general de los hechos de los castellanos en las Islas y Tierra Firme del mar Océano que llaman Indias Occidentales* (mais conhecidas como *Décadas*) de Herrera y Tordesillas como uma junção de fragmentos e

---

<sup>3</sup> MUÑOZ, Juan Bautista. *Historia del Nuevo Mundo*. Madrid: Viuda de Ibarra, 1793. p. XII. Versão digitalizada da primeira edição disponível no endereço eletrônico: <http://www.archive.org/details/historiadelnuevo00mudnrch> (Acesso 02 de dezembro de 2008) “(...)Nada hubiera dejado que desear, se como tuvo disposición, materiales, y cuidado de anotar todo lo que pasaba; hubiera puesto diligencia en examinar las relaciones y compararlas entre sí, y detenídose a trabajar y corregir sus obras. Pero era descuidado y flojo por extremo. Solía escribir arreatadamente luego a la hora como recibía las primeras noticias (...) y como las cartas, asimismo los capítulos de sus décadas, que compuso en distintos tiempos, y de que resultó un indigesto agregado, sin orden, sin exactitud.”

<sup>4</sup> “Lástima que tanta curiosidad e industria no hubiese recaído en sugeto (sic) de mas letras.” *Ibid.*, p. XVI.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. XVIII

extratos retirados de diferentes narrações, ordenados pelos anos e meses e cheios de equívocos. Segundo ele, por sorte, Herrera era um homem douto e sensato, senão seriam inúmeros os erros de suas memórias, devido à rapidez com que as ordenou. “*Costumava copiar e extrair com exagerada pressa, e em determinadas ocasiões omitia e acrescentava a seu arbítrio sem razão suficiente*”<sup>6</sup>. Ao cotejar a obra de Herrera com as crônicas consultadas, Muñoz apontou que muitas afirmações que os cronistas davam por conjecturas utilizando expressões como “creio”, “por ventura”, em Herrera eram dadas como certas, omitindo tais elementos em seu relato e vendendo por “*averiguado o incerto*”<sup>7</sup>. Além disso, havia errado datas essenciais, nomes de localidades e descrições sobre o Novo Mundo. Por fim, antes de expor seus métodos e explicar sobre sua própria obra, Juan Bautista Muñoz se indagava e censurava:

“Apesar destas e outras faltas até nossos dias Herrera sempre foi considerado como príncipe dos historiadores da América. E quem podia disputar-lhe esta honra? (...) Os que escreveram depois, quanto aos primeiros tempos em particular, serviram-se dos autores precedentes com pouca crítica. Ninguém agiu com cautela, com uma desconfiança metódica em relação aos tinham estudado e comparado cuidadosamente, nenhum através de um exame maduro sequer colheu fruto que era capaz de produzir o que havia impresso sobre o assunto. Muito menos encontro quem tenha feito ou procurado os materiais convenientes para levantar desde os cimentos o edifício desta história.”<sup>8</sup>

Resumidamente, o panorama traçado por Muñoz sobre as crônicas – e mesmo sobre outras obras de história que utilizaram as crônicas como fontes – que haviam sido impressas e circulavam entre o público europeu durante os séculos XVI, XVII e XVIII era extremamente negativo. Segundo este autor tais obras estavam repletas de dados duvidosos, fábulas e revelavam o descuido com que até então a história do Novo Mundo havia sido tratada. Possivelmente, atribuía Muñoz parte da responsabilidade da imagem negativa dos espanhóis disseminada entre os escritos europeus à incúria e aos dados incertos presentes nestas obras. A postura do

---

<sup>6</sup> “Solía copiar y extractar con sobrada priesa, y en ocasiones omitir y añadir a su arbitrio sin razón suficiente.” *Ibid.*, pp. XXIII – XXIV.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. XXV.

<sup>8</sup> “A pesar de estas y otras faltas siempre hasta nuestros días ha sido estimado Herrera por el príncipe de los historiadores de América. Y quién podía disputarle este honor? (...) Los que han escrito después, quanto a los primeros tiempos en particular, se han servido de los precedentes autores con poca crítica. Ninguno veo que cautelándose con una desconfianza metódica los haya estudiado y comparado detenidamente, ninguno que por medio de un maduro examen haya tan siquiera cogido el fruto que era capaz de producir lo que hay impreso en el asunto. Mucho menos hallo quien haya tenido ni aun procurado los materiales convenientes para levantar desde los cimientos el edificio de esta historia.” *Ibid.*, p. XXV.

historiador valenciano não estaria isenta de motivações políticas, basta nos lembrarmos do reformismo instalado no império espanhol nas últimas décadas dos setecentos. A obra de Muñoz relacionava-se a tentativa não somente de compreender os territórios americanos, mas de legitimar as ações da Coroa em um momento em que a ordem colonial estava sendo contestada<sup>9</sup>. Contudo, as ligações com projetos políticos que envolviam o autor e sua obra não explicam completamente esta alteração e a depreciação das obras anteriores. É necessário estar atento também às transformações epistemológicas que alicerçam esta mudança de avaliação.

Em 1836, ou seja, cerca de quatro décadas após o surgimento de *Historia Del Nuevo Mundo* de Juan Bautista Muñoz, era publicado o primeiro volume de outra obra que tinha também como objetivo refletir sobre as navegações ibéricas, especialmente espanholas, e sobre os novos territórios encontrados na América pelos europeus nos séculos XV e XVI: *Examen Critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique aux quinzième et seizième siècle*. Também intitulado na tradução parcial em espanhol como *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América: historia de la geografía del nuevo continente y de los progresos de la astronomía náutica en los siglos XV y XVI*<sup>10</sup>, este trabalho é um dos escritos menos conhecidos de um dos mais importantes naturalistas da primeira metade do século XIX, o prussiano Alexander von Humboldt, considerado por muitos o redescobridor (científico) da América. Nesta obra, embora quase contemporânea aos escritos de Muñoz, percebemos uma postura diferente àquela descrita em *Historia del Nuevo Mundo*. Logo no prólogo Humboldt ressaltou as transformações ocorridas na Europa devido aos descobrimentos de novos territórios pelos navegadores, descobridores e conquistadores europeus no continente americano e o mérito em estudar tal período. Assim como Muñoz valorizava o contato com bibliotecas e arquivos (americanos e europeus) e considerava o assunto central de sua obra uma área descuidada da literatura espanhola<sup>11</sup>. Esta semelhança não é uma característica tão

---

<sup>9</sup> MARCHENA, Juan. “Su majestad quiere saber. Información oficial y reformismo Borbónico en la América de la Ilustración”. In: SOTO ARANGO, Diana (et. al.). *Recepción y difusión de textos ilustrados: intercambio científico entre Europa y América en la Ilustración*. Madrid: doce Calles, 2003, pp. 151-155.

<sup>10</sup> As duas versões da obra foram utilizadas nesta pesquisa, tomando sempre o cuidado de cotejar as citações que serão feitas a partir da versão em espanhol com o original em francês. Serão indicadas ao longo da obra de quais das versões foram retiradas as referências. Para simplificar a leitura, dado o tamanho do título da obra, optei por utilizar a expressão *Examen Critique* para me reportar a obra *Examen Critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique aux quinzième et seizième siècle* (e sua tradução em espanhol).

<sup>11</sup> “Des investigations faites dans quelques archives en Amérique et dans les bibliothèques de différentes parties de l'Europe, m'ont facilité l'étude d'une branche négligée de la littérature espagnole”. HUMBOLDT, Alexander von. *Examen Critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique aux*

excepcional, uma vez que neste mesmo prólogo Alexander von Humboldt afirmou que antes de viajar pela América, em 1799, teve contato com Juan Bautista Muñoz:

“Antes de minha partida para a costa de Pária, primeiro ponto continental do Novo Mundo visto por Colombo, eu tive a possibilidade de gozar em Madrid dos conselhos do sábio historiógrafo don Juan Bautista Muñoz, e de admirar os materiais preciosos que ele havia recolhido por ordem do rei Carlos IV nos arquivos de Simancas, de Sevilha e da Torre do Tombo. Estes documentos comprobatórios deviam aparecer no fim da *Historia Del Nuevo Mundo*, a qual infelizmente ele publicou apenas o primeiro volume, que não dá mais que uma idéia muito imperfeita do plano estendido desta tarefa histórica.”<sup>12</sup>

É singular, no entanto, a postura assumida por Humboldt em relação às crônicas coloniais quando comparamos às avaliações feitas por Muñoz. Em determinados momentos os posicionamentos são antagônicos. Embora as críticas metodológicas estejam presentes em algumas passagens de *Examen Critique*, há uma leitura positiva e valorativa daquilo que é relatado pelos cronistas dos séculos XV e XVI. Ainda no prólogo o naturalista prussiano afirmou que muitos dos questionamentos feitos pelos primeiros cronistas que estiveram no Novo Mundo são compartilhados ainda pelos viajantes modernos<sup>13</sup>. Qualidades como sagacidade, boa observação e descrições exatas são atribuídas aos autores do início do período moderno e a suas obras.

Logo, as crônicas não seriam inventários de erros como retratou Muñoz, nem mesmo sua importância se reduziria ao fato de serem fontes sobre o passado, para Alexander von Humboldt elas eram também fontes de conhecimento, contendo saberes e questionamentos científicos ainda válidos.

A proximidade temporal entre as obras de Juan Bautista Muñoz e Alexander von Humboldt, ratificada até mesmo pelo contato pessoal que estes dois autores tiveram na Espanha, contrasta-se com a distância de seus posicionamentos frente às crônicas sobre a América escritas

---

*quinzième et seizième siècle*, Tomo I. Paris: Libraire de Gide, 1836, p. XI. Versão digitalizada da obra disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=MdJ7HAAACAAJ&dq=Examen+Critique+de+l%E2%80%99histoire+de+la+g%C3%A9ographie+du+nouveau+continent+et+des+progr%C3%A8s+de+l%E2%80%99astronomie+Humboldt&lr=&ei=YTM1SeD0Fo2YMoe4wcsG> Acesso: 03 de fevereiro de 2007.

<sup>12</sup> “Avant mon départ pour La cote de Paria, premier point continental du Nouveau-Monde vu par Colomb, j’avais eu l’avantage de jouir à Madrid des conseils du savant historiographe don Juan Bautista Muñoz, et d’admirer les matériaux précieux qu’il avait recueillis par ordre Du roi Charles IV dans les archives de Simancas, de Séville et de Torre do Tombo. Ces pièces justificatives devaient paraître à la fin de l’ *Historia del Nuevo-Mundo*, dont malheureusement il n’a été publié que le premier volumen, qui ne donne qu’une idée très imparfaite du plan étendu de cette enterprise historique”. *Ibid.*, pp. XIII - XIV.

<sup>13</sup> *Ibid.*, pp. XIII-XIV.

nos séculos XV, XVI e XVII e conduz a algumas indagações: sendo Muñoz um espanhol, por que este posicionamento tão avesso às crônicas? Seriam os elogios de Humboldt restritos à obra *Examen Critique*? Seria Alexander von Humboldt uma exceção ao valorizar as crônicas? As diferenças de posicionamento entre estes dois autores também são perceptíveis nas obras de outros estudiosos? Poderíamos afirmar que as posturas antagônicas apontadas também denotam diferenças nas concepções de história de Muñoz e Humboldt? Esta diferença também se traduz na representação do continente americano e de sua natureza? E, principalmente, tais divergências podem sugerir importantes transformações (em um curto espaço de tempo) nas bases epistemológicas em que estes autores se apoiavam?

Este trabalho pretende responder parte destes questionamentos, especialmente em relação às alterações epistemológicas ocorridas no espaço entre os séculos XVI e XIX e no que concerne às referências e aos usos das crônicas coloniais feitas por estudiosos em períodos posteriores, principalmente, Alexander von Humboldt. O objetivo central desta dissertação é analisar as leituras que foram realizadas das crônicas que abordavam a natureza do Novo Mundo produzidas, sobretudo, nos séculos XVI e XVII. Em outras palavras, pretende-se investigar as concepções forjadas nos períodos posteriores no que se refere à credibilidade das crônicas como fontes de informações verdadeiras e importantes para construção do conhecimento em relação ao continente americano. Para alcançar tal intento, inicialmente, traçarei um panorama geral dos fundamentos epistemológicos que regeram a produção do conhecimento em diferentes momentos históricos – no início do período moderno e nos séculos XVIII e XIX – focalizando como as transformações destes se conectavam aos modos de apreensão e apropriação das crônicas coloniais. A figura de Humboldt se torna aqui emblemática, não apenas por sua importância histórica no cenário da ciência e da cultura em que era contemporâneo, mas também por representar uma virada frente à postura fixada pelas obras e pensadores que o antecederam, como veremos no decorrer do trabalho.

A escolha pela temática se originou de uma suspeita que pode ser entrevista na contraposição entre Humboldt e Muñoz descrita nas páginas anteriores. Suponho que período no qual as obras de Alexander von Humboldt foram produzidas, houve uma transformação discursiva e epistemológica que permitiu a acomodação e a valorização das crônicas nos discursos sobre o continente americano. Justamente esta mudança que constituiu o alvo de investigação desta pesquisa. Possivelmente, esta alteração possa ser uma das explicações para o sucesso das

obras humboldtianas tanto na Europa quanto na América e permita também compreender em quais aspectos se assemelham as descrições sobre as paisagens americanas feitas pelo naturalista prussiano e cronistas como Oviedo.

Sendo Humboldt um dos interlocutores mais importantes no processo de reinvenção das representações do Novo Mundo durante o século XIX tanto na América quanto na Europa, como apontou Mary Louise Pratt<sup>14</sup>, o estudo de suas leituras e apropriações das crônicas contribui para a compreensão da construção de uma imagem do continente americano. Tal propósito torna-se ainda mais válido ao se notar que foram as crônicas dos séculos XVI e XVII responsáveis pela construção das primeiras representações sobre o Novo Mundo e sua recuperação por um autor do século XIX é bastante significativa. No entanto, para compreender por completo esta nova leitura das crônicas e os novos sentidos conferidos a estas fontes por Humboldt, faz-se necessário também analisar o período interposto entre estes dois momentos: o século XVIII, no qual, a exemplo do excerto de Muñoz apresentado acima, foram os escritos de autores quinhentistas sobre o Novo Mundo apresentados como detentores de informações inverossímeis. Neste sentido, configuram-se os três eixos analíticos desta pesquisa que constituem os três capítulos: o primeiro abordará as formas de apreensão da natureza americana presentes nas crônicas que, de modo pioneiro, tentaram retratar o Novo Mundo aos leitores europeus do período, ou seja, serão estudados os critérios que orientaram as primeiras representações da América e sua natureza. Em um segundo momento, será focalizado a forma como os autores setecentistas pautados em novos padrões de fiabilidade rejeitaram as crônicas e elaboraram uma nova imagem sobre o continente americano, muitas vezes pejorativa. Por fim, no último capítulo a análise estará focalizada na forma como Alexander von Humboldt recuperou estas fontes e a leitura específica que fez delas (que não se assemelhava à leitura que os homens dos séculos anteriores realizaram das mesmas obras), construindo uma representação do continente americano, e especialmente de sua natureza, cujos ecos ainda são perceptíveis no imaginário e na literatura atuais<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> “(...) Humboldt permaneceu como o único interlocutor mais influente no processo de reimaginação e redefinição que coincidiu com a independência da América Espanhola em relação à Espanha. (...) Ele foi celebrado tanto na América européia quanto na Europa, e seus escritos foram a fonte de novas e seminais visões da América nos dois lados do Atlântico.” PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagens e transculturação*. Bauru, SP: Edusc, 1999, p. 196.

<sup>15</sup> Seja em obras como *Os passos perdidos* de Alejo Carpentier ou em guias de viagens, a visão de uma natureza fantástica e exuberante perseveram entre as representações da América.

Entre as fontes disponíveis para estudo, foram privilegiadas algumas crônicas produzidas entre os séculos XVI e XVII, algumas obras do século XVIII, especialmente, os escritos de autores da chamada Disputa do Novo Mundo, como de Pauw e Buffon e alguns trabalhos de Alexander von Humboldt, publicados no início do século XIX. Entre estas últimas, em dois trabalhos publicados concentrar-se-á a análise *Quadros da Natureza (Ansichten der Natur)*<sup>16</sup> e o já citado *Examen Critique*. Obviamente que outras obras de Humboldt serão consultadas, no entanto estas possuem algumas características que as tornam singulares e capazes de responder os questionamentos que foram propostos. Apesar de terem sido influenciadas pelas viagens de Humboldt, *Quadros da Natureza* e *Examen* não podem ser considerados relatos de viagens, pois possuem uma estrutura muito diversa das narrativas feitas por exploradores em seus trajetos. Ambas as obras se propõem a sintetizar a experiência pessoal do autor e o conhecimento do período sobre a América. Além disso, apresentam duas facetas diversas de Humboldt. Por isso, constituem dois documentos singulares para o estudo que aqui se propõe.

Apesar de abordar temáticas e personagens comuns aos historiadores que se dedicam à história da ciência, este trabalho não se inscreve diretamente nesta área de investigação. Obviamente que em diversos momentos serão feitas discussões com autores ligados à história da ciência, até porque Humboldt e outros autores como Buffon foram alguns dos cientistas mais importantes de seus tempos e uma considerável parte dos estudos sobre suas obras foi feita por especialistas deste campo da história. Serão citados autores ligados à historiografia mais recente os quais tratam da temática científica na América, entre eles Juan José Saldaña e Sílvia F. Mendonça de Figueirôa<sup>17</sup>, que procuram compreender a especificidade da ciência produzida em outros contextos que não o europeu, entendendo também a recepção de conhecimento como um ato não passivo e capaz de elaborar respostas diversas a situações próprias, sem desvincular a ciência da cultura. No entanto, esta pesquisa não restringe seu objeto de investigação aos campos tradicionalmente tidos como científicos. Pretende-se traçar as leituras e os diálogos tecidos entre obras produzidas nos séculos XVIII e XIX em relação a outras criações dos séculos XVI e XVII

---

<sup>16</sup> Para a análise de *Quadros da Natureza* foi utilizada a tradução para o português feita pela editora W. M. Jackson Inc na década de 1950. No entanto, cotejamos com as edições traduzidas para o francês e espanhol.

<sup>17</sup> Cf. SALDAÑA, Juan José. “Ciência e Identidade Cultural”. In: FIGUEIRÔA, Sílvia F. de Mendonça (org.). *Um Olhar sobre o Passado: História das Ciências na América Latina*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2000. FIGUEIRÔA, Sílvia F. de Mendonça. “Mundialização da Ciência e Respostas Locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil”. *Asclépio*, Madrid, (50):2, 1998. FERREIRA, Lúcio Menezes. “Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial”. Rio de Janeiro: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* (13): 2, abr.-jun. 2006.

– sendo que tais obras podem estar ligadas ou não aos meios científicos – e de que forma tal dialogicidade contribuiu para a construção, não apenas de uma ciência específica, mas do conhecimento e de representações sobre a América. Compartilhando da perspectiva de Peter Burke, tento esboçar neste estudo (dentro de recortes e objetivos limitados) uma história do conhecimento sobre a América. Entendo conhecimento como tudo aquilo que é processado ou sistematizado pelo pensamento<sup>18</sup>, não circunscrito à esfera de letrados ou intelectuais.

O enfoque amplo e que privilegia o conceito de conhecimento em detrimento de ciência explica-se pela própria polivalência de Alexander von Humboldt, cujos estudos não podem ser delimitados dentro de uma categoria atual de ciência. Ao utilizar o termo naturalista para defini-lo, a escolha se deve apenas pelo fato de conservar o que foi consagrado pela literatura sobre este autor. Poderíamos retratá-lo como geógrafo, historiador, geólogo, botânico, mineralogista, zoólogo, entre outras denominações. Definição próxima àquela encontrada na *Enciclopédia* para “letrados”, ou seja, não de um erudito que adquiriu “*saber profundo sobre uma determinada disciplina, mas um homem que possui conhecimentos em todas as áreas do saber*”<sup>19</sup>. Muitas foram as teorias científicas de Humboldt, porém devido aos objetivos desta dissertação, elas somente serão mencionadas e explicadas conforme a necessidade, sem um detalhamento complexo, uma vez que não está sendo proposta uma análise ou o estabelecimento de uma genealogia de suas idéias centrais. No entanto, sempre serão indicadas referências bibliográficas que se aprofundaram no assunto.

Quanto às escolhas temporais elas se justificam não apenas pela relação entre as fontes já explicitada nos parágrafos anteriores. Para América, estes recortes são significativos por evidenciarem momentos de formação ou (re) elaboração das representações sobre o continente. As décadas que se seguiram aos primeiros contatos dos europeus com o Novo Mundo foram responsáveis pela formação de uma imagem sobre a natureza, os povos indígenas e as demais características do continente americano<sup>20</sup>. Nos setecentos, percebe-se um renovado interesse em relação à América tanto no campo da economia, quanto do naturalismo e da filosofia. No entanto

---

<sup>18</sup> BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.19.

<sup>19</sup> CHARTIER, Roger. “O Homem de Letras”. In: VOLVELLE, Michel (dir.). *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 119.

<sup>20</sup> Como salientou Janice Theodoro, apoiada na obra de Edmundo O’Gorman, nesta construção criou-se uma imagem de América pautada num repertório europeu de visões anterior ao século XV, sendo assim este continente foi antes inventado para depois ser descoberto. Contudo, não podemos esquecer que foi a partir das descrições e relatos das crônicas que as representações da América tomaram corpo, mesmo que construídas a partir de referenciais europeus.

esta curiosidade vinculava-se a propósitos e momentos históricos específicos, diferentes daqueles em voga no período anterior. Não é por acaso que houve uma grande mutação na maneira de representar o continente e emergiram teses detratoras da região. No final do século XVIII e início do século XIX, em virtude de todas as transformações políticas e sociais que a Europa e a América vivenciavam, houve um processo de reinvenção das representações do Novo Mundo em ambos os lados do Oceano Atlântico, associado a novas identidades que surgiam, bem como a novos paradigmas culturais e epistemológicos. Assim, uma nova visão sobre a América configurou-se. Vale ressaltar que durante a re-imaginação do continente americano, muitos autores retomaram as obras dos momentos iniciais de colonização, daí a singularidade deste processo.

Antes de adentrar em considerações mais específicas sobre esta investigação, faz-se necessário a definição de seu objeto de estudo principal: as crônicas.

São as crônicas um dos documentos do período colonial da América mais acessíveis aos historiadores, já que grande parte foi publicada no passado ou editada no último século. Há uma extensa bibliografia que se propõe a estudar as crônicas individualmente, em conjunto ou de forma comparativa. A origem das crônicas remonta à literatura histórica cristã e embora sua produção estivesse em declínio nos demais países da Europa, na Península Ibérica elas continuaram a ser escritas durante o período moderno, inclusive com o apoio oficial da Coroa<sup>21</sup>. No século XVI as crônicas possuíam um sentido muito próximo à noção de história; podendo ser definidas como o informe sobre o passado, ou seja, sobre os acontecimentos que deveriam ser conservados na memória, ou ainda como a anotação dos eventos do presente fortemente estruturados pela sequência temporal<sup>22</sup>.

Produzidas de acordo com certas regras, a categoria crônica abarca textos muito diversos entre si. No caso da América foram escritas crônicas que tratavam de eventos de uma determinada região ou do continente como um todo, que tentavam descrever e apreender as características físicas dos territórios encontrados pelos europeus, que narravam ações ligadas a uma determinada ordem ou de conquistadores, que resgatavam o passado e costumes indígenas, escritas na América ou ainda no velho continente etc. Em relação aos autores das crônicas a

---

<sup>21</sup> REIS, Anderson Roberti dos e FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. “A crônica como gênero e documento histórico”. In: *Idéias*, Ano 13 (2), 2006, p. 26.

<sup>22</sup> MIGNOLO, Walter. “Cartas, crônicas y relaciones Del descubrimiento y la conquista”. In: MADRIGAL, Luís Iñigo (coord.). *Historia de la literatura hispanoamericana*. Tomo I. Madrid: Cátedra, 1998, p. 76.

mesma observação pode ser feita, a especificidade de cada crônica supera a tentativa de qualquer agrupamento que as classifique e se torne um modelo de compreensão.

No entanto, buscando estabelecer um recorte, compartilho em alguns aspectos da proposta de Walter Mignolo em seu artigo “Cartas, Crônicas y relaciones del descubrimiento y la conquista”. Neste trabalho o autor não analisou as crônicas e outros escritos a partir de uma organização por períodos, nem mesmo considerava como critérios organizativos válidos para suas investigações os tipos discursivos e formações textuais. Mignolo privilegiou o referente comum destes textos, isto é, o descobrimento e as conquistas das Índias como critério de recorte dos textos que analisaria<sup>23</sup>. De certa forma, será este também o meu fundamento de escolha, pois ao abordar a história do Novo Mundo Alexander von Humboldt e outros autores centravam suas citações nas obras que diziam a respeito das conquistas e descobrimentos. A explicação de Mignolo para seu recorte cronológico é bastante interessante e de certa forma confirma os indícios de uma transformação conceitual e epistemológica entre o final do século XVIII e o início do século XIX nos escritos sobre o continente americano que apontamos anteriormente:

“(…) a justificativa [do recorte] seria que, por um lado, no corpus textual cujo referente é o descobrimento e a conquista, o limite cronológico pode se traçar situando em uma ponta do espectro, o *Diário de Navegação* de Cristóvão Colombo e, na outra a *Historia del Nuevo Mundo* de J. B. Muñoz (1793). Esta cronologia (que coincide com a época ‘colonial’), está marcada – por sua vez – por uma dimensão ideológica: o que se denomina geralmente como ‘Índias’ ou ‘Novo Mundo’, no escritos anteriores ao final do século XVIII e que, com mais frequência, começa a se denominar ‘América’ no século XIX, não é somente... uma transformação de nome, senão uma modificação conceitual relacionada com uma alteração política e econômica que traçamos, cronologicamente, com a independência.”<sup>24</sup>

Diferentemente de Mignolo, este trabalho limita a análise das crônicas até o século XVII, uma vez que foram os escritos anteriores a esse período a maior parte daqueles consultados por autores de períodos posteriores para se referirem ao Novo Mundo. Além disso, entre as crônicas analisadas todas foram publicadas até o século XVIII, pois embora Humboldt e outros letrados

---

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 58.

<sup>24</sup> “(…) La justificación de ella sería que, por un lado, en el corpus textual cuyo referente es el descubrimiento y la conquista, el límite cronológico puede trazarse situando, en una punta del espectro, el *diario de navegación* de Cristóbal Colón y, en la otra, la *Historia del Nuevo Mundo* de J. B. Muñoz (1793). Esta cronología (que coincide con la época ‘colonial’), está marcada – a su vez – por una dimensión ideológica: lo que se denomina generalmente como ‘Índias’ o ‘Nuevo Mundo’, en los escritos anteriores al final del siglo XVIII y que, con más asiduidad, comienza a denominarse ‘América’ en el siglo XIX, no sólo es... un cambio de nombre, sino una modificación conceptual relacionada con un cambio político-económico que trazamos, cronológicamente, con la independencia.” *Ibid.*, p. 58.

setecentistas aleguem terem tido contato com materiais manuscritos, a leitura de suas obras revela que eles tiveram maior acesso e fazem mais referências às fontes que eram impressas e de considerável difusão entre os meios intelectuais europeus.

O recorte temático se faz necessário também, uma vez que múltiplos eram os assuntos abordados pelas crônicas e pelos letrados do século XVIII. Foram privilegiadas as descrições e as menções ao universo natural americano, em detrimento das descrições etnográficas, embora elas surjam no decorrer do trabalho, uma vez que é impossível dissociar por completo em todos os documentos a representação de natureza e das sociedades humanas. De diversas formas as descrições dos elementos naturais e dos aspectos humanos se conectam nas obras nas diferentes épocas, sendo justamente esta conexão muitas vezes um fator revelador para nossa análise. Obviamente, ao enunciar a palavra ‘natureza’, tenho em mente primeiramente que se trata de um conceito forjado historicamente e ausente em muitos grupos humanos, especialmente nas sociedades nativas americanas. Um segundo ponto que não deve ser omitido, mesmo quando centramos nossa atenção na concepção judaico cristã de dicotomia entre os universos humano e natural, é necessário sempre levarmos em conta sempre que a percepção e a representação do que se denomina natureza se alterou ao longo do tempo, sendo esta transformação altamente significativa. Em terceiro lugar, não podemos esquecer que a expressão natureza abarca um conjunto imenso de caracteres, formações geológicas, espécies de seres vivos, entre outros aspectos. No entanto, mais do que centrar minha investigação em um ramo específico de ciência atual, algo que seria anacrônico, pretendo recuperar as noções de mundo natural que permeavam as obras, que não eram claramente segmentadas como o concebemos<sup>25</sup>.

Para finalizar, é necessário restituir a importância de se pensar a representação do continente e de sua natureza. Ao forjar uma imagem do Novo Mundo, muitas vezes associada ao domínio da natureza, as crônicas criaram também um estereótipo para o leitor estrangeiro (especialmente europeu) que se perpetua ao longo de séculos. Pensar a América, especialmente a parte denominada latina, tem como requisito o reter atenção sobre seu universo natural. Em pleno século XXI, a América ainda é reconhecida pelo exotismo de suas paisagens naturais. Tal

---

<sup>25</sup> As noções de natureza envolviam questionamentos ligados desde à metodologia até mesmo a ontologia do universo natural. O pertencimento ou não do homem à natureza era um deles. Filósofos e naturalistas formularam (e de certa forma ainda formulam) questões como, por exemplo: seria o homem condicionado às leis da natureza? Pode ser analisado de forma distinta do mundo natural? Perguntas que permeiam, mesmo que implicitamente, as fontes que analisaremos, e por isso, não devem ser ignoradas em nossas reflexões.

representação é constantemente reiterada pela literatura, pela mídia, pelas artes e ou ainda por publicações ligadas ao setor turístico. A associação com o natural, seja positiva ou negativamente, contribui para escamotear outras relações que envolvem o continente, como as de domínio político e social. Repensar o papel da natureza na definição do continente é também refletir sobre os modelos de construção e explicação da história da América, bem como do papel de americanos e estrangeiros neste processo.

# CAPÍTULO I

## As crônicas e a cognição do mundo natural americano no início do período moderno

*“(...) Essa mulher referia-se às ervas como se tratasse de seres sempre despertados num reino próximo embora misterioso, guardado por inquietantes dignitários. Por sua boca as plantas punham-se a falar e apregoavam seus próprios poderes.”*

*(Alejo Carpentier)<sup>1</sup>*

“Não vi até agora animal tão feio nem que pareça ser mais inútil que este”<sup>2</sup>. Foi assim que em 1526 o primeiro cronista real das Índias, Gonzalo Fernández de Oviedo, descrevia o chamado *perico ligero*, conhecido também como bicho-preguiça, em *Sumario de la natural historia de las Indias*. Dedicada ao rei Carlos I, esta obra, segundo o autor, tinha como objetivo descrever a natureza das Índias (ilhas e Terra Firme) a partir de sua observação e de seu entendimento. Entre os animais relatados estava o mencionado bicho-preguiça.

Oviedo iniciou a descrição do unau por meio do rastreamento da origem do nome *perico ligero* evidenciando o paradoxo da designação “ligeiro” para um animal tão lento. Segundo o autor, a gênese dessa contradição está no fato de os primeiros cristãos que viram a preguiça recordarem que era comum, na Espanha, chamar a um negro de Juan Blanco para que se compreendesse o inverso e, assim, nomearam-no com o qualitativo ligeiro para indicar sua lentidão<sup>3</sup>, deixando transparecer o sentido de humor que haveria para seus contemporâneos esta associação contraditória.

---

<sup>1</sup> CARPENTIER, Alejo. *Os passos perdidos*. São Paulo: Martins, 2008, p. 91.

<sup>2</sup> “(...) ni he visto hasta ahora animal tan feo ni que parezca ser más inútil que aqueste.” FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Sumario de la natural historia de las Indias*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo/ Universidad de Bogotá “Jorge Tadeo Lozano”, 1995, p. 71.

<sup>3</sup> “(...) Los primeros cristianos que este animal vieron, acordándose que en España suelen llamar al negro Juan Blanco porque se entienda al revés así como toparon este animal le pusieron el nombre al revés de su ser, pues se yendo espaciosísimo, le llamaron ligero.” *Ibid.*, p. 70.

Oviedo prosseguiu na tentativa de narrar sobre aquele animal estranho que não tinha conformidade com os demais<sup>4</sup>. Contudo, a linearidade e objetividade, que atualmente tanto se preza, não eram marcas de seu relato; ele mesclava informações sobre comprimento, largura e características físicas, como patas e cabeça, com dados sobre seus hábitos conforme era conveniente, para, em seguida, retomar as descrições sobre os aspectos corporais em conjunto com outros costumes da preguiça. Não havia uma distinção entre as partes que compõem o ser e sua maneira usual de ser, agir e sentir – tudo estava imbricado no texto de tal forma que o avaliamos como um amontoado de informações desordenadas. No entanto, havia um ordenamento implícito que guiava suas descrições, o qual se encontra escamoteado em uma leitura mais superficial por meio de um olhar contemporâneo.

De acordo com a descrição proposta por Oviedo, o bicho preguiça teria quatro pés, porém cada um deles com unhas largas como as das aves; teria uma cara redonda como a da coruja; olhos pequenos e redondos e nariz como o de um macaco; sua boca foi descrita como muito pequena e seus pelos teriam cores semelhantes às de um texugo, parda e branca. Em uma costura pouco comum, o cronista descreve um ser vivo que não é nem coruja e nem ave, muito menos macaco ou texugo, e daí sua especificidade e desconformidade. Porém a preguiça guarda dentro de si partes desses animais.

Ainda segundo o cronista real das Índias, o bicho-preguiça não tinha rabo e sua voz era diferente daquela produzida por todos os animais do mundo; seu canto era noturno e se dividiria em seis pontos que poderiam ser comparados às seis notas musicais (la, sol, fa, mi, re, ut)<sup>5</sup> e seria um exemplo para os homens, pois ensinaria os princípios da música, ou seja, oculta nas ações deste animal estava uma verdade a ser decifrada. Em relação aos hábitos do unau, ele descreveu que o animal movia seu pescoço de um lado para outro, como tolo, sempre com a intenção de se agarrar a uma árvore ou algo que possa subir lentamente. Devido a seu canto no período da noite, presumia que era um animal noturno e amigo da escuridão. Não compreendia do que se alimentava a preguiça, pois nunca a tinha visto alimentar-se e pensava que poderia ser o ar a sua comida<sup>6</sup>. A estranheza marca o seu relato, contudo não fecha as possibilidades de leitura e

---

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 70.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 71.

<sup>6</sup> “(...)y mueve aquel pescuezo a una parte y a otra, como atontado, y su intención o lo que parece que más procura y apetece es asirse de árbol o de cosa por donde se pueda subir en alto; (...)Esto [cantar] hace de noche, y jamás se oye cantar de día; y así por esto como porque es de poca vista, me parece que es animal nocturno y amigo de escuridad o

representação de seu objeto; serve como um espaço de diálogo a partir do qual muitos outros irão se remeter. Na singularidade da preguiça, foram tecidas diversas argumentações e descrições que se entrecruzam inúmeras vezes e, nas quais, mais do que diferenças ocasionadas pelo tempo, podemos perceber a circulação de ideias, textos e, especialmente, dessas primeiras crônicas sobre a Natureza do Novo Mundo.

Mais sintética, porém com preocupações e visões semelhantes, encontramos outro relato sobre o *perico ligero* na obra *Historia Natural y Moral de las Indias* do padre jesuíta José de Acosta publicada em 1590. Enquadrada na categoria e no capítulo intitulado “Dos animais dos montes” a descrição da preguiça está associada a de animais de diferentes tipos, tais como iguanas, antas, porquinhos das índias, chinchilas, porcos e outros roedores. A aproximação em um mesmo capítulo de animais tão díspares permite entrever alguns aspectos da ordenação que Acosta estabelece para o mundo natural, bem como a posição que se ajustaria a preguiça dentro das categorias existentes. A descrição que fez dos unauas, que em alguns pontos se aproximava daquela feita de forma analítica por Oviedo, estava intimamente associada a critérios e preocupações comuns.

“Outro animal engraçado é o que por sua excessiva lentidão em se mover lhe chamam de “*perico ligero*”, que tem três unhas em cada mão, meneia os pés e mãos como um compasso com grande indiferença; é como um macaco, e na cara se parecem; dá grandes gritos, anda em árvores e come formigas.”<sup>7</sup>

O sentido jocososo do nome retorna no relato de Acosta como revelador não somente do hábito do animal (a lentidão), mas também de algo que mereceria, segundo ambos cronistas, ser destacado, talvez visando a evitar equívocos ou possivelmente para evidenciar um tom irônico por trás do nome – que na atualidade não nos soa tão engraçado. A comparação do bicho-preguiça ao macaco também revela o que este animal não é, a sua dessemelhança ao que é conhecido, inclusive ao macaco (que se parecem, mas não são iguais). Contudo, a comparação também permitiu ao leitor acomodar este animal dentro de suas referências conhecidas, como

---

tinieblas. (...) y no se puede saber ni entender lo que come... debe se mantener del aire... porque nunca se le vido comer cosa alguna, sino volver continuamente la cabeza o boca hacia la parte que el viento viene.” *Ibid.* , pp 70-71.

<sup>7</sup> “ (...)Otro animal donoso es el que por su excesiva tardanza en moverse le llaman perico ligero, que tiene tres uñas en cada mano: meneia los pies y manos como por compás con grandísima flema; es a la manera de mona, y en la cara se le parece; da grandes gritos, anda en árboles y come hormigas.” ACOSTA, José de. *Historia Natural y Moral de las Indias*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1999. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12471630833470495210657/index.htm> . Acessado em 20/05/2009.

veremos adiante. Embora diversos, os relatos de Acosta e Oviedo possuem pontos de convergência, que mais do que meras narrativas sobre um espécime animal americano, dão-nos pistas sobre as bases de pensamento, classificação e reflexões utilizadas para apreender a natureza americana. Acima de tudo, também possibilitam ao historiador do século XXI entrever quais os critérios textuais que garantiam a um texto sobre a natureza de um local remoto o estatuto de verdadeiro.

Entretanto pode-se perguntar: qual a importância do bicho-preguiça para a história do Novo Mundo? Por que analisar relatos sobre a natureza americana? Em quais sentidos tais escritos podem contribuir para a compreensão da história? Qual a particularidade e a validade de tais relatos na compreensão da história e das representações do continente americano?

Vários argumentos poderiam ser levantados para responder a estes questionamentos, no entanto, há dois pontos relevantes que merecem ser discutidos mais detalhadamente<sup>8</sup>. O primeiro refere-se à importância do estudo das relações entre os homens e a natureza em diferentes esferas (intelectual, afetiva, econômica, política e social). A análise dos vínculos estabelecidos pelos homens com o mundo natural em diferentes regiões do planeta é uma das formas de compreender hierarquias, classes, características e valores das sociedades humanas em estudo, não sendo, portanto, uma peculiaridade do continente americano. Como alertou Keith Thomas em seu estudo sobre a Inglaterra dos séculos XVI, XVII e XVIII, é uma tendência do pensamento humano projetar na natureza

“categorias e valores derivados da sociedade humana para, depois, trazê-los de volta à ordem humana, que criticarão ou defenderão, justificando determinado arranjo social ou político com base em que de algum modo seria mais ‘natural’ que os outros possíveis.”<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> A ampliação dos objetos de estudo dos historiadores já era proposta no início do século passado. Lucien Febvre, por exemplo, na conferência “O homem do século XVI” proferida na Universidade de São Paulo em 02 de setembro de 1919, enfatiza a necessidade de novas áreas de estudo, como a história dos sentimentos. Esta tendência foi ampliada por diversos historiadores ao longo das últimas décadas. Assim, a história das relações humanas frente à natureza surgiu como objeto a mais de investigação, exemplo disto é o livro de Alain Corbin *O território vazio: a Praia e o imaginário Ocidental* que explora as relações do europeu com a praia e o mar. Além disso os estudos ligados à história ambiental merecem ser citados como um novo olhar para interdependência entre o homem e o meio ambiente. Cf.: FEBVRE, Lucien. “O homem do século XVI”. In: *Revista de História*, nº. 1, USP, 1950.

<sup>9</sup> THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 73. Páginas antes desta citação Thomas ainda afirmou ser “(...) impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas.” (*Ibid.*, p. 19). Portanto, compreender a relação entre homens e a natureza é entender também como ele inseria a si mesmo no mundo que o rodeava.

Assim, as crônicas quinhentistas que tentavam apreender a natureza americana podem ser consideradas uma janela para o entendimento das relações e valores que foram estabelecidos naquelas novas terras, e principalmente, o posicionamento que deveria ser ocupado e a imagem que deveria ser construída do Novo Mundo.

Contudo, é o segundo ponto o mais revelador da importância de se deter atenção aos relatos sobre a natureza americana. Desde os primeiros contatos entre os europeus e a América, a ênfase nos aspectos naturais foi um traço comum em diferentes narrativas e imagens e conduziu a associação deste continente à ideia de uma região de predomínio do natural. Em outras palavras, escrever sobre o Novo Mundo, independentemente do assunto tratado, era também se referir a sua natureza, a qual não seria apenas sua característica mais marcante, mas também determinante. Cronistas, como Gonzalo Fernández de Oviedo, José de Acosta, Francisco Hernández, Pedro Mártir de Anglería<sup>10</sup>, entre outros, dedicaram boa parte de suas obras descrevendo e tentando compreender a natureza americana, e por consequência o novo continente. Este vínculo permaneceu presente no imaginário europeu ao longo de séculos, fazendo parte de muitos argumentos utilizados nos debates sobre a América que se desenrolaram especialmente no século XVIII.

Na chamada *Polêmica do Novo Mundo*, analisada por Antonello Gerbi, a natureza e as condições climáticas americanas eram encaradas como inferiores, degeneradas e menos desenvolvidas que as européias. Tais considerações tinham implicações até mesmo no estado de desenvolvimento dos homens daquela região, isto é, assim como o mundo natural do Novo Mundo era inferior, suas sociedades, diretamente influenciadas pelo seu ambiente, também eram menos desenvolvidas, legitimando, assim, uma série de ações dos europeus no continente americano<sup>11</sup>. As associações entre natureza e o status conferidos à América e seus habitantes não

---

<sup>10</sup> ÁLVAREZ-PELÁEZ, R. “La descripción de las aves en la obra del madrileño Gonzalo Fernández de Oviedo.” In: *Asclépio*, vol. XLVIII (1), 1996. BUSTAMANTE GARCÍA, Jesús. “Francisco Hernández, Plinio del Nuevo Mundo: tradición clásica, teoría nominal y sistema terminológico indígena en una obra renacentista”. In: QUEIJA, Berta Ares e GRUZINSKI, Serge (coord.). *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilla: CSIC, 1997.

<sup>11</sup> GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. A chamada Polêmica do Novo Mundo será discutida mais profundamente ao longo deste capítulo.

cessam no século XVIII, adentrando o período contemporâneo, como nas tentativas de muitos autores de explicar a situação enfrentada pelo continente após os processos de emancipação<sup>12</sup>.

Não é por acaso que o peculiar bicho-preguiça, cujas crônicas citadas anteriormente o descrevem, séculos mais tarde foi alvo de ataques e defesas juntamente com outros espécimes da fauna e da flora americanas. As características físicas do unau, segundo alguns autores, seriam sinais da debilidade da natureza do Novo Mundo ou, pelo contrário, uma pequena amostra da exuberância daquele continente. Mesmo o filósofo Johann Gottfried von Herder não sendo considerado por especialistas como um detrator da América e nutrindo até certa simpatia por esta parte do globo, ao se referir a alguns traços de sua fauna – e no caso específico da preguiça – não se livra de depreciá-la. O bicho-preguiça quando comparado ao elefante e ao leão, segundo Herder, era visto como inferior, inerte e disforme, exemplo típico do conjunto de animais do Novo Mundo, um continente pobre em grandes animais e rico em morcegos, insetos, ratos e outros bichos nocivos aos homens. Possuindo tais caracteres esta parte do mundo sofria consequências deploráveis para a história de suas sociedades humanas<sup>13</sup>.

No entanto, nosso animal protagonista não era somente encarado de forma negativa. Ao combater as teses de autores como Cornelius De Pauw e de George-Louis Leclerc (conde de Buffon) sobre a escassez, debilidade e inferioridade das espécies americanas, Francisco Javier Clavijero, jesuíta da região da Nova Espanha expulso da América em 1767, em sua obra *Storia Antica Del Messico*, recorreu ao exemplo do bicho-preguiça. Juntamente com os avestruzes americanos (emas), os unaus eram as personificações da fartura da natureza do continente. Ao contrário do que poderiam julgar seus contemporâneos os dois dedos a mais dos avestruzes americanos e as 46 costelas da preguiça não eram sinais de monstruosidade ou degeneração, muito pelo contrário, indicavam excesso, abundância e exuberância. Aspectos compartilhados por toda a natureza do Novo Mundo e que atestavam a benignidade de seu clima e de suas paisagens<sup>14</sup>.

Em sua vagarosidade, a preguiça abre-nos uma porta de reflexão para a circulação de ideias e escritos sobre a natureza americana, revelando não apenas a importância desta temática

---

<sup>12</sup> Neste caso o nome mais evidente que surge é Domingo Sarmiento, que em *Facundo: civilização e barbárie* apresenta-nos um quadro no qual a natureza é uma das responsáveis pela condição degenerativa do homem no pampa. SARMIENTO, Domingo. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

<sup>13</sup> HERDER, Johann Gottfried von. *Briefe zur Beförderung der Humanität*. Apud: GERBI, *O Novo Mundo: história de uma polêmica.*, Op. Cit., p. 587.

<sup>14</sup> CLAVIJERO, Francisco J. *Storia Antica Del Messico*. Apud.: *Ibid.*, p. 163.

para a compreensão histórica, mas também indicando camadas de leituras sucessivas e muitas vezes sobrepostas ao longo dos séculos e principalmente evidenciando transformações nas maneiras de compreender o mundo natural americano e nos objetivos pelos quais seus relatos eram compostos. Se para Oviedo o bicho-preguiça era um animal disforme, estranho e que motivava a curiosidade (fazendo o próprio cronista deter-se com bastante atenção nesta espécie de ser vivo), Clavijero o representa de forma bastante diversa, como exemplo da fecundidade e dos prodígios da natureza do Novo Mundo<sup>15</sup>. Tal como o unau, a natureza americana também sofreu leituras sucessivas e sobrepostas; representações diversas foram construídas na tentativa de apreender o mundo natural americano, sendo possível observar alterações sofridas por estas não apenas entre autores, mas também ao longo do tempo.

Pretende-se neste e no próximo capítulo mapear as transformações epistemológicas dos estudos sobre a natureza entre os séculos XVI e XVIII. Para tal tarefa, será feita a exposição e a discussão das principais obras historiográficas que abordam o tema. Simultaneamente, será analisada a forma como os relatos específicos sobre a América inserem-se nestes quadros epistemológicos traçados pelos historiadores. Assim, será possível avaliar com maior rigor quais são os elementos que aproximam e quais são aqueles que afastam os discursos de Oviedo e Clavijero, seja especificamente sobre o bicho-preguiça ou sobre a América como um todo. E, portanto, compreender as leituras, avaliações apropriações e camadas discursivas que estiveram envolvidas nas tentativas de apreensão da natureza americana.

Nestes dois primeiros capítulos pretende-se estabelecer quais eram os critérios que garantiam a credibilidade, isto é, o estatuto de verdade para determinado relato, especialmente em relação ao mundo natural, embora imbricado a ele estejam questões históricas, factuais e morais. Iniciaremos nosso exame de uma forma cronológica, mostrando quais as bases que sedimentavam o conhecimento durante o início do período moderno (no qual houve os primeiros contatos dos europeus com a América) segundo a historiografia das últimas décadas, para em seguida descrever o processo pelo qual a natureza e o continente americano como um todo se acomodaram dentro da cultura e dos saberes ocidentais desta mesma época. Contudo, antes disso,

---

<sup>15</sup> Não pretendo discutir qual das narrativas seria a mais verdadeira e condizente com a realidade americana, considero ambas como representações da natureza e analisando-as como tal. Tarefa vã é buscar a verdade ou o relato real nestes escritos. O que pretendo nesta pesquisa é evidenciar as transformações sofridas nas formas de descrever e compreender aquilo que estes autores denominam como bicho-preguiça (no exemplo específico que estamos nos reportando) e natureza.

é necessário determos-nos na definição de algumas ideias-chave para a compreensão deste trabalho.

## I. Definindo conceitos: epistemologia e natureza

Alguns conceitos merecem uma definição cuidadosa, pois embora pareçam patentes, a falta de delimitação do que está subentendido ao utilizar determinada nomenclatura pode conduzir a equívocos. Epistemologia é um destes conceitos. Derivada das palavras gregas *episteme* (conhecimento) e *logos* (explicação), a epistemologia também é conhecida como teoria do conhecimento<sup>16</sup>, e podendo ser definida como a parte da filosofia dedicada à investigação sobre a natureza do conhecimento, suas possibilidades, seus espaços e suas bases gerais. Em outras palavras, a epistemologia estuda as possibilidades, os limites, a validade e a origem do conhecimento humano<sup>17</sup>. As primeiras reflexões epistemológicas podem ser encontradas nas obras dos filósofos gregos da Antiguidade, como Platão e Aristóteles. Entretanto, a epistemologia obteve destaque nas obras filosóficas ocidentais durante os séculos XVII e XVIII, nos quais racionalistas, como Descartes e Leibniz, encontravam seus antípodas nos chamados empiristas, como Locke e Hume. Evitando adentrar no campo da história da filosofia, é fundamental assinalar que a noção de epistemologia (e não somente os estudos epistemológicos) possui variações conforme o pensador que se analisa. Assim, torna-se necessário situar e justificar a conceituação adotada.

Para demonstrar a variabilidade de definições e de usos do conceito epistemologia, é suficiente, tendo em vista os objetivos deste trabalho, a retomada sucinta de algumas comparações feitas por Roberto Machado entre as ideias de autores ligados a uma história epistemológica (francesa) e a noção de *epistémê*<sup>18</sup> de Michel Foucault. Na primeira corrente, autores como Gastón Bachelard compreendiam que era objetivo das reflexões epistemológicas investigar os procedimentos de produção do conhecimento científico, elucidar as operação das

---

<sup>16</sup> ABBAGNANO, Nicolas. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 183.

<sup>17</sup> “Epistemology or the theory of knowledge, is that branch of philosophy concerned with the nature of knowledge, its possibility, scope and general basis” HONDERICH, Ted (edit.) *The Oxford Companion to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1995, p.

<sup>18</sup> Ao longo deste trabalho será adotada a grafia utilizada por Michel Foucault em *As palavras e as coisas: epistémê*.

ciências e avaliar suas científicas, sem, no entanto, elaborar postulados gerais de racionalidade – válidos para qualquer ciência. Tais autores procuravam explicitar os fundamentos de um setor particular da ciência sem universalismos<sup>19</sup>. O objeto central de investigação era o conhecimento científico e seu instrumento de análise privilegiado era a história.

“A análise dos problemas epistemológicos é sempre feita pelo viés da investigação histórica. Em contrapartida, é necessário que essa história se torne filosófica deixando-se guiar pelo projeto epistemológico.”<sup>20</sup>

Entre as prerrogativas destes estudiosos, estaria a convicção da existência de diferentes tipos de racionalidades nos discursos científicos. “(...) *A epistemologia é, portanto, uma filosofia que tematiza a questão da racionalidade através da ciência, considerada por ela a atividade racionalista por excelência*”<sup>21</sup>. Portanto, para estes autores no cerne das investigações epistemológicas estava a questão do desenvolvimento da racionalidade científica; a ciência se colocaria como ponto central de reflexão. Outras formas de conhecimento ocupariam um papel secundário em seus estudos.

Ainda que associado à história, o conceito de *epistémê* de Michel Foucault possui algumas diferenciações significativas. Em sua obra *As palavras e as coisas* o autor refutou explicações simplistas para as transformações epistemológicas ocorridas no período clássico (século XVII) e no século XIX. Opondo-se à historiografia tradicional sobre a ciência, Foucault afirmava que as mudanças técnicas, metodológicas e de atitudes ou ainda um suposto desenvolvimento da racionalidade, não eram argumentos suficientes para explicar transformações epistemológicas profundas<sup>22</sup>.

Considerando *epistémê* como o conjunto de pressupostos que permitem que um discurso seja aceito como verdadeiro em determinado período, Foucault recusa a ideia teleológica de um progresso crescente da razão:

“(...) Não se tratará, portanto, de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer; o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a *epistémê* onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição

---

<sup>19</sup> MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 15.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 8.

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 171-174.

crecente, mas antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento.”<sup>23</sup>

Esta citação torna-se fundamental na compreensão do conceito para Foucault. Nota-se que os conhecimentos tidos como científicos não ocupam o papel central na definição de *epistémê*; o saber sim é o alvo de suas reflexões, ou seja, as condições de possibilidades internas ao próprio conhecimento. Além de ser um produto de determinado momento histórico, a *epistémê*, para o pensador, também estaria condicionada às instituições e ao poder. Associada, portanto, a este conceito estaria a ideia de vontade de verdade discutida em *A ordem do discurso*. Para Foucault as grandes mutações científicas podem ser compreendidas como o surgimento de novas formas na vontade de verdade<sup>24</sup>, capazes de exercerem pressão e coerção sob os discursos. Além da restituição do caráter de acontecimento ao discurso<sup>25</sup> e da ênfase às descontinuidades, Foucault propõe o questionamento da vontade de verdade para a compreensão das regras e dos mecanismos de formulação dos enunciados. Estariam inscritas dentro de um mesmo universo epistemológico proposições dirigidas a um mesmo plano de objetos e que utilizassem determinados instrumentos, procedimentos ou técnicas para a formulação de suas proposições e conclusões.

Em *Arqueologia do saber*, Foucault delimitou objetivamente o que compreendia por *epistémê*:

“Por *epistémê*, compreende-se, de fato, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar às figuras epistemológicas, às ciências, eventualmente aos sistemas formalizados (...). A *epistémê* não é uma forma de conhecimento ou um tipo de racionalidade que atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um assunto, de um espírito ou de uma época; é o conjunto de relações que se pode descobrir, para uma dada época, entre as ciências por meio da análise das regularidades discursivas.”<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> *Ibid.*, pp. XVIII- XIX.

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p. 16.

<sup>25</sup> É importante ressaltar que para Michel Foucault nosso pensamento estaria limitado pelo discurso dentro do qual ele se articula, sendo as noções de falso e verdadeiro válidas apenas com referência a uma formação discursiva particular. Cf. VASCONCELOS, José Antonio. “História e Pós-Estruturalismo”. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (org.). *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, pp. 105-121.

<sup>26</sup> “Par *épistémè*, on entend, en fait, l’ensemble des relations pouvant unir, à une époque donnée, les pratiques discursives qui donnent lieu à des figures épistémologiques, à des sciences, éventuellement à des systèmes formalisés (...). L’*épistémè*, ce n’est pas une forme de connaissance ou un type de rationalité qui, traversant les sciences plus diverses, manifesterait l’unité souveraine de un sujet, d’un esprit ou de une époque; c’est l’ensemble de relations

O conceito de epistemologia empregado nesta pesquisa compartilha de vários elementos delimitados por Foucault em sua definição de *epistémê*. Não se pretende através das leituras dos documentos selecionados estabelecer origens para determinada forma de apreender a natureza americana ou ideia sobre este continente; nem mesmo hierarquizar as fontes segundo um padrão de desenvolvimento racional ou científico. O emprego do termo epistemologia também não será confinado apenas ao campo do que é considerado ciência; procura-se ampliar a utilização, tendo como foco o conhecimento, uma vez que as categorias que atualmente são empregadas para definir o saber científico são muitas vezes anacrônicas para se referir a épocas anteriores.

Entende-se por epistemologia o conjunto de pressupostos necessários para que um discurso seja produzido e, sobretudo, aceito como verdadeiro em um determinado período histórico. Logo, não se trata de opor o “verdadeiro” ao “falso” ou “incorreto”; mesmo porque estes dois atributos convivem dentro de um mesmo sistema epistemológico<sup>27</sup>. Os antagonismos que podem ser formulados se dão entre aqueles enunciados que partilham de determinada norma, que respondem a certas condições e, por isso, aceitos, e aqueles que se desviam de tais regras, não correspondendo, portanto, a um mesmo domínio epistemológico.

As reflexões epistemológicas não devem ser confinadas a campos específicos do conhecimento sem que se estabeleçam conexões com outras áreas ou “ciências”. Embora existam pressupostos próprios de cada âmbito do saber, muitas das afirmações feitas sobre epistemologia são compartilhadas por diferentes áreas. Isto porque, para além da metodologia e do vocabulário peculiar de cada temática, há elementos discursivos comuns necessários para que as formulações elaboradas nos mais variados campos sejam encaradas como verdadeiras em determinados períodos. Em outras palavras, áreas do saber consideradas distintas, como história e ciências naturais, compartilham aspectos discursivos e epistemológicos que fazem com que estes saberes sejam reconhecidos como válidos por aqueles que os produzem e para seus destinatários.

Além disso, deve-se compreender que os pressupostos que regem determinada epistemologia não definem apenas as estruturas do conhecimento e os conteúdos admitidos, são

---

qu'on peut découvrir, pour une époque donnée, entre les sciences quando on les analyse au niveau de régularités discursives.” FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969, p. 250.

<sup>27</sup> FOUCAULT, *A ordem do discurso*, Op. Cit., p. 34. Ao se referir à questão das disciplinas Foucault argumenta: “(...)Em resumo, uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de ser declarada verdadeira ou falsa, de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Canguilhem, ‘no verdadeiro’.” O exemplo de Gregor Mendel fornecido pelo autor é bastante significativo, embora não estivesse no espaço do verdadeiro do discurso biológico de sua época, falava a verdade.

fundamentais também na indicação das fontes confiáveis para obtê-lo. Isto significa que as bases epistemológicas determinam não somente o valor dos documentos, como as crônicas, mas também sua credibilidade na produção de conhecimento sobre a história, a sociedade, a cultura e a natureza de determinada parte do globo. Logo, assim definida, a epistemologia também possui uma relação próxima com a visão que foi formada sobre o continente americano nas obras filosóficas, de história natural e históricas, sendo fundamental seu estudo para a compreensão integral desta temática. Afinal, o que denominamos por *epistémê* não apenas rege a metodologia e as fontes que devem ser empregadas para produzir determinado saber, mas inclusive se faz presente no discurso que será constituído.

Complementando tal perspectiva, as relações de poder envolvidas na produção do conhecimento não devem ser ignoradas. Como afirmou Edward Said, a ideia de que o conhecimento em sua essência necessite ser apolítico deve ser questionada, uma vez que diferentes tipos de saberes são manejados não somente para compreender, mas para controlar, manipular e incorporar mundos diferentes daquele do enunciador. A intelectualidade possuiu e possui um papel político fundamental para legitimar ações em diferentes campos (políticos, militares, econômicos, sociais). Ao se realizar uma análise sobre a produção de conhecimento, o indivíduo e sua realidade não devem ser desconsiderados, no entanto os grandes fatos políticos não devem ser aplicados de forma mecânica e determinista a questões complexas, como a cultura e as ideias<sup>28</sup>, sendo necessárias análises discursivas minuciosas para compreender esta relação entre o discurso e o poder. Said ainda defende que as relações entre o poder e a cultura e o conhecimento não foram sempre restritivas, tendo aspectos produtivos:

“(...) podemos compreender melhor a persistência e a durabilidade de sistemas hegemônicos saturadores como a cultura quando percebemos que suas coerções internas sobre os escritores e os pensadores foram produtivas e não unilateralmente inibidoras.”<sup>29</sup>

O poder permeado nos discursos – que simultaneamente o controla e o circunscreve – tem assim um papel fundamental também na delimitação dos pressupostos necessários para a produção de um determinado conhecimento e sua aceitação no campo do “verdadeiro” como mencionamos acima.

---

<sup>28</sup> SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 39-40.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 43.

Natureza é outro importante conceito que necessita ser analisado. No entanto, ao invés de se estabelecer um conceito que será empregado neste trabalho, pretende-se nos próximos parágrafos, problematizá-lo, desnaturalizando a ideia de natureza. Definida pelos dicionários como o conjunto de elementos do mundo natural; como o cenário natural no qual o homem existe independente das atividades humanas; ou ainda como sinônimo de universo ou caráter inato<sup>30</sup>, natureza é um termo polissêmico, como tantos outros, presente em trabalhos das mais diversas áreas (da física à filosofia, da moral à medicina) e diversas vezes tratada como se seu significado fosse patente e transparente. No entanto, sem adentrar em especulações filosóficas complexas, podemos afirmar que a polissemia do conceito está relacionada à fluidez de acepções e empregos ao longo da história. Como apontou Karen Kazue Kawana, a palavra natureza é um rótulo, no qual se abrigam vários conceitos, e embora a própria palavra não se altere, tais conceitos se transformam de acordo com quem os emprega<sup>31</sup>.

“Sabemos que a palavra ‘natureza’ é empregada para designar coisas tão distintas como aquilo que constitui o universo externo, - uma paisagem, as árvores, rios etc -, quanto características próprias do ser humano: suas inclinações, paixões, etc. Sem dúvida, ela engloba todos esses elementos, entretanto, “que é natureza?” é uma questão vaga e aberta a muitas respostas distintas e até mesmo contraditórias que variam ao longo dos séculos. Enfim, ela diz respeito à nossa concepção do mundo e se manifesta na ciência, na arte e na moral, ou seja, em nossa forma de compreender, agir e expressar sentimentos, pensamentos e crenças.”<sup>32</sup>

Fixando-se apenas na significação ligada ao mundo físico, material – sem se aprofundar na acepção de natureza como combinação das qualidades nativas de um ser ou coisa; caráter inato – as definições apresentadas acima, encontradas em dicionários e obras de referência não solucionam muitos questionamentos sobre o assunto. Sem negar, pressupor ou discutir a existência do mundo físico, pois esta questão não é objeto de investigação desta pesquisa, focalizando apenas as relações estabelecidas entre os homens e o que é designado por eles como natureza, pode-se afirmar que esta tomou facetas diversas em diferentes épocas. Isto não significa afirmar que as alterações conceituais de natureza estão associadas alterações do mundo físico. Independente de qualquer mudança ambiental, a visão do homem em relação à natureza se

---

<sup>30</sup> “Verbete Natureza”. In: *Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa 1.0*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

<sup>31</sup> KAWANA, Karen Kazue. *Natureza dividida: Considerações sobre a ideia de natureza no século XVIII e sua influência na formação do pensamento romântico*. Campinas, SP: [s.n.], 2006, p. 10.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 18.

alterou ao longo dos séculos e é possível reconstituir tais mudanças a partir da leitura atenta de textos que abordem o assunto.

Como apontou Robert Lenoble, seria um equívoco pensar que o homem sempre olhou a natureza com os mesmos olhos e problemas<sup>33</sup>. Para demonstrar as transformações significativas da ideia de natureza, o autor enfatiza as alterações que ocorreram ainda na Antiguidade, especialmente, a diferenciação entre os pensamentos clássico e cristão. Para os homens da Antiguidade Clássica, a natureza era eterna e incriada; era o todo (o cosmo) e onde o homem somente poderia encontrar sua realização fazendo parte deste conjunto. Já para o cristianismo, a natureza não existe por si só, faz parte da criação divina; não é eterna, uma vez que como obra há a possibilidade de se pensar em um “tempo” em que a natureza não existia, bem como pode deixar de existir no futuro de acordo com a vontade de Deus. Além de servir ao homem, cabe à natureza fornecer exemplos morais e práticos para a conduta humana. Assim elaborada, a concepção cristã de natureza permitiu que o homem, por ser dotado de alma e feito à semelhança de Deus, concebesse seu destino como transcendente ao do mundo natural<sup>34</sup>. Percebe-se, portanto, uma alteração radical da ideia de natureza com a emergência do cristianismo no ocidente. Diferença que também pode ser percebida ao compararmos estas duas visões, por exemplo, com os escritos dos autores do século XVII (ligados à chamada Revolução Científica) que imaginavam a natureza como uma máquina perfeita que deveria ser conhecida em suas leis e dominada em proveito humano. Sob a designação de uma mesma palavra, no caso natureza, sucedem-se ao longo de diferentes épocas significados e objetos. Contudo, as diferenciações nas concepções de natureza não são apenas temporais, mas espaciais. Não existem ideias universais sobre o que é o mundo natural, nenhuma definição de natureza pode ser aplicada a todas as sociedades humanas, nas mais diferentes regiões do planeta.

Foge dos objetivos propostos traçar uma genealogia das concepções de natureza, mas ao apresentar os exemplos acima, deseja-se salientar que algumas das alterações sofridas pelo conceito, e, conseqüentemente, as mudanças na forma do ser humano se relacionar com o mundo natural, estão ligadas a transformações (ou diferenças) econômicas, sociais, políticas e culturais ao longo da história. Contudo, a concepção humana de natureza não pode ser limitada como

---

<sup>33</sup> LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990, pp. 28-30.

<sup>34</sup> *Ibid.*, pp. 189-190.

expressão das relações sociais humanas, como alguns autores afirmam<sup>35</sup>, nem mesmo podemos condicioná-la aos conceitos formulados pela ciência, pois esta contribui de forma menos significativa na construção da visão sobre o mundo natural do que outras esferas da vida humana.

A religião, a literatura, a economia, a cultura, os costumes, as práticas e, porque não, a ciência e a sociedade devem ser colocadas em diálogo na tentativa de compreensão da ideia de natureza que era partilhada pelos homens em determinados períodos. Compartilhando da ideia de Karen K. Kawana, acredito que a natureza é um conceito chave para compreender o modo como uma visão de mundo sofre transformações, pois entre as diferentes ideias de naturezas, algumas passam a ser dominantes e a influenciar o pensamento de determinada época e entender o porquê deste fato permite apreender muitos aspectos daquele período<sup>36</sup>. Apesar disso, há ainda que se ter em mente que qualquer concepção de natureza não pode ser encarada como homogênea, dominante e única. A polissemia do conceito, mencionada acima também está presente em um mesmo período; as diferenciações de concepção são encontradas até mesmo em autores contemporâneos.

Muito embora existam outros conceitos que norteiam este trabalho<sup>37</sup>, a tarefa que se segue na próxima seção consiste em traçar as principais discussões acerca da epistemologia do início do período moderno no Ocidente, destacando suas relações com as formas de apreensão e classificação da natureza. Esta recapitulação historiográfica se faz necessária, pois somente através dela será possível analisar os diálogos que foram criados para se conhecer a América – sabendo, como salientou Edmundo O’Gorman, que foi necessário que esta sofresse um processo de invenção para que fosse incorporada ao universo cultural ocidental como a quarta parte do mundo<sup>38</sup> –, bem como em quais lócus e como se acomodou este continente na estrutura do saber

---

<sup>35</sup> Marcos Carvalho privilegia as relações sociais em detrimento de outros aspectos que contribuem para uma visão de natureza, como pode ser verificado no trecho a seguir: “A teorias sobre o funcionamento do universo, dos bichos e das plantas sempre foram uma consequência do significado que cada sociedade, ou agrupamento social, conferiu àquilo que estes grupos reconheciam, ou reconhecem, como seu mundo. Neste sentido é lícito afirmar que a história da natureza é também a história dos próprios homens já que estes não se relacionam com a natureza ou a conhecem de maneira abstrata e genérica, mas segundo as necessidades impostas pelo relacionamento que mantém entre si.” Sem negar a importância das relações sociais, creio que seja exagero afirmar, como este autor sugere, que a separação entre mundo natural e humano se deve à emergência da divisão social.

<sup>36</sup> KAWANA, *Op. Cit.*, p. 10.

<sup>37</sup> Conceitos que serão abordados no seu devido tempo, no transcorrer desta pesquisa.

<sup>38</sup> O’Gorman propôs que o conceito de descobrimento da América fosse substituído pela ideia de um processo de invenção da América, no qual este continente surge “no seio da cultura e da história, não certamente como o resultado da súbita revelação de um descobrimento que tivesse exibido, de um golpe, um suposto ser misteriosamente abrigado, desde sempre e para sempre, nas terras que Colombo achou, mas como resultado de um complexo processo ideológico, que acabou, através de uma série de tentativas e hipóteses, para atribuir-lhes um

Europeu do período. Por outro lado, ao se estabelecerem quais são as principais ideias e discussões a respeito da epistemologia do período moderno, é possível refletir sobre a especificidade do continente americano no que concerne a sua historicidade, seus problemas e as soluções formuladas pelos historiadores que se dedicam ao estudo desta região, como veremos a diante.

Por fim, é importante reforçar o recorte dado aos trabalhos historiográficos citados a seguir. A seleção privilegiou alguns trabalhos ligados aos temas do que chamamos por ciências naturais. No entanto, muitas das considerações são pertinentes a outras áreas do saber, mesmo porque esta segmentação que hoje parece essencial não era compartilhada pelas pessoas em períodos anteriores.

## II. Historiografia

Lançada em 1966, a obra *As palavras e as Coisas* de Michel Foucault continua após mais de quarenta anos a ser referência em relação a reflexões sobre epistemologia. Possivelmente, isso se explica devido à ruptura realizada por este trabalho frente aos estudos tradicionais que por décadas foram feitos pelos historiadores. Apesar de ser filósofo, Foucault lançou novos paradigmas para a história do conhecimento, assim, uma síntese sobre a historiografia ligada ao tema da epistemologia do início do período moderno necessita ser iniciada por esta obra.

Tendo como objeto de investigação a análise das configurações que permitiram formas diversas de conhecimento, Foucault elegeu como meio para atingir seus objetivos o estudo das transformações ocorridas nos sistemas de positividades durante dois períodos: no início da chamada Idade Clássica (século XVII) e no limiar da modernidade (século XIX). Primeiramente o autor buscou, no capítulo intitulado “A Prosa do mundo”, traçar a *epistémê* vigente até o século XVI, para em seguida evidenciar as discontinuidades que se operam no final deste período, ou seja, no começo da chamada Idade Clássica<sup>39</sup>. Assim, se pretendemos analisar as principais

---

sentido peculiar e próprio: o sentido do ser da ‘quarta parte’ do mundo.”. O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Editora Unesp, 1992, pp. 178-179.

<sup>39</sup> Para os franceses o período clássico compreende os séculos XVII e XVIII.

teorias sobre a epistemologia do princípio do período moderno, é neste capítulo que devemos centrar nossa atenção.

Para Michel Foucault, a *epistémê* do período renascentista era dominada pelas relações de semelhanças, as quais seriam responsáveis pela construção do saber. A imagem de um mundo enrolado sobre si mesmo foi a que o filósofo utilizou para definir o saber desta época. Para prescrever as articulações de semelhanças que ligariam os seres e/ou coisas entre si, ele apontou quatro principais figuras (ou modos a partir das quais tais relações se dariam): *convenientia*, *aemulatio*, *analogia* e *simpatias*<sup>40</sup>. A *convenientia* foi definida pelo autor como a semelhança garantida pela proximidade, em que haveria comunicação das influências e propriedades; uma relação de contigüidade; a *aemulatio* estaria pautada por uma semelhança sem contato, uma imitação entre extremidades sem encadeamento nem proximidade; por reduplicação em espelho o mundo aboliria a distância. A terceira figura mencionada por Foucault foi a *analogia*, que seria uma superposição das duas anteriores, pois simultaneamente as semelhanças seriam afrontadas através do espaço, de liames, de ajustamentos e de juntura<sup>41</sup>, relacionando-se também à afinidade, à homologia. E por fim, as *simpatias* que atuariam livres, sem que a questão da distância ou do encadeamento as limitasse, suscitariam o movimento das coisas e provocariam aproximações e alterações tornando os seres e os objetos confrontados idênticos. No entanto a *simpatia* seria compensada pela *antipatia*, que manteria o isolamento e impediria a assimilação.

“Todo volume do mundo, todas as vizinhanças da convivência, todos os ecos da emulação, todos os encadeamentos da analogia são suportados, mantidos e duplicados por esse espaço da simpatia e da antipatia que não cessa de aproximar as coisas e de mantê-las a distância. Através desse jogo, o mundo permanece idêntico; as semelhanças continuam a ser o que são e a se assemelharem. O mesmo persiste o mesmo, trancafiado sobre si.”<sup>42</sup>

As quatro figuras apontadas acima, segundo Foucault, seriam os caminhos da similitude, as maneiras pelas quais as coisas e os seres refletiam-se, dobravam-se e encadeavam-se. Entretanto, para que o mundo se duplicasse a semelhança deveria tornar-se evidente e isto somente seria possível por meio das assinalações. “*O saber das similitudes funda-se na sùmula de suas assinalações e na sua decifração*”<sup>43</sup>. A verdade velada que ligaria os seres uns aos

---

<sup>40</sup> FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, Op.Cit., pp.23-24.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>42</sup> *Ibid.*, pp. 34-35.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 36.

outros, que os ordenaria, podia ser descoberta através de seus sinais. A busca de sentido dentro da *epistémê* que vigorou até o século XVI só podia ser obtida através da exibição das semelhanças. Os exemplos apontados por Foucault foram geralmente referentes às características que os homens do século XVI encontravam no mundo natural e interpretavam como sinais de uma ligação (similitude), como é o caso da simpatia entre o acônito e os olhos; suas sementes revelariam que esta planta curaria doenças oculares, pois sendo glóbulos escuros embutidos em películas brancas assemelhar-se-iam ao papel das pálpebras para os olhos<sup>44</sup>. Entretanto, suas afirmações não se restringiriam ao domínio que denominamos ciências naturais; ao elaborar suas afirmações sobre epistemologia, Foucault estava se referindo a um contexto mais amplo, no qual as configurações definidas poderiam ser encaradas como predominantes dentro da estrutura de saber do período.

A avaliação das conseqüências desta configuração da *epistémê* feita pelo filósofo francês é paradoxal, uma vez que ela é considerada excessiva, pois as similitudes a serem estabelecidas e que conduzem a construção do saber seriam quase infinitas, e ao mesmo tempo pobre, já que o conhecimento sempre seria pautado pelo signo do mesmo.

Embora não tenha como pretensão fazer uma análise exaustiva sobre a configuração epistemológica dos conhecimentos sobre a natureza no período anterior ao século XVII, Foucault delineia algumas ideias sobre o tema. Pautando-se na similitude, a *epistémê* do século XVI focalizava a semelhança entre os seres, os fatores que os colocavam em conexão e não as características que os distinguiam como seres únicos, dotados de especificidades que lhes permitiriam ordená-los e classificá-los, como se observa analisando a taxonomia (lineliana) do período posterior. “*A natureza, como o jogo dos signos e das semelhanças, fecha-se sobre si mesma segundo a figura redobrada do cosmo.*”<sup>45</sup> A apreensão e a ordenação do mundo natural era possível pelos sinais que indicariam a semelhança oculta entre os seres. A decifração dos signos, das marcas exteriores da natureza revelaria as propriedades que conectam os seres, assim o conhecimento sobre a natureza pautar-se-ia na interpretação destes rastros de similitudes. Daí também a importância dos símbolos e emblemas para a compreensão da natureza daquele período, bem como a não dissociação entre a magia e o conhecimento.

---

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 43.

“A adivinhação não é uma forma concorrente do conhecimento; incorpora-se ao próprio conhecimento. Ora, esses signos que se interpretam só designam o oculto na medida em que se assemelham... Eis por que as plantas que representam a cabeça ou os olhos, ou o coração, ou o fígado terão eficácia sobre um órgão; eis por que os próprios animais são sensíveis às marcas que os designam.”<sup>46</sup>

Outro ponto que merece destaque no estudo de Foucault sobre a epistemologia do início do período moderno é a questão da linguagem. Esta estaria entrelaçada ao mundo (e às coisas, por consequência), e, segundo o filósofo, esta indissociação na escrita resultaria em uma não distinção entre o que se vê e o que se lê, entre o observado e o relatado. A natureza seria a um só tempo a palavra, a forma, os caracteres e as narrativas.

Muitas das asserções elaboradas por Michel Foucault em 1966 foram compartilhadas por diversos pesquisadores nas últimas décadas. É o caso do historiador norte-americano William B. Ashworth Jr. em “Emblematic natural history of Renaissance”. Ao recuperar a ênfase que o historiador deve ter naquilo que lhe causa estranhamento durante a leitura de uma obra, ou seja, aquilo que não nos é familiar, Ashworth Jr. remete à ideia de descontinuidade, ruptura que tanto enfatizou Foucault<sup>47</sup>. Tal descontinuidade pode ser observada na leitura de obras sobre história natural produzidas durante o período da Renascença. Analisando a obra *Historia animalium*, de Conrad Gesner, Ashworth Jr. procurou mapear as características comuns do que ele denominou como histórias naturais emblemáticas que foram predominantes no período da Renascença. Ao elencar os elementos que compunham as descrições de Gesner sobre a natureza, o autor constrói considerações gerais sobre o tema.

Assim como Gesner, muitos daqueles que escreviam sobre história natural eram humanistas e como tais valorizavam as autoridades do mundo antigo e frequentemente forjavam suas obras pautados mais no estudo minucioso em bibliotecas do que no encontro direto com a natureza. Isso não significa que a observação fosse considerada pouco importante ou ainda que os homens desta época não a realizassem. No entanto, a construção do saber estava baseada em outros fundamentos, em outra epistemologia, na qual o conhecimento sobre a natureza somente seria encarado como verdadeiro se fosse composto por determinados elementos, por exemplo, as

---

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>47</sup> ASHWORTH JR., William B. “Emblematic natural history of the Renaissance”. In: JARDINE, N., SECORD, J. A., SPARY, E. C. *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 17.

citações e referências aos autores da Antiguidade. A própria prática de observar a natureza (o olhar sob o mundo natural) não era a mesma quando comparada a períodos posteriores.

Informações míticas, folclóricas, estórias, provérbios, metáforas, presságios, simbolismos eram considerados matérias essenciais que constituíam as histórias naturais. Ashworth Jr. afirma que este complexo sistema que envolvia o conhecimento sobre a natureza tinha como pretensão delinear o local dos animais (e outros seres vivos) na cultura humana: “talvez, o maior objetivo [das histórias naturais como a de Gesner] é entender intricada rede de relações que interconecta humanos e animais.”<sup>48</sup> O simbolismo envolvido especialmente nos emblemas é apontado pelo autor como de grande importância no período; segundo ele, a Renascença pode ser considerada a era dos emblemas, isto é, imagens, sentenças ou figuras simbólicas que teriam significados escamoteados estariam presentes em todas as faces da cultura renascentista, inclusive nas histórias naturais. O autor também se dedica à análise de obras posteriores sobre o mundo natural como as de Ulisses Aldrovandi e Joachim Camerarius, apontando a perpetuação e a vitalidade do vínculo entre a história natural e os emblemas<sup>49</sup>.

Possivelmente, ao caracterizar a importância dos emblemas para o período em que Gesner escreveu, o século XVI, e mesmo posteriormente, Ashworth Jr. aproxima-se da noção de assinalações elaborada por Michel Foucault citada nas páginas anteriores. Os emblemas assinalariam uma verdade encoberta e estariam em consonância com o espírito da Renascença<sup>50</sup>. A influência de Foucault sob o historiador norte-americano é inclusive referenciada por este último, ao mencionar que, assim como o filósofo francês, não se preocuparia em gerar explicações sobre as transformações que ocorreram no século XVII nas bases epistemológicas das ciências naturais, apenas visava a destacar tais mudanças<sup>51</sup>.

Entretanto, o conceito de *epistémê* e principalmente a caracterização do saber no início da Idade Moderna elaborados por Michel Foucault não constituem um consenso unânime entre os estudiosos do tema, sofrendo severas críticas, especialmente no que concerne ao que consideram generalizações das teorias foucaultianas. É justamente este o ponto central da crítica de Ian

---

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 20. “(...) Perhaps Gesner believed that such tales reveal to us a great deal about the place of animals in human culture, and that one of the goals of natural history, perhaps the supreme goal, is to understand the intricate web of relationships that interconnect humans and animals.”

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>50</sup> “(...)The idea of the emblem fitted perfectly with a Renaissance spirit that treasured symbolic meanings and hidden truths...” *Ibid.*, p. 23.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 36.

Maclean sobre a conceituação de Foucault da *epistémê* da Renascença. Segundo este autor as afirmações encontradas na obra *As palavras e as coisas* estão relacionadas a um contexto específico que não pode ser aplicado para todas as formas de saber existentes naquele momento. Segundo este autor, a definição de *epistémê* do início do período moderno proposta por Foucault tem aplicação restrita às doutrinas associadas ao neoplatonismo e ao pensamento ocultista. Embora a recuperação das ideias platônicas ocupasse um papel de destaque ao longo do século XVI, elas não eram crenças universais e comungadas por todos<sup>52</sup>. Maclean chama a atenção para o aristotelismo ainda muito presente no universo intelectual europeu do período. Esta corrente continuava a fazer parte do currículo das principais universidades e possuía um importante papel dentro das correntes de pensamento renascentistas. Para este historiador, um olhar mais atento em relação aos estudos ligados às teorias aristotélicas refutaria a homogeneidade que Foucault estabelece no espaço do saber na Europa nos princípios da Idade Moderna. Muitos médicos, botânicos e autores da Renascença refutavam o conhecimento por meio da numerologia, das ciências ocultas, da astronomia e as ideias platônicas.

Além disso, Ian Maclean, embasado em outros estudos sobre o tema, opõe-se à ideia de que, ao longo da Renascença, as teorias ligadas ao cratilismo, ou seja, a crença de que a nomeação estaria vinculada à essência ou a características ocultas dos seres, tivessem ampla aceitação. Concordando com Marie-Luce Demonet, o historiador britânico atribui ao cratilismo apenas os espaços da poética e da nomeação divina, nos quais os nomes e as palavras ganhavam um sentido que ultrapassava a simples designação; nos outros setores do conhecimento haveria uma recusa dessa forma de encarar a linguagem<sup>53</sup>.

A principal crítica de Ian Maclean às formulações de Michel Foucault acerca da *epistémê* renascentista recai no próprio conceito de *epistémê*, ou melhor, em sua fixidez. Sem negar que os pensadores de qualquer período estão sujeitos a restrições de ordens políticas, econômicas, materiais, religiosas, sociais e também linguísticas, que limitam o ato de pensar, acredita que tais condicionantes não constituem uma prisão que impossibilitaria até mesmo qualquer tipo de crítica ou ideia que escapasse dessa estrutura prévia:

“(…)os pensadores do Renascimento eram capazes de distinguir o uso e menção de uma palavra, eram capazes... de usar a complexa noção de

---

<sup>52</sup> MACLEAN, Ian. “Foucault’s Renaissance Episteme Reassessed: An Aristotelian Counterblast”. In: *Journal of History of Ideas*. Vol. 59, nº 1, jan. 1998, pp. 154-155.

<sup>53</sup> *Ibid.*, pp. 159-160.

paradoxo em vários níveis para proceder uma sofisticada crítica da estrutura, e não estavam condenados a tautologia, como afirma Foucault.”<sup>54</sup>

Especialmente em relação à estrutura da linguagem da Renascença, ele acredita que embora, ela tenha seus limites, eles não eram tão terríveis e regulados como Foucault caracteriza. Além disso, as reflexões acerca da linguagem não estavam restritas apenas às questões da similitude e das assinalações; os pensadores do período também conseguiam reconhecer a natureza convencional da linguagem. Logo, as críticas de Ian Maclean são bastante rijas, desconstruindo algumas ideias importantes do trabalho de Michel Foucault e questionando, especialmente, a aplicabilidade deste sistema em outros campos não abordados pelo filósofo. Muito embora tais questionamentos sejam atenuados na parte final de seu artigo, na qual Maclean ressaltou a importância do estudo presente em *As Palavras e as Coisas*, principalmente em relação à ruptura que ocorre na epistemologia no século XVII, na ênfase das discontinuidades e no fato de ter demonstrado algumas contradições internas de aspectos do pensamento do período que para seus contemporâneos eram perfeitamente lógicas, ainda assim, o historiador britânico parece recusar as teorias foucaultianas<sup>55</sup>.

Assim como Maclean, o historiador da ciência Paolo Rossi teceu considerações adversas às teorias de Michel Foucault sobre o conhecimento no período moderno. Rossi dedicou um capítulo de seu livro *A ciência e a filosofia dos modernos* ao estudo do problema emergente no século XVII das línguas universais e das classificações da natureza, abordando paralelamente os aspectos da ciência renascentista (de modo a traçar comparações) e elementos das ideias foucaultianas sobre o tema. Segundo este autor, os fatores ligados à comunicação de conceitos e à transferência de modelos científicos teriam sido desconsiderados por Foucault na análise das relações existentes entre as teorias da linguagem e as teorias de história natural do período. Para Rossi, em *As palavras e as Coisas* a justificativa desta relação seria encontrada nas identidades estruturais, nas misteriosas simetrias de pensamento e nas fascinantes correspondências que se realizariam com base num *a priori* histórico que determinaria, em um dado momento, o saber possível, ou seja, a *epistémê* vigente<sup>56</sup>. Rossi refutou tal *a priori* histórico como fator que

---

<sup>54</sup> “(...)Renaissance thinkers were able to distinguish the use and mention of a word, that they were able... to use the complex notion of paradox at various levels to proceed to a sophisticated critique of this framework, and that they were not condemned to tautology, as Foucault claims.” *Ibid.*, p. 154.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 166.

<sup>56</sup> ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 330.

explique plenamente os vínculos existentes entre as teorias da linguagem e de história natural e ressaltou a comunicação de conceitos e métodos entre os personagens do universo da ciência na época como fundamental para compreensão destas relações<sup>57</sup>.

Possivelmente devido ao seu posicionamento teórico e metodológico ligado à história da ciência e às correntes historiográficas desta área, a preocupação de Paolo Rossi não esteja ligada à tentativa de estabelecer uma epistemologia que alicerça o conhecimento de forma geral, e sim busque traçar os principais elementos que compõem um determinado campo científico. É o caso da botânica renascentista, caracterizada pelo autor como empírica e descritiva e muito embora as informações fossem minuciosas e acuradas, não havia seleção na coleta dos dados. Pautadas em interesses essencialmente práticos, as divisões e classificações, segundo o pesquisador italiano, eram estabelecidas a partir do uso e de enumerações, sem a utilização de uma nomenclatura racional<sup>58</sup>. É notável no texto de Rossi como este historiador ao partilhar de uma concepção contemporânea de ciência e conhecimento assimila em sua análise as críticas que pensadores posteriores ao Renascimento fizeram dos saberes produzidos pelos homens dos séculos XV e XVI.

Paolo Rossi ainda aponta um outro aspecto também mencionado pelos autores já analisados, isto é, a presença, nos tratados de botânica e zoologia, de interpretações alegóricas, lendas e mitos relativos a determinados animais ou determinadas plantas, de informações sobre as técnicas de captura ou sobre a comestibilidade do ser vivo estudado. Esta característica é denominada pelo autor como parte literária dos relatos e nos séculos seguintes deixaria de ocupar uma posição de destaque para praticamente se obliterar. Sem se propor a uma explicação aprofundada sobre esta alteração, Rossi apenas ressalta as diferenças com os estudos sobre a natureza que se originam nos séculos XVII e XVIII.

A questão do conhecimento na Idade Moderna também foi abordada por Keith Thomas em seu livro *O homem e o Mundo Natural*; no entanto este autor trilhou um percurso diverso e, por isso, não se nota um diálogo direto como pode ser percebido nas análises feitas dos autores anteriormente. Neste trabalho Thomas teve como objeto de investigação as mudanças ocorridas nas relações que os homens estabeleciam com plantas e animais ao longo de três séculos (entre 1500 e 1800) na Inglaterra. Sua pesquisa não ficou restrita à questão do conhecimento, todas as

---

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 331.

<sup>58</sup> *Ibid.*, pp. 314 -315.

esferas em que os homens daquele período estabeleciam algum vínculo com animais e plantas foram estudadas por Thomas, inclusive as ligações afetivas, de trabalho, econômicas, artísticas, de admiração, literárias, entre outras que, no entanto, estavam extremamente vinculadas à questão do saber. Talvez por este aspecto, esta obra se diferencie dos trabalhos de Foucault, Ashworth Jr. e Maclean, uma vez que estes se centram na questão do conhecimento. Entretanto, Keith Thomas dedicou parte de *O homem e o Mundo Natural* para tentar compreender as formas de apreensão da natureza realizadas pelo homem moderno. Suas considerações são bastante interessantes e merecem ser resgatadas.

O recorte temporal feito pelo autor é justificado na introdução da obra como o período em que ocorreram transformações na forma pela qual os homens se relacionavam com a natureza e muitas práticas e crenças que até então eram incontestadas passam a ser postas em dúvida. Ocorridas ao longo de séculos, as modificações nas formas que os homens apreendiam e se vinculavam ao mundo natural apresentadas por Thomas parecem ser uma reminiscência da história de longa duração braudeliana<sup>59</sup>. Sem a ênfase na ruptura defendida por Foucault, o desenrolar cronológico é lento e algumas vezes imperceptível, bem como a passagem entre uma forma de perceber a natureza e sua modificação se dá de maneira mais flexível; não há um corte exato e definitivo.

A grande quantidade de fontes exploradas pelo historiador britânico também é uma de suas marcas, tornando possível uma abordagem multifacetada da temática. Para entender as percepções humanas acerca da natureza, Keith Thomas não se restringe a analisar textos considerados científicos ou ligados ao campo do saber. Os textos teológicos são seu ponto de partida para esta tarefa. Considerados como os alicerces da concepção de natureza do período moderno, os argumentos teológicos justificavam a soberania humana sobre o mundo natural<sup>60</sup>. Os seres vivos ou elementos inertes teriam sido criados, segundo esta visão, para o benefício humano; os animais e plantas deveriam servir aos homens, segundo o plano divino, seja como alimento, no auxílio do trabalho, curando enfermidades ou até mesmo para embelezar a paisagem e ensinar valores aos homens. *“Foi tendo em mente as necessidades humanas que Deus criteriosamente projetou e distribuiu os animais. (...) Todo animal estava... destinado a servir*

---

<sup>59</sup> THOMAS, *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>60</sup> *Ibid.*, pp. 27-28.

*algum propósito humano, se não prático, pelo menos moral ou estético.*”<sup>61</sup> Os espécimes vegetais e os minérios eram encarados da mesma forma. A domesticação, a dominação, a caça de animais, a depredação e o desmatamento de ambientes intocados eram vistos como benéficos; longe de serem condenadas tais atitudes eram legitimadas pelo discurso teológico do período.

Embasado na Bíblia, este discurso, segundo o autor, também possuía raízes na filosofia clássica da Antiguidade. Tanto Aristóteles como os estóicos acreditavam que a natureza possuía um propósito e que este se vinculava à sujeição às necessidades humanas. Logo, a visão que os homens do início da modernidade construíram sobre a natureza que os rodeava era extremamente antropocêntrica.

Foi justamente este antropocentrismo que marcou a construção do saber sobre a natureza no período, de acordo com Keith Thomas. A dependência do meio físico, dos animais e das plantas motivava o homem à busca pelo conhecimento para tentar dominá-los e utilizá-los para seu benefício. Assim, o ideal científico que marcou a sociedade ocidental até o Iluminismo foi a tentativa de impor a supremacia humana sobre as demais espécies e o meio ambiente<sup>62</sup>. Portanto, os aspectos práticos e utilitários das formas de conhecimento foram privilegiados:

“A motivação inicial para o estudo da história natural foi o teor prático e utilitário. A botânica nasceu como uma tentativa de identificar os ‘usos e virtudes’ das plantas, essencialmente para medicina, mas também para culinária e a manufatura. (...) também eram de ordem prática as intenções da zoologia.”<sup>63</sup>

Os estudos eram feitos visando a um melhor uso de animais e plantas. Associada a esta maneira de investigar a natureza, obviamente, estava a concepção de que tudo que existia na natureza servia a algum desígnio humano.

Até mesmo as classificações dos seres vivos no início do período moderno estavam pautadas nas suas relações com os homens. As distinções se estabeleciam de acordo com os possíveis usos dos animais e plantas. A fauna dividida entre selvagens, domesticados; comestíveis ou não; úteis para o trabalho ou o contrário; beleza e nocividade também estavam presentes como critérios de ordenação do mundo animal<sup>64</sup>. Não é por acaso, portanto, que Oviedo, mencionado nas primeiras páginas deste capítulo, considerava o bicho-preguiça inútil e

---

<sup>61</sup> *Ibid.*, pp. 23-24.

<sup>62</sup> *Ibid.*, pp. 31-36.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>64</sup> *Ibid.*, pp. 65-69.

feito, pois ao qualificá-lo assim estaria, segundo Thomas, enquadrando-o dentro de uma determinada forma de classificação. Quanto aos vegetais o mesmo padrão se repetia, divididos entre plantas medicinais, comestíveis, ornamentais, olorosas, entre outros atributos que os ligavam aos homens, suas características estruturais ainda não eram relevantes para compreensão. Juntamente com a ação de classificar o homem do início da Idade Moderna, hierarquizava o mundo natural, em uma tentativa de reproduzir e justificar as divisões presentes nas sociedades humanas. A busca por ordenações e qualidades nos animais e plantas, segundo este historiador britânico, refletia um anseio dos homens do período na procura por categorias com as quais pudessem descrever a si mesmos<sup>65</sup>.

Assim como apontou Michel Foucault, Keith Thomas também ressalta o simbolismo presente nos escritos sobre a fauna e a flora dos séculos XVI e XVII, especialmente nos livros de emblemas muito comuns naquele momento. Os animais e plantas carregavam representações de qualidades, imperfeições e ensinamentos morais; também forneciam um conjunto de imagens e metáforas para aqueles que acreditavam que todos os seres vivos foram criados com uma finalidade, mesmo que fosse moralizante; no entanto, tais significados e associações permaneciam escamoteados e deveriam ser descobertos. *“O mundo era um criptograma repleto de significados ocultos ao homem, à espera de serem decifrados”*<sup>66</sup>.

Ao recuperar as formas de percepção e ordenação da natureza no início do período moderno, Thomas também tem como objetivo traçar as modificações que ocorreram lentamente nas relações que os homens estabeleciam com o mundo natural, especialmente no que concerne à classificação. Ao longo dos séculos, tanto a botânica quanto a zoologia e outras ciências da vida, tiveram seus alicerces constituídos e abandonaram gradualmente os pressupostos antropocêntricos que pautavam a visão do homem sobre a natureza que o cercava<sup>67</sup>. Ao contrário do que comumente se pensa, Thomas afirma que esta tendência não se iniciou com Carl von Linné (Lineu) e seu sistema de classificação taxonômica desenvolvido em 1735. Em períodos anteriores, diferentes estudiosos dedicaram-se à elaboração de novos princípios mais objetivos de classificação, esforçando-se para agruparem os animais e, sobretudo, as plantas a partir de seus caracteres estruturais.

---

<sup>65</sup> *Ibid.*, pp. 73-77.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>67</sup> *Ibid.*, pp. 61-63.

“(...) esses novos modos de classificação representaram um importante esforço para escapar ao velho viés antropocêntrico. Com efeito, em vez de afirmar a comestibilidade, a beleza, utilidade e estatuto moral das plantas, caracteres que assim se tornaram irrelevantes, os naturalistas buscaram perscrutar suas qualidades intrínsecas; a estrutura, tão-só, fundava a distinção entre as espécies.”<sup>68</sup>

Ao estabelecer tais transformações, embora não tenha adentrado no campo de discussões apresentado nas páginas anteriores deste trabalho, Keith Thomas também delineou, implicitamente, sua definição de epistemologia. Para ele, existem, em determinada época, categorias mentais utilizadas pelos observadores para classificar e ordenar a massa de fenômenos ao redor, sem as quais a natureza permaneceria incompreensível. Segundo este historiador, uma vez estabelecido, o sistema de classificação dominante toma posse dos indivíduos moldando suas percepções e comportamentos<sup>69</sup>.

Outra referência historiográfica sobre as concepções de natureza no período moderno é a obra de Robert Lenoble. Com diferentes preocupações e enfoques *História da ideia de Natureza* simultaneamente abre espaço para reflexões diferenciadas e apresenta problemas muitas vezes incontornáveis. Editado postumamente o trabalho de Robert Lenoble, embora único na proposta – ou seja, a análise da ideia de natureza da civilização ocidental – é passível de críticas, talvez por seu caráter inacabado. No entanto, várias das ideias presentes podem ser (e foram) analisadas e retomadas pelos pesquisadores do tema. Um desses casos é a recuperação feita pelo autor da etimologia da palavra natureza associada à percepção que os indivíduos possuíam do mundo físico. Nesta análise, Lenoble remontou à Antiguidade a fim de demonstrar que a distinção entre homens e mundo físico foi construída historicamente. Segundo ele, a concepção de natureza própria do pensamento grego estava vinculada à ideia de Cosmo, na qual não haveria uma nítida distinção entre o homem e a natureza, ambos faziam parte de um mesmo todo. Em seguida, o estudioso apontou para o fato de que tal visão foi alterada ainda na Antiguidade; houve o surgimento da oposição entre o homem e a natureza. Antagonismo este que foi ampliado pelo cristianismo. A natureza, para o pensamento cristão, não seria eterna e nem mesmo o todo, e sim parte da criação; o homem não comungaria do mesmo destino da natureza, não se situaria no mesmo todo, seria uma criação específica de Deus. Contudo, esta diferenciação entre o homem e o mundo natural, para Lenoble, somente se concretizou de forma completa no século XVII, com a

---

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 79.

Revolução Científica, na qual a natureza seria vista de forma mecânica, partilhando leis fixas, distintas das leis que regem os humanos<sup>70</sup>.

O recorte dado por Lenoble na sua tentativa de compreender as transformações sofridas pela ideia de natureza é ao mesmo tempo amplo e restrito. Sua amplitude temporal inviabiliza um recorte documental mais abrangente. Através da leitura de *História da Ideia de Natureza* é possível perceber que suas principais fontes são os trabalhos de filósofos e homens ligados ao campo tido como científico. No entanto, como pode ser percebido por meio da análise da obra de Keith Thomas, o conceito de natureza e as relações que os homens de determinada época estabelecem com ela devem ser analisados de forma mais ampla, inclusive com uma maior gama de fontes. Além disso, Robert Lenoble constantemente fez em seu trabalho uma associação entre as teorias da psicologia e o estudo do desenvolvimento das sociedades, comparando (e muitas vezes igualando) a evolução cognitiva de um indivíduo ao desenvolvimento histórico das sociedades<sup>71</sup>, tornando muitas de suas ideias inconsistentes do ponto de vista metodológico dentro da área de estudo da historiografia.

No que concerne à concepção e à percepção dos homens em relação à natureza durante o início do período moderno, Robert Lenoble afirmou que ela era vista como um ser vivo; teria alma e intenções (finalidades) e, portanto, não passível de ser reduzida a leis. O estudioso foi categórico ao afirmar que, embora o século XVI tenha sido um período de quebras de paradigmas (através das reformas na cristandade ocidental e da descoberta de novos territórios para além dos oceanos), não houve um desenvolvimento da ciência e da filosofia, uma vez que para este autor, a ciência somente seria possível por meio do uso de leis regulares, ausentes segundo ele na época renascentista.

---

<sup>70</sup> LENOBLE, *Op. Cit.*, pp. 183 – 195.

<sup>71</sup> “(...) Tudo o que sabemos do pensamento das sociedades ditas primitivas concorda notavelmente com o que nos ensinou a psicologia do desenvolvimento das formas mentais na criança: pode-se dizer que o pensamento do homem perante o mistério das coisas passa pelos quatro estádios reconhecidos desta forma por Piaget: 1) tudo é consciente; 2) São conscientes todos os móveis; 3) são conscientes os corpos dotados de movimento próprio; 4) a consciência é reservada aos animais.” (*Ibid.*, p. 194). Sem colocar em questão a validade da teoria de Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo humano, é necessário enfatizar as implicações que conduz tal associação. Durante séculos o primitivismo foi associado ao pensamento infantil, indígenas e sociedades organizadas de formas diferentes àquelas do Ocidente eram encaradas como primitivas (tanto no sentido positivo que o termo pode carregar quanto o negativo), como exemplos visíveis da aurora da humanidade, comparados por diversas vezes a gregos, romanos. Ou seja, o pensamento tanto das sociedades antigas, quanto daquelas vistas como menos desenvolvidas, era comparado ao pensamento infantil, sendo a maturidade do desenvolvimento encontrada nas sociedades ocidentais, tida como fim que as sociedades primitivas (infantis) deveriam atingir. Esta ideia no último século foi extremamente combatida por historiadores e antropólogos, que procuram ver as especificidades de cada sociedade e recusam encarar a história humana de forma teleológica e etnocêntrica.

“(…) Mas, perante as maravilhas da Natureza, renuncia-se a submetê-las a leis. E foi esse o drama do Renascimento. Já nada se quer com as regras de Aristóteles, as únicas que até então, haviam sido propostas para pensar que a Natureza, e não há preocupação em encontrar outras – uma vez que a Natureza é imprevisível. Entre o abandono da escolástica e a invenção, um século mais tarde, da física e da matemática, o século XVI conhece, a bem dizer, *um interregno da lei*. Os homens do Renascimento amaram apaixonadamente a Natureza... mas não a conheceram porque, entregues à sensação e à admiração, não se resignaram a pensá-la.”<sup>72</sup>

Apesar de o autor ter manifestado, páginas antes deste trecho, que toda ideia de natureza pressupõe uma complexa aliança de elementos científicos, morais, religiosos e artísticos<sup>73</sup>, torna-se patente após esta leitura que para Lenoble o conhecimento do mundo natural somente seria possível por meio das ferramentas da ciência. Descrito por ele como um período em que não houve desenvolvimento científico, o Renascimento seria, portanto, um momento sem nenhuma produção de conhecimento sobre a natureza. A concepção de conhecimento de Robert Lenoble é limitada, e por isso, não compartilhada por esta pesquisa.

O objetivo desta síntese historiográfica é demonstrar a diversidade de perspectivas quanto à temática da epistemologia e, mais especificamente, sobre a concepção de natureza do início do período moderno. No entanto, é fundamental salientar que todos os trabalhos apresentados propuseram-se a analisar o saber e a percepção do mundo natural dentro de um contexto estritamente europeu. Com pequenos momentos de exceções nos quais estes autores dirigiram seus olhares para outras partes do globo – ainda que somente para complementar ou interligar o que se abordava sobre a Europa – todos tinham como centro de suas preocupações o Velho continente. Entre as fontes e autores citados por Michel Foucault, Keith Thomas, Ian Maclean ou Paolo Rossi há o predomínio quase absoluto de filósofos, botânicos, teólogos, políticos, cientistas e artistas europeus. Logo, uma questão emerge dentro deste quadro: como inserir tais discussões sobre epistemologia e concepções de natureza para fontes que foram produzidas em (ou sobre) outras partes do mundo, sendo em alguns casos escritas por autores não-europeus? No caso específico do continente americano, como traçar um diálogo entre estes debates e a documentação produzida sobre a natureza daquela região, principalmente com as crônicas, sem reduzir a aceitação passiva ou o seu inverso, a recusa total dessas ideias? Além disso, como equacionar análises macros, no sentido de amplas e gerais, com momentos específicos e

---

<sup>72</sup> LENOBLE, *Op. Cit.*, p. 243.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 203.

singulares? Um esboço de respostas a estes questionamentos tentarei traçar nas próximas páginas por meio da análise de algumas crônicas americanas sobre a natureza.

### III. Enigmas do olhar: as crônicas do século XVI e a natureza americana

Olhar e ver, verbos que muitas vezes são encarados como sinônimos. Contudo, possuem eles os mesmos significados, sentidos e empregos? São de fato sinônimos para além da significação verbal e sensorial? A hipótese que sustenta esta dissertação é que são distintas as ações de ver e olhar. Tal dicotomia será o ponto de partida para análise da compreensão da natureza americana por volta do século XVI, afinal, olhar e ver foram verbos constantes em relatos sobre o Novo Mundo. Por esta separação nos será permitido adentrar na epistemologia que regulava as formas de percepção e compreensão da natureza americana, bem como os discursos que foram produzidos sobre este continente.

Em suas primeiras anotações feitas ao chegar ao continente americano em 1492, Cristóvão Colombo a todo momento utilizava o verbo ver em suas descrições:

“A ilha é muito verde e plana e fertilíssima (...). E *vi* muitas árvores muito disformes das nossas, destas muitas que tinham os ramos de muitas maneiras e tudo em um pé, e um raminho é de uma maneira e outro de outra, e tão diferente, que é a maior maravilha do mundo quanta é a diversidade de uma maneira a outra.”<sup>74</sup>

“Saí com os capitães e gente para *ver* a ilha, que se as outras *vistas* já são muito formosas, verdes e férteis, esta é muito mais e de grandes arboretos e muito verdes.(...) Andando perto de uma lagoa, *vi* uma serpente, a qual matamos e trago o couro a Vossas Altezas.”<sup>75</sup>

O apelo à visão não foi para Colombo um recurso inocente. Tal emprego ultrapassava a mera exposição das ações e acontecimentos ocorridos nas ilhas pelas quais passou Colombo; o

---

<sup>74</sup> “Ella es isla muy verde y llana y fertilísima (...). Y vide muchos árboles muy disformes de los nuestros, de ellos muchos que tenían los ramos de muchas maneras y todo em un pie, y un ramito es de manera y otro de otra; y tan disforme, que ES la mayor maravilla Del mundo cuánta ES la diversidad de la uma manera a la otra.” COLOMBO, Cristóvão. “16 de outubro de 1492” *Diarios de Colón*. Alicante: Biblioteca Miguel de Cervantes; Madrid: Fundación Antonio José de Castro, 2006, p. 405. Disponível em: <http://descargas.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/91348286998794384188868/019985.pdf?incr=1> . Acessado em 16/04/2009.

<sup>75</sup> “(...)me salí com estos capitanes y gente ver la isla, que si las otras ya vistas son muy hermosas y verdes y fértiles, esta ES mucho mas y de grandes arboledos y muy verdes. (...) Andando así em cerco de una de estas lagunas, vide um sierpe, la cual matamos y traigo El cuero a Vuestras Altezas.” COLOMBO, Cristóvão. “21 de outubro de 1492”, *Op. Cit.*, p. 410.

uso de expressões e verbos ligados ao sentido da visão estava associado também a uma intenção de garantir a autenticidade de suas palavras. Encarada como fonte de verdade, era a visão a todo tempo utilizada na legitimação dos relatos sobre as novas terras encontradas. No prefácio de *Sumário de la Historia Natural de las Indias*, Gonzalo Fernández de Oviedo foi bastante enfático em sua avaliação da importância da visão, a qual seria um dos requisitos essenciais para o entendimento das obras que compõem a natureza desde a Antiguidade:

“O que mais conserva e sustenta as obras da natureza na memória dos mortais são as histórias e livros que se encontram escritos; e aqueles considerados mais verdadeiros e autênticos, foram escritos a partir do entendimento comedido obtido pela *visão* dos olhos do homem que pelo mundo tem andado (...). Esta foi a opinião de Plínio o qual... escreveu, como prudente historiador, o que ouviu, dizendo de quem, e o que leu, atribuí aos autores que antes a ele o notaram; e o que *viu*, como testemunha de *vista*, acumulou em sua história. Imitando ao mesmo, quero eu, neste breve sumário, trazer a real memória de Vossa Majestade o que *vi* em vosso império ocidental das Índias e terra-firme do mar Oceano.”<sup>76</sup>

Seguindo os passos de Plínio, o velho – naturalista romano do século I d.C. – Oviedo não poderia se furtar de abordar outros escritos e relatos, o ouvir e ler eram também fundamentais, mas o ver era enfatizado como prova de verdade sobre as Índias Ocidentais e era neste aspecto, sobretudo, que ele tencionava imitar o escritor da Antiguidade. É justamente à visão que Oviedo recorreu para embasar suas críticas ao cronista Pedro Mártir de Anglería e similares que escrevem sem nunca terem estado no Novo Mundo<sup>77</sup>. A visão era o argumento irrefutável do qual aqueles que estavam à distância deveriam acatar.

Entretanto, foi no momento em que Colombo e Oviedo escreveram, ou seja, no início do período moderno em que os europeus se deparam com novos territórios antes desconhecidos, que se tornou mais manifesta a dicotomia entre a visão e o olhar. Colombo, tão célebre por suas descrições, de fato conseguia olhar aquilo que o circundava no Novo Mundo ou simplesmente via? Seria a diferença entre o ver e o olhar um problema de gradação, na qual poderíamos

---

<sup>76</sup> “La cosa que más conserva y sostiene las obras de natura en la memoria de los mortales, son las historias y libros que se hallan escritas; y aquellas por más verdaderas y auténticas se estiman, que por vista de ojos El comedido entendimiento del hombre que por el mundo ha andado se ocupó en escribirlas(...). Esta fue la opinión de Plinio el qual... escribió, y como prudente historial, lo que oyó, dije a quién, y lo que leyó, atribuye a los autores que antes que él lo notaron; y lo que él vido, como testigo de vista, acumuló em la sobredicha su historia. Imitando al mismo, quiero yo, en esta suma, traer a la real memoria de vuestras majestad lo que he visto en vuestro império occidental de las Indias, islas y tierra-firme Del mar Océano.” OVIEDO, *Op. Cit.*, p. 3. Negritos nossos.

<sup>77</sup> GERBI, Antonello. *La naturaleza de las Indias Nuevas: de Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978, p. 293.

compreender os diferentes relatos sobre a natureza americana pela superficialidade ou profundidade do ato de observar daquele que escreve?

Não, a distinção entre o ver e o olhar ultrapassa a questão de proporção ou escala, não seria o olhar um ver mais aprofundado, especialmente durante os primeiros contatos entre os europeus e a América. Como notou Sérgio Cardoso, o “*ver e o olhar... configuram campos de significação distintos; assinalam em cada extremidade do nosso fio justamente ‘sentidos’ diversos*”<sup>78</sup>. Compartilhando, portanto, das ideias deste autor, o olhar e o ver ocupam pólos autônomos com características próprias; o ver é um ato passivo e espontâneo, no qual o sujeito espelha, registra, reflete e grava; já o olhar uma ação indagadora e deliberada, sempre perscrutando, investigando e atenta. A visão privilegia a continuidade e a totalidade, o olhar o descontínuo, os limites e a alteridade; no ato de ver o sujeito encontra-se separado do mundo, no olhar ele se encontra imerso, imbricado, confundido com o mundo<sup>79</sup>. “*Não há continuidade entre o ver e o olhar. E a passagem entre eles não se faz por gradação; requer um salto.*”<sup>80</sup>. Entre o ver e o olhar reside a dicotomia entre o observar e o apreender, desvelando, assim, porque esta separação tornou-se patente no início do período moderno, afinal, em nenhum período anterior a capacidade de apreender foi tão exigida.

A chegada dos europeus ao Novo Mundo é um evento singular em muitos aspectos. Tal peculiaridade motivou historiadores e estudiosos a se dedicarem ao estudo do período em múltiplas abordagens. Exemplo desta afirmação é a obra de Tzvetan Todorov. Consideradas por este autor como o encontro mais extremo e assombroso, no qual os sentimentos de estranheza foram radicais, cuja intensidade jamais se repetiu na história da humanidade, a chegada dos europeus e a posterior conquista do continente europeu no final do século XV e início do XVI foram escolhidas por Todorov como eventos de uma história exemplar e tornaram-se também o fio condutor de sua análise da questão da alteridade<sup>81</sup>. A singularidade deste momento revela-se ainda na reflexão sobre a construção do saber. O conhecimento sobre o mundo foi posto em cheque com o achamento daquelas novas terras, uma vez que a própria noção de mundo

---

<sup>78</sup> CARDOSO, Sérgio. “O olhar viajante (do etnólogo)”. In: NOVAES, Adauto (org.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 348.

<sup>79</sup> *Ibid.*, pp. 348-350.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 350.

<sup>81</sup> TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1982, pp. 5-6.

transformou-se devido a este acontecimento. Por isso, assim como Todorov, podemos considerar este momento como um caso exemplar para investigar os limites dos modos de conhecer.

Além da especificidade do evento também deve ser considerado que muitos dos autores que se dedicaram a escrever sobre a natureza do Novo Mundo e que atualmente são acessíveis aos pesquisadores foram europeus, e, portanto, partilhavam um repertório intelectual e cultural de origem do Velho Mundo que se defronta com uma nova realidade, da qual – a princípio – não possuía nenhum referencial anterior. A análise das relações estabelecidas, das comparações construídas, dos modelos re-elaborados e das ressignificações realizadas para explicar esta novidade permite mais do que compreender a concepção de natureza americana forjada naquele momento, possibilita o entendimento dos diferentes caminhos percorridos para a construção de conhecimento, bem como o alcance, a flexibilidade e os obstáculos das formulações epistemológicas empregadas neste processo.

Como foi mencionado na introdução deste trabalho, para os objetivos desta dissertação, foram selecionados alguns autores. Esta escolha tem razões e simultaneamente é arbitrária. Trabalhando com o universo cultural europeu, obviamente a preferência recaiu sobre autores que atenderam à demanda por respostas do público daquela região, escritores que tiveram suas obras lidas e amplamente citadas por outros letrados na mesma época ou posteriormente. Foram selecionados cronistas que partilhavam de determinada concepção epistemológica e por isso tiveram suas ideias aceitas entre a intelectualidade do velho continente. No entanto, embora não seja abundante, a quantidade de escritores que optaram por narrar sobre a natureza americana é bastante numerosa e um trabalho detalhado de todos estes escritos seria hercúleo. Como salientou Gerbi há cerca de três décadas, há ainda que mencionar a heterogeneidade destes autores, cujos objetivos, formação intelectual, modo de observação do Novo Mundo e públicos para os quais escreviam eram muito diversos, não havendo assim uma unidade que seria desvelada através de uma análise minuciosa<sup>82</sup>.

De forma sintética serão apresentados os principais cronistas analisados de forma que possibilite uma melhor compreensão dos excertos e abordagens que serão feitas ao longo o trabalho. São eles: Pedro Mártir de Anglería, Gonzalo Fernández de Oviedo e José de Acosta. Pedro Mártir de Anglería nasceu em Arona na década de 1450 educado em Roma teve contato

---

<sup>82</sup> GERBI, Antonello *La naturaleza de las Indias Nuevas: de Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978, pp. 149-150.

com as principais ideias humanista do período. Em 1486 viajou para Espanha, onde devido à erudição manteve contato com a alta nobreza, sendo inclusive capelão da rainha Isabel, a católica. Devido à proximidade com as altas esferas do poder espanhol foi nomeado membro do *Consejo de Indias* e *Cronista de Indias*. Nunca esteve na América, mas escreveu uma das obras mais populares entre o público europeu no século XVI sobre o continente, graças ao acesso aos documentos oficiais e à entrevistas com muitos dos exploradores que chegavam do Novo Mundo. Já apresentado no início deste capítulo, Oviedo nasceu em Madrid em 1478, desde muito jovem esteve presente servindo os membros da corte espanhola. Em 1513, realizou sua primeira viagem à América, retornando pouco tempo depois. Até sua morte em 1557 retornou ao Novo Mundo por mais quatro vezes. Conheceu as principais personalidades dos chamados descobrimentos e das fases iniciais de colonização do Novo Mundo, como Las Casas e Colombo. Não teve uma formação tão erudita quanto Anglería, embora conhecesse as principais obras da Antiguidade. Foi nomeado *Cronista de Indias* em 1532 e morreu no Panamá onde era o alcaide. Por fim, José de Acosta nasceu em Medina del Campo por volta de 1540, desde jovem ingressou na Companhia de Jesus, obtendo sua formação dentro dos colégios da ordem. Foi enviado à América em 1571, onde realizou importantes atividades como missionário e provincial. Dedicou-se neste período a escrever obras sobre a evangelização, a natureza e os povos encontrados no Novo Mundo. Retornou à Espanha em 1587, onde permaneceu até sua morte em 1600. Sua obra mais divulgada foi *Historia Natural y Moral de las Indias*.<sup>83</sup>

Ainda que sejam apontadas algumas diferenças quanto à formação de cada um dos cronistas, bem como sejam consideradas as especificidades de cada obra, nesta parte da dissertação o que se pretende é traçar algumas características comuns que permitiram a estes escritores inserir a América dentro do universo cultural e intelectual do Ocidente.

Algo que não pode ser negado é o fato de que desde o retorno de Colombo à Europa, trazendo notícias de novas terras descobertas, uma grande curiosidade foi despertada no velho continente com relação aos territórios encontrados no ocidente (pensados inicialmente como localizados no oriente, como territórios asiáticos). Interesse que foi saciado com a publicação de diários, cartas, gravuras e crônicas de viajantes, conquistadores, homens do saber, funcionários da Coroa, missionários e navegadores que estiveram (ou não) no continente americano. Estas obras

---

<sup>83</sup> Para mais informações sobre a formação dos cronistas citados ver: *Revista Ideias*, Ano 11(1), 2004. Ver também OLIVEIRA, Flávia Preto de Godoy. *A fauna e a flora na obra Historia Natural y Moral de las Indias*. Monografia de final de curso. Campinas, SP, 2006.

têm sido estudadas com muito afinco por diversos historiadores, que buscam analisar em seus trabalhos as visões traçadas por esses homens sobre o Novo Mundo. Entre tais escritos, os que mais têm detido atenção dos estudiosos ao longo de séculos são os de Cristóvão Colombo. Emblemáticos, possivelmente por serem os primeiros relatos de um europeu sobre a América, ainda hoje são alvos de reflexões historiográficas<sup>84</sup>. No entanto, as cartas e o diário de Colombo também são bastante significativos, pois neles encontramos de forma patente a dicotomia entre a visão e o olhar mencionada acima. Antonello Gerbi em seu livro *La Naturaleza de las Indias Nuevas* publicado em 1975 foi um dos primeiros a sustentar esta ideia:

“(...) Colombo deduz especulativamente sua rota a partir dos textos medievais, e não dá crédito a seus olhos quando outro mundo distinto do que buscava surge em frente sem que o espere...”<sup>85</sup>

Cristóvão Colombo também foi alvo de investigações do já citado linguísta búlgaro Tzvetan Todorov. Focalizando as crenças do navegador genovês, este autor afirma que muito embora Colombo estivesse atento à natureza, observando-a constantemente, em especial no que se refere à navegação, a imagem que construía daquilo que via, na maior parte das vezes, era a confirmação de verdades já estabelecidas anteriormente. Como também já havia sido notado por Edmundo O’Gorman, o almirante era um homem extremamente crédulo, sendo que os sinais deveriam ser interpretados para confirmar suas crenças<sup>86</sup>.

“A observação atenta da natureza conduz a três direções diferentes: à interpretação puramente pragmática e eficaz, quando se trata de assuntos de navegação, à interpretação finalista, onde os sinais confirmam a crença que se tem e a (...) recusa de interpretação, que é a admiração intransitiva da natureza, a submissão absoluta à beleza.”<sup>87</sup>

Com relação a esta última característica, o silêncio frente à admiração na natureza, encontramos evidenciada nas palavras transcritas por seu filho Fernando Colombo. Em um trecho de *Historia Del Almirante*, Cristóvão Colombo revelava a impossibilidade de dizer ou escrever a verdade, por mais que se esforçasse, dada a estupefação que sentia frente às maravilhas que

---

<sup>84</sup> Os escritos colombinos também geraram diversas polêmicas quanto à autenticidade: a autoria, as intenções e até mesmo a nacionalidade de Cristóvão Colombo foram postos em dúvida. Cf: THEODORO, Janice. *América Barroca*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Edusp/ Nova Fronteira, 1992, p. 40.

<sup>85</sup> “(...)Colón deduce especulativamente su derroteo de los textos medievales, y no da crédito a sus ojos cuando otro mundo distinto del que buscaba, le surge por delante sin que le espere...” GERBI, *La naturaleza de las Indias Nuevas*, *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>86</sup> O’ GORMAN, *Op. Cit.*, p. 105 e TODOROV, *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>87</sup> TODOROV, *Op. Cit.*, p. 25.

enxergava ao seu redor<sup>88</sup>. O assombro frente à natureza americana é um aspecto também bastante enfatizado por alguns pesquisadores. No entanto, mesmo nestes momentos de espanto, é perceptível a questão do estilo e da forma, o uso de superlativos nas descrições e mesmo o tom lacônico foram escolhas prévias e meios retóricos para atingir seu objetivo: expressar o maravilhoso<sup>89</sup>. O sentimento de maravilhamento de Colombo e sua transposição para seus relatos escritos foram também inspiração para muitos literatos e intelectuais posteriormente, como é o caso de Alexander Von Humboldt. Conexões entre os diários e as cartas de Colombo e algumas obras posteriores que fazem referência aos primeiros como escritos fundadores de uma percepção e forma literária que serão recuperados e re-elaborados ao longo de séculos<sup>90</sup>.

Colombo também foi analisado pela historiadora brasileira Janice Theodoro dentro de uma perspectiva que não desvincula a imaginação e a veracidade na composição do texto histórico. Para esta autora, a personagem Cristóvão Colombo deve ser considerada como um homem moderno e paradoxal, uma vez que ao mesmo tempo em que chegava a conclusões por meio da observação, conservava suas crenças e ideais formulados *a priori*. Este paradoxo característico do navegador genovês também estava presente em sua forma de apreender a realidade americana e o universo indígena e deve ser levado em consideração nas análises sobre este indivíduo que marcou o início do período moderno<sup>91</sup>.

Janice Theodoro ainda define Colombo como alguém cuja capacidade de construir narrativas a partir de suas expectativas era superior à de descrever o desconhecido que foi posto sob seus olhos. Retomando, portanto, as ideias de Antonello Gerbi, esta historiadora reafirma a incapacidade de olhar de Colombo. No entanto, para ela esta inaptidão estaria associada a uma grande capacidade de criar afinidades, propriedade tão marcante da epistemologia do início do período Moderno, de acordo com a tese de Michel de Foucault, apresentada nas páginas

---

<sup>88</sup> “(...) Por lo cual solía yo decir à mi gente muchas veces, que por mucho que esforczase à dar entera relación de él a vuestras altezas no podía mi lengua decir toda la verdad, ni la pluma escribirla, y cierto que yo he quedado asombrado viendo tanta hermosura que no se cómo contarlo.” COLÓN, Hernando. *Historia Del Almirante Cristóbal Colón*. Edição digital baseada na edição de Madrid, 1892. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes; Madrid: Biblioteca Nacional, 2006, p. 129. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=21388> acessado em 23/02/2009.

<sup>89</sup> WAWOR, Gerhard. “La visión del Nuevo Mundo: Cristóbal Colón, Giuliano Dati, Pedro Mártir. In: KOHUT, Karl e ROSE, Sonia V. (edit.). *Pensamiento europeo y cultura colonial*. Frankfurt / Madrid: Vervuet / Iberoamericana, 1997, pp. 298 -319.

<sup>90</sup> Como exemplo podemos citar o trabalho de Rocío Oviedo sobre a questão do real maravilhoso. Cf. OVIEDO, María Rocío. “Configuraciones de lo real maravilloso”. Disponível em: <http://www.rociooviedo.es/pdf/987.pdf> . Acesso em: 09/04/2009.

<sup>91</sup> THEODORO, *Op. Cit.*, pp. 42-43.

anteriores e não seria uma exclusividade do Almirante. É justamente a este filósofo que Janice Theodoro recorreu para explicar alguns aspectos dos relatos de Colombo e de outros cronistas sobre o Novo Mundo. A *epistémê* dos séculos XV e XVI, pautada na semelhança como construtora de saber, produzia um conhecimento pobre, em que o idêntico ecoava múltiplas vezes. Isto explicaria o processo de negação da realidade inaugurado por Colombo, no qual a América, sua natureza e seus habitantes apresentavam-se como reflexo da imagem da Europa. O Novo Mundo passa a ser compreendido a partir da reprodução de modelos e comparações cujos referenciais eram europeus. Segundo Janice Theodoro, o processo de observação, descrição e apreensão do Novo Mundo e, conseqüentemente, de sua natureza, não levava ao conhecimento dos territórios descobertos, e sim à manutenção do universo intelectual e cultural europeu:

“(...) O olhar do europeu sobre a natureza apesar de procurar o novo – realiza-se enquanto unidade discursiva, estruturando velhas significações. As referências européias constituem-se no centro organizador da descrição que ordena as espécies. Assim o imaginário europeu permite à natureza americana ser reconhecida e hierarquizada segundo padrões estabelecidos pela metrópole.”<sup>92</sup>

Colombo manteve uma forma narrativa capaz de agradar e ser compreensível ao leitor europeu, embora apresente uma imagem de América inverossímil. Retomando novamente as ideias expressas acima entre uma separação entre o ver e o olhar, nota-se que segundo a avaliação da historiografia mais recente, o navegador genovês não conseguiu romper a barreira da visão. Primeiro a tentar transformar um mundo desconhecido em um universo de semelhanças, Cristóvão Colombo, para Theodoro, inaugura um processo de transplante cultural na América que espelha ao velho continente<sup>93</sup>. Processo este que não esteve restrito ao navegador, mas partilhado por grande parte dos cronistas do período, isto porque embora as cartas e diários colombinos possam ser considerados documentos únicos, com características próprias e não redutíveis a padrões rígidos, estas fontes compartilham de uma mesma *epistémê* com outros escritos do período, como bem assinalou Theodoro. Desvinculá-las desta semelhança em favor de uma reafirmação de originalidade é uma forma de amputação da análise.

Dentro da epistemologia vigente no início do período moderno, as imagens que eram captadas pelos olhos não necessariamente eram preponderantes em relação ao que deveria ser dito. Alguns tópicos discursivos foram reafirmados e repetidos por diferentes cronistas, sendo a

---

<sup>92</sup> *Ibid.*, p. 63.

<sup>93</sup> *Ibid.*, pp. 50-51.

semelhança de forma e sentido não apenas uma coincidência, mas uma característica compartilhada e necessária para a recepção entre o público europeu. O trecho a seguir evidencia este fato:

“Uma coisa resta, Beatíssimo Padre, muito digna da História, a qual quisera eu que houvesse caído nas mãos de Cícero ou de Lívio, melhor que nas minhas: tenho por que é tão prodigiosa esta História, que para descrevê-la meu engenho se encontra mais constrangido que um frango entre a estopa”<sup>94</sup>

Escrito por Pedro Mártir de Anglería, cronista real que nunca esteve na América, cujas *Décadas del Nuevo Mundo* alcançaram enorme sucesso entre os leitores do Velho Mundo, neste trecho destinado (e dedicado) ao papa Leão X, é possível observar mais uma vez a admiração frente ao mundo natural e às sociedades encontradas manifesta na incapacidade do cronista em descrever, comum também a Colombo, como no excerto mencionado há alguns parágrafos. Talvez este discurso de incapacidade de descrever não seja uma reação espontânea frente às notícias ou ao que é visto no Novo Mundo. Oviedo também enfatiza, melancolicamente, a impossibilidade de um só homem poder descrever tudo sobre as Índias, uma vez que esta tarefa se constituía extraordinária<sup>95</sup>. Assim, é possível que este silêncio – esta não descrição – configure um tropo do discurso letrado do século XVI sobre o continente recém descoberto e reproduzi-lo evidenciaria não a falta de capacidade daquele que escrevia, mas a grandiosidade daquilo que era descrito, bem como a importância da tarefa dos que ousam fazê-lo.

Ao afirmar a existência deste lugar discursivo ou mesmo evidenciar a separação entre a visão, o olhar e o que era descrito, não se nega o fato de que Colombo ao estar na América observou sua natureza, nem mesmo que Anglería tenha consultado fontes fidedignas para escrever, apenas pretende-se destacar que as palavras destes autores não constituem a reprodução textual idêntica daquilo que presenciaram (ou que terceiros observaram) nos primeiros momentos de contato dos europeus no novo continente. Ambos construíram representações da América que assemelham-se por diversas vezes e não fortuitamente. Especialmente no caso de Colombo e Anglería, a conformidade se faz presente com maior peso, primeiramente porque o navegador genovês foi uma das fontes do autor de *Décadas del Nuevo Mundo*; e em segundo lugar, pois

---

<sup>94</sup> “Una cosa resta, Beatísimo Padre, muy digna de la Historia, la cual quisiera yo que hubiese caído em las manos de Cicerón o de Lívio, mejor que no en las mías: la tengo por tan prodigiosa, que para describirla mi ingenio se encuentra más embarazado que um pollito entre estopa.” ANGLERÍA, Pedro Mártir de. *Décadas Del Nuevo Mundo*. Madrid: Ediciones Polifemo, 1989, p. 152.

<sup>95</sup> GERBI, *La Naturaleza de las Indias Nuevas, Op. Cit.*, p. 312.

ambos os autores possuíam textos cujos objetivos e formas adotadas se pareciam. Contudo, ao confrontá-los com outros cronistas europeus do século XVI não há rupturas discursivas brutais, muito embora cada um dos escritos produzidos no período possuía especificidades que devem ser consideradas, não sendo permitido (nem mesmo possível) engessá-las em um padrão rígido.

Um exemplo que confirma esta similitude discursiva entre as crônicas é o seguinte trecho do padre jesuíta José de Acosta: “(...) *Nas Índias tudo é portentoso, tudo é surpreendente, tudo é distinto e em escala maior que o que existe no Velho Mundo*”<sup>96</sup>. Embora caracterizado como um autor sintético cujo texto seguia linhas mais ponderadas nas quais a espontaneidade das palavras e dos sentimentos perdem o predomínio frente a linhas mais racionais de reflexão, Acosta apresentava momentos nos quais a admiração em relação à natureza do Novo Mundo era colocada em evidência. A fascinação pela natureza americana é um tropo que ecoa por entre as crônicas com maior ou menor intensidade, sendo esta estupefação muitas vezes traduzida de maneira onírica ou paradisíaca.<sup>97</sup>

“(...) O canto dos outros pássaros que estavam nas árvores era coisa suave e de tanta melodia que aconteceu muitas vezes de ficarmos encantados com a suavidade. As árvores são de beleza e tão apazíveis que pensávamos estar no paraíso terrestre.”<sup>98</sup>

Considerada por Oviedo como opulenta, bela, cuja variedade de árvores e animais era inenarrável, a natureza americana seria a expressão da onipotência divina, o lugar onde a razão de Deus seria revelada, e por isso, portadora de coisas admiráveis e dignas da atenção e reflexão humana, sendo, portanto, seu objeto privilegiado de estudo. Mesmo os fatos considerados fora do comum, excepcionais, faziam parte daquele mundo natural; inclusive, para que um relato sobre terras longínquas tivesse de fato credibilidade, era necessário que ele contivesse menções a fatos ou coisas cuja característica mais insigne fosse a estranheza.

“(...) encontraram as nossas árvores de maçãs doces, mas muito nocivas que as comendo se transformam em vermes, e principalmente a sombra da árvore é mortífera, pois os que alguma vez dormiram embaixo dela

---

<sup>96</sup> “(...) En las Indias todo es portentoso, todo es sorprendente, todo es distinto y en escala mayor que lo existe en el Viejo Mundo.” ACOSTA, José de. *Apud.*: ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna*. Bauru, SP: Edusc, 2001, p. 110.

<sup>97</sup> COELHO, Nelly Novaes. “Colombo e Caminha: Os primeiros cronistas”. In: BESSONE, Tânia M. Tavares e QUEIROZ, Tereza A. Pereira de (orgs.). *América Latina: Imagens, imaginação e imaginário*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Edusp/ Expressão e Cultura, 1997, pp. 523-535.

<sup>98</sup> VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2003, p. 133.

despertaram com a cabeça inchada e de todo cegos, e se dormiram pouco tempo, depois de alguns dias recuperam a visão.”<sup>99</sup>

Distantes, estes novos territórios eram caracterizados pela singularidade; até então desconhecidos dos antigos e contemporâneos aos feitos de Colombo, o signo da alteridade os marcava. Constituíam um novo mundo, como definia Anglería no título de sua obra que se tornou também epíteto do continente americano, e como tal repleto de aspectos espetaculares, fabulosos e notáveis. O extraordinário não poderia ser omitido ou considerado por aquele que escrevia como ilógico e supérfluo; o incomum fazia parte de tais relatos, uma vez que garantia até mesmo sua confiabilidade, afinal, em terras afastadas como as da América, maravilhas teriam que existir. Entretanto, como apontou pertinentemente Alexandre Coello de la Rosa, havia também uma filiação ideológica na descrição de tais maravilhas, uma vez que esta fascinação (fetichista) também deve ser entendida como um meio de escamotear outras realidades menos positivas, como a conquista, a escravização e a aniquilação de centenas de milhares de indígenas.

“(…) Por esta razão, a fascinação pela exuberância e a maravilha do Novo Mundo não pode ser considerada unicamente como um sentimento de assombro frente ao que não podia ser entendido... senão como por tudo aquilo que se devia ocultar ou, em grande medida, se minimizar.”<sup>100</sup>

Além disso, mesmo no lócus da diferença assombrosa – nada mais espantoso que uma árvore tão letal que até mesmo sua sombra é capaz de deixar o homem em permanente escuridão, sem a visão – a similitude penetrava por entre os sulcos da narrativa. A árvore mortífera assumia a mesma forma que aquela conhecida e apreciada no Velho Mundo, porém, longe de ser benéfica, esta planta da América se apresenta como antípoda (nos efeitos) daquela europeia. Embora distinta, ao descrevê-la, Anglería tornava-a compreensível para seus leitores aproximando-a do que já era familiar. Mesmo quando a ênfase recaía na diferença, a base para se refletir sobre as novas terras continuava sendo a Europa. Ao apontar as semelhanças (mesmo que restrita à aparência) era possível estabelecer relações com aquilo que já era conhecido no Velho Continente, e assim, conseqüentemente, inserir os seres, fatos ou coisas dentro do universo de similitude em que se configurava o saber do período. Da mesma forma que foi analisada a árvore

---

<sup>99</sup> “(…) encontraron los nuestros árboles de manzanas dulces, pero muy nocivas, que comiéndolas se convierten en gusanos, y principalmente la sombra del árbol es mortífera, pues los que alguna vez se han dormido bajo de ella despertaron con cabeza hinchada y del todo ciegos; y si durmieron poco rato, después de algunos días recobran la vista.” ANGLERÍA, *Op. Cit.*, p. 98.

<sup>100</sup> COELLO DE LA ROSA, Alexandre. “Historias naturales y colonialismo: Gonzalo Fernández de Oviedo y José de Acosta”. In: *Illes i Imperis*, vol. 8, Primavera 2006, p. 50.

mortífera descrita por Anglería outros fatos, coisas e seres extraordinários narrados por outros cronistas e escritores eram assimiláveis nas categorias de conhecimento do início da época moderna sempre tendo como referencial a Europa.

Não foi por acaso que algumas crônicas, sobretudo aquelas que centram sua atenção no mundo natural americano, organizavam-se a partir de uma geografia da semelhança e da diferença, isto é, em muitos relatos, a divisão por capítulos ou o fio narrativo se fundamentava na similitude e na diversidade entre os dois mundos (Europa e América). O padre jesuíta José de Acosta é um exemplo desta postura. Ao organizar a exposição das plantas e animais do Novo Mundo, ele separou aqueles seres que eram próprios das Índias Ocidentais e que não encontravam equivalentes na Europa daqueles que eram comuns nos dois continentes. “*Em relação às plantas, trataremos as que são próprias das Índias, e depois, das comuns àquela terra e a esta da Europa*”<sup>101</sup>. Mesmo quando a forma de organização geral da obra era outra, como no caso do *Sumário de la Natural Historia de las Indias*, este padrão estava presente em alguns momentos. Exemplos disso são os capítulos XXVIII e XXIX desta obra, nos quais Oviedo abordou as aves conhecidas e semelhantes às que havia na Espanha e outras diferentes, respectivamente<sup>102</sup>.

Esta estratégia de articulação entre as semelhanças e as diferenças dos dois continentes foi um dos recursos utilizados pelos autores do século XVI para tentar solucionar o dilema que lhes foi apresentado com a chegada de Colombo às novas terras localizadas a Oeste: como relatar as novidades daqueles territórios para um público que jamais esteve lá? A opção pela comparação surgiu, portanto, como o meio mais simples e eficiente de se atingir tal objetivo. Não apenas para descrever o espantoso, a maravilha que emergia o mais alto nível da diferença, mas também para caracterizar aspectos frequentes e comuns nos dois mundos, como por exemplo, os vegetais encontrados.

“(…) O *guararaná*, que é maior que a laranjeira, cria uma fruta grande igual à cidra. Há outra árvore quase como a castanheira; dá um fruto semelhante ao figo, maior, de doce e saudável sabor. O *mamey* é outra

---

<sup>101</sup> “Viniendo a las plantas, trataremos de las que son más propias de Indias, y después, de las comunes a aquella tierra y a esta de Europa”. ACOSTA, *Op. Cit.*, p. 169. Ao tratar dos animais, este autor utiliza também o mesmo critério: “De tres maneras hallo animales en Indias: unos que han sido llevados de españoles, otros que aunque no han sido llevados por españoles, los hay en Indias de la misma especie que en Europa; otros son animales propios de Indias y no se hallan en España.” *Ibid.*, p. 197.

<sup>102</sup> OVIEDO, *Op. Cit.*, pp. 75-76.

árvore que produz frutos do tamanho de uma laranja, e cujo sabor não é inferior ao... do melão.”<sup>103</sup>

A comparação permitia simultaneamente reunir o Velho e o Novo Mundo, passar de um para outro, estabelecendo conformidades e diferenças<sup>104</sup>. Mesmo por trás da diversidade da natureza americana, havia similitudes que garantiam a unidade que formava o mundo, unidade que podia ser compreendida de duas formas. Primeiramente como uma unidade de criação, afinal, tais cronistas, embora diversos em relação a seus objetivos e formação, partilhavam de uma mesma crença cristã que servia como base para suas reflexões acerca do universo. Nada, diante da onipotência e da onisciência divina, poderia se colocar em confronto com as verdades reveladas por Deus. Tendo a bíblia e toda a literatura cristã à disposição, estes autores procuram compreender a América sem que esta colocasse em contradição aquilo que estava já revelado. A maioria deles parte da ideia de uma só criação que garantia, assim, a unidade entre os dois territórios. Logo, em essência, eram terras similares, feitas por um só Deus e ao mesmo tempo. Para alguns cronistas, como Oviedo a descoberta do Novo Mundo completava o Velho Mundo, fazendo-o mais consciente da totalidade da terra<sup>105</sup>. Entretanto, esta unidade também surgia na possibilidade de entender essas terras dentro do universo de similitudes que configurava o saber da época, como apontamos acima, e era a comparação um dos meios para que a continuidade entre o conhecido e as novidades vindas do além mar fossem possíveis.

Além disso, estabelecendo comparações, os cronistas também esboçavam classificações, uma vez que as aproximações não eram casuais, estavam sempre pautadas nas formas de organizar a natureza. Analisando o último trecho citado de Anglería, é possível perceber que suas comparações não apenas tornavam inteligíveis as frutas do Novo Mundo aos seus leitores, mas também as inseriam dentro de categorias de ordenação e classificação europeias. O *guararaná* estaria em um mesmo conjunto de espécie do qual a laranjeira e cidra faziam parte; quanto aos frutos do *mamey* (espécie de sapoti) poderiam ser inscritos na categoria em que se encontrava a

---

<sup>103</sup> “El guararaná, que es mayor que el naranjo, cría una fruta grande igual a la cidra. Hay otro árbol casi como el castaño; da un fruto semejante al higo, más grande, de dulce e saludable sabor. El mameyo [sic], es otro árbol que produce un fruto del tamaño de la naranja, y cuyo sabor no es inferior al del... melón.” ANGLERÍA, *Op. Cit.*, p. 150.

<sup>104</sup> HARTOG, François. *O espelho de Heródoto – Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 240.

<sup>105</sup> GERBI, *La Naturaleza de las Indias Nuevas, Op. Cit.*, p 318. Segundo o historiador italiano, para Oviedo as Índias não apenas completariam o conhecimento do velho continente em relação à geografia e à natureza das coisas, revelariam também aos europeus aspectos de seu passado transcritos nos comportamentos, costumes, religião e cultura dos povos da América.

laranja, embora diverso pois seu sabor também se aproximava do melão. Articulações semelhantes foram elaboradas por Acosta e evidenciam sua forma de apreender o mundo natural americano. No capítulo 24 de *Historia Natural y Moral de las Indias*, por exemplo, o jesuíta escreveu sobre as goiabas, *mameyes* e os abacates. Segundo Acosta, as goiabas possuíam tamanho semelhante ao das maçãs, embora seu gosto não fosse apreciável; os abacates eram frutos parecidos com peras grandes na forma; e os *mameyes* podiam ser comparados aos grandes pêssegos quanto ao tamanho e à marmelada em relação ao doce que se fazia de sua polpa<sup>106</sup>. A aproximação desses três frutos em um mesmo capítulo já é indicativa de um atributo comum, a partir do qual eles deveriam ser pensados – neste caso, por serem frutas apreciadas no Novo Mundo. Contudo, ainda mais revelador é o fato de que ao comparar com peras, maçãs, pêssegos e marmelos, Acosta adicionou tais plantas no quadro de conhecimentos, definindo os “lugares” que deveriam ocupar dentro do sistema de classificação da flora conhecida, bem como moldou o tipo de percepção que o europeu necessitava ter sobre estes frutos. Este mesmo mecanismo foi acionado em sua descrição das chinchilas e porquinhos da Índia que foram confrontados com os esquilos e os coelhos respectivamente. As aproximações pautadas nas comparações construídas por cronistas, como José de Acosta, remetem à questão das simpatias e antipatias formuladas em *As palavras e as coisas*. Segundo Foucault, dentro da *epistémé* do início do período Moderno, a identidade das coisas, o fato de se assemelharem a outras, de poderem se aproximar mantendo sua singularidade, deve-se ao contrabalancear constante da simpatia e da antipatia. Ao descrever os felinos encontrados no Novo Mundo, José de Acosta também empregou o recurso da comparação e em sua descrição é possível perceber o equilíbrio entre simpatias e antipatias mencionado pelo filósofo francês. Embora não possuíssem juba, nem fossem tão bravos, possuíssem uma coloração parda<sup>107</sup>, ainda assim eram denominados como leões e deveriam ser assimilados pelos europeus como tais, uma vez que compartilhavam uma unidade semelhante.

Outro elemento epistemológico perceptível através das comparações é a delimitação daquilo que era necessário ser cónito. As comparações raramente abarcavam todos os aspectos da espécie ou objeto, sempre se centravam em determinada característica, portanto, em suas descrições, os cronistas circunscreviam os elementos que deveriam compor o conhecimento sobre a natureza, excluindo aquilo que era considerado supérfluo, sem importância para o saber. Logo,

---

<sup>106</sup> ACOSTA, *Op. Cit.*, p. 184.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 200.

os silêncios presentes também nas comparações são reveladores, evidenciam os limites da epistemologia do período, o que era necessário saber e de que forma isto se daria. Não se encontram comparações quanto ao número de sementes de determinado fruto, justamente porque esta informação não acrescentava em nada ao quadro de saberes sobre a flora do período, entretanto, nos séculos seguintes, esta informação ganhou uma grande importância, estando presente em todos os livros de botânica. Isto porque a epistemologia que fundava as ciências naturais transformou-se ao longo do século XVII. Novos interesses e pré-requisitos para construir o entendimento dos seres emergiram e, conseqüentemente, novas associações surgiram.

Em seu *Sumário*, Gonzalo Fernández de Oviedo tentou descrever o urso formigueiro, atualmente conhecido por tamanduá. Suas comparações, como se torna evidente com a denominação dada ao animal, partiram da contraposição com os ursos conhecidos na Europa. Assim, qualificou o tamanduá como menor, porém com um focinho maior. No entanto, ainda vago na imagem que tentava representar daquela espécie, considerava-o como dotado de semelhanças com os cachorros, contudo era inofensivo, covarde, habitava as matas e se alimentava de formigas – aspectos que o diferenciava tanto de ursos como de cachorros<sup>108</sup>. Apesar de ter recorrido a dois animais diversos para tentar descrever esta espécie, pode-se observar um recorte naquilo que é narrado – corte associado à seleção das informações; não há menções a outras partes, como a cauda, apenas o imprescindível, dentro de seus objetivos foi relatado pelo cronista. Não era preciso esgotar em comparações e descrições a representação do urso formigueiro, apenas se pretendia inseri-lo no quadro de conhecimentos da época, e para tanto, as associações feitas por Oviedo já eram suficientes. Daí a importância das comparações na análise da circunscrição da cognição.

Outra forma de comparar muito utilizada pelos autores que estão sendo analisados era o estabelecimento de paralelos. Nas analogias multiplicidades de relações poderiam ser estabelecidas, pois as diferenças não eram negadas, mas canalizadas, permitindo a assimilação daquele universo natural recém encontrado dentro da epistemologia do período. Um exemplo bastante repetido entre autores como Anglería, Oviedo e Acosta é a analogia entre o milho e o trigo. Sendo base da alimentação indígena, o milho ganhava a designação de pão das Índias e sua

---

<sup>108</sup> OVIEDO, *Op. Cit.*, p. 67.

narrativa tinha como eixo a comparação com o trigo<sup>109</sup>. Da mesma maneira que o trigo garantia o sustento dos europeus, o milho possibilitava a subsistência dos americanos; assim como era possível fazer bebidas com trigo, também faziam bebidas com o milho; o trigo está para a Europa como o milho está para América:

“Enfim, repartiu o Criador a todas as partes seu governo, a este mundo deu o trigo, que é o principal sustento dos homens, aquele das Índias deu o milho, que atrás do trigo tem o segundo lugar para sustento de homens e animais.”<sup>110</sup>

Contudo, nas analogias esboçadas por estes autores, o olhar europeu prevalece, pois eram descritos apenas os atributos que conectavam os dois seres ou objetos comparados e que simultaneamente possuíam profunda ligação com a sociedade europeia, excluindo muitas vezes outros aspectos que não tinham nenhuma vinculação com o velho continente. Retomando o exemplo do milho, elementos fundamentais para a compreensão deste cereal nas sociedades indígenas, como seu valor religioso, na maior parte das vezes foram omitidos. Nas analogias e comparações, residia a ideia de reconhecimento, a qual não se desvinculava da noção de sujeição de um mundo em relação ao outro.

Limitado também estava o conhecimento sobre a natureza americana devido aos interesses e objetivos estabelecidos nas relações entre homens e os demais seres e coisas que ocupavam a terra. Como apontou Keith Thomas ao estudar o universo britânico do mesmo período, um dos condicionantes que atuavam no saber sobre plantas e animais era o utilitarismo. A natureza deveria ser estudada para ser dominada, gerida e usada em benefício da espécie humana, atitude em consonância ao crescimento econômico do período entre os séculos XVI e XVIII. As religiões cristãs (protestantes e católica) também legitimavam tal postura frente ao mundo natural; trechos da bíblia e de teólogos da Igreja eram utilizados por religiosos em suas pregações para reafirmar o domínio humano sobre os demais seres vivos, tanto no universo católico quanto no protestante. Segundo estes oradores, animais e plantas foram concebidos por

---

<sup>109</sup> Seleccionei neste trecho a descrição do milho, de José de Acosta como condutora da análise das analogias, no entanto, outros cronistas possuem narrativas semelhantes. Ver, por exemplo, o capítulo IV de *Sumário de la natural historia de las Indias*, de Oviedo, intitulado “Do pão dos índios, que fazem do milho”, no qual o milho é designado como pão das Índias. Cf. *Ibid.*, p. 15.

<sup>110</sup>“En fin, repartió el Creador a todas partes su gobierno, a este orbe dio el trigo, que es el principal sustento de los hombres, a aquel de Indias dio el maíz, que tras el trigo tiene el segundo lugar para sustento de hombres e animales.” ACOSTA, *Op. Cit.*, p. 172.

Deus para servir ao homem, tendo em vista suas necessidades<sup>111</sup>. O utilitarismo marcou profundamente a visão ocidental em relação à natureza e não foi exclusivamente justificado por fins econômicos, porém também pelos fundamentos cristãos. Esta posição caracterizou o conhecimento do período sobre o mundo natural, inclusive o da América. Ainda que considerações emocionais e simbólicas estivessem interligadas nas concepções e classificações do mundo natural, os aspectos práticos, materiais e utilitaristas eram predominantes tanto para a ciência dos letrados, quanto no saber popular<sup>112</sup>. A natureza americana, diversa e desconhecida para os europeus, foi descrita muitas vezes pelos cronistas a partir de seus possíveis usos.

“(…) Abertos os cocos, dão comida e bebida, encontrando-se cheios de um licor suave. Dentro da casca se cria uma massa esponjosa, aderida a casca, com uns dois dedos de espessura, branca e mole semelhante à gordura ou à banha animal, mas de mais delicado sabor. Esta massa, descolando-a da casca interior, é muito boa de comer. Se a misturando um pouco se conserva alguns dias em seu mesmo copo, dizem que derrete e se converte em um azeite mais suave que o de olivas, e muito saudável para os enfermos.

Outro serviço útil se faz a natureza com esta árvore. Perfurando os lados da árvore por onde solta as folhas, e dizem que destila gota a gota, em uma vasilha que colocam debaixo, um licor potável de bom sabor e muito saudável.<sup>113</sup>

Assim como Anglería, José de Acosta também se guiou por fundamentos antropocêntricos, organizando o quarto livro de sua *Historia Natural y Moral de las Indias* tendo como base a utilidade de plantas e animais para a espécie humana, a partir da qual selecionou e focalizou seus relatos. Critérios como comestibilidade, sabor, textura, propriedades medicinais ou a aplicação em formas favoráveis ao homem foram centrais na forma de o europeu apreender a América. Não apenas porque possuíam os habitantes do velho continente uma concepção de mundo extremamente antropocêntrica, na qual o mundo fora criado exclusivamente para o proveito humano e deveria ser entendido a partir de tal pressuposto, mas também porque necessitavam legitimar a empresa exploradora e colonizadora que se iniciava naquele momento

---

<sup>111</sup> THOMAS, *Op. Cit.*, pp. 22-23.

<sup>112</sup> *Ibid.*, p. 85.

<sup>113</sup> “(…) Abiertos los cocos, dan comida y bebida, encontrándose llenos de un licor suave. Dentro de la corteza se cría una masa esponjosa, adherida a la corteza, con unos dos dedos de espesor, en lo blanca y blanda semejante a la manteca o la enjundia, pero de más delicado sabor. Esta masa, despegándola de la corteza interior, es muy buena de comer. Si revolviéndola un poco se conserva algunos días en su mismo vaso, dicen que se derrite y se convierte en un aceite más suave que el de olivas, y muy saludable para los enfermos. Otro servicio útil hace la naturaleza con este árbol. Taladran los lados del árbol por donde echa las hojas, y dicen que destila gota a gota, en una vasija que ponen debajo, un licor potable de gratísimo sabor y muy salúfero.” ANGLERÍA, *Op. Cit.*, pp. 358-359.

na América. O convencimento das autoridades políticas, religiosas e até mesmo letradas da importância daquelas novas terras para a Europa era uma das intenções daqueles que produziam crônicas e outros relatos sobre o Novo Mundo, até mesmo de Cristóvão Colombo. Durante a leitura destes documentos, é possível detectar o esforço dos autores em enfatizar as vantagens e possíveis utilizações daquilo que ofereciam os novos territórios. Oviedo afirmava que tudo que se encontrava nas Índias poderia ser adotado pelos humanos, em sua visão a natureza era amiga do homem e apenas a ignorância humana poderia limitar seu uso<sup>114</sup>. A dimensão ideológica presente no texto não deve ser omitida na análise que se faz das crônicas sobre a natureza, uma vez que a valorização do mundo físico americano está intimamente relacionada a uma postura pró colonialista e favorável às ações da Coroa no continente. O clima benigno, os rios caudalosos e abundantes em peixes, a grande variedade de animais que poderiam ser caçados e serviriam de bom alimento, a diversidade de plantas medicinais e alimentícias e/ou a fecundidade daquelas terras foram temas reiterados pelos cronistas:

As terras semeadas e todas as hortaliças crescem admiravelmente em Urabá. Não é isto maravilhoso, Santíssimo Padre? Chegam aquela terra sementes de todas as coisas, ramos de plantas, brotos, varetas e sarmentos de algumas árvores, como dizemos também dos quadrúpedes e das aves. Oh, que admirável fertilidade! Com uns vinte dias colhem o fruto dos pepinos e verduras semelhantes...<sup>115</sup>

Apesar de óbvia, a análise do caráter antropocêntrico e utilitarista de muitas descrições do mundo físico americano também nos permite concluir que, até mesmo neste aspecto, a reflexão sobre a América sempre tinha como ponto de partida (e, por que não, de chegada também) o continente europeu, seja para torná-la verossímil aos seus leitores, seja para adequá-la frente aos interesses comerciais e expansionistas que surgiam no velho continente. Mais uma vez afirmo, não estão sendo julgadas aqui se as avaliações que cronistas, como Oviedo e Acosta, fizeram são verdadeiras ou falsas; pretende-se apenas submeter à crítica uma retórica comum entre estes autores, na qual entre os elementos discursivos partilhados, encontra-se esta valorização das potencialidades das Índias Ocidentais, tendo implicações inclusive na epistemologia que se

---

<sup>114</sup> GERBI, *La Naturaleza de las Indias Nuevas, Op. Cit.*, p. 336.

<sup>115</sup> “Los sembrados y todas las hortalizas crecen admirablemente en Urabá. ¿No es esto maravilloso, Santísimo Padre? Llevan a aquellas tierras semillas de todas las cosas, ramas de plantas, retoños, varetas y mugrones de algunos árboles, como hemos dicho también de los cuadrúpedos y de las aves. ¡Oh, qué admirable fertilidad! A unos veinte días cogen el fruto de los cohombros y verduras semejantes...” ANGLERÍA, *Op. Cit.*, p. 149.

construiu sobre a natureza dessa região, uma vez que estavam condicionadas as descrições a determinados interesses, delimitado também estará o saber a estas informações específicas.

A representação do mundo natural americano se estabeleceu a partir de referenciais europeus e, portanto, não é surpresa que o diálogo com a tradição intelectual daquele continente tenha se dado de maneira bastante regular nestas obras. A citação de obras da Antiguidade ou ainda de homens doutos dos séculos anteriores fez-se como obrigatoriedade aos escritores que se aventuravam a narrar o Novo Mundo. Mesmo Gonzalo Fernández de Oviedo, reticente ao apelo das autoridades – uma vez que valorizava a experiência (intimamente associada à visão) para descrever a natureza, desabilitando, portanto, aqueles que não tiveram contato com o Novo Mundo para fazer alusão aos territórios recém encontrados pelos europeus<sup>116</sup> – serviu-se dos autores da Antiguidade, especialmente, como foi citado acima, de Plínio, o velho, para tornar críveis os fatos, seres e coisas narradas. A citação de autoridades antigas e medievais garantia o respaldo para sua ideia de unidade do mundo que alicerçava seus relatos, pois estariam os relatos em conformidade com a ordem das coisas e não em contradição com os antigos<sup>117</sup>. Além disso, autores antigos e bestiários medievais eram úteis como modelos de descrição, classificação e compreensão do mundo natural. Por mais que se recusasse a imitá-los ou enfatizasse a experiência como forma de cognição, Oviedo necessitava empregar (e compartilhava) determinados pressupostos para atingir seus objetivos, sendo estes longe de serem totalmente inéditos, comungavam de uma tradição ocidental de pensamento. Na análise das Índias Ocidentais, o conhecimento da Antiguidade também era benéfico para este cronista como comparativo da história do desenvolvimento humano, trazendo para a atualidade (do século XVI) elementos do passado europeu. Percebe-se, assim, o germe de uma noção (não exclusiva de Oviedo) que teve vida longa entre a intelectualidade ocidental, uma ideia de progresso pautada no eurocentrismo que custou (e ainda custa) a se desfazer.

Outros autores, como Colombo, José de Acosta e Anglería, tiveram menos pudores em relação ao uso de autoridades, especialmente da obra da Antiguidade. Como homens de seu tempo, conservaram e mantiveram o apego aos clássicos do pensamento antigo. Segundo Jean Delumeau, de maneira geral o saber do período renascentista contentou-se com os quadros

---

<sup>116</sup> GERBI, *La Naturaleza de las Indias Nuevas*, *Op. Cit.*, pp. 278-279 e 292-295

<sup>117</sup> *Ibid.*, p. 319.

explicativos oriundos da tradição antiga e medieval<sup>118</sup>, fator que pode ser encarado simultaneamente como um favorecimento e um obstáculo ao desenvolvimento do conhecimento. Isto sem mencionar a questão da ambiguidade do pensamento racional daquele momento. Paradoxalmente, o desenvolvimento do espírito crítico renascentista era acompanhado de uma credulidade bastante profunda, sem uma nítida separação entre religião e o que concebemos como atividades científicas. Exemplo das proposições acima, o padre jesuíta Acosta fez poucas referências a cronistas ou escritores contemporâneos quando comparamos sua atitude em relação a escritores clássicos e medievais. Não somente Plínio e Aristóteles (cuja estrutura de pensamento serviu de modelo de organização de sua obra) foram empregados para se debaterem assuntos americanos, autoridades teológicas como Santo Agostinho e São Jerônimo, e, especialmente, a Bíblia foram referências importantes para Acosta no processo de apreensão da natureza americana. Em sua narrativa os incas eram comparados aos romanos; utilizando as informações de Plínio, o jesuíta era capaz de comparar a experiência de mineração da Antiguidade ao que ocorria em Potosí, ou ainda os bálsamos encontrados no Egito e no Novo Mundo; a partir de Aristóteles conseguia explicar a presença de aves semelhantes nos dois continentes etc. Contudo, esta associação não estava restrita às crônicas sobre o Novo Mundo; existia no período em muitos gêneros uma cultura de autoridades, segundo a qual aquele que escrevia não era apenas valorizado pela inovação, mas justamente pela “*recriação de argumentos e de temas perfeitamente estabelecidos e conhecidos*”<sup>119</sup> entre os leitores.

Pedro Mártir de Anglería também de maneira costumaz fazia menção a autores clássicos e teólogos da Igreja. Antonello Gerbi, analisando as *Décadas de Nuevo Mundo* enfatizou os filtros clássicos e cristão pelos quais passaram as notícias sobre o Novo Mundo transmitidas por este cronista. Segundo o historiador italiano, mesmo estimulando as indagações naturalistas, as primeiras indagações europeias causadas pelo encontro de novas terras repetiram um repertório de dúvidas comuns ao período no velho continente<sup>120</sup>. Assim, sendo um humanista, Pedro Mártir formulou seus questionamentos, suas explicações e suas comparações a partir do universo intelectual a que estava habituado, ou seja, os autores clássicos e renascentistas.

---

<sup>118</sup> DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Vol I. Lisboa: Estampa, 1984, p. 130.

<sup>119</sup> BOUZA, Fernando. “Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII”. *Cultura vol. 14*, 2002, p. 148.

<sup>120</sup> GERBI, *La Naturaleza de las Indias Nuevas, Op. Cit.*, p. 23.

“(…) no entanto... muitas outras coisas indicam que estas ilhas estão próximas ao solo índio (indiano), principalmente sendo assim que Aristóteles, perto do fim do livro *De coelo et mundo*, Sêneca e outros sábios cosmógrafos atestaram que as praias das Índias não distam da Espanha muito trecho de mar pelo Ocidente.”<sup>121</sup>

Desta forma, como um dos autores pioneiros na descrição sobre o Novo Mundo e que obteve ampla divulgação entre o público europeu, não é incoerente a afirmação de Gerbi:

“A primeira imagem da América se reflete no espelho do humanismo. E neste lúcido espelho, brilha com intensidade e resplandece como o sonho dos poetas antigos, como a realização de um estado ideal, intacto, em que a natureza é única norma, e a espontaneidade aboli a lei.”<sup>122</sup>

Um elemento associado à noção de fontes e autoridades que está sendo analisada nestes parágrafos e que reforça a ideia de uma epistemologia que alicerçava os discursos e representações sobre a natureza americana é a ausência de contato (leituras) ou talvez de indicações (citações) entre os cronistas estudados. Embora haja embates entre Anglería e Oviedo e a citação, em ambas as obras, de descobridores e conquistadores como Colombo e Cortés, não se encontram em obras posteriores, como a de José de Acosta, citações dessas publicações. Acosta, por exemplo, nem mesmo fez referência a autores cujas obras circularam no Novo Mundo e na Europa nas décadas anteriores à edição de *Historia Natural y Moral de las Indias*. Mesmo Francisco Hernández – médico enviado à Nova Espanha pela coroa espanhola em 1571 com a finalidade de elaborar um minucioso relatório sobre produtos medicinais encontrados nos novos territórios –, cuja obra apresentava um detalhado quadro sobre o meio natural americano, foi citado em trechos isolados da obra de Acosta.

Entretanto, a circulação de materiais impressos e manuscritos (sendo que estes representavam parte importante da cultura escrita da época, circulando por entre grupos diversos e possuindo um valor específico quando comparado ao texto tipográfico), nos séculos XVI e XVII no mundo ibérico, era vigorosa, como bem analisou Fernando Bouza, e formavam uma complexa rede de autores e leitores<sup>123</sup>. Este fato não deve ser desprezado na análise das crônicas, abrindo espaço para a hipótese de que muitas semelhanças estivessem associadas a um

---

<sup>121</sup> “(...) sin embargo, ... otras muchas cosas indican que estas islas, o por cercanía o por naturaleza, saben a suelo indio, principalmente siendo así que Aristóteles, cerca del fin del libro *De coelo et mundo*, Séneca y otros sabios cosmógrafos atestiguan que las playas de la Indiano distan de España mucho trecho de mar por Occidente.” ANGLERÍA, *Op. Cit.*, pp. 13-14.

<sup>122</sup> GERBI, *La Naturaleza de las Indias Nuevas*, *Op. Cit.*, p. 71.

<sup>123</sup> BOUZA, *Op. Cit.*, p. 141. BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001, p. 19.

compartilhamento de informações entre os cronistas. Obviamente, a ausência de referências entre os autores nas obras deve ser situada também em um contexto no qual citações exatas com todas as referências não faziam parte das exigências que garantiam a credibilidade das obras. Alguns autores muito provavelmente tiveram contato com outras crônicas e escritos, os quais não citaram, mas se apropriaram do saber e nem por isso foram considerados plagiadores. Assim, a falta de citação direta não pode ser considerada prova suficiente de desconhecimento. No entanto, independente deste contato ou da referência explícita, percebem-se semelhanças discursivas que não devem ser ignoradas, conformidades que revelam que estes autores compartilhavam uma forma de apreender e representar a natureza americana, ou seja, uma mesma epistemologia.

Entretanto, embora presente nas crônicas, a referência a autoridades do pensamento europeu tinha limites, afinal, a realidade americana apresentava desafios que não encontravam respostas nos autores clássicos. Nas estranhas narrativas sobre os eventos e seres do Novo Mundo, residiam alguns questionamentos que até então não se apresentavam ao pensamento europeu ou ainda se colocavam em contradição com este. A questão da habitabilidade das zonas tórridas ou, retomando o início deste capítulo, os estranhos animais, como a preguiça, eram difíceis de assimilar somente a partir daquilo que estava contido nas obras clássicas. Logo, a epistemologia herdada do Velho Mundo possuía restrições quando confrontadas com a natureza distinta do novo continente.

“Entre essas árvores se encontrou um animal monstruoso, com cara de raposa, rabo de macaco, orelhas de morcego, mãos de homem, pés de macaco, que onde quer que vá leva seus filhos em um ventre exterior ao modo de uma bolsa grande. (...) esta bolsa, novo ventre, novo remédio da natureza com que, levando seus filhos, os livra dos caçadores, ou também de outros animais violentos e de rapina. Dizem que se averiguou através de observação que esse animal leva sempre consigo a seus filhos naquele ventre-bolsa, e que nunca lhes tira dali, senão para brincar ou para lhes dar de mamar, até que aprendam a buscar por si mesmos o alimento.”<sup>124</sup>

O marsupial descrito por Anglería não se inseria em nenhuma das categorias disponíveis nas ciências naturais daquele momento. Neste relato, no qual se mesclam o espanto e uma visão fragmentada e embaralhada de outros animais que formam este ser vivo americano, pode ser

---

<sup>124</sup> “Entre esos árboles se halló un animal monstruoso, con cara de zorra, cola de mono, orejas de murciélago, manos de hombre, pies de mona, que adonde quiera que va lleva sus hijos en un vientre exterior a modo de bolsa grande. (...) aquella bolsa, nuevo vientre, nuevo remedio de la naturaleza, con que, llevándose a sus hijos, los libra de los cazadores, o también de otros animales violentos y rapaces. Dicen que se ha averiguado por observación que ese animal lleva siempre consigo a sus hijos en aquel vientre-bolsa, y que nunca los echa de allí sino para retozar o para darles de mamar, hasta que aprenden a buscarse por si mismos el alimento.” ANGLERÍA, *Op. Cit.*, p. 78.

percebida a circunscrição do saber ocidental e a necessidade de busca de novos (ou auxiliares) paradigmas para sua compreensão: a observação e o realce dado às características físicas em detrimento de outros aspectos associados ao marsupial.

No entanto, estes novos paradigmas não representaram uma ruptura brutal com o conhecimento adquirido até então. Mesmo porque uma das noções que embasavam a análise dos autores citados era a crença de uma unidade (de criação e cognitiva) do mundo<sup>125</sup>. Assim, entre os objetivos dos cronistas, estava a tentativa de incluir os novos territórios neste conjunto uno, isto é, os esforços de Acosta, Oviedo e seus pares fizeram parte do processo de entrada da América na consciência europeia. A diversidade do mundo natural americano exigiu uma nova definição e consequentemente uma nova lógica das coisas naturais, que fragmentou a antiga unidade da natureza conhecida, porém também permitiu que as novas espécies se acomodassem entre as fissuras e fraturas daquela unidade feita em pedaços<sup>126</sup>. Alguns pesquisadores ligados à história da ciência ressaltaram a importância dos achamentos realizados nos séculos XV e XVI por portugueses e espanhóis no desenvolvimento do universo científico do Velho Mundo, em especial das ciências naturais<sup>127</sup>. Animais e plantas deveriam ser estudados e suas propriedades analisadas para obterem o melhor proveito<sup>128</sup>. Jacqueline Durant-Forest aponta o impulso dado ao estudo da natureza, no século XVI, especialmente à botânica devido à recuperação dos clássicos realizada pelos humanistas do Renascimento, mas igualmente pela descoberta de novas plantas oriundas do Novo Mundo. Segundo esta autora, podemos associar o princípio de formulações de classificação da flora à chegada dos europeus aos territórios ocidentais<sup>129</sup>. Outros autores enfatizam uma superação dos clássicos representada no choque entre o que era relatado e as teorias do antigo, como evidência da profunda transformação gerada pela chegada dos europeus à América<sup>130</sup>. No entanto, longe de provocar uma revolução nestes campos de investigações,

---

<sup>125</sup> Embora, a diversidade seja reconhecida como componente desta unidade.

<sup>126</sup> GERBI, *La Naturaleza de las Indias Nuevas, Op. Cit.*, p. 19.

<sup>127</sup> FORD, THAYNE R. "Stranger in a Foreign Land: José de Acosta's Scientific Realizations in Sixteenth Century Peru". In: *Sixteenth Century Journal*, vol. 29, n. 01 (Spring), 1998, pp. 18-33.

<sup>128</sup> PÉREZ-MALLAÍNA, Pablo E. "Botânica e Cartografia: a explosão da ciência!" In: SHAW, Carlos M. e ARAÚJO, Carlos (orgs.). *Sevilha, século XVI. De Colombo a Dom Quixote, entre a Europa e as Américas – o coração e as riquezas do mundo*. Lisboa: Terramar, 1992.

<sup>129</sup> DURANT-FOREST, Jacqueline. "Aperçu de l'histoire naturelle de la Nouvelle-Espagne d'après Hernández, les informateurs indigènes de Sahagún et les auteurs Du Codex Badianus". In: CHENU, Jeanne et. al. (orgs.). *Nouveau Monde et Renouveau de l' Histoire Naturelle*. Paris: Service des publications Université de la Sorbonne Nouvelle Paris III, 1985.

<sup>130</sup> LÓPEZ-PIÑERO, José Maria. *Ciencia y Técnica em la sociedad española de los siglos XVI y XVII*. Barcelona: Labor Universitaria, 1979, pp. 162-165.

podemos afirmar que o encontro do europeu com o Novo Mundo readequou as novas informações a partir de uma estrutura de conhecimento prévia. Como foi analisado acima, não houve um rompimento com as obras da Antiguidade, nem foram criados novos padrões de apreensão, uma vez que para serem tidas como críveis pelo público a que se destinavam, as crônicas seguiam determinado modelo discursivo e epistemológico compatível com as obras botânicas, zoológicas, de cosmografia entre outras que circulavam no continente europeu.

Não se defende aqui uma continuidade sem qualquer tipo de mudança. Obviamente que a fauna, a flora, as formações geográficas e climáticas encontradas no continente americano foram responsáveis por alterações no que se concebia como pensamento científico do período, mas estas transformações não foram tão profundas como uma análise mais superficial parece sugerir. Observa-se nos cronistas e estudiosos da natureza do princípio no período moderno um empenho em reconstituir os saberes seguindo a mesma lógica que até então os havia guiado, inserindo os eventos e espécies americanos, muito embora, ao longo deste processo, existam singularidades. Mesmo o excêntrico marsupial de Anglería não permaneceu à margem das classificações, encontrou seu lócus na unidade de natureza que lentamente foi restaurada pelos pensadores europeus.

Neste cenário de recomposição do conjunto daquilo que se pensava ser a natureza, novas ferramentas foram manejadas visando a compreender aquela realidade que emergia ao Ocidente. A observação, embora não metódica e regulada como exigiram os homens doutos dos séculos posteriores, foi empregada para compreender aqueles seres e fenômenos diversos – como pode ser notado no excerto de Anglería acima – e, talvez, de uma maneira até aquele momento inédita (embora a este ineditismo se deva haver ressalvas). Acosta e Oviedo também eram observadores atentos, sendo que este último salientava em suas obras a ênfase nesta tarefa em detrimento ao apego a outras fontes de conhecimento, como foi apontado acima na referência ao prólogo de *Sumario*. Descrevendo a mesma espécie de marsupial (*zarigüeya*) que Anglería, Gonzalo Fernández de Oviedo ressaltou a validade de seu testemunho por ter observado tudo o que descrevera<sup>131</sup>. Segundo Gerbi, a observação e a experimentação eram posturas nas quais este cronista apoiava-se e advogava a favor<sup>132</sup>.

---

<sup>131</sup> OVIEDO, *Op. Cit.*, p. 75.

<sup>132</sup> GERBI, *Op. Cit.*, p. 354.

Possivelmente, este espaço diferenciado – quando comparado a outras obras sobre a natureza do mesmo período – dado à observação possa ser encarado como um elemento específico dos relatos sobre o mundo natural americano. Somada a esta atitude frente ao objeto de estudo, também pode ser citada a ênfase nas descrições de aspectos físicos do ser vivo. Isto não significa que tenha havido uma ruptura total com os métodos de investigação do período, uma vez que, como foi demonstrado acima, principalmente com os exemplos de Oviedo, Acosta e Anglería, eram estes autores europeus que possuíam uma determinada formação alicerçada no repositório de conhecimentos do Velho Mundo. Mesmo quando se apropriavam do saber não europeu (dos diversos povos indígenas com que tiveram contato), como é o caso de Francisco Hernández, que utilizou a nomenclatura indígena para organizar seu estudo, bem como o cuidado similar e a preferência em alguns casos de Acosta pelo uso de nomes indígenas visando a evitar equívocos, estes autores estavam em constante diálogo com referenciais do outro lado do Oceano Atlântico, e não reproduzindo um saber autóctone.

Contudo, mesmo que a observação tenha um importante papel nos relatos sobre o mundo físico americano, é necessário pontuar novamente a diferença entre o olhar e o ver mencionada nas páginas anteriores. Se a visão foi bastante utilizada na tentativa de compreensão da natureza por meio da observação, o olhar capaz de captar a alteridade do universo natural americano esteve restrito a momentos específicos, uma vez que o parâmetro referencial sempre esteve do outro lado do oceano Atlântico.

Além disso, embora a visão sido o sentido privilegiado em determinadas descrições, a audição e aquilo que estava escrito anteriormente sobre o assunto abordado não foram desprezados como fontes de saber. O ouvir dizer ainda tinha sua função e importância. Como apontou Paul Zumthor, o vínculo entre o escrito e a oralidade durante o final do período medieval e o início da Idade Moderna ainda era bastante presente, não apenas porque grande parte da população era analfabeta (mesmo entre as camadas dominantes), mas também porque a escritura ainda alicerçava-se na oralidade, apresentando-se por vezes como sistema secundário<sup>133</sup>. Os relatos orais de terceiros também eram encarados como verdadeiros e dignos de confiança. Repetindo a fórmula de Heródoto, para esses cronistas mereceria ser narrado não apenas aquilo que foi visto, mas o que foi ouvido de pessoas que viram. O recurso a outros sentidos também era usual, sabores e aromas penetram as tramas dos textos dos cronistas através das mais diversas

---

<sup>133</sup> ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: A literatura medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 110-111.

associações entre frutas, temperos, legumes e flores. Somando-se a isso, acompanhando a observação e com o mesmo valor, estavam sempre informações sobre sua utilidade, suas características espantosas e até mesmo informações ligadas a elementos históricos e simbólicos associados à espécie<sup>134</sup>, caracterizando a chamada história natural entre os séculos XV e XVII.

No entanto, a preferência dos cronistas pela observação e por descrever aspectos físicos não indica uma postura “à frente do seu tempo” que remeteria estes autores diretamente a naturalistas como Carl Von Linné (Lineu), sendo encarados como precursores deste último. Ainda que seja um traço distintivo das crônicas, estas descrições físicas estavam ligadas ao desejo de estabelecer conexões, similitudes, as quais permitiam a apreensão do ser vivo dentro do quadro epistemológico da época. Compreende-se, portanto, por que estas exposições dos caracteres físicos sempre eram acompanhadas de comparações e circunscritas a determinados elementos selecionados a partir da parecença com animais e plantas já conhecidos.

Ao salientar estes dois aspectos (a observação e a prioridade em descrever características corpóreas) proponho uma reflexão a respeito das especificidades destas fontes, que não podem ser reduzidas a meras cópias das obras de história natural europeias, ao mesmo tempo também não devem ser desvinculadas de um saber construído na Europa. Na categoria crônica são classificadas pelos historiadores obras diversas e muito díspares, que devem ser encaradas como documentos únicos e particulares, sendo analisadas como um todo, afirmação válida inclusive para as crônicas que abordam a natureza americana<sup>135</sup>. No entanto, as crônicas mencionadas nos parágrafos precedentes possuem uma característica em comum: foram escritas, em sua maioria, por europeus para leitores europeus ou que compartilhavam da cultura e do conjunto de saberes do Velho Mundo. Além disso, estas fontes estão ligadas a um processo de expansão ocidental, não apenas econômico, político e religioso, como notou muito bem Walter Mignolo, mas também

---

<sup>134</sup> Gonzalo Fernández de Oviedo frequentemente em seus relatos tentava explicar a origem dos nomes dos animais e plantas e também destacava os aspectos moralizantes encontrados no mundo natural. Esta mesma característica pode ser encontrada em José de Acosta, que acreditava que mesmo vegetais e animais cuja utilidade não estivesse evidente serviriam como exemplos para o deleite (como no caso das flores de ornamentação) ou aprendizado humano. No período também era comum a associação do mundo natural a aspectos simbólicos e alegóricos, imagens e sentidos que eram apropriados e reforçados pelos cronistas.

<sup>135</sup> É importante salientar a necessidade de estudos específicos sobre estes autores. Embora neste trabalho tenham se abordado os aspectos que os aproximam, existem diferenças estruturais e formais (Anglería escreveu de forma epistolar, já José de Acosta possuía um objetivo mais filosófico e reflexivo, como afirmou no prólogo de *Historia Natural y Moral de las Indias*), de objetivos, de formação (as acusações a Oviedo de falta de erudição devido ao pouco conhecimento do latim estava na contraposição da educação clássica que possuía Anglería, tendo em ambos reflexos singulares nas obras), de regiões a que tiveram acesso (ou a não estadia no continente), entre outras, que impactaram a estrutura de cada uma das obras analisadas de forma singular.

ligadas a uma expansão hegemônica de conhecimento<sup>136</sup>. Assim, as proposições feitas por historiadores e estudiosos cujos focos investigativos estão centrados na cultura, na história e na epistemologia européias, como as afirmações de Foucault e Thomas, são válidas e podem ser aplicadas na análise das crônicas acerca do mundo natural e dos saberes de então, uma vez que como vimos, de certo modo, os escritos sobre o continente americano partilhavam de um mesmo sistema conceitual e de convenções linguísticas. Porém, não são modelos prontos e definitivos, guias incontestáveis na leitura dessas fontes. Entre as obras de Gesner e José de Acosta existem inúmeras diferenciações, elementos discursivos e historicidades próprios que devem ser considerados no estudo de ambas as obras. Não defendo aqui uma postura intermediária, sem posicionamento. Sustento que os pesquisadores de história da América construam seus próprios modelos de análise, frente a desafios que são propostos pelas fontes desta área, contudo, com um diálogo constante com outros autores.

Em especial, neste estudo, o diálogo com estudiosos europeus foi fundamental. Entretanto, mesmo tendo assumidamente me pautado em algumas teses de Michel Foucault, creio que suas ideias têm um limite bastante delineado no que se refere aos relatos americanos. Basta lembrar que o estabelecimento de semelhanças, que segundo Foucault fundamentava a *epistémê* do período, não estava essencialmente condicionado nas crônicas a este fator, mas imbricado também a uma necessidade de fazer visível aquela outra realidade. A ligação entre o cá e lá (Europa e América) estabelecia-se pela da colagem de fragmentos similares e dessemelhantes entre os seres, mas cujo liame se reportava sempre ao velho continente.

Ademais, a entrada do Novo Mundo na consciência européia não foi um mero acréscimo de conhecimento sobre uma nova região. Há que se considerá-la como uma conquista e imposição de determinadas formas de saber sobre outras, a qual não estava desvinculada de projetos econômicos e políticos. Não é por acaso que a voz e os conhecimentos indígenas foram ocultados ou reduzidos nestas crônicas. A *epistémê* europeia sobrepôs-se de forma hegemônica – mas não exclusiva – na cognição do novo continente. Recuperando o exemplo que abriu este capítulo, dentro dos pressupostos epistemológicos e estéticos que orientaram a apreensão do bicho-preguiça por Gonzalo Fernández de Oviedo, este animal somente poderia ser considerado feio e inútil, e implicitamente, dentro de uma categoria inferior a outros animais. A supremacia

---

<sup>136</sup> MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 48.

dos critérios de cognição europeus ficou mais evidente em obras escritas por volta do século XVIII, nas quais a natureza americana foi considerada degenerada, inferior, imatura e em um grau hierárquico subalterno quando comparada à do velho continente, uma vez que escapava dos pré-requisitos que direcionavam a avaliação dos estudiosos. Torna-se impossível, portanto, pensar a representação da América e, conseqüentemente, de seu mundo natural esquecendo-se deste fator, que não se faz tão presente nas histórias naturais sobre o velho continente<sup>137</sup>.

É importante frisar ainda que no início do período moderno a divisão de áreas do saber que no presente partilhamos não existia. Portanto, nestas mesmas narrativas sobre o Novo Mundo notícias sobre a natureza, história dos povos indígenas, relatos dos eventos de conquistadores e colonizadores se misturavam, como aquilo que foi visto e apreendido por meio de perguntas (sentido de história naquele momento). Inclusive a concepção de crônica estava pautada na ideia de uma narrativa de acontecimentos que deveriam ser guardados na memória, abarcando o que entendemos por história, mas também os estudos sobre a natureza. Nos próprios títulos das obras esta indissociação entre esses campos estava presente, por exemplo na *Historia Natural y Moral de las Indias* de José de Acosta. Natureza e história eram áreas imbricadas, sendo praticamente impossível estudá-las de forma separada, pois concebiam o mundo como algo uno, no qual todas as coisas estavam interligadas. Esta informação posteriormente será fundamental para compreendermos algumas das apropriações de Alexander Von Humboldt em relação às crônicas coloniais.

Antes de finalizar este capítulo, é necessário retomar algumas das análises feitas sobre as crônicas no que concerne aos critérios de credibilidade que vigoravam no início do período moderno e que nortearam a composição destas fontes. Mencionamos que para que um escrito tivesse notoriedade e fosse crível, não bastava conter informações inéditas sobre determinado assunto, avaliava-se também a capacidade do autor em se apropriar de um determinado acervo intelectual compartilhado pelos letrados do período e composto de obras escritas em épocas anteriores, especialmente das ideias contidas em clássicos, como as teorias aristotélicas. Não significava, contudo, que houvesse uma submissão frente às heranças culturais. Muitos cronistas, como José de Acosta, contestaram sólidas teses advindas da Antiguidade a partir de dados empíricos (por exemplo a tese de inabitabilidade das zonas tórridas). No entanto, a ausência de

---

<sup>137</sup> Muito embora, saibamos que, para a constituição de um saber encarado como científico pelos letrados europeus do período, outras formas de apreensão da natureza foram deixadas de lado, como o conhecimento compartilhado pelos camponeses sobre a natureza.

menção e de diálogo com estas referências tradicionais poderia denotar para muitos uma falta de erudição daquele que escrevia e, por isso, sinal de que o escrito não mereceria tanta confiabilidade (as críticas feitas a Oviedo devido ao desconhecimento do latim ilustram esta afirmação). Aliás, o estatuto de verdade também dependia da autoria da obra. Como demonstrou bem Cañizares Esguerra, os próprios cronistas avaliavam as fontes a partir das quais retiravam suas informações segundo quem as fornecia, dando preferência muitas vezes a membros da elite ou ainda a indígenas educados dentro dos ensinamentos cristãos por missionários. Não se descartavam os escritos e os dados indígenas na totalidade, mas obviamente tinha mais credibilidade a palavra europeia. Assim, as obras de missionários, funcionários reais, descobridores e conquistadores eram vistas como fiáveis, pois tendo estado no Novo Mundo e sendo europeus, eles narrariam aquilo que seus olhos viram, sem a imissão de outros fatores como a ação demoníaca ou a ignorância (que influenciariam os pensamentos indígenas). Em uma recuperação da prática de Heródoto ao fazer história, o ver e o ouvir dizer (desde que das pessoas recomendadas) eram elementos que compunham a credibilidade de uma obra.

Além disso, pudemos observar que não havia a necessidade de uma coerência da obra. O extraordinário, as maravilhas incomuns na Europa faziam parte do relato, não eram encaradas como exageros ou indícios de um juízo falso, mas compunham o discurso sobre terras longínquas, inserindo nesta categoria desde a descrição de um marsupial até mesmo de uma árvore cujos frutos comidos se transformam em vermes. No que concerne especificamente ao mundo natural americano, a compreensão estava vinculada ao estabelecimento de similitudes, as quais não somente eram o alicerce para a construção do conhecimento, mas sem elas a fiabilidade das crônicas e dos escritos sobre o Novo Mundo era posta em ruínas, afinal, a apreensão do público alvo é um requisito para a credibilidade das narrativas. As asserções de Michel Foucault acerca de Aldrovandi também podem ser aplicadas no contexto das crônicas do século XVI sobre a natureza americana:

“Conhecer um animal, ou uma planta, ou uma coisa qualquer da terra, é recolher toda a espessa camada dos signos que puderam ter sido depositados neles ou sobre eles; é reencontrar também todas as constelações de formas que assumem valor de insígnia.”<sup>138</sup>

Uma narrativa que não visasse à reconstituição desta camada de semelhanças e signos se tornaria a um só tempo, incompreensível e, por isso mesmo, pouco crível. Como notou Cañizares

---

<sup>138</sup> FOUCAULT, *Op. Cit.*, p. 55.

Esguerra, os primeiros autores espanhóis a escreverem sobre o Novo Mundo desenvolveram uma retórica de verdade bastante complexa, em parte para compensar a ausência das tradicionais fontes de autoridade escritas, mas também, penso eu, porque complexas eram naquele período as associações que entrelaçavam os seres e coisas na produção do conhecimento.

No próximo capítulo analisaremos como se alteraram estes critérios de confiabilidade, tornando as crônicas documentos duvidosos, e como a formação de uma imagem de natureza do continente americano estava intimamente vinculada a este processo.

## CAPÍTULO II

### O Novo Mundo em tintas setecentistas: novas formas de representação da natureza americana e contestação da fiabilidade das crônicas

A BORBOLETA

*Cada vez que o poeta cria uma borboleta, o leitor exclama: “Olha uma borboleta!” O crítico ajusta os nasóculos e, ante aquele pedaço esvoaçante de vida murmura: – Ah! Sim, um lepidóptero.”*

Mário Quintana<sup>1</sup>

“Quando se deseja ter uma ideia do estado que se encontrava o Novo Mundo no momento da descoberta, é necessário estudar as relações [de viagens] e empregar sem cessar uma crítica judiciosa e severa para afastar as falsidades e os prodígios, os quais são abundantes nelas; os compiladores, que não possuem nenhuma espécie de espírito esclarecido, deixam tudo o que encontram nos relatos de viajantes e estes são, enfim, romances (novelas) repulsivos que se multiplicam demasiadamente hoje em dia, porque é mais fácil escrever sem refletir, do que escrever refletindo.”<sup>2</sup>

O excerto acima faz parte do verbete *Amérique* (América) do *Supplément à l'Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* organizado por Jean-Baptiste René Robinet e publicado entre 1776 e 1777. Curiosamente, a autoria deste trecho, bem como de parte considerável do verbete sobre a América do suplemento, é do prussiano Cornelius de Pauw, autor cujas obras versavam sobre a história, a cultura e a sociedade de diferentes povos. Entre seus trabalhos destaca-se *Recherches philosophiques sur les Américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l'Histoire de l'Espèce Humaine. Avec une Dissertation sur l'Amérique & les Américains*, considerado um dos escritos mais controversos na chamada disputa do Novo Mundo, uma vez que a natureza e os habitantes da América foram detratados e considerados degenerados.

<sup>1</sup> QUINTANA, Mario. *Caderno H*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 92.

<sup>2</sup> “Quand on veut avoir une idée de l'état où se trouvoit le nouveau monde au moment de la decouverte, il faut étudier les relations, et employer sans cessé les faussetès e les prodiges dont elles fourmillent: les compilateurs qui n'ont aucune espèce d'esprit, entassent tout ce qu'ils trouvent dans les jounaux des voyageurs, et sont enfin, des romans dégoûtans qui ne se sont que trop multiplies de nos jours, parce qu'il est plus aisé d'écrire sans réfléchir que d'écrire en réfléchissant.” DE PAUW, Cornelius “Verbetes *Amérique*”. ROBINET, Jean-Baptiste René (org.). *Supplément à l'Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Amsterdam: M. M. Rey, 1776/1777, p. 353

Retomando o excerto citado acima, pode-se afirmar que as escolhas daqueles que contribuiriam para o suplemento da Enciclopédia não eram casuais; em geral autoridades sobre o assunto, como cientistas, estudiosos, filósofos, eram convocadas a dedicar-se a empreitada. Sem dúvida, de Pauw consagrou parte de sua vida intelectual à reflexão sobre a América, mas, tendo em vista as informações apresentadas sobre o autor, quais foram os condicionantes – que podem ser visualizados de antemão – que regeram o retrato do continente americano elaborado no suplemento oficial à *Encyclopédie*? Sendo o *Supplément à l'Encyclopédie* uma forma de desdobramento da *Encyclopédie*, o qual visava de certo modo acrescentar e corrigir algumas das falhas da edição organizada por D'Alambert e Diderot e considerando esta última como uma das obras mais representativas do pensamento no período<sup>3</sup>, como encarar a escolha de de Pauw e a consequente imagem delineada por este autor sobre a América?

O trecho acima revela ainda mais, permite que o leitor atual entreveja o posicionamento de de Pauw em relação aos escritos sobre o Novo Mundo feitos por viajantes, cronistas, missionários e demais indivíduos que se dedicaram a escrever sobre a chamada época do descobrimento. É perceptível que o estudioso prussiano foi hostil frente à credibilidade das fontes sobre os eventos e caracteres do continente americano, considerando-as repletas de fatos falsos e contraditórios às leis da natureza (extraordinários), sendo imprescindível uma crítica minuciosa durante a leitura. Longe de ser exceção, a postura de de Pauw com relação aos escritos dos séculos XVI e XVII sobre o Novo Mundo era compartilhada por muitos historiadores da época que descartavam ou criticavam as obras quinhentistas sobre a América. Para comprovar esta asserção, basta lembrar o prefácio da *Historia Del Nuevo Mundo* do espanhol Juan Bautista Muñoz, apresentado na introdução desta dissertação. Publicada alguns anos após o *Supplément*, em 1793, esta obra teceu severas críticas a cronistas como Anglería, Oviedo e Gómara, julgando-os como narradores de fábulas e descuidados com relação aos fatos descritos<sup>4</sup>. Autores como

---

<sup>3</sup> Como apontou Peter Burke, as enciclopédias no período moderno tornaram-se instrumentos de conhecimento cada vez mais necessários, cuja disponibilidade e alcance se ampliaram. O projeto da *Encyclopédie* organizado por Diderot e D'Alambert insere-se como exemplo máximo desta afirmação, da mesma forma como uma obra representativa daquilo que era encarado como saber no final do século XVIII. Em seus verbetes podemos observar para além de uma opinião pessoal do autor, mas a presença de ideias comungadas por parte considerável dos letrados.

<sup>4</sup> MUÑOZ, *Op. Cit.*, pp. I – XXV.

Adam Smith e o geógrafo Samuel Engels também atribuíam aos relatos escritos por espanhóis no século XVI a presença de dados imprecisos e inverossímeis<sup>5</sup>.

Acompanhando as ideias de Jorge Cañizares Esguerra, acredito que as opiniões e as atitudes de autores como Muñoz, Smith e de Pauw evidenciam uma transformação durante o século XVIII na forma de leitura dos documentos produzidos nos momentos da chegada e da conquista de novos territórios no continente americano, além de mostrarem o emergir de novos métodos de crítica e conseqüentemente de uma nova sensibilidade historiográfica. Os testemunhos de cronistas que até aquele momento tinham permanecidos quase incólumes a questionamentos no que concerne a sua credibilidade<sup>6</sup> tornaram-se fontes controvertidas e duvidosas. Segundo Cañizares Esguerra, a confiabilidade nos documentos estava alicerçada em novos pressupostos epistemológicos, os quais eram muito diversos daqueles em que se pautavam os escritos do século XVI, daí a explicação da reticência dos intelectuais do século XVIII em obter informações nestes documentos<sup>7</sup>.

Desenvolvendo ainda mais a argumentação de Cañizares Esguerra, a partir da leitura integral do verbete *Amérique* citado acima, podemos formular a hipótese de que, conectada a esta transformação que levava os autores a refutar a autoridade das crônicas sobre o Novo Mundo, estaria também a detração da natureza americana, que caracterizou a famosa polêmica, da qual de Pauw fez parte. Em outras palavras, embora fossem processos distintos que conduziam a argumentações específicas, e não necessariamente relacionadas, havia um vínculo não apenas temporal entre a polêmica do Novo Mundo e crítica à credibilidade dos escritos quinhentistas – subjacente estava um mesmo arcabouço epistemológico e discursivo que fundamentava esta postura.

Torna-se ainda mais claro este nexos, quando se observa que muitos autores que contestavam a validade das fontes escritas por espanhóis no século XVI eram também aqueles que acreditavam ser a América uma parte do globo degenerada e imatura, como o estudioso citado, Cornelius de Pauw. Essa confluência explica-se, como poderá ser visto neste capítulo,

---

<sup>5</sup> CAÑIZARES ESGUERRA, Jorge. *Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo – Historiografías, epistemologías e identidades en el mundo Atlántico del siglo XVIII*. México: FCE, 2007, pp. 35.36.

<sup>6</sup> Embora tenham existido polêmicas acusações frente à verdade (ou a falta dela) de alguns dados presentes nestas obras e debates que incluíram os próprios cronistas, que muitas vezes atacavam uns aos outros, podemos afirmar que até o século XVIII não houve um questionamento do gênero enquanto portador de informações críveis ao estudioso dos assuntos americanos. Como pode ser percebido no trecho de de Pauw, não era uma crônica ou um relato específico que era considerado duvidoso, mas todas as obras que possuíam este formato.

<sup>7</sup> *Ibid.*, pp. 36-37.

devido ao fato de que a imagem de natureza representada em muitas crônicas do início do período moderno chocava-se com aquela que os estudiosos setecentistas retratavam em suas obras e teorias; a natureza exuberante e fecunda dos escritos de Oviedo não poderia ser a mesma que aquela inferior descrita por autores iluministas. Além disso, os critérios que legitimavam a autoridade de determinados relatos, assim como as formas textuais que os tornavam críveis aos leitores ocidentais alteraram-se. Se no século XVI era possível Anglería expressar sua admiração frente às maravilhas que eram noticiadas sobre as Índias Ocidentais, no século XVIII, os prodígios e o enaltecimento da natureza americana eram encarados como sinônimos de falsidade e sinais de que aquele relato estava fundado em inverdades ou invenções. Até mesmo os códigos textuais que tornavam as narrativas críveis já não eram semelhantes; se antes o maravilhoso fazia parte, sendo inclusive um elemento necessário para garantir a verossimilhança do escrito, séculos mais tarde ele deve ser expurgado para que alcance este objetivo. Paradoxalmente, muitas das informações que obtinham os letrados setecentistas para elaborar suas teses sobre o Novo Mundo eram retiradas das crônicas de autores espanhóis como José de Acosta e Bartolomé de Las Casas. Mesmo porque, como notou o historiador italiano Antonello Gerbi, diversas peculiaridades do continente (encaradas como deficiências e debilidades específicas) já haviam sido apontadas por cronistas como Oviedo, sem que se caracterizasse todo o continente como inferior ou imaturo<sup>8</sup>. Naturalmente, estas informações não foram descartadas pelos “detratores” da América, afinal consolidavam suas afirmações. Mesmo de Pauw, no verbete que foi analisado acima, fez uso e referência a cronistas como Inca Garcilaso e Acosta para ratificar suas hipóteses, como sobre a diversidade linguística do continente<sup>9</sup>. Assim, revela-se fundamental a análise minuciosa das apropriações e das rejeições das crônicas por parte da intelectualidade europeia do século XVIII.

Não deve ser omitida também a temática do jugo colonial que estava implícita nestes escritos. Embora a questão do domínio dos territórios e das populações que viviam na América estivesse presente nas obras de cronistas, as formas de subjugação que os compunham diferiam daquelas encontradas nos textos compostos no século XVIII. O controle colonial era legitimado pela diferença cultural, de costumes, religiosa e até mesmo de organização social, que alocavam os povos naturais da América em uma posição subalterna aos europeus. Apoiados na lógica

---

<sup>8</sup> GERBI, *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*, *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>9</sup> Cornelius de Pauw citou José Acosta em sua asserção sobre a grande quantidade de línguas que existiam no continente americano no momento da chegada dos europeus; também o mencionou no que se refere às inundações que teriam ocorrido no continente. DE PAUW, *Op. Cit.*, pp. 346 e 348.

cristã, sobretudo católica, de conversão e não aceitação da alteridade no seio de sua comunidade, espanhóis e portugueses empreenderam suas ações de conquista das novas terras e evangelização da população local. Nesta perspectiva, o indígena não era inferior em sua essência corpórea ou intelectual, muito menos o continente estava sob a influência de uma maldição ou de condições menos favoráveis que tornavam sua natureza menos profusa que a europeia, afinal fazia o Novo Mundo parte da criação divina e, como tal, era algo magnificante. Para boa parte dos cronistas a colonização dos europeus se justificava como um projeto no qual estavam envolvidos tanto o enriquecimento do reino com os novos territórios, como também a conversão de milhares de indígenas ao cristianismo, cumprindo, portanto, os desígnios divinos prescritos na Bíblia. Os argumentos favoráveis à tarefa de colonizar a América estavam vinculados a estas ideias. As passagens que tratavam da fecundidade da terra, da diversidade de sua fauna e de sua flora, o clima benigno, a presença de rios caudalosos, bem como das vantagens que teria a Coroa na conversão dos gentios, e a propensão destes a se tornarem seguidores da fé cristã visavam a propagandear as iniciativas coloniais, exibindo as benesses que adquiriria a metrópole em tal ação. Mais do que isso, o ímpeto colonizador estava escamoteado no próprio desejo de se fazer conhecer, isto é, ao tentar descrever e narrar o visto e vivido, os cronistas, descobridores e conquistadores, simultaneamente, instituíam uma hegemonia europeia do saber, na qual a cognição e o ato de definir eram restritos aos europeus; o indígena, mesmo quando objeto de investigação ou fonte de informação, estava apartado do processo de formação do conhecimento. Entre a vontade de saber e o anseio de dominar e controlar nunca houve e não há distâncias intransponíveis, sendo a concretização da primeira uma etapa essencial para constituição das últimas<sup>10</sup>. Compreender é o passo inicial para o predomínio de um povo sobre outro. Explica-se, desse modo, a razão de ser comum entre os escritos do século XVI sobre a América, a atribuição

---

<sup>10</sup> Evidenciada desde Francis Bacon, a relação entre o saber e o poder ganha novos contornos de acordo com o período estudado. Atualmente, esta ligação ganha ainda maior relevância se atentarmos para os aspectos que Roland Barthes apontou em sua aula proferida em janeiro de 1977, isto é, não concebemos mais o poder como aquilo que estaria circunscrito à esfera do tradicionalmente político, “*mas emboscado em todo e qualquer discurso, mesmo quando este parte de um lugar fora do poder*” (BARTHES, Roland. “Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França pronunciada dia 07 de janeiro de 1977”. São Paulo: Editora Cultrix, s/d, p. 10). Assim, mesmo sem aludir diretamente à política, nos relatos de europeus acerca do Novo Mundo permeava a questão do poder, e conseqüentemente, da dominação, não sendo possível, portanto, desvincular a análise destas fontes (e daquelas produzidas posteriormente) do colonialismo.

pelos próprios autores como finalidade da obra, o conhecimento dos costumes, das características dos povos e regiões para melhor evangelizar e utilizar os recursos disponíveis<sup>11</sup>.

No entanto, no século XVIII houve uma transformação discursiva vinculada, sobretudo, a uma nova lógica colonialista que emergia. Em alguns escritos deste período, a natureza e os indivíduos americanos foram detratados, considerados imaturos e inferiores. Sua posição subalterna não seria um estado provisório, devido à ausência de determinados elementos – cristianismo, moralidade nos costumes ou ainda práticas semelhantes às do Velho Mundo – mas uma condição inerente, uma imputação. Embora a visão negativa do continente americano e de seus habitantes tivesse precedentes, o período das Luzes inaugurou a justificativa dessa qualificação (ou hierarquização geográfica) a partir de argumentos tidos como científicos e racionais, algo até então inédito<sup>12</sup>. Prevaleceu ainda, como uma continuidade, a hegemonia europeia do conhecer; no entanto, a inferiorização física dos indígenas e do mundo natural americano pautava-se em um paradigma novo e que permitiu novas formas de sujeição, não mais estritamente unidas por aspectos religiosos e culturais. Assim, a colonização europeia sobre o continente americano não se legitimaria devido aos propósitos religiosos, e sim porque hierarquicamente encontrava-se o habitante do velho continente em uma posição superior e por isso capaz de dominar e formular as escolhas mais acertadas para aqueles territórios que indígenas ou mesmo as famílias de colonos que residiam (*criollos*). Obviamente, a ideia de um centro difusor de civilização localizado na Europa estava presente dentro destas teorias, bem como a concepção de superioridade racial do branco europeu sobre as demais populações do mundo, sem mencionar os interesses das potências europeias no continente americano, que começava a se emancipar da Espanha. Resumindo, é importante ter em mente que, em ambos, os períodos estava imbricada, às vezes de forma sutil, nos textos produzidos a questão da colonização e dominação da população nativa e das terras americanas, muitas vezes legitimando as ações colonizadoras. Entretanto, a maneira e os argumentos utilizados alteraram-se entre os séculos XVI e XVIII e, conseqüentemente, a imagem da natureza americana e a relação com os escritos precedentes também se modificam.

Todas as ideias expostas de forma compacta nos parágrafos acima serão mais bem desenvolvidas neste capítulo. Inicialmente será apresentada, a partir da historiografia e de

---

<sup>11</sup> ACOSTA, José de. *Historia Natural y Moral de las Indias*. Disponível em:

<sup>12</sup> DOMINGUES, Beatriz Helena. *Tão Longe tão perto: a Ibero-América e a Europa Ilustrada*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 17.

algumas fontes, a polêmica que se desenrolou ao longo do século XVIII<sup>13</sup> em torno da suposta debilidade do continente americano. Num segundo momento serão discutidas as alterações sofridas pela epistemologia entre as duas épocas estudadas, dedicando maior atenção aos novos métodos, empreendimentos e teorias vinculados à história natural, mas também, de forma complementar, à noção de história, uma vez que, como foi analisado no capítulo anterior, não havia uma separação rígida entre os dois campos de saber. Em seguida, analisaremos como estes dois processos contribuíram para a formação de uma nova sensibilidade frente às crônicas quinhentistas sobre o Novo Mundo, cuja credibilidade destas fontes foi colocada em cheque. Por fim, pretende-se verificar como o cepticismo frente aos escritos de espanhóis do século XVI e a detração da natureza americana eram um mecanismo de via dupla, ou seja, ao não se acreditarem naquelas obras, nas quais a natureza foi descrita como exuberante, criava-se uma imagem inversa, em que ela se apresentava de forma débil. Simultaneamente, ao encarar o universo natural americano como inferior, imaturo, sem vigor, questionava-se a validade das informações presentes naqueles escritos que o apresentavam de tal forma.

### **I. Do unau ao indígena: a polêmica do Novo Mundo**

No início do primeiro capítulo deste trabalho, por meio do exemplo do bicho-preguiça, foram apresentadas ligeiramente as alterações sofridas na forma de ler e conceber a natureza americana, bem como foram expostos alguns dos elementos que configuraram a chamada polêmica do Novo Mundo. Nela, não somente os animais, mas o clima, as condições de relevo e hidrográficas, e, especialmente os homens foram perscrutados e os mais variados argumentos apresentados a favor ou contra, sendo que muitas vezes as mesmas informações ou os dados semelhantes eram utilizados para ambos os lados, mudando apenas o sinal – retomando o caso da preguiça, as costelas a mais para uns eram vistas como traços de uma deformação, já para Clavijero eram signo claro de uma copiosidade do continente americano. Nas próximas páginas apresentaremos um resumo deste debate, pois nele estava encerrado mais do que uma simples discussão acerca do mundo natural do Novo Mundo, através dele era delineado o posicionamento desta região em relação à Europa.

---

<sup>13</sup> Embora estes debates tenham adentrado o século XIX, fixaremos como limite somente o final do século anterior.

O texto de Cornelius de Pauw ao *Supplément à l'Encyclopédie* serve como um excelente ponto de partida para tal análise uma vez que este autor foi um dos principais detratores da América e este excerto (último escrito pelo prussiano a respeito da América) reproduz alguns dos raciocínios que constituíram a polêmica. Embora, como afirmou Antonello Gerbi, o conteúdo do verbete *Amérique* fosse menos agressivo e com afirmações atenuadas se comparadas àquelas encontradas em *Recherches philosophiques sur les Américains*, devido entre outros motivos às críticas sofridas por sua obra e ao fato de ser um artigo da *Encyclopédie* (com formatos e objetivos diferentes e revisão dos organizadores)<sup>14</sup>, ainda assim encontram-se nas quase dez páginas do verbete as principais depreciações imputadas à América pelo enciclopedista. Este trecho também traduz a retomada de interesse dos europeus pela América, uma vez que desde o século XVI não assumia este continente um papel tão proeminente nas discussões entre a intelectualidade do velho continente<sup>15</sup>. Esta renovada curiosidade dos europeus estava associada à busca por uma maior consciência de si, sendo necessária para tanto a ênfase no outro, nas diferenças culturais e naturais. Contudo, esta importância também estava vinculada a objetivos materiais e políticos, isto é, como apontamos acima, conhecer para melhor dominar.

O alvo das análises negativas de Cornelius de Pauw foram os indígenas, os quais eram vistos como selvagens que viviam na barbárie, cujos costumes eram abomináveis (antropofagia, incesto e eugenia, por exemplo). Os povos indígenas eram bestiais, débeis, irracionais e ainda que houvesse uma grande diversidade linguística entre os grupos, estes tinham seu vocabulário reduzido, não existindo palavras para assuntos, que, segundo de Pauw, tinham maior grau de complexidade, como a metafísica. Mesmo em relação a sua constituição física eram inferiores, pois eram impúberes, não tinham pelos nem barba e possuíam pequena estatura:

“Eis o que ninguém havia mesmo imaginado na América, onde os homens estavam de maneira incomensurável num estado menos industrioso e menos inventivo que os habitantes de nosso hemisfério: sua indolência e, sobretudo, sua preguiça marcou os observadores mais atentos e esclarecidos. Enfim, a estupidez que eles testemunham em certos casos, é tal que eles parecessem viver, seguindo a expressão de M. de la Condamine, numa eterna infância.”<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> GERBI, *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*, Op. Cit., pp. 91-92.

<sup>15</sup> MONTERO DE ESPINOSA, Marisa González. *La ilustración y el hombre americano*. Madrid: CSI, 1992.

<sup>16</sup> Or voilà ce que personne n'avoit même imaginé en Amérique, où les hommes étoient sans comparaison moins industriels, moins inventifs que les habitans de notre hémisphère: leur indolence & leur paresse ont sur-tout frappé les observateurs les plus attentifs & les plus éclairés. Enfin la stupidité, qu'ils témoignent en de certains cas, est telle

Os nativos da América eram covardes, não cultivavam suas terras, eram preguiçosos e embriagavam-se com frequência. Ao confrontar os julgamentos estabelecidos pelo iluminista prussiano em relação aos americanos com os princípios que regiam o pensamento iluminista, ou seja, com caracteres louvados por aqueles pensadores, chega-se à conclusão óbvia de que em tudo estavam os indígenas em antagonismo com a civilidade e a racionalidade. Basta lembrar o texto clássico de Kant escrito alguns anos após o verbete de de Pauw, no qual ele respondeu à pergunta ‘o que é iluminismo’ apontando como fatores responsáveis pela permanência do homem na menoridade a vileza, a preguiça e a falta de coragem, sendo o iluminismo a saída do homem deste estado de incapacidade<sup>17</sup>. Covardes, negligentes e ociosos estavam os povos americanos alocados na categoria de incapazes e, portanto, inferiores aos europeus.

Entretanto, apesar de centralizar suas asserções acerca do indígena, as explicações para a composição deste quadro encontravam-se na natureza. Mesmo porque entre tais pensadores permeava a noção de que os povos indígenas não pertenceriam à história das civilizações, por serem primitivos e selvagens, assim como os animais deveriam ser investigados como parte da história natural. Voltaire, por exemplo, compartilhava esta postura ao encarar os povos selvagens, americanos ou não, como o extremo oposto de uma história das civilizações, sendo o Novo Mundo, por excelência, um local marcado pela ausência da história e, por conseguinte, sua população vista como inferior em relação aos europeus, dotados de memória<sup>18</sup>. No excerto do *Supplément*, citado acima este rebaixamento dos povos da América se dá nas comparações feitas com os povos que habitavam a Europa na Antiguidade no que concerne à obtenção de fogo. Não visava o autor a dignificar os indígenas por meio de uma contraposição com os antigos, isto porque não os comparava a gregos e romanos (tidos como modelos quanto à moral, ética e razão) como fizeram os cronistas dos contatos iniciais, mas sim com os primeiros homens que habitaram o continente europeu, tidos também como primitivos, fixados em uma etapa anterior do desenvolvimento humano. Enquadrar os nativos do Novo Mundo em uma fase antecedente da evolução não significava abrir para a possibilidade que estes indivíduos alterassem o estado e as

---

qu'ils paroissent vivre, suivant l'expression de M. de la Condamine, dans une éternelle enfance. DE PAUW, *Op. Cit.*, p. 344.

<sup>17</sup> KANT, E. *O que é o Iluminismo?* Disponível em: <http://rgirola.sites.uol.com.br/Kant.htm> acessado em 23/10/2007. Ver também MIGNOLO, *Op. Cit.*, p.

<sup>18</sup> SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e História: O pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001, pp. 211-213. CHACHAM, Vera. “O lugar da América na história: História Natural, estado de natureza, objeto de cobiça dos homens”. In: *Varia Historia* n. 30, julho de 2003, p. 98.

condições em que viviam, ou seja, da maneira como o autor teceu seus argumentos, a natureza inferior do indígena é inalterável.

O protagonismo científico da história natural também elucidada o porquê se centraram as explicações para a inferioridade indígena nas condições físicas do continente americano. É importante lembrar que durante o século XVIII, os estudos naturalísticos ganharam espaço entre os letrados do período. Houve não somente o crescimento de obras dedicadas à temática, mas também o surgimento de jardins botânicos, de gabinetes de história natural e de expedições consagradas ao maior conhecimento da natureza em suas distintas manifestações e a disseminação de experimentações e debates em torno do assunto, discussões que abrangeram inclusive a polêmica que é aqui analisada<sup>19</sup>. Esta preponderância da história natural já era assinalada pela *Encyclopédie*:

“No presente século a ciência da história natural está sendo cultivada como jamais foi, não somente a maior parte das pessoas de letras fazem dela um objeto de estudo ou de distração, mas há um gosto por esta ciência que se espalhou entre o público e que tornou-se cada dia mais vivo e geral.”<sup>20</sup>

A experimentação, a observação e a razão – que caracterizavam o pensamento científico de então – eram colocadas à disposição para o estudo da natureza. A importância da história natural era tanta no período, que o próprio D’Alembert não apenas caracterizou o século como a época da filosofia, mas também das ciências naturais<sup>21</sup>, de certa forma igualando-as em prestígio.

Para Cornelius de Pauw e muitos de seus contemporâneos as raízes para os males americanos estariam no clima e nas condições físicas muito diversas daquelas encontradas no velho continente. Tremores de terras, variações de temperatura, vulcões e especialmente as inundações foram colocados em evidência para interpretar a degeneração do homem no continente americano. O excesso de água gerado pelo dilúvio teria tornado o continente americano encharcado e, conseqüentemente, debilitado sua natureza. A partir da leitura do verbete *Amérique* forma-se a imagem de um mundo natural pouco generoso para os americanos,

---

<sup>19</sup> VARELA, Alex Gonçalves. *Atividades científicas na “Bela e Bárbara” Capitania de São Paulo (1796 - 1823)*. Campinas, SP: [s.n.], 2005, p. 32.

<sup>20</sup> “Dans le siècle présent la science de l’*Histoire naturelle* est plus cultivée qu’elle ne l’a jamais été; non seulement la plupart des gens de lettres en font un objet d’étude ou de délassement, mais il y a de plus un goût pour cette science qui est répandu dans le public, & qui devient chaque jour plus vif & plus général.” Verbetes “Histoire Naturelle”. In: DIDEROT, D. e D’ALEMBERT, J. *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts e des métiers*. Disponível em : <http://artfl.uchicago.edu/cgi-bin/philologic31/getobject.pl?c.57:337:1.encyclopedie1108.1021268.1021277> Acessado em 15/07/2009.

<sup>21</sup> BARAHONA, Ana. “La Historia Natural y el concepto de vida en Buffon”. In: *Revista de Historia de América*, n.º 116, julho – dezembro de 1993, p. 8.

cujas situações oferecidas tornaram-se, ao longo do desenvolvimento daquela população, um obstáculo muito difícil de ser transposto e não um local fecundo que colaborava para os prodígios humanos. Mesmo os animais eram acometidos por estas implicações. No continente inexistiam grandes quadrúpedes e os insetos eram abundantes. Estes argumentos, segundo o autor, não estavam fundados em suposições pautadas na crença ou na especulação, mas na razão e na observação metódica – embora o pensador prussiano nunca tenha pisado no continente americano. No mais, eles estavam em consonância com as asserções feitas por outro famoso detrator da América, Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon, cujas obras eram bastante respeitadas nos círculos intelectuais europeus.

Buffon foi um importante naturalista do século XVIII, um crítico mordaz do sistema de classificação proposto por Lineu, o qual considerava arbitrário, devido às escolhas precedentes às análises botânicas e zoológicas. Era adepto do procedimento científico que ficou conhecido como método, por meio do qual todos os seres vivos deveriam ser comparados de forma total – não somente em estruturas corpóreas previamente escolhidas – como meio de se estabelecerem identidades e distinções. No cerne desta teoria estava a ideia de uma continuidade entre os organismos vivos. Esta concepção de uma linha ininterrupta entre os seres vivos alicerçou o pensamento de Buffon sobre as alterações que poderiam sofrer as espécies; assim, segundo ele, seria possível ocorrerem transformações físicas individuais causadas por fatores degenerativos como o clima, a nutrição, a domesticação e a maneira de viver<sup>22</sup>.

Neste sentido, sua análise sobre a natureza americana estava em conformidade com suas teorias. Para o naturalista francês, o clima úmido e quente do Novo Mundo corrompia, sufocava e era responsável pela proliferação de animais de sangue frio, como répteis e insetos, bem como pelo pouco desenvolvimento dos quadrúpedes<sup>23</sup>. Considerava a natureza deste território mais fraca e débil, menos variada e menor que a do Velho Mundo, sendo, portanto, mais hostil ao desenvolvimento dos animais e do homem<sup>24</sup>. Um aspecto salientado em seu discurso acerca do mundo natural americano era o apequenamento dos seres vivos no Novo Mundo. Não apenas os animais nativos eram menores que os da mesma espécie no outro lado do oceano Atlântico, como também os animais domésticos europeus trazidos para a América se degeneraram, perderam o

---

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>23</sup> GERBI, *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*, *Op. Cit.*, pp. 20-23.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 19.

vigor e a robustez, tornaram-se miúdos<sup>25</sup>. O continente, segundo Buffon, contaria com um menor número de animais quadrúpedes e muito tacanhos:

“(…) A natureza vivente é muito menos ativa, muito menos variada e nós podemos até dizer que é muito menos forte; porque, como veremos, pela enumeração dos animais da América, que não somente as espécies estão em pequeno número, mas que em geral todos os animais são incomparavelmente menores que os do antigo continente, e que não há na América nenhum que se possa comparar ao elefante, ao rinoceronte, ao hipopótamo, ao dromedário, à girafa, ao búfalo, ao leão, ao tigre etc.”<sup>26</sup>

Considerando os animais de grande porte superiores, Buffon julgava o mundo natural americano rebaixado diante daquele encontrado na Europa. “*A América, úmida e prolífica mãe de animaizinhos minúsculos e malvados, privada de feras magnânimas, devia apresentar aos olhos de Buffon todos os sintomas de uma repugnante debilidade orgânica*”<sup>27</sup>. Em linhas gerais as diferenças encontradas na natureza americana em relação à do velho continente eram traduzidas como sinais de inferioridade, os quais também eram imputados aos indígenas, embora sem o radicalismo de Cornelius de Pauw, mesmo porque o naturalista francês escreveu antes da publicação de *Recherches philosophiques sur les Américains* e inclusive depois procurou rever seus argumentos frente aos ataques do enciclopedista prussiano. Além das características físicas como a falta de barba e pêlos, o tamanho reduzido do corpo e dos órgãos e a frieza frente aos desejos sexuais por suas mulheres, também eram indicativos da debilidade gerada pelas condições naturais do continente a estagnação do nativo americano no desenvolvimento intelectual, técnico e cultural<sup>28</sup>. No entanto, o determinismo e os ataques à população nativa americana de Buffon foram menos extremistas que aqueles encontrados nas obras de de Pauw, porque o naturalista francês que considerava os seres humanos, independente da origem, pertenciam todos a uma mesma espécie, sofrendo transformações na constituição física devido a

---

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>26</sup> “La Nature vivante y est donc beaucoup moins agissante, beaucoup moins variée, et nous pouvons même dire beaucoup moins forte ; car nous verrons, par l’énumération des animaux de l’Amérique, que non seulement les espèces en sont en petit nombre, mais qu’en général tous les animaux y sont incomparablement plus petits que ceux de l’ancien continent, et qu’il n’y en a aucun en Amérique qu’on puisse comparer à l’éléphant, au rhinocéros, à l’hippopotame, au dromadaire, à la giraffe, au buffle, au lion, au tigre, etc.” LECLERC, Comte de Buffon, *Histoire Naturelle, Générale et Particulière, avec la Description du Cabinet du Roi. Tome Neuvième*. 1761, p. 86. Disponível em :

[http://www.buffon.cnrs.fr/ice/ice\\_page\\_detail.php?lang=fr&type=text&bdd=buffon&table=buffon\\_hn&bookId=9&typeofbookDes=hn&pageChapter=&pageOrder=88&facsimile=off&search=no](http://www.buffon.cnrs.fr/ice/ice_page_detail.php?lang=fr&type=text&bdd=buffon&table=buffon_hn&bookId=9&typeofbookDes=hn&pageChapter=&pageOrder=88&facsimile=off&search=no) acessado em 01/07/2009.

<sup>27</sup> GERBI, *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*, Op. Cit., p. 24.

<sup>28</sup> DUCHET, Michèle. *Antropología e Historia en el Siglo de las Luces: Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvecio, Diderot*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1984, p. 229.

fatores como clima e alimentação<sup>29</sup>. Contudo eram a América e seus habitantes imaturos devido às condições climáticas que o continente possuía.

Georges-Louis Leclerc é significativo dentro dos estudos sobre a representação do mundo natural americano por inaugurar uma tendência de detração do Novo Mundo. A presença de descrições pejorativas sobre a natureza da América não era nova, mas comum nos relatos de diferentes cronistas, contudo era um aspecto entre outros, sendo que para muitos autores a exuberância superava todos os demais caracteres do mundo natural americano. No entanto, a junção de todas as descrições pejorativas e a ênfase a estas características negativas como determinantes na representação do continente eram até então inéditas, e isto torna a obra de Buffon singular. A importância do naturalista francês revela-se também devido à influência que teve nos meios intelectuais ocidentais no século XVIII e no seguinte. Suas ideias tiveram eco e foram inclusive reelaboradas e desenvolvidas não somente nas obras de Cornelius de Pauw, mas também nos trabalhos do Abade Raynal, Delise de Sales, William Robertson e até mesmo entre os filósofos G. W. Friedrich Hegel e Voltaire. Mais do que a mera detração, há que se analisar que ao refletir sobre o continente americano muitos destes autores citados acima estavam preocupados em tornar o mundo inteligível e acima de tudo em estabelecer<sup>30</sup> o papel da Europa no cenário mundial. Definindo a inferioridade americana, estavam eles, por consequência, legitimando a superioridade europeia e os padrões eurocêntricos de pensamento<sup>31</sup>.

Entretanto, a visão negativa do continente americano não foi unânime. Apologistas do Novo Mundo escreveram em defesa do continente, rebatendo as teses dos autores acima citados, especialmente as de de Pauw. O mais conhecido entre aqueles que defenderam as terras americanas foi Francisco Javier Clavijero, jesuíta da Nova Espanha (México) que em sua obra *Historia Antigua de México*, além da defesa acalorada ao continente e dos ataques ao

---

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 230.

<sup>30</sup> GERBI, *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*, *Op. Cit.*, p. 132.

<sup>31</sup> Obviamente que é preciso atenuar o dualismo presente na obra de Antonello Gerbi. A presença de um debate em torno do continente americano é inegável, porém o antagonismo polarizado pode ser questionado. O interesse europeu em relação ao Novo Mundo e sua natureza por si só atenua a inferioridade imputada a essa região. As visões e as opiniões que circulavam no Ocidente sobre a natureza americana eram mais diversificadas e múltiplas do que a análise de Gerbi muitas vezes sugere. Se por um lado temos autores como Buffon e de Pauw cujas obras salientam a imaturidade do continente, por outro, os documentos oficiais e outras fontes do mesmo período apresentam um fascínio e um interesse europeu em conhecer a natureza das Índias Ocidentais tida como exuberante. No entanto, neste trabalho, foram selecionados autores como Buffon e de Pauw por serem expressivos no cenário intelectual setecentista na Europa. Ambos escreveram obras bastante difundidas e lidas no Ocidente, cujas representações da América tiveram grande impacto e influência no processo de cognição do continente. Assim, não se nega a presença de outras formas de encarar a natureza americana, apenas faz-se um recorte tendo em vista nossos objetivos centrais.

enciclopedista prussiano, expressava, segundo a historiografia, também o surgimento de um sentimento patriótico *criollo*. Não cabe aqui esmiuçar os argumentos de Clavijero, apenas apontar algumas linhas gerais de sua defesa que foram compartilhadas também por autores americanos ou não como Juan Velasco, Juan Ignacio de Molina, Pernety, Marmontel, Gian Rinaldo Carli, Thomas Jefferson, Benjamin Franklin e Alexander Hamilton.

Em resumo, em suas argumentações há um engrandecimento da exuberância e da generosidade da natureza americana, que se não possuía o mesmo valor que aquelas encontradas em outros continentes, muitas vezes apresentava-se como superior. Estes autores reivindicavam que as diferenças encontradas na América não imputavam uma inferioridade a esta região, ou seja, eram contrários à postura eurocêntrica de de Pauw e Buffon; também se opunham à ideia de que as características adversas de determinadas regiões fossem generalizadas para todo o continente. Para rechaçar a suposta inferioridade do continente, tais autores mostravam caracteres negativos das condições climáticas e naturais do velho continente, numa espécie de contra-ataque<sup>32</sup>, ou ainda apontavam como estes mesmos fenômenos degenerativos estavam presentes na Europa<sup>33</sup>. Refutavam também o pressuposto de que o continente americano seria encharcado, úmido e, conseqüentemente, desfavorável ao desenvolvimento dos homens e da fauna. Negaram serem verdadeiras as teses climáticas de Buffon e de Pauw, especialmente aquelas referentes ao excesso de frio do Novo Mundo e a degeneração causada pelo tropical<sup>34</sup>. No que concerne aos animais, o exemplo do bicho preguiça retornava mais uma vez, ilustrando a prodigalidade daquele território no número excessivo de costelas. Os felinos do Novo Mundo eram ferozes e perigosos; as afirmações sobre a pequenez dos seres vivos seriam falsas e para comprová-las utilizam até mesmo os fósseis de mamutes encontrados em partes da América. Muitos desses defensores, inclusive Clavijero, rejeitavam a ideia de uma proliferação de insetos no continente, afirmando ser um exagero, embora ocorresse em outras regiões do globo, não aconteceria na América. A natureza americana mostrava-se, portanto, benigna, permitindo não só o desenvolvimento de frutos variados (como já haviam salientado os primeiros cronistas do continente), mas de homens melhores<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 167.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 163.

<sup>34</sup> DOMINGUES, Beatriz Helena. "O México na 'Polêmica do Novo Mundo': humanismo, catolicismo, história natural e ilustração". In *Revista eletrônica da ANPHLAC*, Dossiê "Representações e imaginário político nas Américas", número 5, 2007, disponível em: [www.anphlac.org](http://www.anphlac.org). Acessado em 20/04/2008.

<sup>35</sup> GERBI *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*, Op. Cit., p. 173.

Em muitos destes trabalhos, a negação das teses de inferioridade dos homens americanos foi o cerne das reflexões. Para estes letrados, os indígenas não eram irracionais, brutos, fracos, preguiçosos, covardes, nem mesmo feios. Não poderiam ser considerados frios, débeis, ingratos e impúberes. Mesmo os vícios admitidos como a embriaguez, eram atribuídos à presença europeia. O indígena foi reabilitado frente às detrações encontradas nas obras dos ilustrados europeus, especialmente aqueles cujas civilizações apresentavam-se como grandiosas no passado: astecas, incas e maias. Mais uma vez, recusam as generalizações. Se o estado de selvageria podia ser encontrado em alguns grupos humanos do continente, este mal não estava presente necessariamente em todo o continente. Embora não neguem a influência do clima, amenizavam este fator em suas defesas. Talvez por isso, não tenha sido Buffon o alvo dos ataques centrais e sim de Pauw, como pode ser observado no trecho de Molina a seguir.

“(…) Pauw não só não viu nada do que escreve e divulga, mas nem mesmo quis ver nos autores que diz ter lido para formar sua obra. (...) Deslumbrado com as consequências do sistema ideal que se propôs a seguir por motivos fáceis de adivinhar, leva as coisas a tal extremo, que sua obra se encontra na classe de uma inverossímil novela. Nem tampouco honra suas luzes e seus talentos a lógica com que pretende provar suas... asserções, pois basta que exista no imenso continente de toda a América uma ilhota ou um recanto com algum defeito para que participe dele todas suas províncias; basta-lhe para qualificar tantas e inumeráveis nações uma miserável tribo dos mais desconhecidos selvagens. (...) Em suma, Pauw escreveu das Américas e de seus habitantes com a mesma liberdade que puderam ter escrito da Lua e dos Selenitas: mas para sua desgraça a América não é tão distante como a Lua, e assim muitos sábios estiveram naquelas regiões, e que viram com seus próprios olhos, afirmam o contrário do que afirma Pauw.”<sup>36</sup>

Perceptível na citação acima, mas também manifesto em outros trabalhos, é a argumentação de que estes autores que denegaram a imagem do continente americano ignoravam

---

<sup>36</sup> “Paw [sic] no sólo no ha visto nada de lo que escribe y divulga, pero ni aun ha querido verlo en los autores que dice haber leído para formar su obra. (...) Deslumbrado con las consecuencias del sistema ideal que se propuso seguir por motivos fáciles de adivinar, lleva las cosas a tal extremo, que su obra queda en la clase de una inverosímil novela. Ni tampoco da mucho honor a sus luces y a sus talentos la lógica con que pretende probar sus... aserciones, pues basta que haya el inmenso continente de toda América un islote o cantón con alguno defecto, para que participen de él todas sus provincias, bastándole para calificar tantas y tan innumerables naciones una miserable tribu de los más desconocidos salvages. En suma, Paw ha escrito de las Américas e de sus habitantes con la misma libertad que pudiera haber escrito de la luna y de los selenitas: pero quiere su desgracia que la América no diste tanto de nosotros como la luna, y así, muchos sabios europeos que han estado en aquellas regiones, y que han visto lo que son con sus propios ojos, afirman lo contrario de lo que afirma Paw.” MOLINA, Juan Ignacio. *Compendio de la historia geográfica, natural y civil del reino del Chile*. Primeira parte, 1788. Disponível na Biblioteca Digital do Real Jardín Botánico <http://bibdigital.rjb.csic.es/spa/Libro.php?Libro=194&Hojas=>, pp. XV – XVII. Acessado em 26/07/2009.

a realidade americana porque nunca tinham estado lá, ou então porque leram mal as narrativas ou tiveram acesso a relatos equivocados sobre o Novo Mundo. Fatores que os desautorizavam a se pronunciar sobre esta região e tornavam seus escritos dignos de pouca credibilidade para aqueles que tinham contato com a verdade. No entanto, como apontou Domingues, muitos destes defensores do continente americano apenas invertiam as teses propugnadas por autores como de Pauw e Buffon, partindo sempre de um mesmo alicerce binário e empobrecendo o debate<sup>37</sup>.

Além disso, há que se notar que em ambos os casos houve a utilização dos primeiros escritos sobre a América de forma fragmentária e parcial visando a justificar suas argumentações. A recuperação de cronistas, como José de Acosta, obviamente foi maior entre aqueles que reagiam às teorias pejorativas sobre o Novo Mundo. Contudo, simultaneamente, os dois grupos formularam também críticas às narrativas elaboradas durante o século XVI. O próximo passo em nossa análise será delinear alguns dos pressupostos que alicerçavam o saber do século XVIII.

## **II. Novos pressupostos epistemológicos, novas representações da América**

A historiografia ligada à história da ciência aponta uma ruptura epistemológica que teria ocorrido por volta do século XVII na Europa e que estaria relacionada ao processo inaugurado pelas reflexões filosóficas de Francis Bacon, René Descartes e John Locke, bem como estava ligada aos desdobramentos e implicações das teorias formuladas por esses pensadores e outros contemporâneos. Especialmente os autores do século XVII fariam parte do que ficou conhecido como Revolução Científica. Defendendo um conhecimento racional não contemplativo, mas pautado em um método para busca de verdades úteis e visando ao controle sobre o mundo, o pensamento de Descartes rompeu com os critérios de validação dos saberes anteriores. Locke em sua ênfase à experimentação representou uma recusa à subordinação do conhecimento às autoridades da Antiguidade; recusa também dos saberes oriundos do Renascimento, nos quais estavam indissociadas ciência, mística, teologia, fábulas entre outros elementos. Para realçar a diferença no posicionamento desses filósofos e autores renascentistas, basta lembrar a obra de Gesner, citada no primeiro capítulo, que não se restringe ao estudo dos animais, monstros e seres

---

<sup>37</sup> A obra *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750 – 1900)* de Antonello Gerbi analisa com minúcia os autores envolvidos neste debate, bem como suas argumentações. Sendo um clássico sobre o assunto, este trabalho se tornou referência para muitos autores, mas também alvo de críticas, como as que fez Cañizares Esguerra.

fantásticos compunham sua história natural, da mesma forma que para caracterizar um ser vivo não era necessário apenas a descrição de suas estruturas, mas a compilação de fábulas, mitos, histórias, insígnias, emblemas relacionados à planta ou ao animal. Embora possuíssem ideias muito diferentes entre si, os protagonistas da chamada Revolução Científica questionaram todo o sistema de verdade aceito até então, elaborando novos conceitos de razão, de experiência, de natureza e de lei natural<sup>38</sup>.

Em relação à apreensão da natureza, esses questionamentos permitiram a consolidação da empiria e da observação como elementos centrais para o conhecimento do mundo natural no período. Contudo, as discussões acerca da Revolução Científica e de seus encadeamentos em diferentes áreas da ciência, somente terão relevo no decorrer desse capítulo conforme for necessário para explicação da temática central do trabalho, ou seja, as mudanças na credibilidade das fontes e da concepção de natureza. Assim, não se nega a existência de alterações nos campos da ciência e daquilo que podia ser cognoscível, mas pretende-se fazer um recorte no estudo dessa temática.

Tradicionalmente as transformações ocorridas no pensamento científico iniciadas no século XVII foram explicadas pela historiografia devido aos avanços tecnológicos e metodológicos que permitiram a ruptura com os paradigmas de saber de então. A maior racionalidade e a empiria teriam conduzido necessariamente ao surgimento de novos objetos e de um novo meio de produzir conhecimento, que aprimorado ao longo das décadas teria atingido seu apogeu nos métodos científicos predominantes a partir do século XIX. Nesta perspectiva linear e evolutiva, concebe-se a ciência como algo em contínuo progresso. Dentro desta mesma lógica a história natural teria ganhado novos rumos a partir das teorias classificatórias de Lineu (Carl von Linné) obtendo pela primeira vez uma metodologia rigorosa e racional. Seriam estas novas bases do conhecimento científico responsáveis também pelo impulso de expedições e viagens visando a estudos da natureza.

No entanto, na segunda metade do século XX dentro da historiografia ocorreu uma contestação da análise apresentada no parágrafo anterior. Não se negou a transformação epistemológica ocorrida no século XVII, embora ela não seja entendida por muitos como uma revolução. Para estes pesquisadores a explicação para estas alterações não estariam nos fatores apontados pela historiografia tradicional. Entre estes estudiosos, o filósofo Michel Foucault

---

<sup>38</sup> ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 34.

destaca-se, formulando uma das mais importantes reflexões sobre o assunto ao considerar tais formas tradicionais de compreensão como anacrônicas (por utilizar categorias que não existiam no período)<sup>39</sup> e entender que mais do que buscar as origens das alterações metodológicas de determinado campo do saber, como a história natural, é necessário considerar os pressupostos que garantiam a positividade do saber, ou seja, a *epistémê*.

A história natural que emergiu no século XVII estava alicerçada dentro de um quadro epistemológico mais amplo que incluía a ciências exatas e a linguagem, no qual a ligação entre as palavras e as coisas designadas por elas, vínculo este que caracterizava o saber do século XVI, já não existia. Para Foucault, os signos na Idade Clássica (séculos XVII e XVIII) já não eram partes das coisas, mas modos de representação delas. Além disso, diferentemente do que ocorria Renascimento, quando o conhecimento estava pautado na interpretação, através da busca assinalações e no estabelecimento de similitudes, a partir do século XVII a ordem se impôs como essência do saber, sendo possível apenas por meio da fixação de identidades e de diferenças<sup>40</sup>. Ordem esta que também esteve presente no saber sobre o mundo natural: nos projetos taxonômicos dos organismos vivos. Independentemente das divergências entre tais projetos (método X sistema), partiam eles de um novo modo de vincular o olhar ao discurso, no qual havia um predomínio da visão na construção do conhecimento. Excluindo ou limitando o espaço de outros meios de saber como o gosto, cheiro e o “ouvir dizer”, estavam estes naturalistas restringindo os meios de apreensão e instaurando configurações a partir das quais os discursos tornar-se-iam possíveis e verdadeiros. Não se tratava, portanto, apenas de uma questão de métodos e desenvolvimentos tecnológicos, mas de novas bases que orientavam a positividade do saber produzido.

Assim, nos tratados de história natural, houve a expulsão das fábulas, das representações mitológicas, dos emblemas, dos simbolismos e de elementos fantásticos nas descrições de animais e plantas, bem como a escolha de critérios menos antropocêntricos para entender e organizar a natureza. Como afirmou Keith Thomas:

“(…) em vez de afirmar a comestibilidade, a beleza, utilidade e estatuto moral das plantas [e conseqüentemente dos animais], caracteres que assim se tornariam irrelevantes, os naturalistas buscaram perscrutar suas

---

<sup>39</sup> Para Michel Foucault é anacrônico atribuir aos naturalistas deste período o estudo do que concebemos por vida ou biologia, uma vez que estes conceitos são posteriores a este período. “*O naturalista é o homem do visível estruturado e da denominação característica. Não da vida.*” (FOUCAULT, *Op. Cit.*, p. 223)

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 79.

qualidades intrínsecas; a estrutura, tão-só, fundava a distinção entre as espécies. A mudança foi um processo lento, pois no final do século XVIII ainda havia os que aspiravam a um sistema natural de classificações (...). Mas o resultado final foi a emergência de um modo de percepção totalmente novo.”<sup>41</sup>

Naturalistas do período reivindicavam uma relação neutra, objetiva e circunscrita apenas ao objeto, sem referências às ligações e aos usos humanos. Também demandavam novas formas de nomeação daquilo que era visto.

Nos séculos XVII e XVIII, muitos estudiosos dedicaram-se a conhecer em definitivo a natureza em toda sua extensão. Para tanto, era necessário identificar animais e plantas, sendo a classificação o instrumento básico para adquirir este conhecimento<sup>42</sup>. A fauna e a flora deveriam ser reconhecidas e nomeadas; uma verdadeira obsessão taxonômica que tomou conta do período<sup>43</sup>, à qual não estava vinculada apenas a vontade de ordenar o conjunto de seres vivos, mas também o desejo de conferir com rigor valor a cada um deles, possibilitando inclusive a hierarquização da natureza. Daí pode-se apontar como etapa inicial de um processo de detração do mundo natural americano o estabelecimento das classificações no século XVII, no entanto este argumento será desenvolvido a seguir. Nesta etapa de nossa reflexão, vale notar que a classificação se tornou imprescindível para apreender a natureza e não estava pautada nas similitudes entre os seres, mas na designação das identidades e diferenças. Segundo Foucault, “*um animal ou uma planta não é aquilo que é indicado... pelo estigma que se descobre impresso nele; é aquilo que os outros não são; só existe em si mesmo no limite daquilo que dele se distingue*”<sup>44</sup>. Assim, a ênfase às análises das características estruturais do organismo permitia não mais estabelecer suas ligações a uma rede semântica que constituía o saber como no século XVI, mas diferenciá-lo de todos os outros seres. A identidade de um animal ou planta, segundo Foucault, estabelecia-se a partir do resíduo das diferenças.

O conhecimento para os estudiosos da história natural na Idade Clássica se fundamentava no ato de classificar. Assim, diferentes procedimentos foram criados para tal tarefa, entre eles o

---

<sup>41</sup> THOMAS, *Op. Cit.*, p. 79.

<sup>42</sup> GALERA, Andrés. “Reflexiones sobre el modelo sistemático, el concepto de especie y el mecanismo de la reproducción en el siglo XVIII”. In: BENASSY, Marie-Cécile e CLEMENT, Jean-Pierre (coord.). *Nouveau monde et renouveau de l'histoire naturelle*. Vol. III. Paris : Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, 1994, pp. 97 – 103.

<sup>43</sup> CHENU, Jeanne. “Recherches zoologiques en Nouveau-Grenade à la veille de l'Indépendence”. *Ibid.*, pp. 132 – 133.

<sup>44</sup> FOUCAULT, *Op. Cit.*, p. 200.

sistema defendido por Lineu. Embora não tenha identificado nenhuma lei geral de explicação botânica, o naturalista sueco é considerado um dos grandes botânicos do século XVII. Sua reputação deve-se, principalmente, ao fato de ser um singular classificador da flora e por democratizar o acesso a suas realizações científicas<sup>45</sup>. Embora nunca tenha saído da Suécia e se apoiasse na literatura botânica anterior, Lineu enfatizava a experiência e a observação como meios para obter o conhecimento sobre a flora<sup>46</sup>. O procedimento criado por Lineu partia de uma escolha prévia de determinada estrutura (caráter) que guiava a classificação; no caso os órgãos reprodutivos das plantas conduziram sua divisão em diferentes categorias e espécies. No entanto, não bastava ordená-las de acordo com o critério prévio. Para que a compreensão se desse de forma plena era necessário nomear, sendo tal ato também uma forma de classificar<sup>47</sup>. A tradição na busca de uma nomeação que simultaneamente encerrasse nela a classificação e a descrição de determinado ser era anterior à época de Lineu. Os botânicos do início do período moderno já faziam frases-nomes diagnósticas (uma breve descrição da espécie que simultaneamente funcionava como nome próprio), no entanto, elas ocupavam meia página e variavam de acordo com o autor<sup>48</sup>. Visando a simplificar tal método, Lineu criou o sistema binominal, uma de suas últimas contribuições científicas.

Entretanto, seus procedimentos de classificação não eram unânimes. Muitos naturalistas divergiram quanto à forma de se estabelecerem as classificações, acusando o sistema lineliano de ser arbitrário e não natural. No verbete *Histoire Naturelle* (História Natural) da *Encyclopédie*, são perceptíveis tais críticas (mesmo que sem mencionar nomes). A presença de críticas com relação à ênfase dos naturalistas em buscar a nomenclatura é bastante frequente no verbete, mas também seu autor censura o fato de muitas das propostas de então serem frutos de escolhas e não de uma lógica científica: “(...) é necessário jamais esquecer que estes sistemas estão fundados em convenções humanas arbitrarias; que eles não estão de acordo com as leis invariáveis da natureza.”<sup>49</sup>.

---

<sup>45</sup> KOERNER, Lisbet. “Carl Linnaeus in his time and place”. JARDINE, N. (et. al.). *Op. Cit.*, p. 145.

<sup>46</sup> *Ibid.*, pp. 147-148.

<sup>47</sup> CLÉMENT, Jean-Pierre. “Des noms de plantes au XVIII<sup>ème</sup> siècle : Espagnols et Hispano-Américains à l’honneur”. In: BENASSY, Marie-Cécile e CLEMENT, Jean-Pierre (coord.). *Nouveau monde et renouveau de l’histoire naturelle*. Vol. II. Paris : Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, s./d., pp. 85-86.

<sup>48</sup> KOERNER, *Op. Cit.*, p. 149.

<sup>49</sup> “(...) mais il ne faut jamais oublier que ces systèmes ne sont fondés que sur les conventions arbitraires des hommes ; qu’ils ne sont pas d’accord avec les lois invariables de la nature. ” : DIDEROT, D. e D’ALEMBERT, J. *Op. Cit.*, p. 230.

Buffon, como foi mencionado anteriormente, foi um crítico severo ao sistema proposto por Lineu, pois segundo ele tratava-se de um conhecimento com determinação antecipada<sup>50</sup>. O naturalista francês apresentou em contrapartida outro procedimento de classificação que ficou conhecido como método, segundo o qual, o animal e a planta deveriam ser entendidos a partir de comparações totais, buscando estabelecer distinções e identidades, fundamentadas na ideia de uma continuidade dos seres. Acreditava que existiria uma ordem imamente às coisas e que, se comparando o maior número possível de elementos e utilizando caracteres distintos segundo as espécies, seria possível descobrir tal organização.

Contudo, apesar das críticas e divergências, localizavam ambos, Lineu e Buffon, dentro em um mesmo plano epistemológico. Aliás, as divergências somente eram possíveis por conta disso, afinal, nenhum diálogo poderia ser estabelecido caso não comungassem critérios discursivos semelhantes que permitiam que tais metodologias e teorias fossem produzidas e compreendidas. Buffon, embora também recusasse as ideias de Aldrovanti, opôs-se de modo mais incisivo em relação a Lineu justamente porque a obra de Aldrovanti já não configurava um saber verdadeiro, era desprovida dos elementos que garantiam sua positividade e, portanto, não havia necessidade de refutá-la veementemente. Partilhando de uma mesma *epistêmê* era possível que as discordâncias presentes nas obras dos naturalistas sueco e francês tivessem sentido.

Associados a esta configuração epistemológica estão também as expedições realizadas no século XVIII a diferentes partes do mundo, o aumento dos jardins botânicos criados na Europa e fora dela e a difusão dos gabinetes de história natural, muitas vezes mantidos pelas próprias coroas do velho continente. A ênfase na visão como forma de apreender a natureza conduziu muitos a empreenderem viagens para observar e coletar espécimes da fauna e da flora, bem como de tipos de minerais em diversas regiões do globo. Embora ainda não houvesse a necessidade de se analisar a natureza em seu conjunto, era preciso que houvesse o contato visual com cada ser vivo para que suas estruturas fossem estudadas, havia a valorização da empiria. Assim, as viagens científicas a outros territórios para recolher amostras (e simultaneamente classificá-las) eram vitais para alcançar um domínio cognitivo total da botânica ou da zoologia (e até mesmo da mineralogia). O próprio Lineu incentivou vários de seus discípulos a viajarem para outros continentes ou mesmo dentro da Europa para obterem mais conhecimento sobre botânica. Tais

---

<sup>50</sup> BARAHONA, *Op. Cit.*, p. 14.

estudantes possuíam inclusive tarefas e orientações a serem seguidas<sup>51</sup>. A partir do século XVIII, a própria concepção do que era uma expedição alterou-se; possuindo ou não o adjetivo científico, a história natural passou a fazer parte deste tipo de empreendimento<sup>52</sup>. Até mesmo a palavra expedição, que no início do século possuía uma conotação (em francês) militar, passou a ser associada a um objetivo cognitivo, à ideia de conquista intelectual (embora não restrita apenas a esta)<sup>53</sup>. Iniciadas nas primeiras décadas do século XVIII, mas com maior impulso, sobretudo, em sua segunda metade, as explorações abrangeram a América do Norte, regiões banhadas pelo Oceano Pacífico, a América meridional e o então inexplorado interior do continente africano. Não há como desvincular tais expedições dos interesses econômicos envolvidos, a exploração de territórios desconhecidos representava um acréscimo no saber geográfico e de história natural, mas também uma possibilidade de novas fontes de recursos e riquezas.

No que concerne à América sob domínio espanhol, ao longo do século XVIII algumas expedições foram enviadas à região, sendo parte delas vinculadas a nações estrangeiras. A coroa espanhola mostrou-se até as duas últimas décadas do século pouco ativa em relação à exploração geográfica dos territórios além-mar. Marie-Noëlle Bourguet apresentou em seu artigo dados que evidenciam esta tendência. Segundo a autora, entre 1685 e 1805, no Peru, foram 81 os viajantes registrados, sendo apenas doze espanhóis contra quarenta e um franceses e dezessete ingleses. Entre 1736 e 1744 ocorreu a missão geodésica hispano-francesa, na qual estivera presente Charles-Marie de la Condamine e outros acadêmicos franceses para realizar medições e finalmente descobrir o verdadeiro formato da Terra, que no entanto foi acompanhada pelos militares espanhóis Don Jorge Juan e Don Antonio Ulloa (uma exigência do governo espanhol). Esta expedição científica exemplifica o que ocorria na América na primeira metade dos setecentos. O empenho científico da metrópole em conhecer sua colônia era reduzido e muitas vezes restrito a determinados espaços. Posteriormente, oficiais espanhóis também se deslocaram juntamente com o astrônomo Chappe d'Auteroche na Califórnia (1769) e com o naturalista J. Dombey na América do Sul (1777) – sendo esta expedição acompanhada por Hippolito Ruiz e José Antonio Pavon, os quais dividiram os créditos dos frutos da missão.

---

<sup>51</sup> KOERNER, *Op. Cit.*, p. 152.

<sup>52</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: Edusc, 1999, p. 59.

<sup>53</sup> BOURGUET, Marie-Noëlle. “O Explorador”. In: VOVELLE, Michel (dir.). *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, pp. 209-210.

Somente após as críticas estrangeiras feitas às ações dos espanhóis no campo da ciência, bem como a um renovado interesse por parte da Coroa em conhecer os territórios além-mar – atenção ligada ao processo conhecido como reformas Bourbonicas<sup>54</sup> – que se iniciou a promoção de expedições patrocinadas pelo Estado espanhol. Ruiz e Pavon continuaram a exploração nos territórios do Chile e do Peru até 1788; José Celestino Mutis foi designado chefe de uma expedição em Nova Granada; Marin Sessé também chefiou uma missão científica em 1787 pela Nova Espanha; sem mencionar ainda a circum-navegação de Malaspina entre 1789 e 1794<sup>55</sup>. Entretanto, a historiografia recente tem revisado este aparente desinteresse espanhol. Alguns autores não encaram as expedições realizadas no final do século como uma reação retardatária da Coroa espanhola, mas como um projeto que visava a conhecer os territórios intocados para melhor aproveitá-los e que deu origem a inúmeras obras de qualidade. Além disso, consideram que as ações espanholas em relação ao Novo Mundo eram motivadas, sobretudo, por questões econômicas e políticas. Neste sentido, o conhecimento daqueles territórios era justificado menos por razões científicas do que pelas necessidades práticas de cunho medicinal (novos fármacos), material (exploração das riquezas) e/ou político (determinação de fronteiras)<sup>56</sup>.

O resultado dessas expedições é visto por alguns historiadores como paradoxal. Embora tenham estimulado o estudo da história natural no continente americano e formado importantes naturalistas, quanto aos objetivos da Coroa espanhola, observa-se um fracasso total quanto aos seus objetivos colonialistas iniciais: não se incorporaram novos medicamentos à farmacopeia europeia, nem se teve a real dimensão da extensão e das possibilidades que tinham as colônias no Novo Mundo<sup>57</sup>.

A criação de jardins botânicos dedicados ao estudo da história natural está intimamente ligada aos dois processos acima mencionados. A epistemologia que emergiu no século XVII fazia crescente a necessidade de meios e locais adequados para seu estudo. Nesse sentido, os jardins botânicos presentes havia séculos na Europa preencheram esta necessidade, pois abrigavam

---

<sup>54</sup> MARCHENA, Juan F. “Su Majestad quiere saber. Información oficial y reformismo Borbónico en la América de la Ilustración”. In: SOTO ARANGO, Diana [et. Al.]. *Recepción y difusión de textos ilustrados: intercambio científico entre Europa y América en la Ilustración*. Madrid: Doce Calles, 2003, p. 152.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 261.

<sup>56</sup> CLÉMENT, Jean-Pierre. “La place de l’Amérique hispanique dans les écrits espagnols du XVIII<sup>e</sup> siècle”. In: DEMELAS, Marie-Danielle [et. Al.] *Études sur l’impact culturel du Nouveau Monde*. Paris : Editions L’Harmattan, 1982, pp. 67-68.

<sup>57</sup> PUERTO SARMIENTO, F. J. e GONZÁLEZ BUENO, A. “Política Científica y Expediciones Botánicas en el Programa Colonial Español Ilustrado”. In: LAFUENTE, A.; ELENA, A. e ORTEGA, M. L. (editores). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calles, 1993, p. 339.

grande diversidade de espécimes da flora de diferentes partes do planeta. Além disso, as expedições mencionadas acima permitiam que seu acervo aumentasse exponencialmente. Logo, a organização de jardins botânicos na Europa atendia também a uma necessidade colonialista de reunir em um só local aquilo de mais significativo da flora do mundo, ou, no caso espanhol, das regiões sob jugo colonial. Mas não somente no velho continente foram criados jardins botânicos, ainda no século XVIII foi criado o *Jardín Botánico del Palacio Virreinal de la Nueva España*, o qual tinha por objetivo o ensino da botânica e estava dividido segundo o padrão de classificação proposto por Lineu, ou seja, estava em consonância com a epistemologia do período<sup>58</sup>. Da mesma forma, criavam-se gabinetes e museus para o estudo da história natural. Mesmo que a observação direta na natureza fosse importante, para a análise das estruturas das espécies, minúcia e tempo eram necessários para que se alcançasse o intento de estabelecer ordem ao conjunto de seres vivos. Logo, o surgimento destes novos espaços e com eles novas práticas, como medições, formas de descrever e de desenhos, estão associados a exigências epistemológicas que emergiram praticamente de modo simultâneo.

No entanto, estariam estes processos descritos acima desvinculados de um panorama mais amplo? Em outras palavras, a epistemologia da Idade Clássica apontada por Foucault, bem como as expedições, jardins e gabinetes de história natural estariam circunscritos apenas ao que se designa como campo científico? Obviamente, não. Já foi mencionado acima os interesses espanhóis nas expedições patrocinadas por sua coroa, os quais extrapolavam a mera vontade de produzir acréscimos no saber sobre determinado assunto. Conhecer para explorar, para dominar. Contudo, mais do que esta simples associação, nota-se nas conexões entre estes processos diversos a constituição de um quadro mais complexo e abrangente. Para Mary Louise Pratt, esta configuração estava intimamente relacionada a transformações no entendimento que as elites europeias tinham de si mesmas e de suas relações com o mundo. Segundo esta autora houve a emergência de uma nova consciência planetária da Europa, a qual pode ser considerada como elemento básico do moderno eurocentrismo<sup>59</sup>, sendo este um dos pilares da construção do conhecimento ocidental do século XVIII, no qual se alicerçavam, especialmente, os discursos como os de Buffon e de Pauw.

---

<sup>58</sup>ZAMUDIO, Graciela. “El Real Jardín Botánico del Palacio Virreinal de la Nueva España”. In: *Ciencias*, n. 68, outubro – dezembro de 2002, pp. 23-24.

<sup>59</sup> PRATT, *Op. Cit.*, p. 42.

O sistema classificatório de Lineu corresponderia a esta consciência planetária, uma vez que sintetizou as aspirações mundiais da ciência europeia ao propor classificar não somente as espécies conhecidas do velho continente, mas também aquelas de que por ventura ainda nada se sabia e ao impor uma ordem artificial – produzida pelo naturalista dentro de um quadro de referências acima de tudo europeu – a todos os territórios explorados. Até mesmo as outras propostas, como as de Buffon possuíam este caráter totalizante e de atribuição de uma lógica exógena. Compartilhando da ideia de Pratt, pode-se afirmar que os projetos de história natural desenvolvidos ao longo do século XVIII rompiam com as relações orgânicas e de significados (históricos e sociais) que possuíam os seres vivos, alocando-os dentro de uma nova estrutura de conhecimento eurocêntrica<sup>60</sup>.

Seguiam esta mesma lógica as expedições contemporâneas às teorias de classificação da natureza. Para a autora canadense, a expedição franco-hispânica mencionada acima, da qual fizeram parte La Condamine, Ulloa e Ruiz, pode ser considerada um marco do novo tipo de expedição que foi repetido nas décadas seguintes, uma forma de viagem cujo adjetivo científico sempre acompanhará. Especialmente por adentrar no interior do continente e não apenas explorar as costas marítimas, como faziam as viagens anteriores, mas também por fornecer as imagens e o aparato ideológico através dos quais os habitantes da Europa se relacionaram com outros territórios do mundo, seria esta expedição um modelo<sup>61</sup>.

“Como viagem, portanto, a expedição La Condamine marca a inauguração de uma era de viagens científicas e de exploração do interior que, por seu turno, sugere mudanças na concepção que a Europa tem de si mesma e de suas relações globais.”<sup>62</sup>

Além disso, tais viagens produziram narrativas que se sobrepuseram sob as anteriores formas de discurso sobre os territórios explorados, pois possuíam uma estrutura textual e elementos que as tornavam dignas de grande credibilidade entre o público europeu. Não é por acaso que La Condamine, por exemplo, tornou-se um importante naturalista após seu retorno e publicação de seu relato de viagem. A observação direta (predomínio do ver) aliada a um discurso eurocêntrico correspondia às exigências dos letrados europeus do período.

Também merece destaque a associação feita por Pratt entre as expedições científicas e projetos expansionistas das metrópoles europeias. Mesmo as viagens sem vínculos oficiais com

---

<sup>60</sup> *Ibid.*, pp. 65-68.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 53.

<sup>62</sup> *Ibid.*, pp. 54-55;

os Estados europeus possuíam esta relação, pois suas narrativas constituíam o que a autora define como anti-conquista, ou seja, eram estratégias de representação que a um só tempo asseguravam a inocência dos agentes burgueses europeus e a hegemonia europeia; assim, em seu relato o naturalista naturalizava sua própria presença e conseqüentemente o predomínio europeu nas mais diversas partes do globo<sup>63</sup>.

Em suma, as transformações epistemológicas ocorridas entre os séculos XVII e XVIII alcançaram todas as esferas do saber. Como tivemos a chance de analisar por meio da retomada da historiografia sobre o assunto, uma obsessão pela ordem dominou a epistemologia naquele momento. Até mesmo a história natural foi tomada por um impulso organizador traduzido no empenho taxonômico de botânicos, zoólogos e mineralogistas. Portanto, o conhecimento sobre a natureza só se fazia possível pela imposição de uma ordenação, de uma classificação. Subentendida na concepção de classificação encontra-se a ideia de hierarquia. Assim, ao analisar um vegetal, seu enquadramento torna-se realizável a partir da constatação das semelhanças e das diferenças com outros. A partir desta comparação, seria possível elencar os seres vivos mais complexos (com estruturas mais desenvolvidas), bem como o seu inverso, ou seja, plantas mais simples, sem sofisticados órgãos ou sistemas. Logo, a derivação desta última proposição conduz à ideia da existência de seres superiores e inferiores. Embora as noções de superioridade e de inferioridade não fossem inéditas, elas ganharam uma nova configuração e também uma inédita forma de legitimação, pautadas na racionalidade e na cientificidade do período.

Neste sentido, é válido relacionar as teses que detratavam o continente americano à emergência de uma nova *epistémê*. A possibilidade (que pode ser considerada até mesmo como uma incumbência) de hierarquizar a natureza, tendo para esta tarefa meios científicos de justificação, tornou viável a ideia de hierarquia entre as partes do globo e seu meio natural. Da mesma forma que existiam seres vivos mais complexos que outros e por isso superiores, existiriam também ambientes mais benignos e melhores que outros. Dentro de uma visão eurocêntrica de saber, obviamente, o julgamento seria favorável ao velho continente e suas características. Coube à América, neste quadro de ordenação, a posição de inferioridade; o continente foi visto como menos desenvolvido e imaturo em relação à Europa. Portanto, a própria lógica de hierarquização que regia discursos como os de Cornelius de Pauw e Buffon, só foi possível a partir do predomínio de pressupostos epistemológicos alicerçados na ideia de ordem.

---

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 61.

Assim, desenvolvendo alguns dos argumentos de Cañizares-Esguerra, podemos ampliar o significado da chamada polêmica do Novo Mundo; não mais restrita à ênfase da superioridade europeia pelos letrados do continente, mas interligada a uma epistemologia presente em todas as áreas do saber e talvez por isso, tenham se tornado os argumentos de Buffon, Voltaire, de Pauw e semelhantes tão persuasivos e controversos.

### III. História, crônicas e credibilidade

Continuando ainda nesta mesma linha de reflexão, pode-se perguntar quais foram as transformações sofridas pelo conhecimento histórico no período e de que forma se conectaram estas com as proposições feitas nos parágrafos anteriores. Para responder a estes questionamentos é necessário retomar a historiografia dos séculos XVII e XVIII.

Inicia-se durante o período renascentista a laicização das concepções de história, bem como o exercício de uma crítica histórica sobre os documentos. Segundo alguns estudiosos, uma das principais heranças dos humanistas para a historiografia foi o conjunto de métodos e de crítica textual, bem como o trabalho arqueológico<sup>64</sup>. Especialmente no que concerne à chamada história erudita, representada pelos bolandistas, Jean Mabillon e Tillemont, houve uma preocupação com a veracidade dos fatos, os quais poderiam ser verificados por meio do desenvolvimento de uma metodologia de análise documental, não apenas em relação a critérios externos, mas internamente. A cronologia também fazia parte das tarefas a serem empreendidas por estes eruditos. Embora algumas dessas mudanças tenham surgido ainda no século XV, verifica-se que elas tiveram maior impacto na historiografia ocidental a partir da segunda metade do século XVII, no momento em que a concepção de uma história universal (divina) e a intocabilidade dos escritos da Antiguidade como fonte verdadeira de conhecimento foram contestados. Colocados os documentos sob suspeita, mesmo os ligados à história sagrada (como os relatos de vida de alguns santos e milagres), inaugura-se um intento sistemático visando a distinguir o verdadeiro, o verossímil e o falso<sup>65</sup>.

No século seguinte, enciclopedistas incorporaram práticas da história erudita na metodologia utilizada para escrever sobre o passado, entre elas a análise minuciosa das fontes, a

---

<sup>64</sup> FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: Edusc, 1998, p. 52.

<sup>65</sup> FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1990, pp. 110-111.

cronologia e a arqueologia. Defendiam que a história pertencia ao domínio da razão e do pensamento científico, caminhando sempre em direção ao progresso. Definida como história filosófica, esta corrente historiográfica buscava empreender “*uma reflexão sobre a evolução dos povos e civilizações, um estudo do passado indispensável para análise do progresso da humanidade nas vias da razão*”<sup>66</sup>. A história filosófica também pode ser entendida como a culminação do processo de laicização da história, uma vez que substituiu os desígnios divinos que regiam o destino dos homens das histórias escritas antes dos setecentos por uma ideia, também teleológica, de progresso incessante. Neste sentido, não estariam os eventos dispostos de forma caótica, mas estariam eles ordenados em uma linha contínua em direção ao desenvolvimento da razão e das civilizações. Novamente, temos a ordem como meio de cognição possível, sem a qual até mesmo o passado tornar-se-ia ininteligível. Embora, como afirmam Guy BourdÉ e Hervé Martin, a história tenha se acomodado mal à *epistémê* surgida no século XVII, uma vez que prima pela mudança<sup>67</sup>, ainda assim, de forma menos explícita que nos estudos naturalísticos, a ordenação e seu desdobramento classificatório também estiveram presentes nos escritos sobre o passado e nos métodos empregados.

A cronologia por si só era um meio de se estudar o tempo estabelecendo a ordem da ocorrência dos fatos; localizá-los temporalmente e dispô-los de forma coerente dentro de determinada lógica prévia assemelhava-se muito ao ofício de um naturalista na organização dos espécimes em ordens, famílias e gêneros. A importância de se estabelecer uma cronologia estava clara para os eruditos dos séculos XVII e XVIII, uma vez que seria a forma mais confiável de saber sobre o passado, como demonstra a leitura do prefácio da obra beneditina *L'art de vérifier les dates des faits historiques, des inscriptions, des chroniques et autres anciens monuments avant l'ère chrétienne*:

“(…) Ninguém ignora que a Cronologia e a Geografia são como dois olhos da História que, guiada pela suas luzes, põe nos relatos o arranjo e a clareza convenientes, e que sem elas o conjunto dos fatos, cujo conhecimento chegou até nós, não passa de um caos tenebroso que sobrecarrega a memória sem esclarecer o espírito.”<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 120.

<sup>67</sup> BOURDÉ, Guy E HERVÉ, Martin. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 2003, p. 62.

<sup>68</sup> Monges da Congregação de Saint-Maur. *L'art de vérifier les dates des faits historiques, des inscriptions, des chroniques et autres anciens monuments avant l'ère chrétienne*. Apud. : BOURDÉ, Guy E HERVÉ, Martin. *Op. Cit.*, p. 67.

Além disso, a própria distinção entre verdadeiro e falso a partir da crítica documental era um meio de selecionar e classificar também as fontes. Ao refletirmos sobre este aspecto podemos inferir outra aproximação pertinente às asserções que fizemos acima sobre a epistemologia das ciências naturais: a ênfase na estrutura. O historiador não esquadrihava a configuração visível de uma planta ou animal, mas estava interessado em analisar a estrutura discursiva do texto. A análise crítica deveria se apoiar na filologia, estabelecer o grau de segurança e de autenticidade dos textos estudados, excluir as considerações morais e estéticas das fontes e acima de tudo verificar a coerência interna do documento. As incoerências seriam indícios de falsidade e poderiam marcar o documento com o signo da desconfiança, da inverossimilhança. Assim esmiuçado, poderia o documento contribuir para a reconstrução dos acontecimentos em épocas anteriores. Tal qual um naturalista, havia uma preocupação do historiador com o detalhamento das estruturas do documento para poder classificá-lo entre verdadeiro e falso.

Portanto, os pressupostos epistemológicos que regiam os demais campos de conhecimento também exerceram uma considerável influência no saber histórico. Segundo Marc Bloch, não se deve atribuir uma relação direta e total entre as proposições derivadas do cartesianismo e a metodologia empregada pelos eruditos e apropriada no período posterior pelos enciclopedistas. Contudo, observa-se que a epistemologia do período se fez presente na historiografia, principalmente no que concerne ao ceticismo dos homens frente aos documentos e à elaboração de métodos de crítica<sup>69</sup>.

Diante deste quadro, surgem alguns questionamentos: de que forma a história sobre o passado do Novo Mundo foi escrita neste período? Tendo emergido uma nova epistemologia, qual o valor conferido às tradicionais fontes sobre a América, entre elas as crônicas? Quais eram as críticas e usos dessas obras?

No início deste capítulo, apresentamos um trecho de Cornelius de Pauw que nos deu indícios sobre esta relação. Ambíguo, este autor ao mesmo tempo retirava suas informações das crônicas e outros escritos produzidos por espanhóis e americanos durante os séculos XV, XVI e XVII, porém não se omitia em criticá-los e questionar sua validade enquanto fontes. Em mais de um trecho do verbete citado anteriormente é possível encontrar esta postura:

---

<sup>69</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, pp.91-93.

“As antigas relações falam, muito frequentemente da extrema velhice que chegam todos os americanos, mas nós sabemos hoje que é um equívoco presente nesses relatos de exagerações grosseiras .”<sup>70</sup>

Ou ainda, concordando com contemporâneos, afirmava:

“Buffon já tinha observado que alguns escritores espanhóis deviam ter se permitido inserir muitos exageros no que eles relatavam sobre o número de homens que nós encontraremos, segundo eles, no Peru.”<sup>71</sup>

A veracidade das crônicas foi colocada sob suspeita, por vezes foram estas fontes condenadas ao estatuto do inverossímil, mesmo em sua obra sobre os americanos. Segundo o escritor prussiano, não apenas os dados que elas continham eram desacreditados, mas as próprias descrições tidas por absurdas e exageradas. Compostas por espanhóis ou americanos, tais narrativas apresentavam problemas estruturais, relacionados inclusive a sua autoria. Mesmo sendo europeus, os espanhóis não eram eximidos de culpa; eram negligentes, indolentes e gananciosos. Não tinham a curiosidade necessária para o estudo daquela região. Já os americanos, degenerados, possuíam todos os defeitos das crianças, não tinham sequer elevação de espírito necessária para se suprir a necessidade de notícias sobre o Novo Mundo<sup>72</sup>. Entretanto, eram muitas vezes essas obras que alicerçavam ou confirmavam suas argumentações sobre a América. José de Acosta, jesuíta e espanhol foi mencionado por de Pauw em diferentes trechos como autoridade a respeito de determinados assuntos (como possíveis inundações no novo continente<sup>73</sup>). Mesmo o *criollo* Inca Garcilaso de la Vega não era apresentado como imbecil quando se tratava de ratificar suas teses<sup>74</sup>. No entanto, seria somente o fato de terem sido escritas por espanhóis e *criollos* que desqualificariam as crônicas e relatos sobre o Novo Mundo? Não. Como veremos adiante, a autoria ocupava um espaço secundário na avaliação da documentação. A emergência de novos critérios de verdade invalidou estas narrativas (mesmo que parcialmente), sendo rejeitadas por alguns estudiosos sobre a América. O adjetivo exagerado empregado por de Pauw relaciona-se muito mais a uma forma discursiva que à apreciação do cronista.

---

<sup>70</sup> “Les anciennes relations parlent très-souvent de l’extrême vieillesse à laquelle tous les Américains parviennent ; mais aujourd’hui qu’il est glissé dans ces récites des exagérations grossières.” DE PAUW, *Op. Cit.*, p. 350.

<sup>71</sup> “Buffon avoit déjà observé que quelques écrivains Espagnols doivent s’être permis beaucoup d’exagérations en ce que rapportent de ce nombre d’hommes, qu’on trouva, selon eux, au Pérou. ” *Ibid.*, p. 346.

<sup>72</sup> DE PAUW, *Recherches philosophiques sur les Américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l’Histoire de l’Espèce Humaine. Avec une Dissertation sur l’Amérique & les Américains*. Paris : G. J. Decker, 1768-1769, pp. 13-14. Disponível em : <http://gallica2.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k821053> , acessado em 10/08/2009.

<sup>73</sup> DE PAUW (1776 – 1777), *Op. Cit.*, p. 348.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 349.

Sem dúvida, o século XVIII apresentou um renovado interesse entre os europeus pelo continente americano, particularmente entre os letrados franceses. As expedições mencionadas acima são provas disso, mas elas apenas representam parte da curiosidade europeia sobre o Novo Mundo. A publicação de obras dos mais variados temas, inclusive alguns relatos destas mesmas viagens, revela ao menos um mercado editorial e conseqüentemente um público atraídos pelo assunto. Entretanto este interesse não se deu de forma homogênea em todos os locais. Como apontou Jean-Pierre Clément, enquanto a Espanha focava suas atenções na produção de saberes práticos ligados a questões econômicas e políticas – por uma questão de necessidade, mas também de censura –, os franceses dedicavam-se com afinco à escrita de obras sobre a moral e a história daquele continente. Não foi por acaso que, no discurso preliminar de suas *Recherches philosophiques sur les Américains*, Cornelius de Pauw afirmava que teria sido o descobrimento de novas terras a oeste um dos fatos mais memoráveis da história da humanidade. Embora não possamos atribuir uma consciência plena desses autores em relação ao que acontecia naquele momento, talvez, e de maneira acertada, possamos considerar que, ao se voltarem para o século XVI, estivessem eles buscando explicações sobre um processo mais amplo que ainda vivenciavam e que lentamente se alterava: a questão do colonialismo. As problemáticas definidas nestes trabalhos sobre a América indicam mais do que a imagem deste continente para os europeus, desvelam também a auto-representação que faziam de seu próprio continente e do lugar que ocuparia no quadro político, econômico, social e cognitivo que se delineava naquele período.

Concordo com Clément no que concerne ao papel em que a América foi colocada nestas obras, no entanto discordo de sua explicação para tal fenômeno. Segundo ele, seria a presença americana nos numerosos trabalhos produzidos um pretexto, um cenário subjacente criado para dissimular uma necessidade real europeia<sup>75</sup>: para Clément, a exigência pelo exotismo que tomava conta da cultura do período e que servia de base para as críticas de sua própria sociedade<sup>76</sup>; para mim (sem descartar a importância do excêntrico como anseio europeu do período) a possibilidade de justificar as ações que estavam sendo empreendidas em outras partes do globo, bem como estabelecer o lugar da Europa, pontuando sua superioridade frente ao resto do mundo. Estas obras

---

<sup>75</sup> Segundo este historiador não importava o local sobre o que se escreveria, facilmente a América poderia ser substituída por outras regiões distantes como a China ou a Polinésia. Interessados estavam os autores no exótico para refletir sobre sua própria sociedade.

<sup>76</sup> CLÉMENT, *Op. Cit.*, pp. 69-70.

muitas vezes são mais reveladoras das inquietações do velho continente do que da realidade vivenciada pelos americanos.

Assim, sem espanto, compreende-se a imagem dada por certos autores do período ligados à história filosófica. Como foi pontuado acima, esta corrente historiográfica do século XVIII alicerçava-se na ideia de um progresso contínuo da civilização, sendo o ponto mais ascendente sempre o presente no qual viviam, localizado espacialmente entre as civilizações do continente europeu. Aqueles povos que diferiam de tal condição civilizacional e histórica estariam, portanto, em um estágio inferior, menos desenvolvido da evolução humana. Teses e estudos que apontavam os povos americanos como primitivos, localizando-os na infância do progresso dos povos difundiram-se. Muitos autores, inclusive de Pauw, consideravam possível estudar os grupos humanos do Novo Mundo como uma forma de visualizar o modo de vida dos homens europeus de um passado distante e primitivo. Para William Robertson, importante historiador setecentista, autor de *History of America*, os povos ocupariam diferentes níveis na escala de desenvolvimento econômico e emocional, estando a América em uma das primeiras etapas<sup>77</sup>. Esta concepção de história corroborou para a reafirmação da inferioridade do continente americano, uma vez que, localizados em um estágio de infância da humanidade, seriam os americanos, e por derivação o território que habitavam, imaturos frente aos europeus e seu continente. Logo, todos os processos descritos acima podem ser considerados como elementos articulados que colaboravam para a formação de uma imagem específica da América. Desta forma, é praticamente impossível analisá-los de forma isolada, porque diversas áreas do saber permeavam as argumentações da chamada polêmica do Novo Mundo de um modo intrincado e complexo. Daí a importância do estudo a *epistémê* do período para compreender estes debates.

Ademais, a historiografia do século XVIII em seu primado pela exclusão das considerações morais e estéticas na delimitação do verdadeiro e falso nos documentos contribuía para a rejeição das crônicas quinhentistas sobre o Novo Mundo. Como analisamos no capítulo anterior escritos, como os de José de Acosta e Gonzalo Fernández de Oviedo, mesmo abordando assuntos ligados ao mundo natural, tinham finalidades que escapavam da imparcialidade cobiçada pela historiografia posterior, especialmente aquela que vigorou no século XIX. *Historia Natural y Moral de las Indias* é um bom exemplo: entre seus objetivos estava a glorificação das obras divinas, assim, a presença de justificativas e elucubrações religiosas eram constantes. Também

---

<sup>77</sup> CAÑIZARES ESGUERRA, *Op. Cit.*, p. 80.

Pedro Mártir de Anglería não seguia este padrão imparcial; com suas cartas visava não apenas trazer informações aos destinatários, mas também a proporcionar momentos de deleite. Julgamentos morais, reflexões acerca da religião e apreciações estéticas compunham as narrativas sobre outras terras naquele momento. No entanto, dois séculos mais tarde, estes elementos foram preteridos pela historiografia que emergia. Não foi por coincidência que os documentos não publicados e depositados em arquivos passam a ser valorizados, como nos revela o exemplo de Juan Bautista Muñoz. Isentos dos exageros, especulações e julgamentos, seriam os documentos oficiais as fontes fidedignas para o estudo dos períodos anteriores. Justifica-se, desse modo, o empenho do historiador espanhol em coletar, formar e assegurar a preservação de acervos sobre a história espanhola. Cañizares-Esguerra, analisando este mesmo autor aponta em sua obra a manifestação de uma nova sensibilidade historiográfica, muito próxima daquela que pautou as investigações históricas no século XIX.

Jorge Cañizares Esguerra também avança neste sentido ao afirmar que a recusa das crônicas estava ligada ao surgimento de novos padrões de credibilidade, os quais questionavam a validade do testemunho ocular dos cronistas do século XVI. Segundo os autores setecentistas, a visão despreparada e ignorante dos primeiros europeus a terem contato com as Índias Ocidentais fazia com que sua percepção fosse considerada limitada, conduzindo conseqüentemente às recorrentes inverdades e exageros, segundo os autores do século XVIII, presentes nas crônicas. Novas formas de crítica ligadas à história erudita e posteriormente à história filosófica substituíram as tradicionais técnicas externas de julgamento do valor do documento – a avaliação da autoria da obra como sinalizador de sua confiabilidade – pela análise da coerência interna dos relatos, colocando em questão a fiabilidade de muitos documentos. As inconsistências, as contradições, as asserções contrárias ao senso comum ou às leis da natureza e elementos maravilhosos que não condiziam com a lógica europeia daquele momento, imputavam inverossimilhança às crônicas, sendo estas descartadas como fonte de informações confiáveis sobre o continente. Os dados sobre o tamanho da população americana no momento da chegada dos europeus eram uma dessas incoerências apontadas por estes autores. Segundo eles, os números dados pelos cronistas quinhentistas divergiam explicitamente daquilo que os viajantes

contemporâneos viam nas terras americanas – o reduzido número de indígenas – e, por isso, eram considerados pouco críveis<sup>78</sup>.

Simultaneamente e conectada a este processo estava a reabilitação de alguns tipos de fontes e o surgimento de outras formas de testemunho, como os escritos hieroglíficos de povos mesoamericanos, os vestígios arqueológicos, fósseis humanos e de animais e descobertas geológicas que permitiam a elaboração de uma nova concepção da história do Novo Mundo. Livres de considerações morais e estéticas estas fontes permitiriam ao estudioso uma reflexão filosófica sobre o passado e o presente daquela região. De Pauw, por exemplo, sustentava sua argumentação sobre os povos americanos a partir de uma interpretação pautada na história natural; a explicação para o desencadeamento histórico do continente estaria no dilúvio que teria encharcado tais terras e as condicionado a uma situação de degeneração natural<sup>79</sup>. O ilustrado prussiano não era exceção neste quadro. Outros letrados apoiados nas novas formas de evidência repudiaram as crônicas e outros documentos tradicionalmente usados para o estudo da história da América.

Assim, as crônicas, bem como as narrativas, as descrições, as informações e as opiniões presentes nelas foram encaradas com ceticismo, incluindo as representações elaboradas sobre o mundo natural. Contudo, permaneceram elas, juntamente com os relatos dos viajantes naturalistas ou ilustrados que percorreram o continente, sendo lidas e debatidas como principais pontes de diálogo com o Novo Mundo. Como mencionamos acima, embora fossem atacadas dignas de pouca credibilidade, quando necessário eram utilizadas sem receio evidente. Uma nova camada de leitura se sobrepôs às crônicas, por meio da qual as apropriações específicas foram feitas. As crônicas, especialmente aquelas publicadas já no século XVI, não deixaram de serem lidas no século XVIII, para posteriormente serem recuperadas como fontes nos oitocentos. Por meio delas, ainda foram tecidos diálogos sobre o continente americano. No entanto, as leituras elaboradas não se assemelhavam àquelas feitas originalmente pelos homens do início do período moderno, nem foram iguais às produzidas no século XIX.

Ao longo desse capítulo foi possível observar pontos de conectividade e sobreposição das diferentes temáticas abordadas. Para finalizar é necessário, portanto, tentar esboçar uma conclusão que as interligue. O ponto de convergência dos assuntos tratados sem dúvida era a

---

<sup>78</sup> *Ibid.*, pp. 56-58. PAUW (1776 – 1777), *Op. Cit.*, p. 346.

<sup>79</sup> CAÑIZARES ESGUERRA, *Op. Cit.*, pp. 89-90.

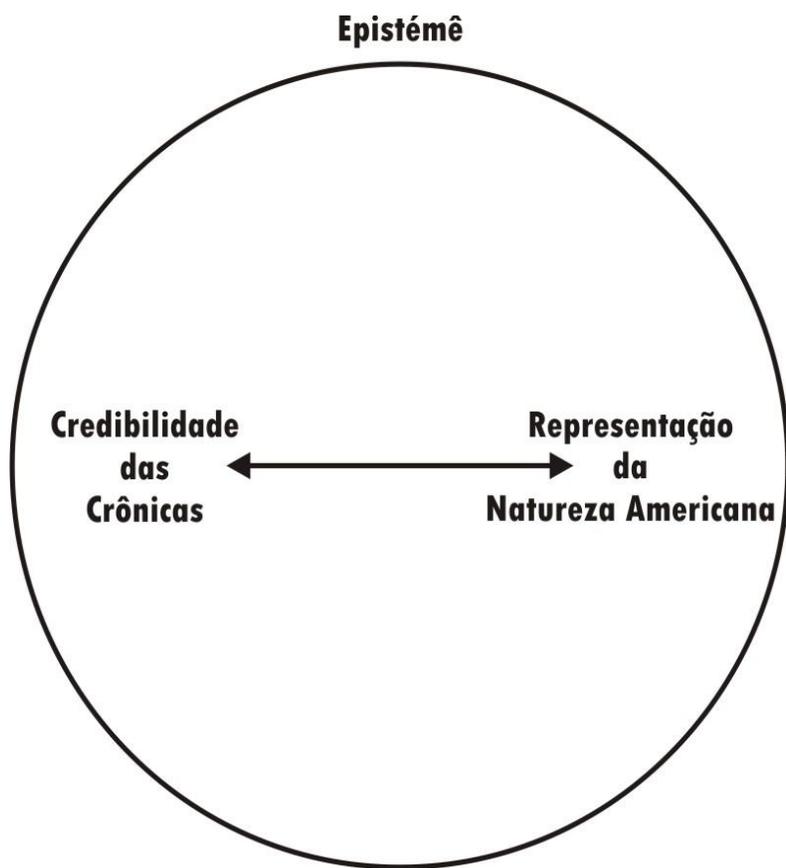
*epistémê* que emergiu na última metade do século XVII e que regeu a produção do saber no século seguinte. Simultaneamente ela estabelecia os pressupostos para construção do conhecimento sobre a natureza e determinava os critérios de avaliação das fontes.

A história natural do período fundamentou-se em bases menos simbólicas e antropocêntricas no modo de apreender os seres vivos e seu meio. Tendo a ordem como a coluna que estruturava o entendimento da natureza, formava-se conseqüentemente uma representação singular do mundo natural, bastante diversa da percepção vigente no século XVI e presente nas crônicas das primeiras décadas de contato do europeu com a América. Tornava-se, assim, inválida a imagem de natureza constituída por mais de dois séculos pelos escritos sobre o continente americano, afinal, frente às novas exigências, os amontoados de informações contidos neles eram encarados como descrições caóticas e com pouco espaço para a verdade científica. Outra representação substituía a natureza exuberante, excessiva e desordenada presente nas crônicas, permitindo inclusive a aparecimento de relatos que a detratavam, uma vez uma nova imagem de paisagem ideal também era criada segundo os padrões da história natural do período.

O primado da ordem também retirava o valor das crônicas como fontes de informações não somente históricas, mas de conhecimento das demais áreas do saber. Longe de se organizarem de forma metódica, estas obras mesclavam narrativas e dados diversos, sem uma ligação extremamente evidente (embora ela existisse e se relacionasse com a *epistémê* do início do período moderno, como tentei demonstrar no capítulo I). Além disso, as inconsistências internas não as tornavam críveis, sendo rejeitadas por muitos dos intelectuais do século XVIII.

No entanto, não eram estes dois processos isolados ou localizados de forma paralela, reforçaram mutuamente tanto a formação de uma nova visão sobre a natureza americana quanto a falta de credibilidade das crônicas. A emergência de uma nova representação do mundo natural colocava em dúvida os relatos dos cronistas, uma vez que estes apresentavam uma imagem bastante distinta da fauna, da flora e da geografia do Novo Mundo. Ao mesmo tempo, ao questionarem a confiabilidade das crônicas quinhentistas, também reafirmavam que a representação da natureza contida nelas era inverossímil, sendo necessário um novo modo de percebê-la e retratá-la. A conexão destes eventos pode ser ilustrada conforme a imagem da página seguinte.

Imagem 1



**Imagem 1: *Epistémê, natureza e crônicas.***

Alicerçadas sobre determinados pressupostos epistemológicos, as crônicas (e conseqüentemente a credibilidade de tais fontes), bem como a representação da natureza são diretamente afetados pelas alterações da *epistémê*. No entanto, também são processos indissociáveis, ou seja, as transformações nas formas de representação da natureza também colocaram em cheque a veracidade das crônicas coloniais, uma vez que todos os discursos construídos nessas obras sobre o mundo natural não possuíam mais os elementos que garantiam sua positividade. O processo inverso também ocorria de forma simultânea, isto é, tendo sua verossimilhança contestada, todas as descrições e narrativas sobre a natureza presentes nas crônicas também foram consideradas pouco críveis, sendo necessário a construção de novas formas de representação do mundo físico e biológico do Novo Mundo.

A *epistémê* do século XVIII não determinava apenas a questão da credibilidade das fontes ou a representação da natureza, permeava todas as esferas do saber ocidental. Contudo, se a *epistémê* determinava a fiabilidade dos documentos, dos relatos e das obras para construção do conhecimento, bem como a forma de apreensão e representação da natureza (global, mas para os objetivos deste trabalho especialmente americana), entre estes dois pontos também havia uma ligação, no qual a alteração de um deles representaria um impacto no outro pólo. Eram processos conectados e concomitantes que não podem ser analisados separadamente. A alteração da *epistémê* no século XVII representou também uma mudança na sensibilidade frente às crônicas, processo que também significou uma alteração no modo de conceber a natureza americana. Por outro lado, os novos paradigmas para a história natural no final do século XVII permitiu a constituição de uma nova representação da natureza do Novo Mundo, diversa daquela existente

até então. Esta nova forma de representar o mundo natural corroborou para uma avaliação negativa das crônicas sobre a América, pois estas não correspondiam mais aos critérios de verdade exigidos para se analisar a natureza.

Portanto, compreende-se que, para a transformação da representação da natureza e também da leitura das crônicas sobre o Novo Mundo, reabilitando-as, era necessária a alteração dos pressupostos que regiam a produção do conhecimento, ou seja, uma mudança na *epistémê*. Esta somente ocorreu entre o final do século XVIII e o início do século XIX, e pode ser explicada e ilustrada por meio da análise de algumas obras de um dos maiores nomes da história natural oitocentista: Alexander Von Humboldt. No próximo capítulo estudaremos como, simultaneamente, este naturalista prussiano recuperou a leitura das crônicas como fonte de saber e restituiu a descrição exuberante da natureza americana em seus relatos, abandonando a visão detrativa e de inferioridade do continente.

## CAPÍTULO III

### Alexander von Humboldt, a natureza americana e as crônicas

*“Deve-se sentir a natureza; quem só vê e abstrai pode passar a vida em meio à ardente voragem tropical, analisando plantas e animais e acreditando descrever a natureza que, no entanto, lhe será eternamente alheia.”*

*Alexander von Humboldt<sup>1</sup>*

Ao desembarcar, no dia 16 de julho de 1799, em Cumaná (atualmente no território da Venezuela), Alexander von Humboldt, deslumbrado frente àquilo que seus olhos viam, possivelmente não tinha consciência da trajetória que percorreria nos anos seguintes por aquele continente tido como inexplorado. No entanto, em seu diário relatava a alegria dos primeiros contatos com o Novo Mundo:

“Enfim estamos aqui no mais divino e maravilhoso país. De plantas extraordinárias, de enguias elétricas, de tigres, de tatus, de macacos, de papagaios e de numerosos, muito numerosos índios puros, meio selvagens, uma raça de homens muito bela e interessante. Desde nossa chegada, nós corremos por tudo como loucos: os três primeiros dias, nós não pudemos observar nada, pois abandonamos sempre um objeto para tomar outro. Eu sinto que serei feliz aqui.”<sup>2</sup>

Em um século marcado por grandes expedições ao interior dos continentes, talvez em seu entusiasmo Alexander von Humboldt vislumbrasse a importância dessa tão almejada viagem para sua carreira científica e intelectual, porém ignorava também o lado inverso deste processo: o quanto suas obras, seus relatos e suas experiências marcariam a representação da América, pelo

---

<sup>1</sup>“*A la naturaleza hay que sentirla; quien sólo ve y abstrae puede pasar una vida en medio de la ardiente vorágine tropical, analizando plantas y animales y creyendo describir la naturaleza que sin embargo le será eternamente ajena*”. HUMBOLDT, Alexander von em carta a Goethe datada de 03 de janeiro de 1810. *Apud*: Seymour Menton, *La novela colombiana: planetas y satélites*. Bogotá: Plaza & Janés Editores, 1978, pág. 94.

<sup>2</sup>“*Nous sommes ici enfin dans le pays le plus divine et le plus merveilleux. Des plantes extraordinaires, des anguilles électriques, des tigres, des tatous, des singes, des perroquets et de nombreux, très nombreux Indiens purs, à demi sauvages, une race d’hommes très belle et très intéressante (...)* Depuis de notre arrivée, nous courons partout comme des fous : les trois premiers jours, nous n’avons rien pu observer, car on abandonne toujours un objet pour en prendre un autre. (...) Je sens que je serai heureux ici.” HUMBOLDT, Alexander von. *Apud*: MINGUET, Charles. “Introduction”. *In* : HUMBOLDT, Alexandre de. *Voyages dans l’Amérique équinoxiale*, vol. 1 – Itinéraire. Paris : François Maspero / La Découverte, 1980, p. 11. Curiosamente, foi em Cunamá que Bartolomé de Las Casas sofreu seu maior fracasso na tentativa de conquistar essa região. Essa derrota colocou Las Casas frente a uma dura realidade e posteriormente contribuiu para sua decisão em abraçar o clero regular. Cf. CARBIA, Rómulo D. *História de la leyenda negra hispano-americana*. Madrid: Centro de Estudios Hispánicos e Hispanoamericanos, 2004, p. 48.

menos é o que parte da historiografia e os testemunhos de contemporâneos ratificam. A frase que supostamente teria sido proferida por Simón Bolívar a respeito de Humboldt é bastante reveladora nesse sentido: “O barão Von Humboldt fez mais pela América que todos seus conquistadores”<sup>3</sup>. Humboldt tornou-se, em poucos anos após seu retorno à Europa, uma referência em relação aos estudos sobre a natureza e as sociedades do Novo Mundo. Importância que pode ser notada a partir do epíteto que foi e continua lhe sendo atribuído em muitas biografias: o redescobridor científico do continente americano ou o segundo descobridor da América<sup>4</sup>.

Os elementos descritos acima trazem consigo indagações: por que seria conferida a um prussiano a designação de redescobridor da América, sendo que no mesmo período existiam tantos americanos ilustres e com importantes trabalhos científicos e intelectuais sobre o continente? Como explicar o sucesso de suas obras não somente na Europa, mas também entre os americanos, tanto que mesmo hoje ainda seja uma figura emblemática em vários países latino americanos? O que o diferenciava das dezenas de exploradores e viajantes que o antecederam e também escreveram sobre o Novo Mundo? Como se apresentam as transformações discursivas e os conteúdos em suas obras, os quais permitiram que fosse qualificado como redescobridor? Seriam, de fato, tão originais a expedição feita por Humboldt e suas posteriores obras sobre a América?

Retomando a citação acima proferida por Humboldt em seus contatos iniciais com o Novo Mundo, ainda pode-se acrescentar uma indagação: o entusiasmo de Alexander von Humboldt permite transparecer a admiração frente à natureza americana, postura diversa daquela encontrada em tratados filosóficos e de história natural produzidos algumas décadas antes e analisados no capítulo II. Porém tal sentimento parece assemelhar-se<sup>5</sup> àquele encontrado nas primeiras obras que se propunham a descrever o mundo natural americano. Como explicar simultaneamente a

---

<sup>3</sup> ZEA, Leopoldo. “El Paraíso: De Colón a Humboldt”. In: ZEA, Leopoldo e MAGALLON, Mario (Compiladores). *De Colón a Humboldt*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 66.

<sup>4</sup> LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 1997, p. 25. Em ambos os casos, o descobridor e o redescobridor do continente foram europeus, carregando implicitamente a ideia de que o continente americano necessitava de um europeu para revelar a si próprio ou suas potencialidades.

<sup>5</sup> Obviamente, as semelhanças estavam circunscritas a alguns pontos, os quais abordarei com detalhes no desenvolver do capítulo. No entanto, o que desejo salientar é a similaridade entre as reações de espanto e admiração entre Humboldt e os primeiros cronistas. Similitude que também pode ser observada nos adjetivos e nos meios de descrições utilizados.

divergência de postura frente a autores quase contemporâneos e a convergência de algumas ideias presente em autores muito distantes temporalmente?

Assim como foi exposto na introdução desse trabalho, as respostas a esses questionamentos somente poderão ser encontradas por meio de uma análise minuciosa da epistemologia que alicerçou os saberes humboldtianos, bem como pelo estudo das leituras e ressignificações conferidas pelo naturalista prussiano às crônicas produzidas no início do período moderno sobre o Novo Mundo. De uma forma um pouco diversa da historiografia atual sobre Alexander von Humboldt – a qual tem dedicado excessivo espaço na análise de sua vida e de suas obras –, pretendo neste capítulo resgatar a imagem do continente americano forjada por esse naturalista prussiano. Almejo, a partir das relações que este autor estabeleceu com as crônicas produzidas entre os séculos XV e XVII, traçar as leituras e a visão (re) construídas sobre Novo Mundo dentro de algumas obras humboldtianas selecionadas.

Assim, em um primeiro momento, antes de nos concentrarmos em nosso foco de análise, faz-se necessário conhecer um pouco mais sobre esta personagem tão importante no universo científico da primeira metade do século XIX. Uma segunda parte do capítulo será dedicada à análise das principais ideias de Humboldt e das discussões historiográficas sobre este naturalista, e a epistemologia da primeira metade do século XIX. Em seguida, investigarei as referências e conexões estabelecidas por Alexander von Humboldt com as crônicas do Novo Mundo e de que forma estas se inserem dentro de um quadro epistemológico mais amplo.

## **I. Alexander von Humboldt**

Nascido na Prússia (região da atual Alemanha) em 14 de setembro de 1769, Alexander von Humboldt em toda sua vida, teve uma situação econômica confortável, uma vez que pertencia a uma família rica e nobre. Juntamente com o irmão, Wilhelm<sup>6</sup> obteve uma educação dentro dos moldes que eram esperados para jovens oriundos de famílias nobres, com preceptores ilustrados que lhes permitiam conhecer as obras e filósofos mais recentes da Europa, como Jean-Jacques Rousseau, e os iniciava nos conhecimentos de história natural.

---

<sup>6</sup> Wilhelm von Humboldt também foi reconhecido como importante intelectual do século XIX, no entanto, suas obras se concentram na área a filologia. Além disso, ingressou na carreira política na Alemanha.

Em 1787 começou seus estudos superiores em ciências administrativas, econômicas, políticas e sociais na Universidade de Frankfurt-Order. Entre 1789 e 1790 Humboldt frequentou a Universidade de Gotinga, onde se dedicou à medicina, à história natural e à antropologia. Ainda em 1790, realizou sua primeira viagem através do continente europeu com Georg Foster – geógrafo alemão cujas ideias tiveram considerável impacto nas obras de Humboldt<sup>7</sup>. Também estudou na Academia de Comércio de Hamburgo (1790-1791) e, em seguida, por dois anos, esteve matriculado e estudando na Academia de Mineração de Freiberg. Por meio de uma análise superficial dos estudos empreendidos por Humboldt, nota-se a polivalência almejada pelos letrados do período, muito diversa do quadro de especialização que caracteriza o cenário intelectual dos séculos XX e XXI.

Ao se graduar, conseguiu o cargo de assessor do departamento de Minas e Fundições. Em 1793 escreveu sua primeira obra sobre botânica, *Flora subterrânea de Freiberg*. No ano seguinte conheceu Goethe, com o qual manteve laços de amizade e de trocas intelectuais por muitos anos<sup>8</sup>. Com a morte de sua mãe, em 1796, Alexander von Humboldt demitiu-se de seu cargo público, passando a viver com os rendimentos de sua herança. A partir de então, dedicou-se quase que exclusivamente aos seus estudos científicos nos campos do galvanismo, química, botânica, mineralogia e astronomia.

Viajou para Paris em 1798, onde conheceu inúmeros pensadores e cientistas franceses, entre eles Aimé Bonpland, com o qual, no ano seguinte, iniciou sua expedição ao continente americano. Embora desde sua partida da Alemanha tencionasse viajar para além das fronteiras europeias, não conseguiu completar seu desejo com facilidade. Após várias tentativas frustradas, somente obteve autorização da casa real espanhola em 15 de março de 1799. Mesmo tendo que custear suas próprias despesas, tal permissão podia ser considerada uma grande conquista e uma excelente oportunidade, uma vez que raramente a Coroa espanhola permitia que estrangeiros visitassem as possessões ultramarinas<sup>9</sup>.

Em 05 de junho, Humboldt e Bonpland embarcaram na fragata Pizarro rumo ao Novo Mundo, tendo uma rápida escala nas Ilhas Canárias. Como mencionamos acima, em meados do

---

<sup>7</sup> FERNÁNDEZ PÉREZ, Joaquín. *El descubrimiento de la naturaleza: Humboldt*. Madrid: Nivola Libros y Ediciones, 2002, pp. 22-23.

<sup>8</sup> FLORES TORRES. Óscar. *Historiadores de México Siglo XIX*. México, D.F.: Editorial Trillas, s.d., p. 39.

<sup>9</sup> MINGUET, Charles. "Introduction". In: HUMBOLDT, Alexandre de. *Voyages dans l'Amérique équinoxiale*. Vol. I Itinéraire. Paris : FM/ La Découverte, 1980, pp. 9-10.

mês de julho, eles desembarcaram em Cumaná, na Nova Granada, onde permaneceram cerca de quatro meses. Em novembro chegaram a Caracas e em seguida – fevereiro de 1800 – partiram para a exploração do Orenoco, percorrendo mais de 2000 quilômetros durante dezenas de semanas, em meio à selva e aos perigos do rio.

Na segunda metade de 1800, visitaram algumas ilhas caribenhas além de Cuba. Desejando integrar a tripulação da expedição ao redor do mundo comandada por Baudin, no ano seguinte, partiram em direção a Cartagena<sup>10</sup>. Desta localidade viajaram em direção a Honda e em seguida chegaram a Bogotá. Nesta cidade, conheceram o botânico José Celestino Mutis, um dos nomes mais importantes da Real Expedição Botânica do Reino de Nova Granada, que forneceu aos dois viajantes espanhóis informações valiosas sobre a flora local, assessorando na descrição e na iconografia das plantas americanas, bem como permitiu a ambos o acesso à coleção de espécimes vegetais obtida durante a expedição oficial da coroa espanhola àquela região<sup>11</sup>. Em seguida, no mês de setembro de 1801, partiram para Popayan, onde foram recepcionados por Francisco José de Caldas, um jovem naturalista da Nova Granada e discípulo de Mutis. Embora houvesse entusiasmo por parte de Caldas em participar da expedição de Humboldt, este não permitiu que ele os acompanhasse. Contudo, as ideias de Alexander von Humboldt o influenciaram e, após a morte de Mutis, Francisco José de Caldas passou a se respaldar na visão humboldtiana de natureza em seus trabalhos científicos<sup>12</sup>. A exemplo de Mutis e Caldas, muitos foram os contatos de Bonpland e Humboldt com naturalistas, cientistas, ilustrados e estudiosos americanos, muitos dos quais possuíam um amplo conhecimento das teorias e correntes filosóficas e científicas que circulavam pela Europa, e que longe de subordinarem suas práticas científicas aos rígidos padrões europeus, adaptavam-nas recriando-as a partir das circunstâncias e experiências locais<sup>13</sup>. Portanto, a relação estabelecida não foi uma comunicação de mão única, o contato de Humboldt

---

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>11</sup> FRAGA, X., PUIG-SAMPER, Miguel Ángel e MALDONADO, J. Luis. “Dos cartas inéditas de Lagasca a Humboldt em torno al legado de Mutis” *In: Asclépio*, vol. LVI nº 2, 2004.

<sup>12</sup> PEDRO, Antonio E. de. “La conquista del saber de la República de las Letras a la República Civil en la Real Expedición Botánica del Nuevo Reino de Granada (1783-1816). *In: ARANGO, Diana Soto; BENDER, Martina et alii* (editores). [\*Recepción y difusión de textos ilustrados : intercambio científico entre Europa y América en la ilustración\*](#). Madrid: Doce Calles, 2003.

<sup>13</sup> Sobre a recepção dos textos ilustrados na América, muitos historiadores têm se dedicado a analisar a apropriação e a criação de sentidos novos (não condicionadas aos objetivos dos autores) realizadas pelos leitores americanos de tais obras. Para estes autores, a importância de Humboldt não se insere apenas no fato de ter apresentado uma nova perspectiva de estudo para os americanos, mas também por se apropriar e divulgar muitas das ideias concebidas por cientistas do Novo Mundo, como será discutido adiante.

com ilustrados americanos possibilitou uma rica troca de informações e vivências, algo que estará presente nas obras do prussiano.

Ainda em 1801, partiram os dois exploradores em direção a Quito, permanecendo na região por cerca de seis meses, principalmente devido à intensa exploração de vulcões que realizaram. Juntamente com Carlos Montúfar<sup>14</sup> tentaram ascender ao Chimborazo, tido como maior pico do mundo até então, porém não obtiveram sucesso, interrompendo a escalada por conta do frio e do mal das alturas.

O próximo destino de Humboldt foi o Peru. Atravessou Cajamarca e durante o trajeto observou e analisou as ruínas incas que encontrava, posteriormente fez consideráveis ponderações a respeito de tais construções e deste povo, especialmente no conjunto de textos conhecidos como *Vues des Cordillères et monumens des peuples indigènes de l'Amérique*. Antes de chegar a Lima, Humboldt e Bonpland percorreram a Amazônia peruana. Na capital do Vice-Reino do Peru, apenas permanecem alguns meses. Em 24 de dezembro de 1802, embarcaram rumo ao Vice-Reino da Nova Espanha. Após passagens por Guayaquil e Acapulco, exploraram as minas de Taxco e finalmente puderam conhecer a capital da Nova Espanha, onde tiveram contato com os letrados e a comunidade científica daquela região. Humboldt inclusive chegou a frequentar o Colégio de Minas e, assim como no Peru, conheceu os principais monumentos históricos do México. Ainda em 1803, excursionou pelas minas da Nova Espanha<sup>15</sup>. Durante sua estada nesse vice-reinado, Humboldt pode explanar muitas de suas ideias e, segundo alguns historiadores, sua influência foi bastante considerável na mobilização das elites no processo de emancipação<sup>16</sup>. No ano seguinte Alexander von Humboldt e Aimé Bonpland partiram para Vera Cruz, fazendo rápidas passagens por Puebla, Cholula e Jalapa. Em março de 1804 viajaram para Cuba e, em seguida, até à Filadélfia.

Nos Estados Unidos tiveram contato com homens influentes politicamente e puderam conhecer diferentes estados daquele país recém-criado. Thomas Jefferson e James Madison foram figuras que estavam entre as pessoas com quem mantiveram conversas. Ministraram palestras sobre os domínios espanhóis na América e forneceram importantes dados aos norte-americanos sobre as fronteiras, minas e condições econômicas, políticas e sociais dos territórios americanos

---

<sup>14</sup> Filho do marquês de Selva Alegre, pertencente a uma importante família crioula de Quito.

<sup>15</sup> MINGUET, *Op. Cit.*, pp. 14-15.

<sup>16</sup> BRADING, David A. *Orbe Indiano*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1991, p. 571.

que visitaram<sup>17</sup>. Em julho de 1804, Humboldt, Bonpland, juntamente com Carlos Montúfar, embarcaram na desembocadura do rio Delaware em direção a Bordeaux, onde chegaram em 03 de agosto, finalizando assim a expedição iniciada 5 anos antes.

Após seu retorno à Europa, Humboldt e Bonpland separaram-se. Alexander von Humboldt estabeleceu residência em Paris, onde viveu até 1827, embora empreendendo diversas viagens neste período a diferentes países do continente, como as regiões dos atuais países Alemanha e a Itália. Também publicou algumas de suas principais obras durante sua estadia na França: o primeiro volume de *Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent* (1807), *Tableaux de la Nature* (1808) e *Essai Politique sur le royaume de la Nouvelle-Espagne* (1811). Também esteve envolvido em ações diplomáticas como representante da Prússia em Paris<sup>18</sup>.

Em 1827, por ordem do rei da Prússia, Humboldt retornou a sua terra natal, onde continuou a realizar uma série de atividades científicas e educacionais, como membro de academias, sociedades científicas e comissões. Em 1829 realizou sua segunda expedição de peso: com 60 anos ele percorreu por cerca de sete meses o continente asiático. Após seu retorno, dedicou-se a escrever obras como *Essai politique sur l'île de Cuba* (1831), *Examen critique de l'histoire de la géographie du Nouveau Continent, Asia Centrale e Cosmos*. Dedicou seu tempo aos trabalhos científicos até pouco tempo antes de sua morte.

Em 06 de maio de 1859, faleceu, deixando não muitos bens, uma vez que boa parte de sua fortuna havia sido gasta com o financiamento de suas viagens e publicações. Mesmo antes de morrer, sua fama já era grande e a influência sobre cientistas, viajantes, letrados e políticos era notável<sup>19</sup>. Não por acaso, foi considerado o principal explorador na primeira metade do século XIX. Um modelo a ser imitado e que inspirou muitos, inclusive Charles Darwin, que dizia ter sido a leitura de seus relatos de viagens preponderante em sua decisão por explorar outros continentes e se dedicar ao universo científico.

A viagem realizada por Humboldt pela América entre os anos de 1799 e 1804, bem como as informações recolhidas durante esse tempo, foram consideradas pelo prussiano como a sua maior realização e o seu trabalho predileto<sup>20</sup>, tanto que dedicou grande parte de suas obras ao

---

<sup>17</sup> FLORES TORRES, *Op. Cit.*, p. 42.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>19</sup> MINGUET, *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>20</sup> KOHLHEPP, Gerd. “Descobertas científicas da Expedição de Alexander von Humboldt na América Espanhola (1799-1804) sob ponto de vista geográfico”. In: *Revista de Biologia e Ciências da Terra*. Vol. 6, nº. 1, 2º semestre de 2006, pp. 265-266.

estudo do continente americano. Mesmo aquelas que não tocavam diretamente a temática sobre o Novo Mundo foram influenciadas pelas experiências e conclusões obtidas em sua expedição. Aceito pelos meios científicos europeus como portador de um discurso científico verdadeiro e de alto mérito, Alexander von Humboldt, segundo alguns estudiosos, também foi considerado pela elite hispano-americana como interlocutor sobre os assuntos do continente americano. Suas obras assumiram, assim, um papel fundamental na construção da imagem do Novo Mundo, não apenas pelas descrições e narrativas nelas presentes, mas, sobretudo, por formular (ou difundir) uma metodologia de pesquisa e algumas teorias que influenciaram os estudos históricos e naturais daquele período. Sua forma particular de representar o mundo natural e a sociedade americana teve ressonâncias diversas e usos também múltiplos.

## **II. Teorias Humboldtianas: geografia das plantas, unidade do globo e concepção de progresso**

Embora Alexander von Humboldt seja conhecido pelas expedições que empreendeu, sobretudo, ao longo do continente americano, suas obras não podem ser sintetizadas somente como relatos ou narrativas de viagens, apesar desses elementos estarem presentes e serem essenciais para a garantia de validade dos conhecimentos construídos pelo naturalista prussiano. Em um de seus livros manifestou, inclusive, seu repúdio inicial à composição de uma relação de viagem, apesar de ter cedido nesse aspecto em algumas de suas obras, uma vez que em parte delas encontram-se narrativas dos percursos realizados no interior do Novo Mundo<sup>21</sup>.

Humboldt inseria seus trabalhos como parte de uma tradição científica – não como apenas como a exposição dos eventos vivenciados por um viajante –, e assim sendo, considerava-se portador de discurso notadamente científico. Ratifica esta afirmativa o fato de que nenhuma das obras publicadas ainda em vida por Humboldt foi organizada na forma de um diário com a narrativa cronológica dos eventos ocorridos. Obras como *Quadros da Natureza* e *Ensayo Político sobre la isla de Cuba* não foram estruturadas como relatos de viagens. Seus capítulos congregam determinadas temáticas sobre as quais o autor teceu suas análises, expôs dados e observações e fez considerações a respeito. Em muitas obras não há nem mesmo uma enunciação explícita do

---

<sup>21</sup> LUBRICH, Oliver. *Humboldt deconstruye la relación de viaje*. In: *Alexander von Humboldt in Netz*, Ano IV, nº. 7, 2003. Disponível em: <http://www.uni-potsdam.de/u/romanistik/humboldt/hin/hin7/lubrich.htm> Acesso em 13/12/2009.

sujeito que escreve, a qual definiria a obra como um relato de experiências pessoais. Em trabalhos como *Relation Historique du Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent* há a alternância entre uso dos pronomes de 1ª pessoa (singular e plural, uma vez que em algumas obras Humboldt compartilha a autoria com Aimé Bonpland), de 3ª pessoa e dos pronomes impessoais ou indefinidos, sendo difícil construir a identidade de um “eu viajante” para o autor do texto. Como afirmou Oliver Lubrich, Alexander von Humboldt desafia as definições genéricas, sendo um texto polissêmico, não apenas em relação à autoria, mas no que concerne ao objeto (não havia a pretensão do naturalista em encerrar seus estudos em um campo definido do conhecimento), aos destinatários (diferentes grupos ligados a diversos ramos científicos, econômicos, militares, sociais e políticos se apropriaram das obras humboldtianas) e à estrutura textual em si<sup>22</sup>. Essa pluralidade talvez esteja associada à pretensão de apreender a realidade em sua totalidade, como será exposto adiante.

Entretanto, apesar do hibridismo presente em muitas das obras de Humboldt podemos considerá-las dentro do gênero científico e, como tal, seguindo determinados paradigmas e topos<sup>23</sup>. As publicações deixadas por Alexander von Humboldt inserem-se dentro desse gênero justamente por proporem como objetivo central difundir o conhecimento sobre determinada parte do globo (o Novo Mundo ou outros continentes), a partir de determinada metodologia considerada válida pelos contemporâneos para realizar tal empreendimento. Não é mero acaso a apresentação exaustiva, nas introduções e nos prefácios de suas obras, dos procedimentos, das técnicas e dos instrumentos empregados.

A ligação entre as obras de Humboldt e o gênero científico parece enfrentar obstáculos quando deparamos com a dificuldade de enquadrar seus trabalhos dentro de padrões específicos que caracterizariam o discurso científico, como a clareza, a coerência, a objetividade, a linearidade, entre outros elementos. Contudo, em recentes estudos essa visão tradicional do

---

<sup>22</sup> *Ibidem*.

<sup>23</sup> Oliver Lubrich analisando *Relation Historique* afirma que Humboldt possuía, especialmente no que concerne a essa obra, um posicionamento ambivalente, estando presente simultaneamente o gênero narrativo e o gênero científico. Porém, acredito que esta separação deva ser matizada, uma vez que no período que Alexander von Humboldt escreveu, os relatos de viagens constituíam importantes fontes de conhecimentos científicos. O próprio Humboldt cita os relatos de La Condamine como autoridade para ratificar e/ou embasar suas afirmações. Assim, neste trabalho, procurarei ampliar a noção de gênero científico (mesmo porque como afirmei anteriormente, privilegio uma história do conhecimento em detrimento de uma história da ciência), o qual abarca diferentes modelos discursivos, inclusive os relatos de viagens. Obviamente, cada texto deve ser analisado em sua especificidade, no entanto, o que deve ser evitado é o estudo desconectado da ideia de que Humboldt escrevia com o intento de produzir um saber – considerado por ele – científico. Todas as suas obras foram produzidas visando à divulgação de conhecimento.

gênero científico tem sido questionada. Embora a existência de determinadas estruturas textuais que configurariam os discursos científicos não seja negada, o estilo tornou-se uma peça importante para compreensão do gênero científico, sendo indicativo inclusive do compromisso (ou da quebra de modelos) do autor com um cientificismo tradicional<sup>24</sup>. A autoria do texto científico não teria que ser necessariamente apagada, nem mesmo as escolhas estilísticas seriam reduzidas. Sendo necessário, para a compreensão ampla de tais discursos considerar esses aspectos.

Nesse sentido, Alexander von Humboldt nos fornece um exemplo importante. As obras humboldtianas não se encaixavam nos moldes clássicos do que se define tradicionalmente como a ciência oitocentista, mas seu estilo foi fundamental para diferentes áreas de conhecimento, influenciando a muitos estudiosos mesmo depois de sua morte. Embora compartilhasse de pressupostos e de metodologias que alicerçavam o saber científico em voga, a linguagem e a estética necessárias para a transmissão do saber constituíam preocupações centrais para Humboldt, fato evidenciado nos prefácios de suas obras<sup>25</sup>. Alexander von Humboldt não obliterou, portanto, o estilo em favorecimento de uma pretensa objetividade; acreditava que era parte necessária para a construção do saber, especialmente sobre o mundo natural<sup>26</sup>. Assim, devido ao reconhecimento obtido por Humboldt como cientista pelos seus pares, bem como aos pontos acima mencionados, pretendo analisar os escritos do naturalista prussiano de uma perspectiva mais ampla, não apenas como frutos de sua viagem à América, mas como espaços de produção de conhecimento vinculados ao universo científico e à intelectualidade da época.

Ao longo de sua vida, Alexander von Humboldt obteve reconhecimento como um dos mais importantes naturalistas da primeira metade do século XIX, embora, como aponta Anne

---

<sup>24</sup> SEVERO, Cristiane Gorski. “O Gênero Científico: uma proposta de análise que integre os olhares Bakhtiniano e Foucaultiano.” *Anais do 4º Simpósio Internacional de estudos de gêneros textuais*. Tubarão-SC, 2007. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/41.pdf> Acesso em 25/04/2009.

<sup>25</sup> Nos prefácios de *Quadros da Natureza e Cosmos* Humboldt fez menções diretas a sua preocupação com a linguagem e estilo.

<sup>26</sup> Segundo Charles Minguet, Humboldt acreditava que a tarefa do sábio naturalista seria “conseguir exprimir a força, a harmonia e a beleza da natureza, o espetáculo grandioso que ela oferece ao homem. Simultaneamente a uma descrição dos elementos e fenômenos da natureza, animada ou inanimada, precisa, circunstanciada e científica, ele desejava também comunicar ao leitor sua própria emoção estética tornando... o mais fiel possível as imagens (Ansichten) da natureza na sua singularidade, mas também em sua estreita e necessária interconexão ao seio do cosmos. MINGUET, Charles. “La nature est le regne de la liberte.” In : HUMBOLDT, Alexander von. *Tableaux de la nature*, vol I. Nanterre: Éditions Européennes Erasme, 1990.

Christine Taylor<sup>27</sup>, não tenha elaborado teses e procedimentos inovadores. Contudo, foi capaz de congrega, sistematizar e sintetizar algumas ideias, tendo, possivelmente, por isso alcançado sucesso e legitimidade. A historiografia dos séculos XX e XXI tem discorrido sobre algumas temáticas específicas, como a biografia ou a atuação de Humboldt em determinados países, como México e Espanha. Além disso, a relação do prussiano com as elites locais também é bastante explorada pelos pesquisadores do tema, como Jorge Cañizares-Esguerra. Suas principais contribuições, legados e herdeiros científicos estão entre os assuntos investigados. Embora excessiva – milhares são os livros e artigos dedicados ao estudo de Alexander von Humboldt – a bibliografia sobre o prussiano é ainda pobre no que concerne às abordagens, obviamente com exceções que merecem ser destacadas. Muitas vezes um tom panegírico toma conta dos trabalhos acadêmicos, impossibilitando uma análise mais profunda da complexidade que envolve as ideias, ações e propostas elaboradas por Humboldt.

Assim, ao invés de reconstituir toda a discussão historiográfica que envolve a figura de Alexander von Humboldt, optou-se por selecionar algumas temáticas presentes em suas obras e estudá-las com auxílio da bibliografia. Tendo em vista os objetivos desse trabalho, organizamos tais contribuições do naturalista em três eixos temáticos distintos, mas que em alguns pontos possuem intersecções. São eles: 1- a geografia das plantas; 2- a concepção de totalidade do globo; 3- a concepção de história e a noção de progresso humano e natural.

### 1- A Geografia das Plantas

Entre as teorias científicas propostas por Humboldt, encontra-se a geografia das plantas – também conhecida como fisionomia das plantas, distribuição geográfica das plantas ou fitogeografia –, ideia não somente de relevância para a história natural, mas fundamental para a geografia, que consolidava-se como disciplina autônoma.

Como apontou Karen Macknow Lisboa, a história natural dos setecentos estava sendo contestada no início do século XIX. Entre os principais críticos, encontrava-se Alexander von Humboldt, que ambicionava criar uma forma mais estética de tratar os temas ligados à história

---

<sup>27</sup> TAYLOR, Anne Christine. “Le concret absolu Humboldt et l’écriture du monde”. In : HUMBOLDT, A. Von. *Sites des Cordillères et monuments des peuples indigènes de l’Amérique*. Paris : Jean Michel Place, 1989, p. xii.

natural, em que o prazer e a contemplação fariam parte das descrições da natureza<sup>28</sup>. Humboldt também era adversário daqueles que atribuíam como a função central da botânica e da zoologia a classificação dos seres. No entanto, não renunciava a tal tarefa, apenas a encarava como parte do processo de cognição do mundo natural, e não como o objetivo primário<sup>29</sup>.

O naturalista prussiano qualificava como imperfeitas todas as análises que não considerassem a relação entre os seres e o ambiente em que estavam inseridos ou, em suas palavras, que desprezassem a impressão geral que causava a paisagem:

“(…) Para determinar esses tipos cuja beleza individual, distribuição e agrupamento decidem do caráter próprio da vegetação de um país, não devemos guiar-nos, como por outras razões se tem feito nas classificações botânicas, pelos órgãos apenas visíveis da reprodução, nem pelos invólucros florais ou frutos; mas sim pelos traços que sobressaem e determinam a impressão geral produzida pelas grandes massas de vegetais.”<sup>30</sup>

Nota-se no excerto anterior a crítica direta aos procedimentos formulados por Lineu e que ditaram os estudos botânicos ao longo do século XVIII. Alexander von Humboldt considerava a taxonomia insuficiente para a resolução de muitos questionamentos presentes na história natural, entre eles aqueles que se referem à distribuição geográfica das plantas. No que tocava à botânica, pretendia analisar a fisionomia dos vegetais em conjunto e não isolando o indivíduo (planta ou animal) dos demais organismos e das condições do espaço onde estavam localizados<sup>31</sup>. O clima, a altitude, a pressão atmosférica, a umidade e a temperatura que determinado ser vivo suportava, bem como suas diferentes formas de viver (isolados, em comunidades ou associações etc) foram fatores de extrema importância para Humboldt em sua geografia das plantas<sup>32</sup>. Já no final de sua vida, no livro intitulado *Cosmos* reafirmava esse posicionamento:

“(…) A botânica descritiva, quando não mais prisioneira do estreito círculo da determinação de gêneros e espécies, leva o observador, que atravessa países distantes e altas montanhas, para doutrina da distribuição geográfica das plantas sobre a superfície da terra, de acordo com a distância do Equador e a altura vertical de sua posição. Para, então, esclarecer causas

---

<sup>28</sup> LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1997, p. 25.

<sup>29</sup> HUMBOLDT, Alexander von e BONPLAND, Aimé. Introduction. *Voyage au Nouveau Continent*. Paris: L’Imprimerie de Smith, s.d., p. 3.

<sup>30</sup> HUMBOLDT, Alexander von. *Quadros da Natureza*, vol. I. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1970, p. 287.

<sup>31</sup> PEDRO, Antonio E. “Las imágenes de los hechos naturales del icon a los cuadros de la naturaleza”. In: TORRE, Alejandro R. Díez e PACHECO FERNÁNDEZ, Daniel. *De la ciencia ilustrada a la ciencia romántica*. Madrid: Doce Calles, 1995, p. 351.

<sup>32</sup> FERNÁNDEZ PÉREZ, *Op. Cit.*, pp. 204-205.

complicadas dessa distribuição, deveremos observar as leis das diferenças de temperatura dos climas, assim como os processos meteorológicos dos ares.”<sup>33</sup>

Segundo Alberto Castrillón, a geografia das plantas humboldtiana deve ser relacionada a uma modificação da botânica (bem como do sistema lineliano) a partir da reflexão filosófica de Kant sobre o conhecimento e das considerações sobre a natureza de Goethe. Ainda segundo este historiador, a geografia das plantas fundiu percepções estéticas e científicas:

“(…) Estética devido à consideração de tipos de plantas segundo sua forma em seu espaço geográfico dado e científica de tal forma que o naturalista alemão teve que considerar todas as condições de existência das plantas e suas diferenças segundo sua localização em altitude e latitude.”<sup>34</sup>

Esta associação tornou-se para Humboldt um dos elementos-chave para sua compreensão do universo. Para concretizá-la, o naturalista prussiano teve que estabelecer diálogos múltiplos com diferentes estudiosos. Um dos principais referenciais de Humboldt foi sem dúvida o já citado intelectual e poeta alemão Johann Wolfgang Goethe, cujas ideias serviram de modelo para suas descrições da natureza. Humboldt encarava a linguagem como uma ferramenta necessária para produzir e reproduzir o conhecimento (daí derivava a relevância do estilo, que foi apontado anteriormente), tão importante quanto os instrumentos científicos utilizados no trabalho de campo; logo, compreende-se sua preocupação em buscar uma linguagem e um método descritivo que reproduzissem e fizessem visível sua concepção de universo<sup>35</sup>. Visando a empregar uma linguagem que devolvesse vida ao mundo natural nas descrições feitas pelos naturalistas, Humboldt encontrou em Goethe e sua poesia descritiva a base contra as tendências mecanicistas de compreensão do mundo natural. Para o poeta alemão, a natureza deveria ser concebida como um organismo vivo, não podendo ser entendido matematicamente ou de forma isolada, mas apenas por meio de suas interações<sup>36</sup>.

Goethe visava a apreender a ordem imanente à natureza<sup>37</sup>, por isso, tal como Humboldt, criticava a ideia de classificação taxonômica da fauna e da flora proposta por Lineu, uma vez que esta permanecia alheia à essência do todo, retirando o ser vivo do contexto a que pertencia,

---

<sup>33</sup> HUMBOLDT, Alexander von. Prefácio. *Kosmos*. In: RICOTTA, Lúcia. *Natureza, Ciência e Estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, 188.

<sup>34</sup> CASTRILLÓN, Alberto. “La expedición científica de Humboldt en América (1799-1804) y el surgimiento de la geografía de las plantas.” In: TORRE, *Op. Cit.*, p. 293.

<sup>35</sup> PIMENTEL, Juan. “Cuadros y escrituras de la Naturaleza”. In: *Asclépio*, vo. LVI (2), 2004, p. 15.

<sup>36</sup> LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e ciência e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 1997, p. 25.

<sup>37</sup> MATTOS, Claudia Valladão de. “Também eu na Arcádia: Goethe, Hackert e a pintura de paisagem” [no prelo].

analisando-o a partir de suas características estruturais e inserindo-o em um sistema artificialmente criado e à natureza. O registro da fauna e da flora era apenas uma etapa para se atingir o conhecimento sobre a natureza; era necessário compreender sua dinâmica<sup>38</sup>. Tais críticas foram desenvolvidas por Humboldt ao explicitar suas ideias sobre impressão total e caráter. Além disso, há uma aproximação do naturalista com Goethe no que concerne à ideia de um método de morfologia comparada e na determinação de elementos essenciais. O poeta alemão acreditava ser possível identificar as formas primordiais da natureza, reveladas por meio da pintura de paisagem<sup>39</sup>. É justamente nesta questão que está o núcleo do principal diálogo entre Goethe e Humboldt: a relação entre arte e ciência.

Johann Wolfgang Goethe acreditava que o verdadeiro conhecimento somente seria obtido por meio da colaboração entre arte e ciência, que restabeleceriam a relação genuína entre o homem e a natureza. A ciência deveria ser exposta por meio da arte, pois enquanto a primeira pretende analisar e diferenciar os elementos, somente o artista seria capaz de elaborar uma síntese que transmitisse o conhecimento em sua amplitude:

“A diferenciação caberia ao cientista e a síntese ao artista. A ciência, baseada em um método analítico, permitiria o reconhecimento das diferenças, mas somente a arte seria capaz de efetuar a síntese desses elementos dispersos e apresentá-los em um olhar essencial. Como discípulo de Goethe, Humboldt adota conscientemente uma forma literária para seus *Ansichten der Natur* (Quadros da Natureza) à busca de uma síntese ...”<sup>40</sup>

Com Goethe, Humboldt desenvolveu sua maneira estética de tratar de temas de história natural, estabelecendo descrições do mundo natural que contemplassem o prazer e a escrita poética, representando assim uma complementação e intensificação das revelações sobre as

---

<sup>38</sup> “O verdadeiro botânico não se deixará impressionar nem pela beleza, nem pela utilidade das plantas, senão q examinara sua estrutura e suas relações com o resto do reino vegetal. Da mesma maneira que o sol que as ilumina e as faz germinar, ele deve contemplar a todas com uma visão imparcial, abarcá-las em seu conjunto e tomar seus termos de comparação, os dados de seu juízo não a partir dele mesmo, senão do círculo de coisas que observa.” (El verdadero botánico no se dejará impresionar ni por la belleza, ni por la utilidad de las plantas, sino que examinara su estructura y sus relaciones con el resto del reino vegetal. De la misma manera que el sol que las ilumina y las hace germinar él debe contemplarlas todas con una mirada imparcial, abarcar-las en su conjunto y tomar sus términos de comparación, los datos de su juicio no a partir de él mismo sino del círculo de cosas que observa). GOETHE, Johann Wolfgang de. *Ouvres d’Histoire Naturelle*. Paris: A. B. Cherbuliez et Co., 1837, p. 4. *Apud*: CASTRILLÓN, *Op. Cit.*, p. 292.

<sup>39</sup> Possivelmente podemos relacionar esta proposta de identificação dos elementos essenciais da natureza com a tentativa de Humboldt em definir dezesseis formas básicas de plantas que o pintor deveria praticar.

<sup>40</sup> MATTOS, Claudia Valladão de. “A pintura de paisagem entre arte e ciência: Goethe, Hackert, Humboldt” *In*: *Terceira Margem: Estética, Filosofia e Ciência nos séculos XVIII e XIX*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura. Ano VIII, n. 10, 2004, pp. 153-154.

forças ocultas que deveriam reger a natureza<sup>41</sup>, criando um estilo estético-científico que marcou suas obras.

A imagem seria um dos principais meios – talvez o melhor – para a difusão dos estudos da natureza, pois somente a arte seria capaz de sintetizar os saberes científicos. O artista seria o agente revelador que reconheceria os aspectos estéticos do mundo natural, associando a tradição paisagística à descrição científica, construindo assim uma representação única de distintas visões parciais da natureza. Humboldt criou um estilo estético-científico que influenciou diversos naturalistas e artistas. As representações científicas da natureza, segundo Humboldt, deveriam reproduzir os aspectos (impressões) totais de determinadas regiões, sendo esta percepção adotada em grande parte das expedições científicas do período. Contudo não bastava a descrição ou a pintura de paisagem feita pelo naturalista e/ou artista ser fiel ao que era observado, era necessário que as representações escritas e visuais fossem vivas<sup>42</sup>.

“Pintar a natureza e colocá-la em movimento, por conseguinte, são os grandes objetivos de sua literatura descritiva, uma técnica que nos permite apreciar aqui a outra vertente de seu ‘pensamento visual’. A vida agita-se e lhe fala: Humboldt tratará de transferir essa agitação e essa voz. E para isso experimentará na busca de fórmulas expressivas e retóricas capazes de traduzi-las e representá-las.”<sup>43</sup>

A pintura de paisagem seria por excelência uma das formas para tornar visíveis as leis, as relações e as harmonias entre os fenômenos naturais, desvelando assim a unidade do cosmo, reproduzindo na mente do espectador<sup>44</sup> um dos pontos centrais do pensamento do Humboldt.

Retomando a temática da geografia das plantas, muitos autores ainda apontam como importantes referências de Alexander von Humboldt na elaboração de sua teoria os botânicos e estudiosos europeus, Georg Förster, Auguste Pyrame de Candolle e Karl Ludwig Willdenow, que já haviam esboçado algumas ideias acerca da distribuição geográfica das plantas. Förster defendia a observação fisionômica do mundo natural como um todo, ultrapassando assim a mera

---

<sup>41</sup> LISBOA, *Op. Cit.*, p. 40.

<sup>42</sup> ROJAS-MIX, Miguel. “Las ideas artístico-científicas de Humboldt y su influencia en los artistas naturalistas que pasan a América a mediados del siglo XIX”. BÉNASSY, Marie-Cécile e CLÉMENT, Jean-Pierre et al.(coord.). *Nouveau Monde et Renouveau de l’Histoire Naturelle* Vols. I, II e III. Madrid/ Paris: CSIC/ Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1994.

<sup>43</sup> “Pintar la naturaleza y ponerla en movimiento, por consiguiente son los grandes objetivos de su literatura descriptiva, una técnica que nos permite apreciar aquí la otra vertiente de su ‘pensamiento visual’. La vida se agita y le habla: Humboldt tratará de transferir esa agitación y esa voz. Y para ello experimentará en la búsqueda de fórmulas expresivas y retóricas capaces de traducirlas y representarlas.” PIMENTEL, Juan. “Cuadros y escrituras de la Naturaleza”. *In: Asclépio*, vo. LVI (2), 2004, p. 22.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 12.

taxonomia dos seres vivos. Willdenow interessado na adaptação das plantas aos variados climas, estudou a distribuição geográfica das plantas. Ele conseguiu demonstrar que determinado clima congrega espécies de plantas com características semelhantes.

Entretanto, alguns historiadores discordam nesse quesito, argumentando que os principais referenciais de Humboldt para a elaboração de sua geografia das plantas não foram estudiosos do Velho Continente. Destacam a contribuição preponderante de uma tradição intelectual hispano-americana nascente entre uma elite *criolla*. Juan Ortega y Medina afirmava que Alexander von Humboldt obteve muitas de suas fontes de informações e conclusões a partir do contato que teve não somente com arquivos na América, mas com as obras cujos autores seriam americanos e entre a comunidade intelectual estabelecida no continente. Para este historiador, o trabalho de Humboldt poderia ser reconhecido como a culminação de um movimento moderno mexicano (ilustração)<sup>45</sup>. Seguindo os passos de Ortega y Medina, Jorge Cañizares-Esguerra rastreia uma longa e consolidada tradição empírica e interpretativa americana que encarava a América, sobretudo a região andina, de um ponto de vista bastante semelhante àquele que é atribuído ao naturalista prussiano.

Analisando estudiosos e discursos formulados entre os séculos XVII e XVIII, como as obras de León Pinelo e Caldas, as expedições realizadas pelas regiões hispânicas da América e periódicos americanos, Cañizares-Esguerra afirma que as teorias de biodistribuição de Humboldt possuíam origens nos intelectuais locais, os quais desenvolviam ideias similares havia décadas. Para alguns estudiosos que se dedicaram à história natural dos Andes, essa região caracterizava-se como um microcosmo capaz de congregiar (ainda que verticalmente) todos os climas do mundo e, por isso, uma área fundamental com consideráveis fontes de riquezas<sup>46</sup>. No final dos setecentos, por meio da expedição pela Nova Granada, José Celestino Mutis foi capaz de estabelecer que áreas similares (ambientalmente) produzem espécies similares. Assim, para Cañizares-Esguerra, quando Humboldt chegou ao Novo Mundo tais ideias já circulavam e muitos dos documentos, cartas e mapas com os quais ele teve contato eram representações dessas concepções:

---

<sup>45</sup> DINIER, Pablo. “A dívida americana de Alexander von Humboldt”. In: *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 2, Jul/Dez 2001, p. 112.

<sup>46</sup> Essa noção de micro-cosmo também foi atribuída a outras partes do continente americano, segundo Cañizares-Esguerra.

“O encontro com os Andes e a duradoura tradição de pensar sobre os vice-reinados como um microcosmo edênico pode não ter falhado em marcar Humboldt. (...) Ele não viajou para América do Sul deliberadamente para provar se as especulações de Förster e Willdenow sobre biodistribuição eram verdadeiras, seu encontro com os Andes foi uma descoberta. Antecedido por uma contínua retórica sobre as virtudes microcósmicas dos Andes, Humboldt começou a pensar nessas montanhas como um laboratório para testar as teorias de biodistribuição. Historiadores tem se limitado a escrever histórias sobre a biogeografia sem reconhecer que componentes cruciais das ideias de Humboldt não emergiram na Europa. Humboldt chegou à América Hispânica ainda murmurando com discursos de natureza, nos quais cada *pátria* foi retratada como providencialmente destinada a tornar-se um empório comercial. Humboldt aprendeu a ler os Andes como um laboratório natural para estudar a geografia das comunidades de plantas apenas devido aos estudiosos locais terem se ocupado desta ideia por muitos anos.”<sup>47</sup>

Para o historiador equatoriano, longe de representarem uma fonte secundária de informações, o conhecimento hispano-americano sobre história natural foi determinante para Humboldt. Contudo, não foi o único historiador a assinalar a importância da comunidade letrada americana na constituição das ideias humboldtianas. David Brading também combateu a imagem de Humboldt como um cientista cujos méritos derivariam unicamente de seus esforços individuais, destacando a relevância dos funcionários reais, missionários e *criollos* nos estudos do naturalista prussiano: “Assinalar o caráter individual da empresa de Humboldt é lugar comum; é eminentemente justo, e no entanto, profundamente enganoso”<sup>48</sup>. Para esse autor, Alexander von Humboldt contou com condições favoráveis para sua empresa, como a permissão da Coroa Espanhola e o acolhimento entusiasmado da elite e dos funcionários locais de diferentes vice-

---

<sup>47</sup> “The encounter with the Andes no long-standing tradition of thinking about the American viceroyalties as Edenic microcosms could not have failed to impress Humboldt. (...) He did not voyage to South America deliberately to prove the Forsters’ and Willdenow’s speculations on biodistribution true; his encounter with the Andes was serendipitous. Prompted by ceaseless rhetoric about the microcosmic virtues of the Andes, Humboldt began to think of these mountains as a laboratory for testing theories of biodistribution. Historians have managed to write histories of biogeography without acknowledging that crucial components of Humboldt’s ideas did not emerged in Europe. Humboldt arrived in Spanish America Humming with discourses of nature, in which each patria was depicted as providentially destined to become a trade emporium. Humboldt learned to read the Andes as a natural laboratory for studying the geography of plant communities only because local scholars had been toying with this idea for years.” CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. How derivative was Humboldt? Microcosmic Narratives in Early Spanish America and the (other) origins of Humboldt’s ecological sensibilities. In: CAÑIZARES-ESGUERRA, J. *Nature, Empire and Nations: explorations of the History of Science in the Iberian World*. California: Stanford University Press, 2006, p. 128.

<sup>48</sup> “Señalar el carácter individual de la empresa de Humboldt es lugar común; es eminentemente justo, y sin embargo, profundamente engañoso.” BRADING, David A. *Orbe Indiano*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1991, pp. 554-556.

reinados e capitânicas. Segundo Brading, Humboldt – com exceção às obras estritamente científicas – pode ser considerado como porta-voz (compilador) de investigações coletivas de toda uma geração de funcionários reais e letrados *criollos*, as quais foram transmitidas ao público europeu com considerável difusão, dada sua reputação no meio científico. Reside, porém, a dúvida: quais seriam as obras de Humboldt que poderiam ser classificadas como científicas? Foi exposta nos parágrafos anteriores a dificuldade em classificá-las ou apartá-las do que definimos como gênero científico. Contudo, o pesquisador não leva em conta esse obstáculo em sua análise. Imbricado nas reflexões destes historiadores encontra-se, de certa forma, um esforço nacionalista em reafirmar a importância de uma tradição científica genuinamente americana.

Há ainda, uma gama de pesquisadores que evidenciam o contato que Humboldt teve com diferentes fontes de informações, algumas delas impressas ou de ampla circulação, outras de caráter sigiloso, devido às relações mantidas com os grupos letrados americanos, sobretudo em regiões como a Nova Espanha e a Nova Granada. Esses historiadores apontam o fato de que o cientista prussiano em suas obras citava diferentes autores americanos como comprovação do valor desses estudiosos na constituição das ideias humboldtianas. Evidenciam ainda o aspecto compilatório (no sentido de congregar e sistematizar uma vasta quantidade de informações advindas das colônias espanholas na América) de suas obras<sup>49</sup>.

Contudo, outros são mais enfáticos na defesa da originalidade de Alexander von Humboldt, é o caso de Miguel Ángel Puig-Samper Mulero. Para esse historiador espanhol a obra de Humboldt representou uma série de avanços em diferentes disciplinas e o nascimento da geografia moderna. Além disso, afirmou que o naturalista prussiano foi responsável por sintetizar os conhecimentos europeus sobre o Novo Mundo:

“(…) Mesmo reconhecendo o mérito dos cientistas espanhóis e *criollos* na elaboração de grande parte do material de base na obra humboldtiana, algo que o próprio sábio prussiano reconhecerá abundantemente, deve-se destacar a capacidade de síntese da obra americana de Humboldt, sua forma de apresentar os fenômenos, o novo estilo de descrever o fato científico e sua maneira de transmitir as imagens ou os sons desse Novo Mundo numa espécie de escritura total na que o próprio cientista está muito presente.”<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> DINIER, *Op. Cit.*, pp. 112-113.

<sup>50</sup> “(…) Aun reconociendo el mérito de los científicos españoles y criollos en la elaboración de mucho del material de base en la obra humboldtiana, algo que el propio sabio prusiano reconocerá abundantemente, hay que destacar la capacidad de síntesis de la obra americana de Humboldt, su forma de presentar los fenómenos, el nuevo estilo de

Entretanto, o maior defensor, se assim poderíamos qualificá-lo, é Jaime Labastida. Entusiasta dos empreendimentos humboldtianos, Labastida enumera em sua biografia de Alexander von Humboldt e em um artigo as qualidades e os diferenciais do naturalista prussiano. Bastante enfático, afirma que ao contrário das expedições anteriores ao continente americano, as quais tiveram o uso restrito aos funcionários da Coroa Espanhola, os estudos de Humboldt foram os únicos que alcançaram reconhecimento entre o universo letrado e científico da Europa. Descrito como audaz, capaz de correr riscos pelo saber científico, minucioso (sempre fazendo medições com os instrumentos mais avançados do período) e como observador sagaz da sociedade e dos vestígios históricos encontrados, Alexander von Humboldt é retratado como um explorador intrépido, porém possuidor de uma grande curiosidade e sabedoria. Escrevendo de forma quase panegirista, Labastida rebate as críticas feitas por autores como Ortega y Medina no que concerne ao papel dos estudiosos *criollos* na elaboração das ideias humboldtianas:

“Não resulta, pois, de modo algum justificável a atitude de alguns pesquisadores recentes que para revalorizar adequadamente a Colônia... têm a necessidade de diminuir o valor científico de Humboldt e limitam sua contribuição em ser... um simples ‘sintetizador’ e ‘ordenador’ de materiais, quando não plagiador, ou, no melhor dos casos, um homem que soube ‘escutar’ e ‘estimular’ um ‘fabuloso diálogo’. Toda investigação de caráter histórico, político, geográfico ou econômico tem que servir-se de orais ou escritas; o bom investigador, certamente, discrimina as fontes. Porém ninguém tem direito de retirar de tal pesquisador a parte da responsabilidade que corresponde à seleção, interpretação e discriminação de tais dados. Cabe dizer com honestidade: ninguém, na Nova Espanha, no final do período colonial, estava em condições de elaborar um trabalho de qualidade, magnitude e sentido do *Ensaio Político*. Ninguém, como Humboldt, reunia em si o método e os conhecimentos suficientes para fazer um trabalho que, simultaneamente, abarcara aspectos físicos... e sociais.”<sup>51</sup>

---

describir el hecho científico y su manera de transmitir las imágenes o los sonidos de ese Nuevo Mundo en una especie de escritura total en la que el propio científico está muy presente.” PUIG-SAMPER MULERO, Miguel Ángel. “Presentación: Alexander von Humboldt y la nueva imagen científica de América.” *In: Asclépio*, vol. LVI (2), 2004, p. 5.

<sup>51</sup> “No resulta, pues, en modo alguno justificable la actitud de algunos investigadores recientes que, para revalorar adecuadamente la Colonia..., tienen necesidad de disminuir la talla científica de Humboldt y limitan su aportación a lo de ser... un simple ‘sintetizador’ y ‘ordenador’ de materiales, cuando no un plagiario, o, en el mejor de los casos, un hombre que supo ‘escuchar’ y ‘estimular’ un ‘fabuloso diálogo’. Toda investigación de carácter histórico, político, geográfico o económico tiene que acudir a fuentes orales o escritas; el buen investigador, por supuesto, discrimina las fuentes. Pero nadie tiene derecho a restar a tal investigador la parte por la responsabilidad que le corresponde por la selección, discriminación e interpretación de tales datos. Cabe decirlo con toda honestidad: nadie, en Nueva España, a fines de la Colonia, estaba en condiciones de elaborar un trabajo de calidad, magnitud y sentido como *Ensayo político*. Nadie, como Humboldt, reunía en sí el método y los conocimientos suficientes para hacer un

Exaltando Humboldt, Labastida assegura que nenhum dos ilustrados hispano-americanos estava em condições de realizar as contribuições feitas pelo prussiano, sendo que este jamais teve a intenção de obscurecer a imagem dos americanos e por vezes destacou o vigor intelectual das colônias<sup>52</sup>. No entanto, o que se considera como ilustração e modernidade americana, ainda eram movimentos bastante tímidos quando são comparados aos estudos desenvolvidos por Alexander von Humboldt<sup>53</sup>.

Esse debate, cujo tema seria a originalidade de Humboldt ou sua apropriação das ideias de outros pensadores, domina uma parte da historiografia sobre as obras desse naturalista e, no entanto, é bastante infrutífero, uma vez que não são discutidas suas ideias, mas sua procedência e posse. Ao tratar as leituras e as fontes utilizadas por Humboldt a partir dessa ótica, escapam outros vieses interpretativos muito mais produtivos. Obviamente, o viajante teve contato, leu e utilizou ideias que já circulavam entre o grupo letrado *criollo*, fato comprovado em trechos de cartas e mesmo em citações em suas obras, da mesma forma que empregou conceitos e teorias de autores europeus como fontes para alicerçar seus projetos científicos. No entanto, a exigência por referências em todas as asserções feitas torna-se anacrônica, uma vez que essa tarefa não constituía um requisito dentro do gênero científico, tal como atualmente. Tácito nesse debate encontra-se também um anseio nacionalista, segundo o qual nega-se a ideia de que Humboldt teria revelado a América, mas o continente que se revelou para o europeu. Neste debate historiográfico, os pressupostos que alicerçam as obras humboldtianas são colocados em segundo plano, em favorecimento de uma discussão sobre os méritos que possuiriam a elite criolla e/ ou Humboldt.

---

trabajo que, al propio tiempo abarcara aspectos físicos... e sociales.” LABASTIDA, Jaime. *Humboldt: Ciudadano Universal*. México, DF/ Madrid: Siglo XXI, 1999, p. 19.

<sup>52</sup> Embora em um tom mais ameno que Labastida, Alberto Saladino García também tem uma opinião muito semelhante nesse aspecto. Acredita que Humboldt aprendeu com os ilustrados americanos, porém a partir dessa aprendizagem conseguiu desenvolver suas ideias mais além do que aquilo que tinha sido elaborado pela elite *criolla*. “Humboldt tomou os trabalhos dos ilustrados originários ou estabelecidos nas colônias hispano-americanas como parte de suas aprendizagens, que usou como fontes para suas pesquisas, e que ademais corrigiu, precisou ou simplesmente assimilou. Assim o reconheceu em diversas passagens de sua obra ao exaltar as contribuições de nossos homens de cultura”. SALADINO GARCÍA, Alberto. “Contexto cultural hispanoamericano durante la visita de Alejandro de Humboldt”. In: ZEA, Leopoldo e SALADINO, Alberto. *Humboldt y América Latina*. México DF: Fondo de Cultura Económica, pp. 5-6.

<sup>53</sup> LABASTIDA, *Op. Cit.*, p. 20 e LABASTIDA, Jaime. “Humboldt en la Nueva España”. In: ERICKSON, Raymond, FONT, Mauricio e SCHWARTZ, Brian (org.). *Alexander von Humboldt from the Americas to the Cosmos*. New York: Bildner Center for Western Hemisphere Studies, 2004, pp. 25-39.

A defesa incondicional da inovação dos estudos feitos por Humboldt também não permite o desenvolvimento de uma análise de qualidade. A glorificação dos feitos de determinado pensador restringe o alcance da visão do historiador justamente nas limitações e obstáculos enfrentados, tendo como resultado uma visão parcial e distorcida.

Por outro lado, não se deve imaginar que as teorias humboldtianas foram apenas derivações, desdobramentos de noções formuladas por outros autores. Nas dezenas de obras escritas por Alexander von Humboldt, estão presentes aspectos que o definem como um estudioso singular. Possivelmente a originalidade das ideias não tem tanta preponderância ao se encarar, por exemplo, o estilo, a forma, a organização e os métodos elaborados por esse naturalista. O naturalista soube congregiar ideias distintas de um modo atraente, foi capaz também de difundir conhecimentos sobre o continente americano, criando, reiterando e/ou reproduzindo uma imagem do Novo Mundo que atendeu às expectativas de um público letrado europeu, garantindo fama e reconhecimento a este estudioso. O rastreamento das origens das informações e dos diálogos feitos pelo prussiano, inclusive as hispano-americanas, é um bom ponto de partida para uma proposta mais ampla de pesquisa, mas não deve ser seu objetivo central. O estudo de como esses elementos foram apropriados e ressignificados pelo naturalista prussiano pode permitir uma análise que se liberte do superficialismo de parte dos autores apresentados nas páginas acima. É justamente a proposta deste trabalho no que concerne às crônicas. Todavia, para alcançar tal intento, é necessário apresentar outras teorias formuladas por Humboldt que servirão de alicerce para futuras asserções.

## 2- A concepção de totalidade do globo

Como pode ser demonstrado na explanação sobre a geografia das plantas, Alexander von Humboldt sustentava que, para uma compreensão efetiva da natureza, especialmente da flora, era necessário uma análise que não se limitasse à análise das estruturas do ser vivo isoladamente, mas levasse em conta o ambiente no qual este estaria inserido, suas relações com os demais seres e com os aspectos climáticos, de altitude, latitudinal e a morfologia do solo. Logo, rejeitava uma concepção mais particularizada da história natural em favor de uma visão mais ampla que permitisse ao pesquisador compreender a totalidade das formações de paisagens, como um quadro, no qual as características mais importantes estariam retratadas. Não sendo, portanto,

apenas uma coincidência a ênfase na fusão entre ciência e arte na sua maneira de apreender a natureza, mas uma opção consciente e em harmonia com sua concepção de universo.

Subjacente a essas teorias humboldtianas, encontra-se a noção de totalidade do globo terrestre. Concebia o mundo físico como uma unidade, embora composto por uma multiplicidade de seres distintos, que juntos formavam um todo vivo. Por meio de um estilo literário, o naturalista tentou descrever sua concepção de natureza totalizante:

“A natureza é para a apreciação reflexiva unidade na multiplicidade, ligação das formas misturadas e variadas, síntese das coisas naturais e das forças naturais, como um todo vivo. O resultado mais importante da pesquisa física sensata é, por conseguinte, esse: reconhecer na multiplicidade a unidade, abranger o todo das formas individuais... evidenciar o espírito da natureza, os quais permanecem ocultos debaixo do invólucro dos fenômenos.”<sup>54</sup>

Segundo Lúcia Ricotta, o paradigma totalizante da ciência humboldtiana tinha como cerne evidenciar a harmonia invisível que ligaria a diversidade de objetos naturais, isto é, animais, plantas, minerais e corpos celestes<sup>55</sup>. Contudo, essa totalidade proposta não se originava de uma perspectiva religiosa, deve-se, em grande parte, a suas práticas empíricas e de observação. A partir da comparação entre as diferentes regiões visitadas, Alexander von Humboldt pôde concluir que fenômenos semelhantes ocorrem em todo o mundo<sup>56</sup>, que catástrofes também atingiram todos os continentes, não tendo predileção por uma parte específica. Rebatendo as ideias de naturalistas importantes do século XVIII, em especial as de Buffon, Humboldt combatia a noção de que a América teria emergido das águas recentemente e seria mais jovem (e portanto imatura) que a Europa. Suas conclusões pautavam-se, sobretudo, nos estudos geológicos por ele realizados:

“Observando de maneira atenta a constituição geológica da América, refletindo sobre o equilíbrio dos fluídos que estão repartidos sobre a superfície da terra, não saberia admitir que o novo continente seja saído das águas mais tarde que o antigo. Observa-se na América a mesma sucessão de camadas de pedras que em nosso hemisfério, e é provável que, nas montanhas do Peru, os granitos, xistos, micas ou as diferentes formações de de gipsita...surgiram nas mesmas épocas que as rochas análogas dos Alpes da Suíça.”<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> HUMBOLDT, Alexander von. *Apud. RICOTTA, Op. Cit.*, p. 178.

<sup>55</sup> *Ibid.*, pp. 15-16.

<sup>56</sup> HUMBOLDT, Alexander von. *Quadros da Natureza Op. Cit.*, p. 54.

<sup>57</sup> “En examinant attentivement la constitution géologique de l’Amérique, en réfléchissant sur l’équilibre des fluides qui sont répandus sur la surface de la terre, on ne saurait admettre que le nouveau continent soit sorti des eaux plus

A identidade estrutural da crosta terrestre constituía uma grande novidade nos estudos geológicos do período, provocando a ruína de pressupostos anteriores que enfatizavam a diferença entre os dois mundos (Europa e América)<sup>58</sup>.

A concepção unificada de mundo não se restringia ao mundo natural, englobava, inclusive, o humano. O homem deveria, para Humboldt, ser incluído nos estudos sobre a natureza. Em seu anseio em compreender o todo, acreditava que a moral e as sociedades humanas não poderiam ser analisadas sem a associação aos elementos físicos que compunham o globo, com os quais interagiam e dependiam para garantir seu progresso<sup>59</sup>. Além disso, pensava que, por meio do estudo do desenvolvimento da natureza e de suas leis fosse possível compreender melhor o desenrolar da história humana<sup>60</sup>.

Escapando da armadilha de considerar Alexander von Humboldt como um precursor da ecologia ou de outras disciplinas e teorias modernas que possuem uma concepção de mundo bastante semelhante àquelas desenvolvidas pelo estudioso prussiano, algo que seria anacrônico<sup>61</sup>, é possível afirmar que o naturalista entrelaçava e integrava fenômenos diversos para tentar apreender a harmonia das forças, as quais estariam ocultas quando se observava fatos isolados, contudo, seriam elas que caracterizariam a natureza<sup>62</sup>. Por isso, a botânica tal qual apresentada por Lineu era encarada como imperfeita, pois impedia a representação unificadora, essencial em sua perspectiva globalizante de natureza. Segundo Ricotta, embora admitisse a legitimidade de

---

tard que l'ancien. On y observe a même succession de couches pierreuses que dans notre hémisphère, et il est probable que, dans les montagnes du Pérou, les granits, es schistes, micacés ou les différentes formations de gypse... ont pris naissance aux mêmes époques que les roches analogues des Alpes de la Suisse." HUMBOLDT, Alexander von. *Sites des Cordillères et Monuments des Peuples indigènes de l'Amérique*. Paris : Editions Jean Michel Place, 1989, p.4.

<sup>58</sup> MINGUET, Charles. "L'Amérique das l'oeuvre géographique d'Alexandre de Humboldt". In : HUMBOLDT, Alexander von. *Tableaux de la nature*, vol I. Nanterre: Éditions Européenes Erasme, 1990.

<sup>59</sup> REBOK, Sandra. "Alexander von Humboldt y el modelo de la Historia Natural y Moral". In: *Humboldt im Netz Hin*, Vol. II, nº 3, 2001. Disponível em: <http://www.unipotsdam.de/u/romanistik/humboldt/hin/rebok.htm> acesso em 08/12/2008.

<sup>60</sup> HUMBOLDT, Alexander von. *Quadros da Natureza Op. Cit.*, p. 280.

<sup>61</sup> O artigo de Aaron Sachs, embora apresente uma relevante discussão acerca da visão pós-colonialista sobre a obra de Humboldt, ainda apresenta alguns equívocos ao propor que os germens da ecologia estariam presentes nas obras humboldtianas. No entanto, ele não constitui uma exceção; muitos pesquisadores ligados à história de disciplinas específicas tendem a fazer uma leitura das obras de Humboldt buscando traçar um desenvolvimento de dada ciência, algo que representa uma mutilação do pensamento desse autor, segmentando em divisões estranhas ao período por ele vivido e contraditória até mesmo com sua visão totalizante de mundo. Ver: SACHS, Aaron. "The ultimate 'other': post-colonialism and Alexander von Humboldt's ecological relationship with nature". In: *History and Theory, Theme Issue*, n. 42, dezembro de 2003.

<sup>62</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999, p. 217.

estudos específicos, Humboldt aderiu a uma perspectiva descritiva geral visando a evidenciar a conexão entre elementos que por vezes eram antagônicos:

“(…) A planta, o animal, os elementos celestes e terrestres são como espécies isoladas, que, no entanto, se ligam a um todo orgânico, o qual, por sua vez totaliza a ‘cadeia dos seres’ coexistentes no mundo.”<sup>63</sup>

Vale, portanto, destacar mais uma vez sua concepção totalizante de universo, que prescindia de argumentos ou da crença religiosa, entendendo o globo como uno e como um organismo vivo cujos processos estão conectados.

### 3- A concepção de história e o progresso humano e natural

A bibliografia tradicional sobre Alexander von Humboldt e suas obras focaliza suas análises nos aspectos que envolvem as viagens, a geografia, a botânica e as ciências físicas, bem como destaca as suas observações das sociedades as quais o naturalista visitou durante seu trajeto pela América e outras regiões do mundo. Há ainda poucos estudos que têm como proposta uma investigação em torno do pensamento histórico de Humboldt. Contudo, a história não ocupou um papel de coadjuvante em suas reflexões, muito pelo contrário, em momentos inesperados observa-se a menção a dados referentes ao passado ou ainda considerações históricas.

A presença da argumentação histórica em diversas passagens do texto Humboldt, inclusive quando aborda assuntos ligados às ciências naturais, estava conectada ao surgimento da geologia moderna, bem como os estudos de fósseis de animais, como os dinossauros ou mamutes (paleontologia). O início dos estudos geológicos modernos obrigou os estudiosos do período a considerar o tempo como parte constituinte da natureza, ou seja, o mundo natural deixou de ser encarado como algo atemporal, fixo e imutável, passando a ser visto como possuidor de sua própria historicidade, independentemente da ação humana, que embora lenta, por ser constante, provocou alterações profundas naquilo que se conhecia como globo ao longo de milênios. Além disso, a fixidez das espécies ruiu, frente aos estudos de Georges Cuvier e contemporâneos, que provaram que diversas espécies que já tinham povoado a Terra não mais existiam e que neste aspecto a questão do tempo era crucial para compreender a formação do globo.

---

<sup>63</sup> RICOTTA, *Op. Cit.*, p. 182.

Partindo dessa nova premissa (tempo) para compreender a natureza, as descrições de localidades ou tipos de paisagens eram historicizadas por Humboldt, suas formações geológicas estudadas e suas ocupações apontadas como meio de caracterizá-las. No entanto, não significa que o humano possa ter papel de destaque nessas considerações. As menções às ações humanas, como apontou Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, eram feitas mais como meio de entender as alterações na natureza do que pelo seu próprio valor<sup>64</sup>. É o caso, por exemplo, da descrição das estepes americanas presentes nos primeiros capítulos de *Quadros da Natureza*. Visando a ressaltar o domínio da natureza nessa região, Humboldt apontava os poucos sinais de presença humana e os escassos atrativos à sedentarização humana, bem como o fato de que a atividade pastoril seria, segundo ele, desconhecida dos povos americanos até a chegada dos europeus<sup>65</sup>. Portanto, a história servia como auxílio na caracterização do quadro natural que se tentava narrar, na formação da impressão total da paisagem.

Alexander von Humboldt possuía também um grande interesse em relação aos vestígios e monumentos construídos por povos americanos antes do século XVI. Escreveu sobre as principais edificações e alguns artefatos americanos, como a Pirâmide de Cholula e a imagem do sol nas rochas dos incas<sup>66</sup>. Em especial, na obra *Sites des Cordillères et Monuments des Peuples Indigènes de l'Amérique*, Humboldt aprofundou-se em descrever diversas paisagens e monumentos encontrados no Novo Mundo, justapondo fragmentos de paisagens e fragmentos de história, em uma associação não justificada e nem explicitada pelo autor<sup>67</sup>, que, contudo, pode ser entendida a partir da argumentação apresentada acima. A justaposição entre monumentos e lugares se dava justamente porque os primeiros compunham as paisagens que o naturalista tentava relatar, indissociáveis, seu estudo somente ganhava sentido dada esta conexão. Os monumentos não eram encarados exclusivamente por serem frutos do trabalho humano, mas como elementos daquele cenário, o qual o naturalista tentava narrar para os leitores europeus.

O interesse em relação ao passado americano não estava restrito aos povos ditos pré-colombianos e seus monumentos. Em outras obras Humboldt ofereceu passagens nas quais

---

<sup>64</sup> FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *Patria Mestiza: memória e história na invenção da nação mexicana entre os séculos XVIII e XIX* (tese de doutorado). Campinas: s.d., 2009, p. 63.

<sup>65</sup> HUMBOLDT *Quadros da Natureza* vol. I, *Op. Cit.*, pp. 13-14.

<sup>66</sup> RUEDA, Carl Henrik Langebaek. *Arqueologia colombiana: ciência, pasado y exclusión*. Bogotá: Colciencias, 2003, p. 41.

<sup>67</sup> TAYLOR, Anne Christine. "Préface: Le concret absolu, Humboldt et l'écriture du monde". In : HUMBOLDT, Alexander von. *Sites des Cordillères et Monuments des Peuples Indigènes de l'Amérique*. Paris : Éditions Jean-Michel Place, 1989, p. vii.

analisa a chegada dos europeus ao continente americano, as conquistas e muitas vezes a sociedade colonial da América espanhola. Entretanto, foi em *Examen Critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique aux quinzième et seizième siècle* que pôde ser observada a faceta historiográfica de Humboldt. Nessa obra, tentou esquadrihar as origens e o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos e astronômicos que permitiram as grandes realizações ibéricas no início do período moderno. Para tanto não se furtou de examinar as fontes às quais tinha acesso. Diferentemente de outras obras, em *Examen Critique*, é possível perceber a relação de Humboldt com o passado e também seu posicionamento frente a fontes diversas, como será detalhado mais adiante.

Além disso, o caráter histórico de Alexander von Humboldt também estava presente na forma como encarava o trabalho do naturalista. Não eram incomuns associações, comparações e analogias entre os ofícios do historiador e o do naturalista:

“(…) Na descrição da natureza, como na crítica histórica, os fatos permanecem isolados durante muito tempo, até que se logra a ventura, à custa de muitos esforços, de os reunir em grupo, constituindo um todo.”<sup>68</sup>

Logo, para Alexander von Humboldt, não haveria uma ruptura entre a atividade realizada entre aquele que se dedicava ao estudo do passado e o que se concentrava no estudo do mundo natural. Embora em diferentes esferas, ambos deveriam nortear-se por métodos racionais, ambos procuravam, pelo estudo de peças isoladas, formar um quadro complexo, dando a ideia do todo, seja esse todo a impressão total de uma paisagem ou ainda o conhecimento de determinado período.

Os fatos isolados deveriam ser reunidos, para tanto o contato com as fontes era fundamental. Comungando dos pressupostos defendidos por grande parte da intelectualidade alemã sobre a história, Humboldt integra o estudo minucioso e crítico dos documentos, os quais, segundo o próprio autor, não se restringiam às obras publicadas, sendo comum o contato com arquivos<sup>69</sup>.

Assim como ocorria nas investigações sobre a natureza, os métodos de estudo do passado também envolviam a comparação entre povos, especialmente aqueles que têm uma configuração

---

<sup>68</sup> HUMBOLDT. *Quadros da Natureza*. Vol. I, *Op. Cit.*, p. 35.

<sup>69</sup> HUMBOLDT, HUMBOLDT, Alexander von. *Examen Critique de l'Histoire de Géographie du Nouveau Continent et des Progrès de l'Astronomie Nautique aux XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles*. Vol. I. Paris: Libraire Gide, 1837, p. XIII.

semelhante. Seriam exemplos desse aspecto as comparações entre os povos orientais e os americanos frequentes em seus relatos.

“(…) Aprendemos a conhecer as nações cujos costumes, instituições e artes diferem... daquelas dos gregos e dos romanos (...). Os monumentos do Egito, descritos em nossos dias com uma admirável exatidão, foram comparados aos monumentos de países os mais longínquos, e minhas pesquisas sobre os povos indígenas da América parecem a uma época na qual não se encara mais como indigna de atenção tudo o que distancia-nos do estilo que os gregos nos deixaram como inimitáveis modelos.”<sup>70</sup>

No entanto, há que se notar, especialmente no que se refere a essa citação, que muito embora Humboldt defenda a comparação e, sobretudo, o entendimento das sociedades que diferiam nos costumes e nas instituições das civilizações grega e romana, é certo que elas continuam como modelos, se não para os americanos, para aqueles que se encontravam em uma etapa de desenvolvimento posterior, os europeus. Como salientou Fernandes, o paralelo com as teocracias da antiguidade oriental longe de engrandecer, dentro da ideologia do liberalismo compartilhada por Alexander von Humboldt, era pejorativo, remetia a um estágio inferior àquele partilhado pelas civilizações da antiguidade clássica, das quais os europeus eram herdeiros<sup>71</sup>.

Retomando o ponto anterior, a conexão estabelecida por Humboldt entre a atividade do naturalista e o ofício do historiador pode ainda ser explicada por meio da reflexão da etimologia da palavra história. A palavra grega história, empregada na Antiguidade por Heródoto – que também era um viajante –, derivava do verbo cujo significado estava associado à investigação e ao conhecimento, porém também se relacionava à ideia de exploração. Assim, a história para Humboldt também pode ser considerada outra forma de explorar e compreender a realidade: por meio do estudo dos períodos passados. Embora tivessem objetivos diferentes, os estudos da natureza por meio da pesquisa em territórios desconhecidos e a investigação do passado se pautam na ideia de exploração para a obtenção de conhecimento.

---

<sup>70</sup> “Nous avons appris à connaître des nations dont es moeurs, les intitutions et les arts diffèrent... de ceux des Grecs et des Romains (...). Les monuments de l’Egypte, décrits de nos jours avec une admirable exactitude, ont été comparés aaux monuments des pays les plus éloignés, et mes recherches sur les peuples indigènes de l’Amérique paraissent à un époque où l’on ne regarde pas comme indigne d’attention tout ce qui s’eloigne du style dont les Grecs nous ont laissé d’inimitables modèles.” HUMBOLDT, A. Von. *Voyages das l’Amérique équinoxiales Vol. II. Tableaux de la nature et des hommes*. Paris : FM / La Découverte, 1980, pp. 89-90.

<sup>71</sup> FERNANDES, *Op. Cit.*, p. 92.

Embora se alinhasse a uma tendência historiográfica que emergia na Alemanha no início do século XIX<sup>72</sup> (diversa daquela em voga na França no mesmo período) e que defendia o universalismo da razão e a prática da erudição crítica, Humboldt compartilhava de uma ideia de progresso no transcorrer dos séculos, especialmente no que concerne ao desenvolvimento da razão e das ciências, bastante próxima àquela já defendida por alguns iluministas décadas antes do aparecimento de suas primeiras obras. Tal progresso humano seria visível na aplicação constante do pensamento racional para o controle do mundo físico e cultural<sup>73</sup>. Nas passagens e obras em que se dedicava ao estudo do passado, Humboldt deu indícios de que a história não se constituiria a partir de rupturas ou descontinuidades que definiriam períodos ou eventos. Ao contrário disso, acreditava que os grandes eventos estavam conectados a fatos e esforços das épocas anteriores e concebia a História como um contínuo progresso da razão. Para Alexander von Humboldt, as causas dos acontecimentos não deveriam ser buscadas em fatos próximos, mas nas ações lentas, múltiplas e simultâneas que os precederam<sup>74</sup>.

“Muitas vezes não é o curso dos acontecimentos de maneira alguma accidental. Os fatos que em determinadas épocas da história nos revelam inesperado engrandecimento do poder do gênero humano, são produto, como na natureza orgânica, de uma ação lenta e quase sempre de difícil compreensão.”<sup>75</sup>

Vale notar que, novamente, a associação entre o posicionamento de Humboldt como naturalista e historiador torna-se evidente. Assim como o naturalista deveria buscar as características específicas de cada ser vivo que o diferenciaria dos demais organismos, Alexander

---

<sup>72</sup> PAYEN, Pascal. “La constitution de l’histoire comme science au XIX<sup>e</sup> siècle et ses modèles anciens: fin d’une illusion ou avenir d’un héritage?”. Conferência proferida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para os alunos de pós-graduação do Departamento de História em setembro de 2008.

<sup>73</sup> ANDERY, Maria Amália et. al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Espaço e Tempo/ Educ, 1988, p. 340.

<sup>74</sup> HUMBOLDT, A. von. *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*. Vol. I, Madrid: Librería de los sucesores de Hernando, 1914, p. 6. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/FichaAutor.html?Ref=2332&portal=0>, acesso em 17/01/2009.

<sup>75</sup> “Muchas veces no es este concurso en manera alguna accidental. Los hechos que en determinadas épocas de la historia nos revelan inesperado engrandecimiento del poder del género humano, son producto, como en la naturaleza orgánica, de una acción lenta y casi siempre de difícil comprensión.” HUMBOLDT, A. von. *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*. Vol. II, Madrid: Librería de los sucesores de Hernando, 1914, p. 7. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/FichaAutor.html?Ref=2332&portal=0>, acesso em 17/01/2009.

von Humboldt afirmava que era “*dever do historiador estudar cada século segundo o carácter individual e os traços distintivos de seu movimento intelectual*”<sup>76</sup>.

Apesar de enfatizar o desenvolvimento da razão enquanto cerne do trabalho historiográfico, Humboldt afastava-se da postura iluminista de desprezo e aversão a determinadas épocas do passado; para ele, as características de cada período deveriam ser descritas e valorizadas, justamente porque reconhecia que o passado foi um estágio importante para se alcançar o presente. Além disso, metodologicamente, para Humboldt, era necessário ser cauteloso com as fontes e atestar a veracidade das informações contidas nelas, um rigor com a documentação muito maior que a postura dos iluministas que o precederam.

Rejeitava também a ideia de um princípio espiritual ou divino pré-estabelecido que conduziria os homens em seu progresso eram os homens os responsáveis pelos desígnios da história<sup>77</sup>. Como afirmou Edmundo O’Gorman, o pensamento de Humboldt pode ser ligado à concepção idealista alemã de história; suas ideias estavam pautadas em uma visão teleológica de história, a partir da qual um devir histórico pode ser percebido na articulação dos acontecimentos:

“Em termos gerais, trata-se da concepção idealista da história tão predominante, sobretudo na Alemanha, durante a primeira metade do século XIX. Sua premissa fundamental, lembre-se, consiste em crer que a história, em sua essência, é um progressivo e inexorável desenvolvimento do espírito humano em busca da meta da sua liberdade, de acordo com a razão. Para Humboldt, essa busca fundamenta-se nos lentos, mas seguros, avanços dos conhecimentos científicos que, ao ir conquistando a verdade a respeito do cosmos, acabarão por dar ao homem uma visão absoluta da realidade, base inalterável para estabelecer as normas de sua conduta futura e das relações sociais.”<sup>78</sup>

Fugindo de classificações arbitrárias e simplistas, não se pretende definir Humboldt como um historiador idealista ou mesmo romântico, embora sua visão de história possua um amplo diálogo com as tendências gerais da historiografia romântica<sup>79</sup>, como no fato de valorizar outros períodos, como a Idade Média, ou ainda ao afirmar que a história era conduzida por um desenvolvimento contínuo da razão – característica também presente em outras correntes

---

<sup>76</sup> “Deber del historiador es estudiar cada siglo según el carácter individual y los rasgos distintivos de su movimiento intelectual”. *Ibid.*, p. 349.

<sup>77</sup> MINGUET, Charles. *Alejandro de Humboldt: historiador y geógrafo de la América Española (1799-1804)*. México: Centro Coordinador y difusor de estudios Latinoamericanos, 203, p. 104.

<sup>78</sup> O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do devir*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, pp. 49-50.

<sup>79</sup> COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editora Presença, 1986, pp. 121-123.

historiográficas, ou melhor, em outros autores que não são considerados românticos. Como foi apontado anteriormente, há que se considerar o trabalho de Alexander von Humboldt em sua integralidade. Sua concepção de história estava imbricada a suas atividades como naturalista, tornando-a assim singular. Para Humboldt o passado era uma etapa para o desenvolvimento humano que conduziu ao presente e a América um de seus objetos centrais de investigação. Compreende-se, desse modo, seu interesse pelas origens da chegada dos europeus ao Novo Mundo e sua posterior colonização.

Longe de serem ideias sem precedentes, as concepções e teorias de Alexander von Humboldt apresentadas nas páginas anteriores eram compartilhadas por uma série de intelectuais do mesmo período. O próprio irmão de Alexander, Wilhelm von Humboldt, por exemplo, defendia que o historiador deveria ser capaz de representar cada acontecimento como parte de um todo<sup>80</sup>. A historicização da natureza também era uma prática comum entre os estudiosos alemães do século XVIII; os fenômenos naturais eram compreendidos por muitos autores como processos históricos<sup>81</sup>, e Herder era um desses intelectuais. Comparava as eras históricas ao desenvolvimento do corpo humano. As analogias entre história e natureza eram constantes em suas obras e tal como Humboldt, defendia a ideia de que havia transformações lentas e constantes ao longo da história, cuja identificação só pode ser feita posteriormente<sup>82</sup>.

Neste ponto da pesquisa rompe-se, portanto, com a ideia ainda partilhada por alguns historiadores de uma singularidade humboldtiana, que segregaria seu pensamento daquilo que era discutido no meio intelectual europeu e americano; ou mesmo um ineditismo completo de suas teorias, as quais não possuiriam vínculos com outras obras. Faz-se necessário agora avaliar como suas noções estavam em convergência com os pressupostos epistemológicos do período. Para tanto, como foi exposto nos capítulos precedentes, serão feitas conexões com as obras historiográficas que abordam a *epistémê* contemporânea a Humboldt, especialmente a obra de Michel Foucault.

---

<sup>80</sup> ETTE, Ottmar. “Entre mundos vías de Alexander von Humboldt hacia la conciencia universal”. *In: Revista Internacional de Estudios Humboldtianos*, HiN X, n. 19, 2009, p.26.

<sup>81</sup> CALDAS, Pedro. “A riqueza do limite: subjetividade e história em Johann Gottfried Herder”. *In: Anima – História, teoria e cultura*, Ano I, n.º 1, 2001, p. 101.

<sup>82</sup> *Ibid.*, pp. 105-106.

### III. *Epistémê* e Alexander von Humboldt

Entre o final do século XVIII e o início do século seguinte, observa-se uma profunda transformação na história natural. Os sistemas de classificações das espécies, como aquele proposto por Lineu, cedem espaço aos estudos sobre o funcionamento fisiológico dos seres vivos. Além disso, novas disciplinas emergem no campo de estudos sobre a natureza: a fisiologia, a anatomia comparada, a paleontologia, entre outras<sup>83</sup>. Essas transformações não estavam dissociadas de práticas sociais. Segundo Lúcio Menezes Ferreira, o nacionalismo que emergiu após 1789 e o imperialismo oitocentista sustentavam e justificavam tais práticas científicas, especialmente no que concerne às inúmeras expedições empreendidas ao longo do século em diferentes territórios fora do continente europeu. Da mesma forma, não eram alterações restritas à história natural, mas envolviam o conjunto de saberes daquele período; novos pressupostos epistemológicos surgiam estabelecendo outros critérios de verdade e de validação do conhecimento.

Quais seriam esses pressupostos que configuravam simultaneamente novos procedimentos empíricos, novas concepções de mundo e novas formulações de verdade não somente restritas ao campo da história natural? Segundo Michel Foucault, no final dos setecentos houve uma transformação tão profunda como aquela que havia ocorrido no século XVII e suplantado a similitude como base do conhecimento. Como foi apresentado no capítulo anterior, por cerca de um século e meio a ordem foi responsável pela estruturação do conhecimento ocidental pautado em representações, no entanto, principalmente a partir do século XIX, ela deixará de ter esse papel. Para Foucault, o espaço geral do saber passou a ser concretizado por meio de organizações, isto é, “de relações internas entre elementos, cujo conjunto assegura uma função”<sup>84</sup>, e não mais a ordem. As organizações orientar-se-iam pelos princípios da sucessão e da analogia. Presente na ênfase ao estudo das flexões das palavras dentro do campo da linguística, no foco de interesse nas formas de produção nos estudos econômicos, e nas análises fisiológicas nas investigações das ciências naturais, a organização marcou uma ruptura frente ao estabelecimento de identidades e

---

<sup>83</sup> OUTRAM, Dorinda. “New spaces in natural history”. In: JARDINE, N., SECORD, J. A., SPARY, E. C. *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 249- 250. FERREIRA, Lúcio Menezes. “Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n.º 2, abr.-jun. 2006, pp.273, 274.

<sup>84</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, pp. 298-299.

diferenças que caracterizava o processo de cognição do século anterior. Esse corte foi acompanhado do surgimento de novas disciplinas durante o século XIX: a filologia, a biologia e a economia política.

Tradicionalmente, argumenta-se que, ao longo do século XIX, as mudanças nas ciências estariam associadas à maior objetividade e exatidão na observação, bem como ao aparecimento de uma postura mais rigorosa no raciocínio científico. Foucault, porém, refuta essa conclusão. Acredita que esta alteração está ligada ao surgimento de novas positividades, as quais estariam fundamentadas na História como modo de ser da empiricidade. Não se trata, contudo, da história como sucessão de eventos. *“Modo de ser de tudo que nos é dado na experiência, a História tornou-se assim incontornável de nosso pensamento.”*<sup>85</sup> Definido como século da história, uma vez que se tornou o grande campo de estudos daquele período, no qual intelectuais debruçaram-se a refletir, e, simultaneamente, sendo o passado a legitimação de práticas sociais e políticas, o oitocentos também pode receber esse epíteto duplamente, não apenas pela história emergir como saber, mas por constituir-se como empiricidade. Voltado para à questão do tempo, o conhecimento historiciza-se.

Foram apresentados nos parágrafos acima alguns elementos que dão pistas sobre essa historicização. Dentro dos objetivos dessa pesquisa, será detalhado como esse processo se deu no campo das ciências naturais, por meio das reflexões de Michel Foucault. Inicialmente, a alteração nos estudos sobre o mundo natural, ocorrida no final do século XVIII, esteve ligada à transformação da estrutura baseada anteriormente em características visíveis, passa a ser pautada nesse momento em um critério estranho ao visível, isto é, na organização, que se tornou o fundamento da taxonomia. Como salientou Foucault, o conceito de organização já era existente no século XVII, porém não era o fundamento para construir o saber sobre a natureza. A importância dos caracteres de um ser vivo não reside mais em sua visibilidade e sim em sua funcionalidade dentro de um organismo, sendo que muitas vezes os elementos mais importantes permanecem escondidos da visão. Ao mesmo tempo, a noção de vida tornou-se indispensável para se estabelecerem as relações entre os órgãos e houve uma ruptura do paralelismo entre a nomeação e a classificação que caracterizou a história natural clássica<sup>86</sup>. Inaugura-se, assim, a idade da biologia.

---

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 300.

<sup>86</sup> *Ibid.*, pp. 312-317.

O fundamento sobre o qual se compôs o conhecimento sobre a natureza, no século XIX, residiria, segundo o filósofo francês, na organização. Os estudos de Georges Cuvier exemplificariam essa nova *epistémê*. Para Foucault, com Cuvier é possível perceber o desaparecimento da ordem como base para a apreensão dos seres vivos; seria a vida, em seus aspectos não perceptíveis e funcionais, que sustentaria a possibilidade de conhecê-los<sup>87</sup>.

“(…) Compreende-se como podem as espécies ao mesmo tempo assemelhar-se... e distinguir-se umas das outras. O que as aproxima não é certa quantidade de elementos superponíveis, mas uma espécie de foco de identidade que não se pode analisar em regiões visíveis, porque define a importância recíproca das funções; a partir desse cerne imperceptível das identidades, os órgãos se dispõem e, à medida que dele se afastam, ganham flexibilidade, em possibilidades de variações em caracteres distintivos.”<sup>88</sup>

A soberania da função também evidenciaria, para Cuvier, a dependência entre os órgãos, os quais não podem mais ser analisados de forma isolada, mas no conjunto que constitui o organismo. Da mesma forma, os novos pressupostos epistemológicos do século XIX não permitem que a planta ou o animal sejam dissociados daquilo que os circunda para serem compreendidos. Como aponta Foucault, o ser vivo acha-se submetido a uma relação contínua com o que o cerca, com os elementos exteriores que utiliza para sua manutenção e desenvolvimento<sup>89</sup>. Consequentemente, essas novas condições de possibilidade do conhecimento sobre o mundo natural determinam uma nova concepção de natureza, diversa daquela existente no século anterior. A noção de conjunto tornou-se essencial na compreensão dos seres vivos, não sendo mais possível sua desvinculação dos elementos não vivos. A importância não mais estava em determinado caractere dos indivíduos, que determinaria o que poderia ser conhecido sobre determinada planta ou animal, mas residia na relação entre esses e as partes (inorgânicas e orgânicas) que compõem o meio nos quais estão inseridos e que permitem sua vida.

Em *As palavras e as coisas*, o filósofo ainda aborda um ponto muito importante: a historicização da natureza a partir do século XIX. Segundo Foucault, por meio da noção de

---

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 370.

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 368.

<sup>89</sup> Segundo Michel Foucault “(…) A partir de Cuvier, o ser vivo se envolve sobre si mesmo, rompe suas vizinhanças taxinômicas, se arranca ao vasto plano constringente das continuidades e se constitui um novo espaço: espaço duplo, na verdade – pois é aquele que, interior, das coerências anatômicas e das compatibilidades fisiológicas, e aquele exterior, dos elementos onde ele reside para deles fazer seu corpo próprio. Todavia, esses dois espaços têm um comando unitário...o das condições de vida.” *Ibid.*, p. 378.

descontinuidade estabelecida por Cuvier segundo o fixismo<sup>90</sup>, foi possível conceber um fluxo temporal nas análises da natureza, ou seja, historizar os seres naturais com base na relação entre suas funções e suas condições de existência.

“A historicidade, pois, introduziu-se agora na natureza – ou, antes, no ser vivo; mas ela aí é bem mais do que uma forma provável de sucessão; constitui como que um modo de ser fundamental.”<sup>91</sup>

Não somente nas ciências naturais, mas também na linguagem e nos estudos econômicos, como demonstrou Michel Foucault ao estudar Bopp e Ricardo respectivamente, encontra-se a empiricidade atravessada pela história em toda sua espessura e o tempo como um ordenador do pensamento. A geologia e a paleontologia inserem-se nessa perspectiva de historização da natureza – para ambas o tempo é o elemento empírico que as estrutura.

As relações entre as afirmações feitas a respeito das ideias humboldtianas e o quadro epistemológico definido por Foucault podem ser visualizadas sem grandes obstáculos.

As críticas feitas por Alexander von Humboldt às classificações taxonômicas não eram apenas objeções às ideias ou ao método criado por Lineu, mas representavam uma incompatibilidade frente aos pressupostos epistemológicos que alicerçavam as obras de ambos os naturalistas. A distribuição dos seres em classes, gêneros, espécies já não correspondia aos critérios de verdade formulados pela *epistémê* que emergia no final do século XVIII. O saber sobre o mundo natural possuía uma lógica de conjunto, que se estabelecia de forma dupla: na análise das estruturas orgânicas e das funções de cada caractere (visível ou não), ou ainda nas relações que o ser vivo estabelecia com o que lhe era exterior e dava garantias a sua vida. Logo, a defesa de Humboldt de uma perspectiva mais ampla para o estudo dos animais e plantas, a qual não se encerrasse nas investigações das estruturas visíveis e na ordenação dos seres, e que ao mesmo tempo considerasse todos os elementos que compunham determinada paisagem na análise natureza, estava em conformidade com a *epistémê* do período.

---

<sup>90</sup> Denomina-se como fixismo a teoria de que os seres vivos não sofrem mutações, permanecendo fixos e inalterados ao decorrer do tempo. Como apontou Foucault, paradoxalmente o fixismo permitiu a historicização da natureza, ao não conceber que as espécies pudessem se transformar umas nas outras, representando uma ruptura à ideia de ordem contínua. Para Cuvier os seres vivos não se alteravam, o que não significa que fossem anistóricos. Os animais e plantas possuíam sua história; muitos deixavam de existir, como provavam os fósseis de dinossauros e mamutes, devido às condições (ou a ausência) para sobrevivências as quais eram impostos.

<sup>91</sup> FOUCAULT, *Op. Cit.*, p. 380.

“(…) As observações de partes individuais das árvores ou das ervas de nenhuma maneira podem ser consideradas geografia das plantas; melhor dizendo, a geografia das plantas indica as conexões e relações por meio das quais todas as plantas relacionam-se entre si.”<sup>92</sup>

Igualmente, sua concepção de mundo como unidade, como um todo, remetendo inclusive à ideia de um organismo vivo, fundamenta-se nesses pressupostos epistemológicos expostos por Foucault.

Da mesma forma, a postura humboldtiana de historicizar a natureza e os constantes paralelos entre os ofícios dos historiadores e dos naturalistas comungavam de uma mesma empiricidade que alicerçada estava na História. O interesse, a associação, as menções e as analogias pautadas na história não eram apenas provas de uma erudição do naturalista prussiano, mas vinculavam-se a uma forma de construir o conhecimento, na qual mesmo a natureza somente tornava-se inteligível por meio da formulação de sua historicidade.

Assim, a avaliação dos critérios epistemológicos que estruturavam o saber do período permite ao pesquisador uma análise mais profunda do pensamento de Alexander von Humboldt, desviando-se de querelas em torno da origem de suas ideias ou ainda da ênfase em aspectos biográficos como modo de explicação para suas obras. Compreende-se Humboldt como portador de um discurso compatível a uma nova *epistémê* que emergiu no final dos setecentos, e talvez por isso suas obras tenham obtido uma boa receptividade entre o mundo intelectual europeu daquele momento.

#### **IV. Alexander von Humboldt e as crônicas**

Diante da configuração epistemológica que foi traçada acima, não é surpreendente que tenha ocorrido a cientificização da história entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Esse processo, que resultou na extirpação de qualquer resquício de eventos considerados fabulosos, contrários à lógica dos relatos históricos, ou irrealis, bem como na ruptura entre o

---

<sup>92</sup> “Las observaciones de partes individuales de los árboles o hierbas de ninguna manera pueden considerarse geografía de las plantas; más bien, la geografía de las plantas indica las conexiones y relaciones por medio de las cuales todas las plantas se relacionan entre sí.” HUMBOLDT, Alexander von. *Apud*. ZAMUDIO, Graciela e BUTANDA, Armando. “Humboldt y la botánica americana”. *In*: ZEA, Leopoldo e SALADINO, Alberto. *Humboldt y América Latina*. México DF: Fondo de Cultura Económica, p. 52.

universo literário e o histórico – sendo que o primeiro estaria circunscrito ao campo das artes e o segundo dentro do pensamento científico – foi marcado pela presença do racionalismo e pelo aperfeiçoamento dos métodos de crítica. As diferentes correntes historiográficas nascidas nos oitocentos – historicismo, romantismo, positivismo e marxismo – foram influenciadas pelo anseio de objetividade, obtida pelas ferramentas de crítica histórica, que garantiria à história o status de disciplina científica<sup>93</sup>. Simultaneamente, houve a constituição do ofício do historiador como profissão, assim como a história tornou-se uma ferramenta ainda mais poderosa na justificação de ações e ideias na área da política e da sociedade.

No que concerne à história do continente americano, foi esse um momento crucial devido à fundação dos Estados nacionais após os processos de emancipação ocorridos nas primeiras décadas do século XIX. Assim, o passado daqueles territórios também foi utilizado para legitimação de grupos no poder e na construção de identidades para as novas nações. Segundo José Alves de Freitas Neto, vinculados a esse período específico da história da América hispânica, estavam os estudos e as novas edições (ou reedições) das crônicas produzidas ao longo da época colonial, muitas delas inéditas devido, principalmente, à proibição da circulação emitida em 1577 pelo rei espanhol Filipe II<sup>94</sup>. No capítulo II pôde ser observado a postura de diversos autores, entre eles Cornelius de Pauw e Juan Bautista Muñoz, que rejeitaram as crônicas como fontes fidedignas para o estudo do Novo Mundo. Consideravam essas obras produzidas em grande parte no século XVI como repositório de erros, sendo muitas de suas informações inverossímeis. A partir dos oitocentos um novo posicionamento instala-se entre os estudiosos do passado americano, especialmente entre os letrados que habitavam o continente. A leitura das crônicas passou a ser feita com o objetivo de resgatar visões e questões do passado daquelas nações recém-formadas. Logo, uma apropriação tão parcial e seletiva como aquelas que a antecederam, cujos objetivos vinculavam-se a questões que aos contemporâneos do século XIX eram relevantes e que na maior parte das vezes eram diversas daquelas que os cronistas originalmente estavam pautados. Obviamente, não se pretende aqui qualificar como mais adequada a interpretação original que os cronistas construíram sobre seus textos, e a leitura posterior como uma deformação de tais percepções. Apenas salienta-se a diferenciação entre as

---

<sup>93</sup> BENATTI, Antonio Paulo. “História, ciência, escritura e política”. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: IFCH/ Unicamp, 2000, pp. 72-73.

<sup>94</sup> FREITAS NETO, José Alves. “O resgate da crônica, questões sobre etnia e a identidade na América Hispânica do século XIX.” In: *Revista Ideias*, Ano 11 (1). Campinas, SP: IFCH / Unicamp, 2004, pp. 21-22.

leituras de diferentes períodos, que embora remetam a um mesmo texto, possuem sentidos completamente diversos.

Outro ponto importante que merece destaque é a contestação de uma ideia de ruptura total entre as práticas de leitura das crônicas que ocorriam nos séculos XVII e XVIII. Os capítulos precedentes ratificam que, apesar de serem negadas como fontes de conhecimento durante os setecentos, as crônicas, especialmente aquelas que já haviam sido publicadas, continuaram a ser lidas por um grupo de letrados na Europa e na América. Mesmo parte daquelas que não tinham sido publicadas até o final do século XVI também circulavam em sua manuscrita, uma vez que essa forma de escrita ainda tinha ampla difusão no mundo ibérico, como apontou Fernando Bouza. Muñoz e de Pauw são provas de uma leitura contínua dessas obras, mesmo que não exprimam apreciações positivas.

Assim, o resgate das crônicas durante o século XIX, apontado pelos historiadores, não se deve a uma ausência total de leitura desses documentos nos períodos anteriores, mas a uma apropriação diferenciada que emergiu nesse momento. Leitura essa que passou a encarar as crônicas como fontes para o passado americano<sup>95</sup>. Entre os leitores de crônicas na primeira metade dos oitocentos estava Humboldt.

Diversas biografias e artigos apontam o contato de Alexander von Humboldt com crônicas, como *Historia Natural y Moral de las Indias*, de José de Acosta ou *Décadas del Nuevo Mundo*, de Anglería. O próprio autor afirmou em algumas passagens esse contato com os relatos dos conquistadores ou com obras que haviam sido frequentemente consultadas por muitos autores, leitura que apreciava: “(...) *encontrei um charme particular na leitura de obras que contém os relatos dos conquistadores.*”<sup>96</sup> Alguns historiadores, como um dos principais biógrafos de Humboldt, Charles Minguet, rastreiam as obras empregadas pelo naturalista prussiano. Minguet, por exemplo, conseguiu identificar cerca de 50 títulos de cronistas e historiadores espanhóis utilizados, apontando inclusive o contato de Humboldt com os manuscritos de *História*

---

<sup>95</sup> Obviamente que, apesar de encararem as crônicas como documentos para a história americana, os historiadores do período não as viam com o mesmo valor que outras fontes, uma vez que boa parte delas tinham sido escritas por religiosos com ideias não científicas sobre o mundo ou ainda por homens com fins persuasivos, o que comprometeria a objetividade dos relatos. Muitos autores do período tinham preferência por documentos não impressos, oficiais depositados em arquivos em detrimento das crônicas.

<sup>96</sup> “(...) j’ai trouvé un charme particulier à la lecture des ouvrages qui renferment les récits des Conquistadores”. HUMBOLDT, *Examen Critique* Vol. I, *Op. Cit.*, p. XI.

*de las Indias*, de Las Casas, que somente foi publicada em 1875<sup>97</sup>. Contudo, a análise minuciosa dessas apropriações ainda está restrita a poucas obras, e mesmo assim dentro dos limites estabelecidos por seus autores.

A proposta dessa dissertação é avaliar como Humboldt interpretou e utilizou as crônicas. Como já foi explicitado anteriormente, para esta tarefa duas obras principais foram selecionadas: *Quadros da Natureza e Examen Critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique aux quinzième et seizième siècle*<sup>98</sup>. A partir do estudo minucioso de alguns excertos nelas presentes, será buscado o estabelecimento das leituras realizadas das crônicas produzidas, sobretudo, durante o século XVI. Não é a intenção desse trabalho traçar um inventário das crônicas lidas por Humboldt, tarefa já realizada anteriormente, mas por meio de uma análise discursiva tenciona-se buscar os sentidos conferidos às obras quinhentistas em conjunto com os objetivos do autor na obra.

Entre os historiadores que tiveram como proposta ir além da menção e catalogação dos cronistas citados, encontra-se Sandra Rebok. Circunscrevendo sua análise à relação entre as obras humboldtianas e o modelo de história natural e moral comum às crônicas quinhentistas, Rebok afirma que Humboldt não era apenas um conhecedor das obras clássicas da historiografia espanhola, nem apenas tinha tais documentos como meras referências. Era ele um continuador das ideias dos cronistas tomando como sua base a forma de pensar binominal, isto é, integrando o estudo da natureza e da moral. A totalidade na apreensão dos fenômenos, buscada por Alexander von Humboldt e já enfatizada anteriormente, seria um ponto de convergência entre o naturalista e os cronistas do século XVI. José de Acosta surge nas obras do prussiano, segundo a historiadora, como uma de suas principais autoridades. Além disso, Humboldt teria encontrado nos autores espanhóis do início do período moderno semelhanças entre seus métodos e suas ideias, utilizando tais escritores de uma maneira que Rebok qualifica como científica e inédita até então<sup>99</sup>. Embora o artigo de Sandra Rebok tenha seus méritos, o transplante quase mecânico entre os escritos dos cronistas sobre o Novo Mundo e as obras humboldtianas não permite visualizar os novos significados e sentidos construídos por meio dessas apropriações.

---

<sup>97</sup> MINGUET, Charles. "Colón y Vespúcio en la visión geo-histórica de Alejandro de Humboldt". In: ZEA, Leopoldo e MAGALLÓN, Mario. *De Colón a Humboldt*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 12.

<sup>98</sup> Contudo, também foram consultadas outras obras, como pode ser notado ao se observar as notas de rodapé.

<sup>99</sup> REBOK, *Op. Cit.*, pp. 2-11.

A pesquisadora canadense Mary Louise Pratt dedica dois capítulos de seu livro *Olhos do império* ao estudo das obras de Alexander von Humboldt e da sua recepção nos continentes americano e europeu. Para ela, Humboldt foi o interlocutor mais importante no processo de reimaginação e redefinição da América após os processos de independências, constituindo uma imagem de continente que foi apreciada pelos habitantes tanto do Novo quanto do Velho Mundo. Partilhando do que é definido por Pratt como discurso de anti-conquista científica<sup>100</sup>, Humboldt forneceu para o público dos dois lados do oceano Atlântico imagens sobre a América nas quais se destacava a natureza em múltiplas apresentações: desde florestas tropicais a planícies e estepes ou ainda picos nevados<sup>101</sup>. Sobretudo, em todas as suas representações do Novo Mundo, o elemento humano era obliterado, quando preciso, em favorecimento do mundo natural, como se esse caracterizasse o continente. No entanto, o que interessa aqui é a conexão estabelecida entre esta imagem da América e a leitura feita por Humboldt das crônicas. O liame surgia exatamente porque a descrição da natureza exuberante e primitiva que apresentava o prussiano em suas obras era semelhante àquela presente nos primeiros escritos de europeus sobre o Novo Mundo. A citação a seguir resume a ideia da autora:

“(...) Mas foi inquestionavelmente a imagem da natureza primal estabelecida em seus escritos científicos e em suas *Imagens*<sup>102</sup> que foi codificada no imaginário europeu como a nova ideologia do ‘novo continente’. Por quê? Por uma razão: a ideologia, como o continente, não era, na verdade, nova. Os europeus do século XIX reinventaram a América enquanto natureza, em parte porque aquela foi a maneira pela qual os europeus dos séculos XVI e XVII haviam originalmente inventado a América para si mesmos, e, em grande parte, pelas mesmas razões. Ainda que profundamente alicerçado nas construções setecentistas de Natureza e Homem, o indivíduo-observador de Humboldt é também uma cópia exata e autoconsistente dos primeiros europeus inventores da América, Colombo, Vespúcio, Raleigh e outros. Eles também descreveram a América como um mundo primitivo de natureza, um espaço devoluto e atemporal ocupado por plantas e criaturas (algumas delas humanas), mas não organizado em sociedades e economias; um mundo cuja única história era aquela prestes a

---

<sup>100</sup> A autora define como anti-conquista as estratégias de representação por meio das quais os agentes burgueses europeus procuram assegurar sua inocência ao mesmo tempo em que garantem a hegemonia europeia. PRATT, *Op. Cit.*, pp. 32-33.

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 219.

<sup>102</sup> Na tradução para o português encontra-se a expressão *Imagens da Natureza* para referir-se à obra aqui denominada como *Quadros da Natureza*. Assim, para melhor compreensão do texto, é importante apresentar essa diferenciação.

se iniciar. Seus escritos também retrataram a América em meio a um discurso de acúmulo, abundância e inocência.”<sup>103</sup>

A interpretação de Pratt fornece um ponto importante de reflexão sobre a conexão entre as crônicas e a formação de uma representação da natureza americana por Humboldt, o qual será retomado adiante. No entanto, a relação entre o prussiano e as obras quinhentistas não se encerram somente neste aspecto; as crônicas também alicerçavam suas asserções acerca da história dos eventos ligados aos chamados descobrimentos, às conquistas e à colonização empreendidas no Novo Mundo. Também, como notou Rebok no artigo mencionado nos parágrafos antecedentes, muitas vezes ele reconheceu o mérito desses escritos para explicar determinados fenômenos naturais.

Jorge Cañizares-Esguerra também ocupou-se do estudo das obras humboldtianas e sua relação com as crônicas espanholas do século XVI. Em *Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo* o historiador equatoriano observa em Humboldt a presença de um novo paradigma historiográfico, o qual era menos crítico quanto à fiabilidade das interpretações e das fontes espanholas. Pautado nas investigações hispano-americanas (*criollas*) e no contato intenso com a massa documental sobre a história do Novo Mundo, Alexander von Humboldt combinou esse conhecimento com novos tipos de evidências que, no período anterior, tinham ganhado destaque, como como a linguística, os monumentos arquitetônicos e as evidências naturais, isto é, as fontes não escritas, as quais continuavam a ter prestígio como provas sobre as épocas antigas.

“(…) Se Humboldt restabeleceu o valor dos testemunhos europeus do século XVI, particularmente dos difamados espanhóis, também continuou a tradição da erudição, inaugurada por Buffon e de Pauw, que confiavam principalmente em provas não escritas.”<sup>104</sup>

Para Cañizares-Esguerra, a obra *Examen Critique* pode ser encarada como uma defesa da confiabilidade dos relatos coloniais dos espanhóis. Humboldt utilizaria o conhecimento obtido através de sua viagem ao continente americano para demonstrar o rigor que algumas dessas obras detinham e afirmava que, embora já tivessem sido exploradas por outros estudiosos, elas ainda continham muitas informações úteis para historiadores e geógrafos modernos. Alexander von

---

<sup>103</sup> PRATT, *Op. Cit.*, pp. 220-221.

<sup>104</sup> “(…) Si Humboldt restableció el valor de los testigos europeos del siglo XVI, particularmente de los difamados españoles, también continuó la tradición de la erudición , inaugurada por Buffon y De Pauw, que confiaban principalmente en pruebas no escritas.” CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo: Historiografías, epistemologías e identidades en el mundo del Atlántico del siglo XVIII*. México: FCE, 2007, p. 114.

Humboldt acreditava que parte do problema das fontes espanholas incidia justamente no fato de esses documentos permanecerem desconhecidos (até então) do público europeu. Lamentava por as contradições encontradas nas crônicas terem tido como consequência sua invalidação e deplorava o fato de os autores do século XVIII terem colocado dentro de um mesmo conjunto sem discernimento crítico tanto aqueles informantes que testemunharam sobre o que viram quanto aqueles que escreviam à distância sem contato algum com o Novo Mundo<sup>105</sup>.

A alteração mais importante no pensamento de Humboldt, segundo o historiador, residiria no rompimento com as analogias entre os povos americanos e as civilizações da Antiguidade Clássica, isto é, gregos e romanos. Para o naturalista prussiano, o paralelo adequado seria aquele entre povos da Antiguidade oriental, como mesopotâmicos e egípcios, e os indígenas do Novo Mundo, pois esses apresentariam semelhanças raciais e históricas. Essa associação às civilizações orientais tem um duplo resultado: ao mesmo tempo em que reabilitou o estudo dos povos americanos, que não seriam mais detratados por não se parecerem com gregos e romanos, mas entendidos a partir de outras comparações, também extinguiu toda e qualquer aproximação com os europeus, enquadrando os indígenas em uma categoria cujo desenvolvimento estaria abaixo daquele apresentado pelos povos do Velho Continente desde os tempos antigos, ou seja, classificando-os como inferiores. O autor equatoriano também faz uma análise bastante interessante das observações do naturalista prussiano sobre os monumentos e vestígios de cultura material dos povos tidos como pré-colombianos, mas que, tendo em mente os objetivos desse trabalho, não cabe aqui esmiuçar.

Cañizares-Esguerra traz importantes contribuições para compreensão das questões aqui propostas. Não encerra sua pesquisa apenas nas citações das avaliações de Humboldt sobre as crônicas. Ele evidencia o fato de que a postura Alexander von Humboldt marcou uma ruptura frente às práticas anteriores e está associada a uma nova concepção de história e de entendimento dos povos americanos, conectando-a, portanto, a novos pressupostos para a constituição do conhecimento sobre o Novo Mundo.

Ainda que os pesquisadores mencionados – Rebok, Pratt e Cañizares-Esguerra – apresentem pontos fundamentais para compreender a leitura das crônicas realizada por Humboldt e realizem de fato estudos que avançam da simples designação das obras utilizadas, a análise de alguns trechos de *Examen Critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des*

---

<sup>105</sup> *Ibid.*, pp. 109-112.

*progrès de l'astronomie nautique aux quinzième et seizième siècle* e *Quadros da Natureza* podem contribuir para um entendimento mais aprofundado do assunto. Torna-se, conseqüentemente, necessária a apresentação de ambas as obras para melhor entendimento das asserções que serão feitas sobre os trechos selecionados. Uma de suas obras menos divulgadas e estudadas é *Examen Critique*. Publicado entre 1836 e 1839, originalmente em cinco volumes em francês, nesse trabalho Alexander von Humboldt revelou-se um meticuloso historiador, com conhecimento profundo de diversas fontes e capaz de suscitar questionamentos que constituíram o cerne de várias polêmicas historiográficas relevantes ao período, como o porquê do estabelecimento do nome América ao continente. Possivelmente por não ser considerada uma obra de história natural, área que tanto rendeu fama a Humboldt e foi tão cara a muitos daqueles que louvaram suas obras dentro e fora da América, *Examen Critique* seja tão pouco citada. Nela, a descrição da exuberância da natureza do Novo Mundo cede espaço para a análise dos fatos e avanços que conduziram à chegada dos europeus ao continente, algo que, segundo alguns pesquisadores, indicaria uma característica hispanófila da obra, divergindo assim dos interesses da elite intelectual das nações recém-independentes na América e da historiografia sobre Humboldt que foi construída por autores vinculados a correntes nacionalistas americanas.

Embora seja uma obra na qual Alexander von Humboldt tenha se dedicado à história, é possível mais uma vez notar a união entre os ofícios de historiador e naturalista, inclusive no próprio título da obra. O ato de nomear suas obras não era casual e muitas vezes refletia elementos importantes presentes em seu interior, como é o caso da outra obra que será analisada, *Quadros da Natureza (Ansichten der Natur)*, cujo título revela a preocupação com a tarefa de observar e transmitir uma descrição que ao mesmo tempo traçasse uma visão panorâmica e organizada dos elementos da natureza<sup>106</sup>. Assim, a escolha da palavra *examen* não foi fortuita e pode revelar um paralelo metodológico e uma indissociação entre as atividades ligadas à história natural e à história dos homens. O *exame* da história da geografia e astronomia náutica dos séculos XV e XVI pode ser encarado como uma tentativa de avaliar e julgar os acontecimentos relativos a esta temática, mas também pode ser visto como uma analogia ao trabalho do naturalista que também *examina* seu objeto de estudos: observa, mede, pesa e traça as características gerais. A presença de dados relativos a medições astronômicas e náuticas e

---

<sup>106</sup> A palavra *Ansichten* pode ser traduzida do alemão como quadros, cenas, vistas, aspectos e/ou panorama, assim o título revela a tentativa de Humboldt de tornar o leitor também participante de sua visão da natureza, sendo a integração entre a ciência e a arte fundamental na constituição do conhecimento. Cf.: PIMENTEL, *Op. Cit.*, p. 12.

informações cartográficas e geográficas também corroboram para essa indiferenciação dos campos de estudos para Humboldt. Em alguns momentos, têm-se a impressão de que para Humboldt essas barreiras invisíveis que estavam sendo formadas entre as disciplinas não o influenciavam.

Ainda que o título aluda a um estudo sobre a geografia e a astronomia náutica e que no prefácio Humboldt tenha enfatizado seus objetivos de investigar os métodos astronômicos, a cosmografia e a geografia utilizadas pelos navegadores do século XV – o que de fato concretizou parcialmente em determinadas passagens da obra –, torna-se claro, ao longo da leitura da obra, seus dois eixos analíticos: a narrativa dos feitos de Cristóvão Colombo e as querelas em torno da figura de Vesúvio (a autenticidade de suas viagens e de seus relatos e o porquê da escolha de seu nome para batizar a quarta parte do mundo)<sup>107</sup>.

*Quadros da Natureza* é uma obra dividida em dois volumes, publicada originalmente em 1806, e foi escrito baseada em uma série de conferências que realizou após o seu retorno da América. Teve também outras edições revisadas e modificadas pelo autor em 1826 e 1849. Estando entre seus objetivos possibilitar aos leitores que revivam a contemplação da natureza sentida por ele, suas descrições tinham uma preocupação muito latente em conjugar os conhecimentos científicos com o prazer estético<sup>108</sup>. Humboldt pretendia traçar uma visão de conjunto das paisagens que formavam os diferentes continentes, de maneira a criar uma representação panorâmica que permitisse aos leitores desvendarem a harmonia e a ação comum das forças do mundo<sup>109</sup>. No entanto, a maior parte das passagens refere-se à América, local marcado pela impressão de grandeza de sua natureza. *Quadros* não pode ser considerado um relato de viagem, mas um livro de síntese de seu pensamento sobre história natural e geografia. Porém, não é possível sustentar que esteja apenas circunscrito a esses campos de estudos, uma vez que as citações e referências à história transcendem a obra.

*Examen Critique* e *Quadros da Natureza* constituem obras bastante diversas quanto a seus objetivos, mas que se assemelham muito em relação à metodologia. Embora Alexander von Humboldt cite com frequência o contato com documentos manuscritos preservados em arquivos dos dois lados do Atlântico – dado que garantiria legitimidade para seus escritos, diferenciando-o

---

<sup>107</sup> MINGUET, *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>108</sup> PRATT, Mary Louise. “Humboldt e a Reinvenção da América”. *Estudos históricos* vol. 4, n.º 8, 1991, p. 5.

<sup>109</sup> HUMBOLDT, Alexander von. “Prefácio da última edição”. In: HUMBOLDT, Alexander von. *Tableaux de la Nature*. Vol. I. Nanterre: Éditions Européennes Erasme, 1990.

dos demais autores – as fontes do início do período moderno mais citadas em suas inúmeras notas foram as crônicas, diários e obras impressas e que circulavam e estavam à disposição nas bibliotecas europeias<sup>110</sup>.

Sendo Colombo uma das personalidades de maior destaque em suas obras, sobretudo, em *Examen*, as citações do Diário de Colombo compilado por Las Casas e a biografia escrita por Fernando Colón – *Vida del Almirante* ou *História del Almirante* – foram constantes. Entretanto, outros escritos dos séculos XV, XVI e XVII que descreviam as terras do Novo Mundo foram citados por Alexander von Humboldt; entre os principais cronistas estavam: Pedro Mártir de Anglería, Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdez, Bartolomé de Las Casas, Antonio de Herrera y Tordesillas, José de Acosta e Francisco López de Gómara. Nesta breve relação dos cronistas mais mencionados chamam a atenção algumas características comuns: todos foram europeus que partilhavam de um mesmo tipo de formação pautada no humanismo, alguns deles (como por exemplo Oviedo, Anglería e Antonio Herrera y Tordesillas) ocuparam cargos oficiais, como *Cronistas de Indias* ou membro do *Consejo de Indias*, outros eram religiosos regulares ligados ao trabalho de evangelização na América. Alguns destes cronistas jamais estiveram na América e escreveram a partir de fontes documentais oficiais ou relatos recolhidos de navegadores, conquistadores e religiosos que atravessaram o Atlântico. Além disso, uma parcela significativa dos escritos dos cronistas mencionados por Humboldt foi publicada ainda nos séculos XVI e XVII e obteve grande repercussão entre o público europeu contemporâneo e de épocas posteriores, sendo a maior parte destas obras referências sobre história e características do continente americano até o século XIX. Apesar da especificidade de cada uma dessas obras, observa-se que foram compostas por descrições sobre o Novo Mundo destinadas a leitores do Velho Continente e de acordo com pressupostos epistemológicos europeus, como foi demonstrado no capítulo I deste trabalho.

---

<sup>110</sup> Jan Lechner analisou as bibliotecas dos Países Baixos no século XVIII apresentando dados bastante interessantes em relação à construção do conhecimento sobre o Novo Mundo. A temática América estava presente em 60% das bibliotecas particulares da região, que contavam com ao menos uma obra dedicada ao Novo Mundo. Além disso, um terço das impressões de obras sobre a quarta parte do mundo foram editadas por holandeses, porém entres essas produções poucas eram de autoria holandesa. Os autores que mais figuravam nos inventários estudados por Lechner eram: Anglería, Acosta, Herrera, Gómara, Cortés, Pedro de Cieza, Inca Garcilaso, Oviedo e Las Casas. Assim, pode ser concluído que a bibliografia mais citada por Humboldt estava difundida entre as bibliotecas europeias, não sendo, portanto, seu contato com essas fontes algo inicialmente excepcional. Cf. LECHNER, Jan. “América en las bibliotecas públicas y universitarias de los países Bajos septentrionales hasta comienzos del siglo XVIII.” *In*: KOHUT, Karl e ROSE, Sonia V. (edit.). *Pensamiento europeo y cultura colonial*. Frankfurt/ Madrid: Vervuet/ Iberoamericana, 1997.

Além das crônicas, Alexander von Humboldt contou com os documentos compilados e publicados em 1825 por Martín Fernández Navarrete em *Collección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV* e por Juan Bautista Muñoz em sua obra *Historia de Nuevo Mundo*. Trabalhos historiográficos como os de William Robertson (*Historia de Américas*) e Washington Irving (obras sobre Colombo) também foram consultados.

Em especial, a leitura de *Examen Critique* permite visualizar múltiplas atitudes do autor frente aos documentos sobre a América produzidos no início do período moderno. Longe de encará-los de maneira imutável do início ao fim da obra, nota-se que o posicionamento (de crítica, valorização, comparação) de Humboldt se transforma conforme o tema tratado. Embora houvesse um limite para a interpretação e o uso das crônicas (limite dado pela fonte em si), as apropriações feitas pelo naturalista prussiano são polissêmicas. Tal como apontou Michel De Certeau, a leitura de uma obra é uma apropriação inventiva, na qual são produzidos sentidos que muitas vezes não foram atribuídos por seus autores, análise que também pode ser aplicada ao estudo de *Examen Critique* e *Quadros da Natureza*, uma vez que a recuperação das crônicas tinha objetivos muito distintos daqueles que possuíam seus autores e variavam conforme a intenção de Humboldt. Com o objetivo de tornar mais compreensíveis os usos de Alexander von Humboldt das crônicas, foram agrupadas em quatro conjuntos que correspondem a posturas diversas do naturalista em relação a essas fontes: a crônica como documento para o estudo do passado comprovando suas asserções; referências às crônicas como detentoras de um conhecimento de outras áreas que não a história; comparações entre trechos de cronistas visando a encontrar maior exatidão; e, por fim, trechos onde estabeleceu críticas às crônicas e uma possível incúria dos autores com a verdade<sup>111</sup>.

Em *Examen Critique*, Humboldt tinha como objetivos analisar os eventos e avanços ocorridos entre os séculos XV e XVI no campo da geografia e navegações. Assim, as crônicas tornaram-se uma de suas principais fontes, utilizando-as para validar suas argumentações historiográficas. Muitas vezes a ênfase na fiabilidade desses documentos repousava justamente no

---

<sup>111</sup> Optou-se neste trabalho por realizar uma análise discursiva das passagens nas quais Humboldt cita os cronistas. Algo que conduziu, conseqüentemente, a seleção de determinadas passagens. Contudo essas escolhas não significam um caráter parcial à pesquisa, uma vez que elas não foram ao acaso, bem como a interpretação foi feita sempre tendo em mente a relação com o todo. Outro ponto, caso fosse feita uma análise quantitativa das referências, perceber-se-ia que os cronistas mais empregados por Alexander von Humboldt são os mesmos que aqui estão sendo nomeados e analisados.

fato de que, anteriormente, eram vistos como dignos de pouco crédito, como demonstrou Jorge Cañizares-Esguerra. O trecho a seguir, no qual Alexander von Humboldt analisou os cronistas Pedro Mártir de Anglería e Juan Ponce de León, evidencia esse aspecto: “*Ambos [Juan Ponce de León e Anglería] são anteriores a 1514 e pertencem a uma época em que a recordação dos primeiros descobrimentos ainda estava fresca na memória*”<sup>112</sup>. Segundo o autor prussiano, a proximidade temporal seria um sinal de confiança nas informações contidas nesses escritos, uma vez que teriam presenciado os eventos. O testemunho ocular era compreendido como sinônimo de veracidade.

Em outros momentos, Alexander von Humboldt mostrava-se como historiador ao recorrer às crônicas como evidências textuais de suas afirmativas. Um exemplo disso encontra-se em um dos apêndices de *Examen Critique*, onde ele recorreu aos escritos de Gonzalo Fernández de Oviedo e de Fernando Colón para comprovar a importância das ideias oriundas de obras da Antiguidade no período em que os europeus começaram a realizar as navegações atlânticas<sup>113</sup>. Ou ainda, descrevendo os costumes alimentares dos indígenas e sua prática da pecuária, Humboldt se valeu da referência a Gómara<sup>114</sup>. Os cronistas muitas vezes eram valorizados individualmente pelos relatos que escreveram, como especialistas em determinado conhecimento.

“(…) em tudo se mostra Pedro Mártir de Anglería superior em capacidade, examinando os fatos com impaciente curiosidade e variabilidade de imaginação próprias de um século ávido de instrução e de glória.”<sup>115</sup>

O funcionário real e cronista Polo de Ondegardo também teve seu relato caracterizado como um “*testemunho digno de fé*”<sup>116</sup>. Adjetivos como erudito, sagaz, cuidadoso foram atribuídos por Humboldt aos cronistas em relação aos seus escritos. Mesmo a leitura dessas obras, especialmente daquelas atribuídas a Colombo, era apontada como motivadora de prazer. Acreditava que espanhóis e portugueses não exploraram a América apenas em busca de ouro,

---

<sup>112</sup> “(…) Ambos son anteriores a 1514, y pertenecen a una época en que el recuerdo de los primeros descubrimientos estaba aún fresco en la memoria.” HUMBOLDT, *Cristóbal Colón y el descubrimiento de la América*, Op. Cit., p. 142.

<sup>113</sup> *Ibid.* p. 306.

<sup>114</sup> HUMBOLDT, *Quadros da Natureza*, Op. Cit., pp. 152-153.

<sup>115</sup> “(…) en todo muéstrase Pedro Mártir de Anghiera de superior ingenio, examinando los hechos con la impaciente curiosidad y movilidad de imaginación propias de un siglo ávido de instrucción y glória”. HUMBOLDT, A. *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*. Vol II, Op.Cit. , p. 362.

<sup>116</sup> HUMBOLDT, *Quadros da Natureza*, Op. Cit., p. 213.

como alguns críticos faziam transparecer. Os europeus de todos os cantos, inclusive ibéricos, aventuraram-se pelo continente e produziram obras poéticas e de qualidade<sup>117</sup>.

No entanto, a valorização das crônicas não se restringia ao seu papel enquanto fontes de informações sobre o passado. Alexander von Humboldt afirmava que elas contribuíram significativamente na produção de conhecimentos científicos relevantes não somente para os séculos XV e XVI, mas também com saberes importantes para sua época. Por acreditar que a história percorre um caminho de desenvolvimento gradual, lento e contínuo em direção ao progresso humano, Humboldt tinha como suposição que todos os êxitos obtidos no campo do conhecimento eram fundamentais para alcançar resultados consistentes. Logo, não descarta como digno de interesse nenhum avanço que tenha ocorrido em épocas anteriores, mesmo da Antiguidade ou Idade Média. Somando esse fato, o Renascimento é apontado pelo prussiano como um período ímpar na história, no qual houve um engrandecimento das ideias, da visão de mundo e da capacidade de observação, sendo considerados os homens desse momento, de navegadores a missionários, tão grandiosos quanto o contexto em que viviam<sup>118</sup>. Atribuía aos séculos XV e XVI o estágio de origem das ideias sobre a física do globo, tempo no qual houve uma ampliação das noções geográficas e de história natural, e, portanto, digno de estudo. Os atores principais desse momento foram, para Humboldt, os navegadores e descobridores, que se lançaram corajosamente pelos oceanos. No entanto, também eram vistos de maneira extremamente positiva aqueles que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento do saber. Nesse cenário, alguns cronistas passam a ser encarados como pioneiros na formulação de alguns princípios que para o naturalista eram caros.

“Quando se estuda os primeiros historiadores da conquista e compara-se suas obras, sobretudo as de Acosta, de Oviedo e de Barcia, às investigações de viajantes modernos, surpreende-se encontrar o germe das mais importantes verdades físicas nos escritores espanhóis do décimo sexto século.”<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> HUMBOLDT, Alexandre de. *Voyages dans l'Amérique équinoxiale*. Vol. II. Itinéraire. Paris : FM/ La Découverte, 1980, p. 13.

<sup>118</sup> HUMBOLDT, A. *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*. Vol I, *Op.Cit.* , p. 14.

<sup>119</sup> “Cuando se estudian los primeros historiadores de la conquista y se comparan sus obras, sobre todo, las de Acosta, de Oviedo y de Barcia, a las investigaciones de los viajeros modernos, sorprende encontrar el germen de las más importantes verdades físicas en los escritores españoles del decimosexto siglo.” HUMBOLDT, A. *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*. Vol I, *Op.Cit.* , p. 16.

Em especial José de Acosta e Gonzalo Fernández de Oviedo foram apontados por Humboldt, em diferentes passagens, como autoridades científicas e não apenas como fontes para a reconstrução histórica daquele momento.

“O fundamento do que é nomeado atualmente como física do globo, deixando à parte as considerações matemáticas, está contida na obra do jesuíta José de Acosta, intitulada *Historia natural y moral de las Indias*, bem como naquela de Gonzalo Hernandez [sic] de Oviedo.”<sup>120</sup>

Estes dois trechos não constituíam exceções. De modo menos direto e em reiterados momentos, Humboldt conferiu importância às informações apresentadas pelas crônicas. Nota-se, desse modo, um posicionamento valorativo das obras do início do período moderno sobre o Novo Mundo, postura muito diversa daquela encontrada em autores como Muñoz e de Pauw, expostos na introdução e no segundo capítulo, respectivamente. Tal mudança somente pode ser entendida através das transformações epistemológicas ocorridas entre os séculos XVIII e XIX. O aparecimento de uma nova concepção de história e de novos pressupostos para o estudo da natureza fez com que as crônicas de inventários de erros fossem vistas como precursoras de um conhecimento ainda importante para os oitocentos.

Um terceiro uso de Humboldt das crônicas estava pautado na comparação e não era totalmente valorativo de todas as crônicas, mas estabelecia uma hierarquização. Os eventos descritos pelos cronistas eram contrapostos, visando à reconstrução mais fidedigna do passado. Em uma postura característica da historiografia oitocentista, a crítica documental era realizada como forma de garantir a credibilidade das asserções feitas pelo prussiano. Abordando os episódios referentes ao percurso e aos problemas enfrentados por Colombo durante a viagem marítima realizada em 1492, Humboldt observou o silêncio de Las Casas frente a fatos que considera importantes (a presença de determinadas algas no oceano e a ausência de ventos para que se pudesse navegar), enquanto Fernando Colombo colocou bastante ênfase e dramaticidade nos mesmos eventos.

“(…) Não se leva em conta, na verdade, nos extratos que Las Casas conservou do diário de Colombo, as apreensões que causaram estas massas de ervas marinhas, nem as murmurações da tripulação (...). Unicamente

---

<sup>120</sup> “Le fondement de ce que l’on nomme aujourd’hui la physique du globe, en laissant à part les considérations mathématiques, est contenu dans l’ouvrage du jésuite Joseph Acosta, intitulé *Historia natural y moral de las Indias*, ainsi que dans celui de Gonzalo Hernandez de Oviedo.” HUMBOLDT. *Voyages dans l’Amérique équinoxiale*. Vol. II., *Op. Cit.*, p. 18.

Fernando Colombo, na ‘Vida’ de seu pai, trata de pintar, de maneira um tanto dramática, as inquietações dos marinheiros.”<sup>121</sup>

As comparações também surgiam no sentido de qualificar uma obra em relação à outra. As narrativas de um mesmo fato eram postas lado a lado, e por meio de uma avaliação, Humboldt estabelecia sua seleção entre as que eram mais dignas de verossimilhança. Em determinada passagem, por exemplo, Humboldt elencou diversos cronistas, avaliando-os conforme sua imparcialidade, considerada uma característica positiva e almejada. Considerava Gómara mais isento que o autor de *Sumario de la Natural Historia de las Indias*, também considerado ingênuo em seus textos<sup>122</sup>. Outras crônicas foram vistas como exageradas quando cotejadas com outras. Assim, a partir da adjetivação, estabelecia-se uma hierarquização dos cronistas quanto à credibilidade e à possibilidade de uso como fonte de informação. Esta classificação não se dava apenas pela confrontação de textos sobre um mesmo assunto, mas podia ser determinada pela atuação daquele que teve contato com o Novo Mundo. Humboldt, de maneira geral, acreditava que as observações mais importantes feitas ao longo da chegada dos europeus à América foram realizadas por agentes pacíficos como funcionários reais e missionários, atribuindo para as obras desses um status superior em relação aos escritos dos conquistadores<sup>123</sup>.

Outros documentos, muitas vezes, eram utilizados para contrastar com as crônicas, como cartas, mapas ou outras obras científicas. É o caso da menção a uma carta escrita por Cristóvão Colombo a Paolo Toscanelli (astrônomo e geógrafo florentino), que foi comparada às obras de alguns cronistas. Datada de 1474, ela revela que o genovês tinha a intenção de navegar em direção a Oeste antes do que acreditavam os autores quinhentistas. Humboldt enfatiza a relevância desse documento justamente porque “*Esta data tem importância para a história do descobrimento da América, porque diretamente contradiz o conto que referem o Inca Garcilaso, Gómara e Acosta...*”<sup>124</sup>

Portanto, seu juízo de valor não era uniforme. As crônicas não eram vistas como documentos infalíveis que refletiam a verdade total sobre o passado, não merecendo qualquer ponto de crítica. Metodologicamente, Humboldt, em diversos momentos, afirmou ser preciso

---

<sup>121</sup> HUMBOLDT. *Quadros da Natureza*, Op. Cit., p. 61.

<sup>122</sup> HUMBOLDT, A. *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*. Vol II, Op.Cit. , p. 206.

<sup>123</sup> HUMBOLDT, Alexandre de. *Voyages dans l’Amérique équinoxiale*. Vol. II, Op. Cit., p. 16.

<sup>124</sup> “Esta fecha no carece de importancia para la historia del descubrimiento de la América, porque directamente contradice el cuento que refieren el inca Garcilaso, Gómara e Acosta...” HUMBOLDT, A. *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*. Vol I, Op.Cit., p. 106.

cautela na análise das fontes e sempre atestar a veracidade das informações contidas nelas. Em alguns trechos de *Examen Critique* Humboldt julgou as crônicas como incertas, especialmente em relação às datas (que deveriam ser exatas para validar a informação<sup>125</sup>), lacônicas, exageradas e tendenciosas: “(...) *O historiógrafo Oviedo e Las Casas confiam demais em suas memórias e confundem frequentemente as datas e os fatos*”<sup>126</sup>. Percebe-se, assim, que havia um olhar crítico do autor, que não aceitava passivamente as informações contidas nas fontes. Visão que não se colocava em contradição com a atitude anterior de valorização das crônicas – embora fossem posturas opostas –, mas estava imbricada com sua concepção de história e de metodologia. As obras de autores quinhentistas não eram encaradas como um repositório de equívocos e de inverossimilhanças, mas não estavam isentas das críticas textuais que caracterizaram o saber histórico do período e também eram manejadas por Humboldt.

“(...) retomando as fontes, é preciso estudar as obras que são caracterizadas umas pela inocência da velha linguagem e uma admirável exatidão nas descrições, e outras por uma prolixidade enfática e o gosto de uma falsa erudição, própria dos escritores monásticos.”<sup>127</sup>

Os juízos de valor negativos de Humboldt em relação às crônicas expostos no parágrafo anterior não significam uma aversão do naturalista prussiano às crônicas. Mesmo porque, em relação ao estilo de descrição do mundo natural, Alexander von Humboldt admirava os escritores daquele período, especialmente Cristóvão Colombo. Para ele, antes de George Washington e Benjamin Franklin, as três grandes figuras históricas americanas existentes foram Cortés, Raleigh e Colombo, sendo esse último dignitário da mais alta consideração, tanto que *Examen Critique* pode ser considerado (em partes) uma espécie de panegírico ao navegador genovês.

Embora não acreditasse que os acontecimentos mais importantes necessitassem de heróis, Humboldt afirmava que os grandes homens aumentavam as possibilidades de êxitos no cumprimento de um progresso contínuo da razão e da humanidade, pois seriam capazes de servir-se das inspirações dos contextos de sua época e das anteriores. Assim, Colombo era visto como um grande homem justamente por ter contribuído, a partir dos saberes e ferramentas de que dispunha, para o engrandecimento do conhecimento sobre o mundo. O estudioso prussiano

---

<sup>125</sup> HUMBOLDT, A. *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*. Vol I, *Op.Cit.*, p. 359.

<sup>126</sup> HUMBOLDT, A. *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*. Vol II, *Op.Cit.*, p. 207.

<sup>127</sup> “(...) en remontant aux sources, il a fallu étudier des livres dont les uns sont caractérisés par la candeur du vieux langage et une admirable exactitude de description, les autres par une prolixité emphatique et cet goût d’une fausse érudition propre aux écrivains monastiques.” HUMBOLDT, *Examen Critique*, *Op. Cit.*, p. XII.

sustentava que por meio do descobrimento do Novo Mundo, emergiram novos objetos de estudo e reflexões, que tiveram como consequência o progresso do pensamento humano e o desenvolvimento de todas as ciências<sup>128</sup>.

Alexander von Humboldt também admirava o senso de observação e a sagacidade que possuía Colombo, especialmente em relação à natureza, características que transpareceriam em suas descrições consideradas nobres e simples, mas capazes de reproduzir, nas almas sensíveis, as belezas e emoções que sentiu ao olhar aquelas paisagens. Concebia os escritos de Colombo como modelos, tanto que os definiu em determinadas passagens com a expressão que nomeava o seu modo de descrever a natureza. Para referir-se aos relatos colombianos, usou o termo *quadros da natureza*:

“Nestes quadros da natureza (por que não dar tal nome a trechos descritivos repletos de encanto e verdade?) o velho marinheiro mostra algumas vezes uma riqueza de estilo que saberão apreciar os iniciados nos segredos da língua espanhola e preferirão o vigor do colorido a uma correção severa e exata.”<sup>129</sup>

Retomando as ideias de Mary Louise Pratt, nota-se nessa admiração uma reiteração das imagens formadas pelos primeiros europeus ao chegarem ao continente americano. As narrativas sobre a natureza presentes em diversas crônicas, as quais exaltavam a variedade de espécies, a exuberância das matas, os rios caudalosos e a magnitude dos cenários com os quais os homens daquele período se deparavam, também estiveram manifestas em obras humboldtianas.

“(…) Às vezes o rio é limitado por florestas dos dois lados formando um canal de cerca de 300 metros de largura. (...) Os grandes quadrúpedes dessa região, os tigres, as antas, os javalis, fizeram aberturas nas sebes de Sauso... por onde saem quando vêm beber água do rio. Como não temem a aproximação da canoa têm-se o prazer de observá-los contornando lentamente a margem... até que desaparecem na floresta. (...) Confesso que essas cenas frequentes sempre me atraíram. O prazer provado em observar não se deve apenas ao interesse que tem o naturalista em seu objeto de estudo, está ligado a um sentimento comum a todos os homens que se elevam com os hábitos da civilização. Quando se vê em contato com um mundo novo, com uma natureza selvagem e indomável.”<sup>130</sup>

---

<sup>128</sup> HUMBOLDT, A. *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*. Vol II, *Op.Cit.*, p. 104-105.

<sup>129</sup> “En estos cuadros de la naturaleza (¿ por qué no dar tal nombre a trozo descriptivos llenos de encanto y de verdad?) el viejo marino muestra algunas veces una riqueza de estilo que sabrán apreciar los iniciados en los secretos de la lengua española y prefieran el vigor del colorido a una corrección severa y compasada.” *Ibid.*, p. 158.

<sup>130</sup> Quelquefois le fleuve est bordé de forêts des deux côtés, et forme un canal droit de 150 toises de large. (...) Les grands quadrupèdes de ces régions, les tigres, les tapirs et les sangliers Pécari, ont fait des ouvertures dans la haie de Sauso. (...) C'est par-là que sortent les animaux sauvages, lorsqu'ils viennent boire à la rivière. Comme ils craignent

Além disso, o sentimento despertado na contemplação do mundo natural americano resgata a noção de natureza primal, como Pratt havia mencionado em seu trabalho. Embora não seja o mesmo Paraíso que Colombo descrevia no século XV, carregado de uma concepção cristã de mundo, a visão que Humboldt tem da natureza do Novo Mundo ainda é paradisíaca, apesar de ser mediada por um cientificismo característico desse naturalista<sup>131</sup>.

“A recordação de um país distante e abundante em todos os dons da natureza, o aspecto de uma vegetação livre e vigorosa; reanimam e fortificam o espírito, oprimidos pelo presente, deleitamo-nos em fugir dele para gozar dessa singela grandeza que caracteriza a infância do gênero humano.”<sup>132</sup>

Assim, observa-se a reprodução de uma série de imagens e adjetivos que também eram empregados nas crônicas coloniais. No entanto, não se pode qualificar o discurso de Alexander von Humboldt como cópia ou mera derivação daquilo que já havia sido escrito, mesmo porque os sentidos que determinado discurso possui não estão nas palavras, mas “*nas relações com a exterioridade, nas condições em que são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos*”<sup>133</sup>, ou seja, a apropriação de Humboldt das crônicas coloniais adquiriu um novo significado, não mais redutível àquele que havia sido inicialmente produzido, uma vez que se encontrava em outro período histórico, com determinações e aspirações diferentes daquelas que eram compartilhadas por homens como José de Acosta. As palavras utilizadas podem até ser as mesmas, mas o sentido está para além delas.

A utilização de tais repertórios comuns às crônicas conduz à construção de uma representação de natureza americana simultaneamente próxima e dessemelhante. A conformidade talvez resida na admiração que Alexander von Humboldt possuía pelos cronistas, principalmente em relação a Colombo, que possibilitava inclusive uma imitação no sentido de ser um novo descobridor, de revelar ao Velho Mundo as paisagens que, por séculos, permaneceram esquecidas. Ainda que não se intitule como redescobridor, a postura humboldtiana em

---

peu l'approche d'un canot, on a le plaisir de les voir longer lentement le rivage, jusqu'à ce qu'ils disparaissent dans la forêt en entrant par un des passages étroits que laissent les buissons de distance en distance. J'avoue que ces scènes, qui se répètent souvent, ont toujours conservé le plus grand attrait pour moi. Le plaisir que l'on éprouve n'est pas dû seulement à l'intérêt que prend le naturaliste aux objets de son étude, il tient à un sentiment commun à tous les hommes qui sont élevés dans les habitudes de la civilisation. On se voit en contact avec un monde nouveau, avec une nature sauvage et indomptée. HUMBOLDT, Alexandre de. *Voyages dans l'Amérique équinoxiale*. Vol. I, *Op. Cit.*, p. 86.

<sup>131</sup> OVIEDO, Rocío. “Configuraciones de lo real maravilloso”. ERICKSON, *Op. Cit.*, pp. 237- 241.

<sup>132</sup> HUMBOLDT, *Quadros da Natureza*, *Op. Cit.*, p. 212.

<sup>133</sup> ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e fundamentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005, p. 30.

determinados trechos de suas obras é a de um narrador de novidades e de grandes feitos, tal qual foram alguns dos autores quinhentistas. Por sua vez, a diferença está baseada no fato de que a leitura feita das obras do início do período moderno e as representações sobre mundo natural americano que Humboldt e seus contemporâneos criaram<sup>134</sup> foram outras e constituíam novos sentidos, uma vez que as configurações históricas e epistemológicas já não eram mais as mesmas.

A análise que foi feita nas páginas precedentes confirmam que, de certa forma, a visão de natureza e as descrições formuladas por Humboldt foram influenciadas pelo contato que o autor teve com as crônicas. Também ratificam que, longe de ser homogênea, as leituras e apropriações eram polissêmicas, variando conforme o tema, mas sempre de acordo com os critérios de verdade estabelecidos no período. Isto significa que a rejeição ou valoração de determinada informação contida na crônica relacionavam-se aos pressupostos epistemológicos vigentes. Aliás, a reabilitação das crônicas enquanto fontes de conhecimento somente foi possível devido às alterações da *epistémê* ocorridas entre o final do século XVIII e o início do século XIX. As transformações epistemológicas permitiram concomitantemente que as representações da natureza dos cronistas dos séculos XV e XVI fossem resgatadas e suas obras encaradas como fontes de saber.

---

<sup>134</sup> É importante notar que no mesmo período que Humboldt escreveu, um grande interesse pelo Novo Mundo surgiu na Europa, especialmente entre a intelectualidade alemã, que se dedicou a estudar a expansão marítima europeia como evento inaugural da modernidade. Cf. LAUDIN, Gérard. “Renaissancé médiévale et naissancé des temps modernes: le XVI<sup>e</sup> siècle des erudits allemands de la fin des Lumières.” *In* : MASSEN, Didier e TATIN-GOURIER, Jean-Jacques (dir.). *Les représentations du XVI<sup>e</sup> siècle et de la Renaissance aux XVIII<sup>e</sup> et XIX<sup>e</sup> siècles*. Tours : Université François Rabelais, 2002.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos três capítulos dessa dissertação tentei tornar evidente ao leitor a associação, em diferentes momentos históricos, entre a natureza e a América. As observações, as descrições, as avaliações, as asserções a respeito do mundo natural americano extrapolavam o campo das ciências naturais, permeavam discursos teológicos, políticos, sociais e morais. A força do argumento “natureza” fez com que, para grande parte dos autores aqui analisados, fossem os elementos físicos orgânicos e inorgânicos os caracteres determinantes e explicativos do Novo Mundo. Não eram eles os únicos na caracterização do continente, outros pontos também eram avaliados, mas a leitura das fontes selecionadas sugere um protagonismo da natureza na definição da representação do Novo Mundo. Da mesma forma, creio que demonstrei que essa associação entre a América e o mundo natural não se dava de forma mecânica, muitas vezes ocorria de forma fluída e não explícita.

Além disso, procurei salientar a importância das crônicas na construção de uma imagem de natureza americana. Como textos fundadores da percepção europeia em relação ao Novo Mundo, os escritos dos cronistas foram pontos de diálogos para autores posteriores, tanto na recusa das descrições presentes nessas obras quanto no estabelecimento de correspondências textuais que ratificariam argumentos. Em outras palavras, tentei demonstrar que, mesmo em épocas em que se rechaçavam as crônicas como documentos críveis, elas ainda eram lidas e utilizadas, variando o tipo de leitura e ressignificação dado em cada momento. Somente por meio de uma análise epistemológica foi possível rastrear as alterações nas leituras e nos significados conferidos às crônicas. O estudo dos pressupostos epistemológicos que alicerçavam o saber também se tornou importantíssimo para a compreensão da constituição das representações da natureza americana. A associação entre *epistémê*, natureza e crônica foi um elemento-chave no transcorrer deste trabalho.

Contudo, até mesmo a escolha pelo termo *epistémê*, tantas vezes citado ao longo dos capítulos, denuncia um posicionamento teórico. Nas etapas iniciais de minhas investigações, via com certo receio a incorporação das análises de Michel Foucault em meu trabalho, uma vez que não foi objeto de reflexão deste autor a América, muito menos as crônicas. No entanto, a leitura dos documentos indicava laços com as asserções de Foucault que eu não poderia ignorar. Não tentei condicionar as fontes às conclusões teóricas, o processo inverso ocorreu no transcorrer da

pesquisa. Ainda assim, pairava um desconforto nessa associação entre as afirmações de Foucault e as crônicas. Por algum tempo, um elemento me escapou e foi justamente ele que me permitiu que eu entendesse o porquê dessa relação. Todos os autores que analisei foram europeus que escreveram para um público europeu e comungavam de uma lógica discursiva europeia. Logo, o estudo de Foucault em *As palavras e as coisas* possuía pontos de convergência com as fontes que analisava, pois seus objetos de investigação estavam inseridos no mesmo universo cognitivo. Por meio das análises foucaultianas foi possível perceber os mecanismos que produziram o saber contido nas crônicas e como as alterações sofridas por esses elementos posteriormente permitiram que as fontes produzidas entre os séculos XV e XVI fossem julgadas como inverossímeis ou sem credibilidade.

No segundo capítulo apresentei a ideia que alicerça as argumentações da dissertação, ou seja, de que a credibilidade das crônicas, as representações da natureza e as transformações epistemológicas não devem ser compreendidas como fenômenos isolados. A historiografia sobre as crônicas e, especialmente, sobre a disputa do Novo Mundo das últimas quatro décadas, enfatizou os aspectos políticos ligados aos debates em torno do mundo natural americano, mas não se aprofundou na análise do impacto da epistemologia nesses processos. As transformações na *epistémê* foram fundamentais para a configuração de uma noção de natureza, bem como determinantes na validação da credibilidade das crônicas. Alguns autores obliteram essa interação, optando por uma análise que focaliza nos escritos, especialmente de autores *criollos* no século XVIII, o nascimento de um sentimento patriótico. Não pretendo contestar tais trabalhos, apenas mostrar uma outra e importante faceta presente nestes discursos, que aliás são fontes extremamente discutidas e estudadas, mas ainda com inúmeras possibilidades de análise.

Outro ponto importante é a questão do resgate das crônicas. Não se trata, portanto, de um retorno a documentos que foram esquecidos por um determinado período, de obras que deixaram de ser lidas pela comunidade letrada, mas de uma reabilitação das crônicas enquanto fontes de conhecimento sobre o passado ou mesmo de saberes científicos, como Humboldt enfatizou em diferentes trechos de sua obra. Não me parece ser coincidência o fato de que as crônicas foram restituídas em um momento no qual as viagens e seus relatos ganhavam repercussão e eram cada vez mais lidas. Tanto os cronistas quanto os exploradores dos setecentos possuíam um objetivo<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Obviamente, que em cada momento havia outros motivos que levavam os autores a escrever sobre a América, mas a narrativa de lugares e povos distantes apresentava-se como comum para essas épocas.

semelhante: narrar sobre outros lugares e populações. Esse propósito comum, embora tenha sido concretizado de forma diversa em cada um dos períodos, pode ser uma das explicações para esse diálogo, mas não é a única.

A figura de Alexander von Humboldt foi escolhida justamente para responder esse questionamento de forma mais profunda. Sua singularidade reside em diversos fatores: por ser um escritor cujo reconhecimento de sua importância atingiu os dois lados do Atlântico, por sua influência entre viajantes que percorreram a América no século XIX e mesmo entre as elites locais, por seus trabalhos nas mais diversas áreas do saber, por ser considerado por muitos como redescobridor da América, entre outros pontos. A avaliação minuciosa de suas obras evidenciou a polissemia tanto dos textos produzidos no século XVI quanto dos escritos do próprio prussiano. Humboldt reabilitou as crônicas, no entanto, constituiu novos sentidos àquelas obras, os quais não eram os mesmos que no início do período moderno, bem como diferiam daqueles significados dados pelos autores durante os setecentos. Como apontou Jean Marie Goulemot o sentido de determinado texto em dado momento está além dos significados das palavras e frases, é constituído historicamente<sup>2</sup>. Além da singularidade da leitura feita por cada indivíduo – que ganha novos sentidos de acordo com suas memórias, e as comparações com o que foi lido antes – o significado de um texto também pode variar de acordo sua historicidade. O sentido de uma obra está condicionado ao momento histórico em que ela é lida. A partir disso, entende-se a reabilitação das crônicas por Alexander von Humboldt como uma leitura vinculada a um momento histórico específico e produtora de novos sentidos. Segundo Robert Darnton, as interpretações pertencem a configurações culturais, as quais variam através dos tempos<sup>3</sup>. A leitura e a apropriação feitas por Humboldt das crônicas estavam ligadas a uma noção de história e de ciência particular do século XIX. Se o naturalista prussiano afirmava encontrar naqueles escritos as verdades da geografia física, isso não significa que os autores das crônicas buscassem elucidar as mesmas questões, muito pelo contrário, estudiosos como Acosta debatiam por meio de uma concepção de ciência totalmente diversa e tinham objetivos e objetos de estudos que diferiam muito do que almejava Humboldt. Da mesma forma a interpretação que o prussiano fez das crônicas distinguia-se da leitura de Buffon e Muñoz devido à historicidade ser outra – lembremos

---

<sup>2</sup> GOULEMOT, Jean Marie. “Da leitura como produção de sentidos”. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 108.

<sup>3</sup> DARNTON, Robert. “História da leitura”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 233.

o impacto que 1789 teve não somente para política, mas também para o mundo das ideias. A valorização das obras dos cronistas enquanto de conhecimentos estava vinculada a uma alteração epistemológica, principalmente na história e nas ciências naturais.

A recuperação de escritos como os de José de Acosta e Oviedo somente foi possível graças a uma concepção de história que via nas épocas passadas uma prerrogativa para o presente. Para Humboldt, o passado era importante e suas produções deveriam ser estudadas, uma vez que constituíam etapas necessárias ao progresso da razão. Nota-se um posicionamento que privilegia a continuidade. Em *Examen Critique*, defendia que as origens e explicações para as grandes navegações realizadas por espanhóis e portugueses deveriam ser buscadas nos avanços graduais ao longo da Antiguidade e Idade Média. Tais desenvolvimentos teriam culminado no evento que Humboldt considerava como mais emblemático no progresso da humanidade até então, a chegada dos europeus à América e a exploração de outros continentes. Sendo tão importante, na visão do naturalista prussiano, este evento, obviamente que as crônicas passam a ser consideradas como documentos fundamentais para a história da humanidade.

Por outro lado, os escritos do início do período moderno eram encarados por Alexander von Humboldt como detentores de um saber das ciências físicas. Essa importância pode ser entendida se levarmos em conta a compreensão do mundo proposta por Humboldt. Ele defendia a apreensão total da natureza, uma visão de conjunto dos fenômenos e dos seres vivos, concepção muito diversa quando comparamos com as análises feitas por naturalistas como Lineu. A procura pela harmonia dos processos e uma unidade do globo aproxima Humboldt dos cronistas. José de Acosta, Oviedo e seus contemporâneos partiam de uma noção de unidade do mundo como fruto da criação divina. Ou seja, tanto a América quanto a Europa e os demais continentes deveriam ser entendidos como partes de um mesmo mundo, uma vez que eram parte da criação de Deus e, por isso, una. Obviamente, que os argumentos que sustentam cada uma das visões de unidade do globo são completamente diversos. As crônicas estavam pautadas em um argumento teológico; já Alexander von Humboldt entendia o mundo como um organismo vivo, com processos e funções imbricados, cuja compreensão somente era possível a partir da visão do todo. No entanto, a percepção que era formada em ambos momentos partia de uma mesma perspectiva: a noção de conjunto.

Assim, Humboldt pôde reabilitar as crônicas como fontes de informação, mas também como modelo descritivo. Logo, explicam-se os elogios a Acosta e Colombo apresentados no

capítulo três. Entretanto, como mencionei acima, o naturalista prussiano, de forma alguma, reiterava as crônicas, já que excluía o argumento teológico de sua análise, mas conferia um novo sentido àqueles “velhos” e “conhecidos” documentos.

Antes de finalizar estas últimas considerações, vale a pena refletir sobre dois pontos. O primeiro está ligado a uma constatação a partir da leitura das fontes. Embora todos os documentos tenham como temática a América, o centro das preocupações continuou a ser o Velho Mundo. Humboldt, Buffon, Anglería, Acosta, de Pauw e outros buscaram respostas na América a anseios e questionamentos europeus. Assim, uma questão que para mim ainda permanece sem resposta é: até que ponto o saber sobre a América – pelo menos o que foi construído até o século XIX – revela mais sobre Europa do que a América? Também me perguntava de que forma repetimos uma apreensão etnocêntrica em nossas práticas historiográficas.

O segundo aspecto que acredito ser fundamental considerar é o resultado dessa ligação entre a América e a natureza. A representação humboldtiana da natureza americana consagra uma visão na qual o continente apresenta-se como um espaço onde elementos físicos têm maior preponderância em relação aos povos e culturas ali presentes. Como afirmaram Luiz Estevam de Oliveira Fernandes e Mary Louise Pratt o elemento humano é apagado das análises de Humboldt, que privilegiou uma visão de mundo natural exuberante. A consequência disso é uma imagem da América como um local com possibilidades e riquezas múltiplas e, por isso mesmo, aberto à exploração, preferencialmente, daquele que vem de fora. Concordo com Pratt no que concerne à relação entre o discurso humboldtiano e a legitimação de práticas e representações imperialistas. Até mesmo o interesse de Humboldt pelas crônicas e pelo início do período moderno estava vinculado a esse momento específico de expansão econômica e política da Europa no século XIX, o qual remetia aos séculos XV e XVI na busca de respostas para questões que ainda eram pertinentes.

Por fim, vale ressaltar que a análise do processo de constituição da América enquanto saber permite uma reflexão mais ampla sobre a construção do conhecimento e das ciências no Ocidente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Fontes

ANGLERÍA, Pedro Mártir de. *Décadas Del Nuevo Mundo*. Madrid: Ediciones Polifemo, 1989.

COLOMBO, Cristóvão. “16 de outubro de 1492” *Diarios de Colón*. Alicante: Biblioteca Miguel de Cervantes; Madrid: Fundación Antonio José de Castro, 2006. Disponível em: <http://descargas.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/91348286998794384188868/019985.pdf?incr=1> . Acessado em 16/04/2009.

COLÓN, Hernando. *Historia Del Almirante Cristóbal Colón*. Edição digital baseada na edição de Madrid, 1892. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes; Madrid: Biblioteca Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=21388> acessado em 23/02/2009.

DE PAUW, *Recherches philosophiques sur les Américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l'Histoire de l'Espèce Humaine. Avec une Dissertation sur l'Amérique & les Américains*. Paris : G. J. Decker, 1768-1769. Disponível em : <http://gallica2.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k821053> , acessado em 10/08/2009.

FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Sumario de la natural historia de las Indias*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo/ Universidad de Bogotá “Jorge Tadeo Lozano”, 1995.

HUMBOLDT, A. von. *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*. Vol. I e II, Madrid: Librería de los sucesores de Hernando, 1914. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/FichaAutor.html?Ref=2332&portal=0> , acesso em 17/01/2009.

\_\_\_\_\_. *Examen Critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique aux quinzième et seizième siècle*, Tomo I, II, III, IV e V. Paris: Libraire de Gide, 1836. Versão digitalizada disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=MdJ7HAAACAAJ&dq=Examen+Critique+de+l%E2%80%99histoire+de+la+g%C3%A9ographie+du+nouveau+continent+et+des+progr%C3%A8s+de+l%E2%80%99astronomie+Humboldt&lr=&ei=YTM1SeD0Fo2YMoe4wcsG> Acesso em 03 de fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_. *L'Amérique Espagnole en 1800*. Paris : Calmann Lévy, 1990.

\_\_\_\_\_. *Quadros da Natureza*, vol. I e II. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1970.

\_\_\_\_\_. *Sites des Cordillères et Monuments des Peuples indigènes de l'Amérique*. Paris : Editions Jean Michel Place, 1989.

\_\_\_\_\_. *Tableaux de la nature*, vol I. Nanterre: Éditions Européenes Erasme, 1990.

\_\_\_\_\_. *Voyages dans l'Amérique équinoxiale*, vol. 1 – Itinéraire. Paris : François Maspero / La Découverte, 1980.

HUMBOLDT, Alexander von e BONPLAND, Aimé. Introduction. *Voyage au Nouveau Continent*. Paris: L'Imprimerie de Smith, s.d.

KANT, E. *O que é o Iluminismo?* Disponível em: <http://rgirola.sites.uol.com.br/Kant.htm> acessado em 23/10/2007.

LECLERC, Comte de Buffon, *Histoire Naturelle, Générale et Particulière, avec la Description du Cabinet du Roi. Tome Neuvième*. 1761,. Disponível em : [http://www.buffon.cnrs.fr/ice/ice\\_page\\_detail.php?lang=fr&type=text&bdd=buffon&table=buffon\\_hn&bookId=9&typeofbookDes=hn&pageChapter=&pageOrder=88&facsimile=off&search=no](http://www.buffon.cnrs.fr/ice/ice_page_detail.php?lang=fr&type=text&bdd=buffon&table=buffon_hn&bookId=9&typeofbookDes=hn&pageChapter=&pageOrder=88&facsimile=off&search=no) acessado em 01/07/2009.

MOLINA, Juan Ignacio. *Compendio de la historia geográfica, natural y civil del reino del Chile*. Primeira parte, 1788. Disponível na Biblioteca Digital do Real Jardín Botánico <http://bibdigital.rjb.csic.es/spa/Libro.php?Libro=194&Hojas=>, pp. XV – XVII. Acessado em 26/07/2009.

MUÑOZ, Juan Bautista. *Historia del Nuevo Mundo*. Madrid: Viuda de Ibarra, 1793. Versão digitalizada da primeira edição disponível no endereço eletrônico: <http://www.archive.org/details/historiadelnuevo00mudrich>. Acessado em 02/12/2008 .

ROBINET, Jean-Baptiste René (org.). *Supplément à Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* . Amsterdam: M. M. Rey, 1776/1777.

VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2003.

## 2- Obras de Referência

*Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa 1.0*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

ABBAGNANO, Nicolas. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HONDERICH, Ted (edit.) *The Oxford Companion to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

### 3- Bibliografia

ANDERY, Mária Amália *et. al.* *Para Compreender a ciência*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Espaço e Tempo/ Educ, 1988.

ACEVES PASTRANA, Patricia Elena. “La difusión de la ciencia en la Nueva España en el siglo XVIII: la polémica en torno a la nomenclatura de Linneo y Lavoisier.” In: *Quipu*, vol. 4 (3), setembro-dezembro/1987, pp. 357-385.

ÁLVAREZ-PELÁEZ, R. “La descripción de las aves en la obra del madrileño Gonzalo Fernández de Oviedo.” In: *Asclépio*, vol. XLVIII (1), 1996.

ANADÓN, José. “El inca humanista ‘nueva gentilidad’ y gradiosidad de la naturaleza americana”. In: KOHUT, Karl e ROSE, Sonia V. (eds.). *Pensamiento europeo y cultura colonial*. Frankfurt/ Madrid: Vervuet/ Iberoamericana, 1997.

ARANGO, Diana Soto; BENDER, Martina *et allí* (editores). *Recepción y difusión de textos ilustrados : intercambio científico entre Europa y América en la ilustración*. Madrid: Doce Calles, 2003.

ARBELÁEZ, Maria Soledad. “México en la narrativa del siglo XIX”. In: BESSONE, Tânia M. Tavares e QUEIROZ, Tereza A. Pereira de (orgs.). *América Latina: Imagens, imaginação e imaginário*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Edusp/ Expressão e Cultura, 1997.

ASHWORTH JR., William B. “Emblematic natural history of the Renaissance”. In: JARDINE, N., SECORD, J. A., SPARY, E. C. *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BAIXERAS, Antonio Rodríguez. *Historiadores de Indias*. Madrid: Akal, 1994.

BARAHONA, Ana. “La Historia Natural y el concepto de vida en Buffon”. In: *Revista de Historia de América*, n.º 116, julho – dezembro de 1993.

BARTHES, Roland. “Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França pronunciada dia 07 de janeiro de 1977”. São Paulo: Editora Cultrix, s/d.

BAUAB, Fabricio Pedroso. *O organicismo da natureza dos “Quadros”: um estudo sobre alguns vínculos teóricos que alicerçaram os quadros da natureza de Alexander von Humboldt*. Presidente Prudente, SP: [s.n.], 2001.

BELTRÁN, Enrique. “La Historia de la Ciencia en América Latina”. In: *Quipu*, vol. 1, nº 1, janeiro – abril, 1984, pp. 7- 23.

BÉNASSY, Marie-Cécile e CLÉMENT, Jean-Pierre et al.(coord.). *Nouveau Monde et Renouveau de l'Histoire Naturelle* Vols. I, II e III. Madrid/ Paris: CSIC/ Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1994.

BÉNAT-TACHOT, Louise. “La experiencia en el proceso cognitivo de las sociedades indígenas en la Historia General y Natural de las Indias de Fernández de Oviedo”. In: KOHUT, Karl e ROSE, Sonia V. (eds.). *Pensamiento europeo y cultura colonial*. Frankfurt/ Madrid: Vervuet/ Iberoamericana, 1997.

BENATTI, Antonio Paulo. “História, ciência, escritura e política”. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: IFCH/ Unicamp, 2000.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDÉ, Guy E HERVÉ, Martin. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 2003.

BOURGUET, Marie-Noëlle e LICOPPE, Christian. “Voyages, mesures et instruments : Une nouvelle expérience du monde au siècle des lumières”. In: *Annales HSS*, n.º 5, 1997.

BOURGUET, Marie-Noëlle. “La fabrique du savoir. Essai sur les carnets de voyage d’Alexander von Humboldt”. In: *Alexander von Humboldt im Netz*, vol. VII, n.º 13, 2006.

\_\_\_\_\_. “O Explorador”. In: VOVELLE, Michel (dir.). *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

BOUZA, Fernando. “Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII”. *Cultura* vol. 14, 2002.

\_\_\_\_\_. *Corre Manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BRADING, David A. *Orbe Indiano*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1991.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BUSTAMANTE GARCÍA, Jesús. “Francisco Hernández, Plínio del Nuevo Mundo: tradición clásica, teoría nominal y sistema terminológico indígena en una obra renacentista”. In: QUEIJA, Berta Ares e GRUZINSKI, Serge (coord.). *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilla: CSIC, 1997.

CALDAS, Pedro. “A riqueza do limite: subjetividade e história em Johann Gottfried Herder”. In: *Anima – História, teoria e cultura*, Ano I, n.º 1, 2001.

CAÑIZARES ESGUERRA, Jorge. *Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo – Historiografías, epistemologías e identidades en el mundo Atlántico del siglo XVIII*. México: FCE, 2007.

\_\_\_\_\_. *Nature, Empire and Nations: explorations of the History of Science in the Iberian World*. California: Stanford University Press, 2006.

CAPEL, Horacio. “Naturaleza y cultura; América y el nacimiento de la geografía moderna”. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana M. e MAIA, Carlos A. (org.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo: Edusp/ Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

CARBIA, Rómulo D. *História de la leyenda negra hispano-americana*. Madrid: Centro de Estudios Hispánicos e Hispanoamericanos, 2004.

CARDOSO, Sérgio. “O olhar viajante (do etnólogo)”. In: NOVAES, Adauto (org.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CARDOSO, Walter. “Brasil colonial y Nueva España: afinidades científicas”. In: *Quipu*: vol. 10 (2), maio-agosto/1993, pp. 189-198.

CARPENTIER, Alejo. *Os passos perdidos*. São Paulo: Martins, 2008.

CASTRILLÓN, Alberto. “La expedición científica de Humboldt en America (1799-1804) y el surgimiento de la geografía de las plantas”. In: DIÉZ TORRE, Alejandro R. e PACHECO FERNÁNDEZ, Daniel (orgs.). *De la Ciencia Ilustrada a la Ciencia Romántica*. Madrid: Doce Calles, 1995.

CLÉMENT, Jean-Pierre. “Des noms de plantes au XVIII<sup>ème</sup> siècle : Espagnols et Hispano-Américains à l’honneur”. In: BENASSY, Marie-Cécile e CLEMENT, Jean-Pierre (coord.). *Nouveau monde et renouveau de l’histoire naturelle*. Vol. II. Paris : Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, s./d.

\_\_\_\_\_. “La place de l’Amérique hispanique dans les écrits espagnols du XVIII<sup>e</sup> siècle”. In : DEMELAS, Marie-Danielle [et. Al.] *Études sur l’impact culturel du Nouveau Monde*. Paris : Editions L’Harmattan, 1982.

COELHO, Nelly Novaes. “Colombo e Caminha: Os primeiros cronistas”. In: BESSONE, Tânia M. Tavares e QUEIROZ, Tereza A. Pereira de (orgs.). *América Latina: Imagens, imaginação e imaginário*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Edusp/ Expressão e Cultura, 1997.

COELLO DE LA ROSA, Alexandre. “Historias naturales y colonialismo: Gonzalo Fernández de Oviedo y José de Acosta”. In: *Illes i Imperis*, vol. 8, Primavera 2006.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editora Presença, 1986.

CHACHAM, Vera. “O lugar da América na história: História Natural, estado de natureza, objeto de cobiça dos homens”. In: *Varia Historia* n. 30, julho de 2003.

CHARTIER, Roger. “Textos, Símbolos e o Espírito francês”. In: *História: Questões e Debates*, 24, (1996).

CHENU, Jeanne. “Recherches zoologiques en Nouveau-Grenade à la veille de l’Indépendance”. In: BENASSY, Marie-Cécile e CLEMENT, Jean-Pierre (coord.). *Nouveau monde et renouveau de l’histoire naturelle*. Vol. III. Paris : Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, 1994.

DEBUS, Allen G. *El hombre y la naturaleza en el Renacimiento*. México, D.F.: FCE, 1996.

DEL PRIORI, Mary L. Murray. “A América no Teatro Mundo: uma cartografia de imagens”. In: BESSONE, Tânia M. Tavares e QUEIROZ, Tereza A. Pereira de (orgs.). *América Latina: Imagens, imaginação e imaginário*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Edusp/ Expressão e Cultura, 1997.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Vol I. Lisboa: Estampa, 1984.

DINIER, Pablo. “A dívida americana de Alexander von Humboldt”. In: *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 2, Jul/Dez 2001.

DOMINGUES, Beatriz Helena. “O México na ‘Polêmica do Novo Mundo’: humanismo, catolicismo, história natural e ilustração”. In *Revista eletrônica da ANPHLAC*, Dossiê "Representações e imaginário político nas Américas", número 5, 2007, disponível em: [www.anphlac.org](http://www.anphlac.org) . Acessado em 20/04/2008.

\_\_\_\_\_. *Tão Longe tão perto: a Ibero-América e a Europa Ilustrada*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio. *Carlos III y la Ciencia de la ilustración*. Madrid: Alianza, 1990.

DUCHET, Michèle. *Antropología e Historia en el Siglo de las Luces: Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvecio, Diderot*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1984.

DURANT-FOREST, Jacqueline. “Aperçu de l’histoire naturelle de la Nouvelle-Espagne d’après Hernández, les informateurs indigènes de Sahagún et les auteurs Du Codex Badianus”. In: CHENU, Jeanne et. al. (orgs.). *Nouveau Monde et Renouveau de l’ Histoire Naturelle*. Paris: Service des publications Université de la Sorbonne Nouvelle Paris III, 1985.

ECHEVERRI, Adriana M. Alzate. “Las experiencias de José Celestino Mutis sobre el uso de guaco como antiofídico”. In: *Asclépio*, vol. LV (2), 2003.

ESTEVE BARBA, Francisco. *Historiografía Indiana*. Madrid: Gredos, 1992.

ETTE, Ottmar. “Entre mundos vías de Alexander von Humboldt hacia la conciencia universal”. In: *Revista Internacional de Estudios Humboldtianos*, HiN X, n. 19, 2009.

FAAK, Margot. “Los diários americanos de Alejandro de Humboldt”. *Quipu*, vol. 13, n.º 1, jan-abr de 2000.

FEREIRA, Lúcio Menezes. “Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 12, nº 2, abril-junho, 2006, pp. 271-92.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *Patria Mestiza: memória e história na invenção da nação mexicana entre os séculos XVIII e XIX* (tese de doutorado). Campinas: s.d., 2009.

FERNANDEZ PEREZ, Joaquín. *Humboldt, el descubrimiento se la naturaleza*. Madrid: Nivela Libros y Ediciones, 2002.

FERREIRA, Lúcio Menezes. “Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial”. Rio de Janeiro: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* (13): 2, abr.-jun. 2006.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de Mendonça. “Mundialização da Ciência e Respostas Locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil”. *Asclépio*, Madrid, (50):2, 1998.

FIGUEROA, Luis Millones e LEDEZMA, Domingo (eds.). *El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo*. Madrid: Iberoamericana, 2005.

FLORES TORRES, Óscar. *Historiadores de México Siglo XIX*. México: Editorial Trillas, s.d.

FONSECA, Maria Rachel Froes da. *A única ciência é a Pátria: o discurso científico na construção do Brasil e México*. São Paulo: [s. n.], 1996.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: Edusc, 1998.

FORD, THAYNE R. “Stranger in a Foreign Land: José de Acosta’s Scientific Realizations in Sixteenth Century Peru”. In: *Sixteenth Century Journal*, vol. 29, n. 01 (Spring), 1998.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *L’archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969, p. 250.

FRAGA, X., PUIG-SAMPER, Miguel A., MALDONADO, J. Luis. “Dos cartas inéditas de Lagasca a Humboldt en torno al legado de Mutis.” In: *Asclépio*, vol. LVI, nº 2, 2004.

FREITAS NETO, José Alves de. “O resgate da crônica, questões sobre etnia e a identidade na América Hispânica do século XIX”. In: *Idéias*, Ano 11 (1), Campinas: IFCH/Unicamp, 2004.

FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1990.

GALERA, Andrés. “Reflexiones sobre el modelo sistemático, el concepto de especie y el mecanismo de la reproducción en el siglo XVIII”. In: BENASSY, Marie-Cécile e CLEMENT, Jean-Pierre (coord.). *Nouveau monde et renouveau de l’histoire naturelle*. Vol. III. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, 1994.

GARCIA ICAZBALCETA, Joaquim. *Bibliografía Mexicana del siglo XVI*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1981.

GASCAR, Pierre. *Humboldt l'explorateur*. Paris: Gallimard, 1985.

GERBI, Antonello. *La naturaleza de las Indias Nuevas: de Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

\_\_\_\_\_. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOULEMONT, Jean Marie. “Da leitura como produção de sentido”. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

HALLEWELL, Laurence. “Livros e leitura na América Hispânica”. In: BESSONE, Tânia M. Tavares e QUEIROZ, Tereza A. Pereira de (orgs.). *América Latina: Imagens, imaginação e imaginário*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Edusp/ Expressão e Cultura, 1997.

HAMPE MARTÍNEZ, Teodoro. “Carlos Montúfar y Larrea (1780-1816) el quiteño compañero de Humboldt”. In: *Revista de Indias*, vol. LXII, n.º 2264, 2002.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto – Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

HELFERICH, Gerard. *O Cosmos de Humboldt*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

HEYNEMANN, Cláudia B. “História Natural na América Portuguesa – 2ª metade do século XVIII”. In: *Varia Historia*, nº 20. Belo Horizonte: UFMG, Março 1999.

JARDINE, N., SECORD, J. A., SPARY, E. C. *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KAWANA, Karen Kazue. *Natureza dividida: Considerações sobre a ideia de natureza no século XVIII e sua influência na formação do pensamento romântico*. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

KOERNER, Lisbet. “Carl Linnaeus in his time and place”. JARDINE, N., SECORD, J. A., SPARY, E. C. *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KOHLHEPP, Gerd. “Descobertas científicas da Expedição de Alexander von Humboldt na América Espanhola (1799-1804) sob ponto de vista geográfico”. In: *Revista de Biologia e Ciências da Terra*. Vol. 6, nº. 1, 2º semestre de 2006.

KOHUT, Karl e ROSE, Sonia V. (edit.). *Pensamiento europeo y cultura colonial*. Frankfurt/ Madrid: Vervuet/ Iberoamericana, 1997.

LABASTIDA, Jaime. "Humboldt en la Nueva España". In: ERICKSON, Raymond, FONT, Mauricio e SCHWARTZ, Brian (org.). *Alexander von Humboldt from the Americas to the Cosmos*. New York: Bildner Center for Western Hemisphere Studies, 2004.

\_\_\_\_\_. *Humboldt, ciudadano universal*. México: Siglo Veintiuno, 1999.

LAFUENTE, A. e LÓPEZ-OCÓN, L. "Bosquejos de la ciencia nacional en la América Latina Del siglo XIX". In: *Quipu*, Vol. L, nº 2, 1998, pp. 5-10.

LAFUENTE, A. e SALDAÑA, J. J. *Historia de las ciencias*. Madrid: CSIC, 1987.

LECHNER, Jan. "América en las bibliotecas públicas universitarias de los Países Bajos septentrionales hasta comienzos del siglo XVIII". In: KOHUT, Karl e ROSE, Sonia V. (eds.). *Pensamiento europeo y cultura colonial*. Frankfurt/ Madrid: Vervuet/ Iberoamericana, 1997.

LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

LEONARD, Irving A. *Viajeros por la América Latina Colonial*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1992.

LISBOA, Karen M. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817- 1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LÓPEZ-PIÑERO, José María. *Ciencia y Técnica en la sociedad española de los siglos XVI y XVII*. Barcelona: Labor Universitaria, 1979.

LUBRICH, Oliver. "Como antiguas estatuas de bronce: sobre la disolución del clasicismo em la relación histórica de un viaje a las regiones equinocciales del Nuevo Mundo, de Alejandro de Humboldt". In: *Revista de Indias*, vol. LXI, n.223, 2001.

\_\_\_\_\_. "Dolores, enfermedades y metáforas poéticas del cuerpo en Alejandro de Humboldt." In: *Revista de Indias*, vol. LXIV, n.º 231, 2004.

\_\_\_\_\_. "Humboldt deconstruye la relación de viaje". In: *Alexander von Humboldt im Netz*, Ano IV, nº. 7, 2003. Disponível em: <http://www.uni-potsdam.de/u/romanistik/humboldt/hin/hin7/lubrich.htm> Acesso em 13/12/2009.

MACLEAN, Ian. "Foucault's Renaissance Episteme Reassessed: An Aristotelian Counterblast". In: *Journal of History of Ideas*. Vol. 59, nº 1, jan. 1998.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARCHENA, Juan F. "Su Majestad quiere saber. Información oficial y reformismo Borbónico en la América de la Ilustración". In: SOTO ARANGO, Diana [et. Al.]. *Recepción y difusión de textos ilustrados: intercambio científico entre Europa y América en la Ilustración*. Madrid: Doce Calles, 2003.

MASSEN, Didier e TATIN-GOURIER, Jean-Jacques (dir.). *Les représentations du XVI<sup>e</sup> siècle et de la Renaissance aux XVIII<sup>e</sup> et XIX<sup>e</sup> siècles*. Tours : Université François Rabelais, 2002.

MATTOS, Claudia Valladão de. “A pintura de paisagem entre arte e ciência: Goethe, Hackert, Humboldt” In: *Terceira Margem: Estética, Filosofia e Ciência nos séculos XVIII e XIX*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura. Ano VIII, n. 10, 2004.

\_\_\_\_\_. “Também eu na Arcádia: Goethe, Hackert e a pintura de paisagem” [no prelo].

MIGNOLO, Walter. “Cartas, crónicas y relaciones Del descubrimiento y la conquista”. In: MADRIGAL, Luís Iñigo (coord.). *Historia de la literatura hispanoamericana*. Tomo I. Madrid: Cátedra, 1998.

\_\_\_\_\_. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MINGUET, Charles. “L’Amérique das l’oeuvre géographique d’Alexandre de Humboldt”. In: HUMBOLDT, Alexander von. *Tableaux de la nature*, vol I. Nanterre: Éditions Européennes Erasme, 1990.

\_\_\_\_\_. *Alejandro de Humboldt: historiador y geógrafo de la América Española (1799-1804)*. México: Centro Coordinador y difusor de estudios Latinoamericanos, 2003.

MONTERO DE ESPINOSA, Marisa González. *La ilustración y el hombre americano*. Madrid: CSI, 1992.

NOZAL, R. R. e GONZÁLEZ BUENO, A. “La formación de grabadores para las floras americanas: un proyecto frustrado”. In: DIÉZ TORRE, Alejandro R.; MALLO, Tomás e PACHECO FERNÁNDEZ, Daniel. *De la ciencia ilustrada a la ciencia romántica*. Madrid: Doce Calles, 1995.

O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e fundamentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORTIZ CRESPO, Fernando. “Viajes Americanos y obras de Alejandro de Humboldt, con énfasis en el “Examen Critique de l’Histoire de Géographie du Nouveau Continent et des Progrès de l’Astronomie Nautique aux XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles”. *Interciencia* 22 (4): 166-172. Disponível em: <<http://www.interciencia.org.ve>>. Acesso em 12 de junho de 2008.

OVIEDO, Maria Rocío. “Configuraciones de lo real maravilloso”. Disponível em: <http://www.rociooviedo.es/pdf/987.pdf> . Acesso em: 09/04/2009.

PALAU-CASTAÑO, Luis Alfonso. “Valenzuela, Mutis, Lozano y Caldas: alcances y limitaciones del saber de la Real Expedición Botánica del Nuevo Reino de Granada (1783-1816).” In: *Quipu*, vol. 11 (2), maio-agosto/1994.

PAYEN, Pascal. “La constitution de l’histoire comme science au XIX<sup>e</sup> siècle et ses modèles anciens: fin d’une illusion ou avenir d’un héritage?”. Conferência proferida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para os alunos de pós-graduação do Departamento de História em setembro de 2008.

PEDRO, Antonio E. “La conquista del saber : de la República de las Letras a la República Civil en la Real Expedición Botánica del Nuevo Reino de Granada (1783-1816). In: ARANGO, Diana Soto; BENDER, Martina *et alii* (editores). *Recepción y difusión de textos ilustrados : intercambio científico entre Europa y América en la ilustración*. Madrid: Doce Calles, 2003.

\_\_\_\_\_. “Las imágenes de los hechos naturales del icon a los cuadros de la naturaleza”. In: In: DIÉZ TORRE, Alejandro R. e PACHECO FERNÁNDEZ, Daniel (orgs.). *De la Ciencia Ilustrada a la Ciencia Romántica*. Madrid: Doce Calles, 1995.

PÉREZ-MALLAÍNA, Pablo E. “Botânica e Cartografia: a explosão da ciência!” In: SHAW, Carlos M. e ARAÚJO, Carlos (orgs.). *Sevilha, século XVI. De Colombo a Dom Quixote, entre a Europa e as Américas – o coração e as riquezas do mundo*. Lisboa: Terramar, 1992.

PIMENTEL, Juan. “Cuadros y escrituras de la naturaleza”. In: *Asclépio*, vol. LVI, nº 2, 2004, pp. 07-23.

PIZARRO, Ana. “La emancipación del discurso”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo/ Campinas: Memorial/ Unicamp, 1994.

PRADO, M. L. Coelho, *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo/ Bauru: Edusp/ Edusc, 1999.

PRATT, Mary Louise. “Humboldt e a reinvenção da América”. *Estudos Históricos*, n. 8, 1991.

\_\_\_\_\_. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

PUERTO SARMIENTO, F. J. e GONZÁLEZ BUENO, A. “Política Científica y Expediciones Botánicas en el Programa Colonial Español Ilustrado”. In: LAFUENTE, A.; ELENA, A. e ORTEGA, M. L. (editores). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calles, 1993.

PUIG-SAMPER, Miguel A. “Presentación: Alexander Von Humboldt y la nueva imagen científica de América”. In: *Asclépio*, vol. LVI, nº 2, 2004, pp. 3-6.

\_\_\_\_\_. “Difusión e institucionalización del sistema linneliano en España y América”. In: LAFUENTE, A.; ELENA, A. e ORTEGA, M. L. (editores). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calles, 1993.

PUIG-SAMPER, Miguel A. e PELAYO, Francisco. “Las expediciones botánicas al Nuevo Mundo durante el siglo XVIII. Una aproximación histórico-bibliográfica”. In: SOTO ARANGO, Diana, PUIG-SAMPER, Miguel e ARBOLEDA, Luis C. (editores). *La Ilustración en América Colonial*. Madrid: CSIC, 1995.

PUIG-SAMPER, Miguel A. e REBOK, Sandra. “Alexander von Humboldt y el relato de su viaje americano redactado en Filadelfia”. In: *Revista de Indias*, vol. LXII, n.º 224, 2002.

PUIG-SAMPER, Miguel A., SOTO ARANGO, Diana, GOZALEZ-RIPOLL (editores). *Científicos Criollos e Ilustración*. Madrid: Ediciones Doces Calles, 1999.

QUADROS, Eduardo Gusmão. “A ‘selvagem independência’: razão, pátria e colonização em duas viagens à Amazônia – Alexander Von Humboldt e Alexandre Rodrigues Ferreira”. In: *História Social*, n.º 10, 2003, pp. 35-54.

QUEIROZ, Tereza Aline Pereira de. “A iconografia do Paraíso na Idade Média”. In: BESSONE, Tânia M. Tavares e QUEIROZ, Tereza A. Pereira de (orgs.). *América Latina: Imagens, imaginação e imaginário*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Edusp/ Expressão e Cultura, 1997.

REBOK, Sandra. “Alexander von Humboldt y el modelo de la Historia Natural y Moral”. In: *Humboldt im Netz. Hin*, Vol. II, n.º 3, 2001. Disponível em: <<http://www.uni-potsdam.de/u/romanistik/humboldt/hin/rebok.htm>>. Acesso em 20 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. “Una Mirada Recíproca”. ERICKSON, Raymond, FONT, Mauricio e SCHWARTZ, Brian (org.). *Alexander von Humboldt from the Americas to the Cosmos*. New York: Bildner Center for Western Hemisphere Studies, 2004.

REIS, Anderson Roberti dos e FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. “A crônica como gênero e documento histórico”. In: *Idéias*, Ano 13 (2), 2006.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 2000.

RICOTTA, Lucia. *Natureza, ciência e estética em Alexander Von Humboldt*. São Paulo: Mauad, 2003.

ROJAS-MIX, Miguel . “Las ideas artístico-científicas de Humboldt y su influencia en los artistas naturalistas que pasan a América a mediados del siglo XIX”. BÉNASSY, Marie-Cécile e CLÉMENT, Jean-Pierre et al.(coord.). *Nouveau Monde et Renouveau de l’Histoire Naturelle* Vols. I, II e III. Madrid/ Paris: CSIC/ Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1994.

ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

RUEDA, Carl H. Langebaek. *Arqueología colombiana: Ciencia, pasado y exclusión*. Bogotá: Instituto Colombiano para el Desarrollo de la Ciencia y la Tecnología Francisco José de Caldas, 2003.

SACHS, Aaron. “The ultimate ‘other’: Post-colonialism and Alexander von Humboldt’s ecological relationship with nature.” *History and Theory, Theme Issue 42*, 2003.

SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALDANÑA, Juan José (org.). *El perfil de la ciencia en América*. México, D.F.: Sociedad Latinoamericana de Historia de la Ciencia e de la Técnica, 1987.

\_\_\_\_\_. “Ciência e Identidade Cultural”. In: FIGUEIRÔA, Silvia F. de Mendonça (org.). *Um Olhar sobre o Passado: História das Ciências na América Latina*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2000.

\_\_\_\_\_. “Ilustración, ciencia y técnica en América”. In: SOTO ARANGO, Diana, PUIG-SAMPER, Miguel e ARBOLEDA, Luis C. (editores). *La Ilustración en América Colonial*. Madrid: CSIC, 1995.

SALOMÃO, Jaime (dir.). *América: Descoberta ou invenção. 4º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SARMIENTO, Domingo. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SEVERO, Cristiane Gorski. “O Gênero Científico: uma proposta de análise que integre os olhares Bakhtiniano e Foucaultiano.” *Anais do 4º Simpósio Internacional de estudos de gêneros textuais*. Tubarão-SC, 2007. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/41.pdf> Acesso em 25/04/2009.

SOLER, Ricardo. “Universo intelectual Del ideário ilustrado iberoamericano”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo/ Campinas: Memorial/ Unicamp, 1994.

SOTO-ARANGO, Diana (et. al.). *Recepción y difusión de textos ilustrados: intercambio científico entre Europa y América en la Ilustración*. Madrid: doce Calles, 2003.

SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e História: O pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

STROZZI, SUZANA. “El discurso del método y el método de los discursos en la historia intelectual de América Latina”. In: TRONCOSO, Hugo Cancino, KLEGEL, Susane e LEONZO, Nanci (eds.). *Nuevas Perspectivas teóricas y metodológicas de la historia intelectual de América Latina*. Madrid/ Frankfurt: Iberoamérica / Vervuet, 1999.

SUNYER MARTÍN, Pere. “Humboldt en los Andes de Ecuador. Ciencia y Romanticismo en el descubrimiento científico de la montaña”. In: *Scriptas Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, n.º 58, fev., 2000.

TAYLOR, Anne Christine. “Préface: Le concret absolu, Humboldt et l’écriture du monde”. In : HUMBOLDT, Alexander von. *Sites des Cordillères et Monuments des Peuples Indigènes de l’Amérique*. Paris : Éditions Jean-Michel Place, 1989.

THEODORO, Janice. *América Barroca*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Edusp/ Nova Fronteira, 1992.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TORRE, Alejandro R. Diez e PACHECO FERNÁNDEZ, Daniel. *De la ciencia ilustrada a la ciencia romántica*. Madrid: Doce Calles, 1995.

TRABULSE, Elias. “El desarrollo científico del México colonial”. In: LAFUENTE, A.; ELENA, A. e ORTEGA, M. L. (editores). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calles, 1993.

\_\_\_\_\_. “Latinoamérica y la ciencia: un problema de identidad”. In: *Quipu*, vol. 2, nº 3, setembro-dezembro, 1985, pp. 443-451.

VARELA, Alex Gonçalves. *Atividades científicas na “Bela e Bárbara” Capitania de São Paulo (1796 - 1823)*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

VASCONCELOS, José Antonio. “História e Pós-Estruturalismo”. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (org.). *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

VILCHS, Jaime. “Simbolización e Historia Natural em la Iberoamérica colonial. In: LAFUENTE, A.; ELENA, A. e ORTEGA, M. L. (editores). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calles, 1993.

VOLVELLE, Michel (dir.). *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

WAWOR, Gerhard. “La visión del Nuevo Mundo: Cristóbal Colón, Giuliano Dati, Pedro Mártir. In: KOHUT, Karl e ROSE, Sonia V. (edit.). *Pensamiento europeo y cultura colonial*. Frankfurt / Madrid: Vervuet / Iberoamericana, 1997.

ZAMUDIO, Graciela. “El Real Jardín Botánico del Palacio Virreinal de la Nueva España”. In: *Ciencias*, n. 68, outubro – dezembro de 2002.

ZEA, Leopoldo e MAGALLON, Mario (Compiladores). *De Colón a Humboldt*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1999

ZEA, Leopoldo e SALADINO, Alberto (compiladores). *Humboldt y América Latina*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000.

ZEUSKE, Michael. “¿Humboldtización del mundo occidental? La importancia del viaje de Humboldt para Europa y América Latina.” *Revista Internacional de Estudios Humboldtianos* ano IV, vol. 6, 2003.